

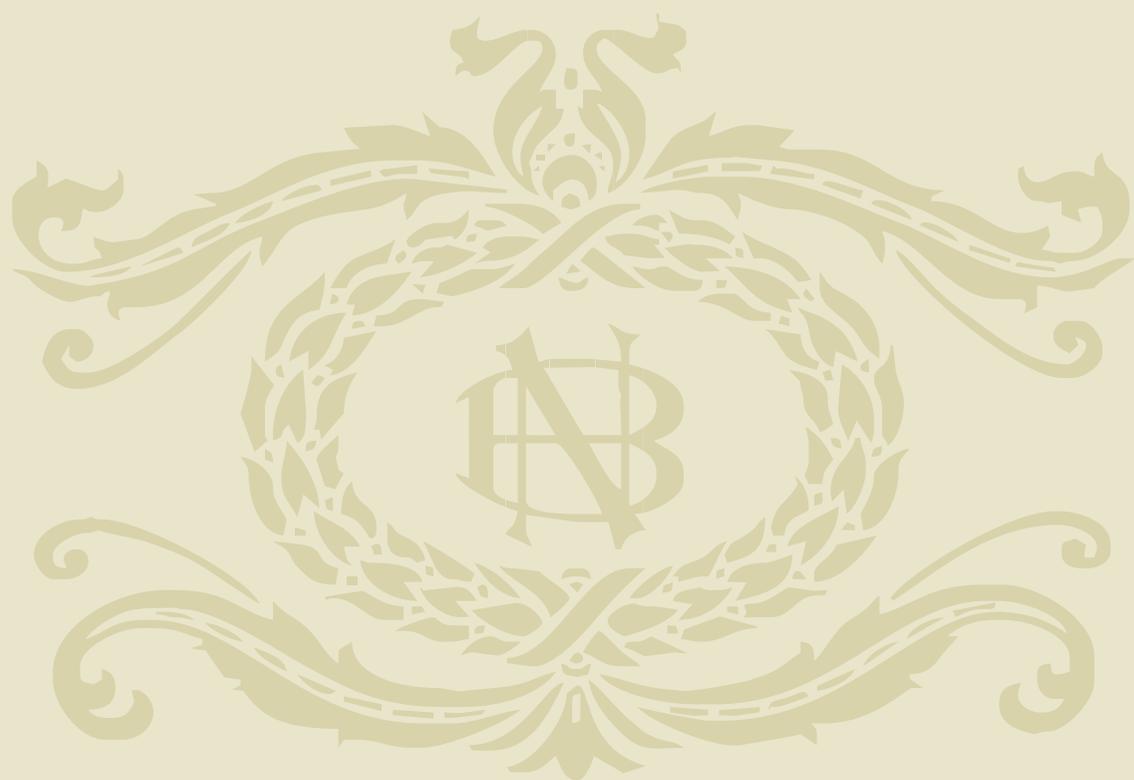
ANNAIS

da

BIBLIOTECA

NACIONAL

Vol. 139 • 2019



Rio de Janeiro, 2021



ANNAIS
da
BIBLIOTECA
NACIONAL

Vol. 139 • 2019



Rio de Janeiro
2021

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

JAIR BOLSONARO

Ministério do Turismo

GILSON MACHADO NETO

Secretaria Especial da Cultura

MARIO LUIS FRIAS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente

Rafael Nogueira

Diretora Executiva

Maria Eduarda Marques

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores

Maria José da Silva Fernandes

Centro de Processamento e Preservação

Suely Dias

Centro de Cooperação e Difusão

João Alexandre Cupello Cabecinho

Centro de Pesquisa e Editoração

Luiz Carlos Ramiro Júnior

Coordenação de Editoração

Claudio Cesar Ramalho Giolito

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 139, 2021

Editores

Hudson de Lima Rabelo

Pedro Vinícius Asterito Lopera

Coordenação Editorial

Paula Rocha Machado

Simone Muniz

Preparação de Originais

BR75

Francisco Madureira

Hudson de Lima Rabelo

Simone Muniz

Revisão de Provas

Paula Rocha Machado

Projeto Gráfico

Glenda Rubinstein

Projeto Gráfico Adaptado

Eliane Alves

Diagramação e Tratamento de Imagem

Eliane Alves

Coordenação de Editoração

Av. Rio Branco, 219, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ | 20040-008

editoracao@bn.gov.br | www.bn.gov.br

Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-

v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro.

Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581

22 ed.



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

SUMÁRIO

Apresentação 7

Um Rio de Janeiro civilizado para o viajante ver:
o guia de Valle Cabral 11
Isabella Perrotta

A literatura de viagem em perspectiva histórica:
contribuições para uma mirada sobre os guias de viagem 31
Amanda Danelli Costa

II JORNADA IFLA

International Federation of Library

Associations and Institutions..... 45

Os *officios reversaes* do Plenipotenciário da demarcação
das fronteiras amazônicas usurpados pelo tráfico ilícito
do patrimônio bibliográfico da América Latina e Caribe.....51

Robson Lima da Silva

Karine Canani de Oliveira

João Paulo Lopes da Cunha

Roubo e furto de bens culturais raros: análise de
dados estatísticos na região Sudeste do Brasil
entre os anos de 2006 e 2017.....69

Daniela Eugenia Moura de Albuquerque

Angélica Mello de S. Borges

Roberta Fernanda da Silva

Patrimônio sem fronteiras: furtos de
bens históricos e lavagem de dinheiro87

Beatriz Kushnir

Educação para a prevenção: a abordagem do tráfico
ilícito de bens culturais no Curso de Segurança
de Acervos Culturais do Mast103

Everaldo Pereira Frade

Lucia Alves da Silva Lino

Marcio Ferreira Rangel

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Ozana Hannesch

A proteção do patrimônio bibliográfico no Chile.....	111
<i>Maria Antonieta Palma</i>	
O patrimônio bibliográfico como parte dos direitos da humanidade e sua proteção.....	121
<i>Maria Claudia Santiago</i>	
<i>Abel Horacio Ferrino</i>	
XIII Encontro Nacional de Acervos Raros	139
Uma coleção de viagens e viajantes em perigo? O furto de obras raras na Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ	143
<i>Leandra Pereira de Oliveira</i>	
<i>Edson Vargas da Silva</i>	
E, agora, quem conta a história?.....	163
<i>Paula Mello</i>	
<i>José Tavares</i>	
Propostas e considerações sobre política de segurança para coleções especiais: o caso da coleção da Academia Brasileira de Ciências	173
<i>Magna Loures de Farias</i>	
<i>Eloisa Helena Pinto de Almeida</i>	
<i>Lucia Alves da Silva Lino</i>	
Economia do crime e o patrimônio cultural e bibliográfico brasileiro: possíveis mudanças na Lei 5.471/68 e no código penal.....	187
<i>Raphael Diego Greenhalgh</i>	
<i>Maria Claudia Santiago</i>	
<i>Amarílis Montagnolli Gomes Corrêa</i>	
Salvaguarda do acervo de História da Saúde: elementos norteadores	205
<i>Aline Gonçalves da Silva</i>	
<i>Eliane Monteiro de Santana Dias</i>	
<i>Adrienne Oliveira Andrade da Silva</i>	
Acervos raros pertencentes às universidades gaúchas e suas políticas de segurança e salvaguarda	221
<i>Heytor Diniz Teixeira</i>	
<i>Alissa Esperon Vian</i>	
<i>Marcia Carvalho Rodrigues</i>	

Gestão de acervos raros e especiais nas bibliotecas da Justiça Federal: subsídios para o estabelecimento de políticas de segurança e salvaguarda das coleções de livros raros jurídicos.....	239
<i>Maria Cristina de Paiva Ribeiro</i>	
“Cheiro dos livros desesperados”: preservação e salvaguarda do acervo Barbosa Lima Sobrinho	265
<i>Luciana de Avellar Mattos</i>	
Preciosidades do Acervo	277
Conservação preventiva em processos de exposições: o caso do acervo Piranesi na Biblioteca Nacional	279
<i>Gilvânia Lima</i>	

APRESENTAÇÃO

Corpos
no troço da estrada
esquartejados no pânico
nenhuma posição era obscena.

Devassos moscardos verdes
é que profanavam
o recato puro
do sangue.
“Moscardos”, José Craveirinha

É com orgulho que apresentamos mais um volume dos Anais da Biblioteca Nacional. O presente volume reúne artigos apresentados à Biblioteca Nacional no ano de 2019 e ligados à pesquisa e divulgação do acervo da Biblioteca Nacional. Conforme adentramos o começo do final da pandemia de COVID-19, a cronologia de publicação dos Anais encerra o registro do período imediatamente anterior à dita pandemia – estamos concluindo, portanto, um ciclo importante: o registro das atividades da Fundação Biblioteca Nacional antes da interrupção oficial de suas atividades presenciais em março de 2020. O próximo volume, de número 140, programado para ser publicado ainda em 2021, cobrirá os artigos produzidos no ano de 2020.

Abrindo o volume, dois artigos exploram um âmbito da experiência humana que ficou vedado à maioria das pessoas durante a pandemia: a viagem. Amanda Danelli examina a evolução da literatura de viagem brasileira e as metanarrativas históricas presentes nas crônicas e guias de viagem: Gilberto Freyre, citado por ela, diz que os guias de viagem mais famosos “transformam em pés de anjo os próprios pés de boi burgueses e pesadões”. Isabella Perrotta, por sua vez, analisa em seu artigo o *Guia do viajante no Rio de Janeiro*, publicado originalmente em 1882 por Alfredo Valle Cabral, funcionário da Biblioteca Nacional, como versão local dos guias turísticos mais em voga que tematizavam as grandes cidades europeias e que haviam ignorado por completo a então capital imperial brasileira. O contexto do guia Valle Cabral no mercado editorial de guias de viagem e a visão ali encampada do que era a cidade do Rio de Janeiro – tanto localmente, para seus habitantes, como internacionalmente, para o crescente mercado do turismo – constituem seu objeto.

Contamos, neste volume, com um bloco dedicado aos textos apresentados durante a II Jornada IFLA, realizada em 27 e 28 de novembro de 2018 pela Fundação Biblioteca Nacional, o Planor (Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras) e a Seção de Livros Raros e Coleções Especiais da IFLA (*Rare Books and Special Collections Section* – RBSCS; *International Federation of Library Associations and Institutions* – IFLA), e cuja temática foi “O tráfico

ilícito do patrimônio bibliográfico na América Latina e Caribe”. Estudos de caso históricos, como o artigo *Os officios reversaes do Plenipotenciário da demarcação das fronteiras amazônicas usurpados pelo tráfico ilícito do patrimônio bibliográfico da América Latina e Caribe*, de Robson Lima da Silva, Karine Canani de Oliveira e João Paulo Lopes da Cunha, examinam as evidências de subtração de documentos referentes à demarcação de fronteiras no Brasil do século XIX e as consequências dessa subtração para a segurança jurídica brasileira no processo de reivindicação das fronteiras de seu território. Outros artigos analisam os casos específicos de instituições contemporâneas e o modo como elas lidam com o roubo e tráfico de documentos e bens culturais, os problemas relativos à legislação específica e à cooperação interinstitucional e internacional. Em comum a todos, o tom de urgência que imprimem à necessidade de educação geral sobre a importância do patrimônio bibliográfico e cultural e de que a legislação e as instituições de segurança pública ajam, cooperem e planejem com percuciência à altura do problema. A demarcação da área América Latina e Caribe, que abarca inclusive países francófonos, anglófonos e de língua holandesa, acentua a necessidade do aperfeiçoamento de políticas culturais sólidas e de longo prazo que visem à segurança do patrimônio documental e cultural dessa região construída sob o colonialismo, marcadamente subdesenvolvida e assolada pela instabilidade política e pela atribuição de importância secundária na dinâmica geopolítica corrente.

O bloco seguinte é de textos referentes ao XIII Enar (Encontro Nacional de Acervos Raros), realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2018 no Auditório Machado de Assis, no prédio-sede da Fundação Biblioteca Nacional. O tema do encontro foi “Políticas de segurança e salvaguarda de Acervos Raros e Especiais” – reiteração da temática escolhida para a Jornada IFLA, o que acentua a importância da questão. Novamente, entre exames de casos específicos de bibliotecas e acervos raros surgidos das necessidades experimentadas pelas diversas instituições universitárias, científicas, jurídicas etc., de abrigar, processar e disponibilizar seus acervos para os pesquisadores, somos apresentados às restrições orçamentárias e à falta de integração entre as instituições e de padronização na adoção de políticas de segurança. A leitura dos artigos evidencia a demanda reprimida por investimento, integração e aperfeiçoamento de práticas.

Fechamos o presente volume com o ensaio *Conservação preventiva em processos de exposições: o caso do acervo Piranesi na Biblioteca Nacional*, de Gilvânia Lima, chefe do Centro de Conservação e Encadernação da Biblioteca Nacional. Nesse artigo, a autora analisa as práticas adotadas pela FBN para garantir a preservação e a segurança dos acervos que são emprestados para fins de exposição, e adota como foco principal o acervo de gravuras de Giovanni Battista Piranesi (1720-1778), gravador de água-forte e arquiteto veneziano. No caderno de imagens que acompanha o artigo, trazemos a reprodução das

16 gravuras constituintes da série *Carceri d'invenzione* (“Prisões imaginárias”), na qual Piranesi imagina livremente prisões e espaços de confinamento e tortura na antiguidade romana, com muralhas, escadarias, colunatas, estátuas e maquinário de dimensões assombrosas, impressionistas e improváveis – o que teve, posteriormente, marcada influência sobre o romantismo e o surrealismo.

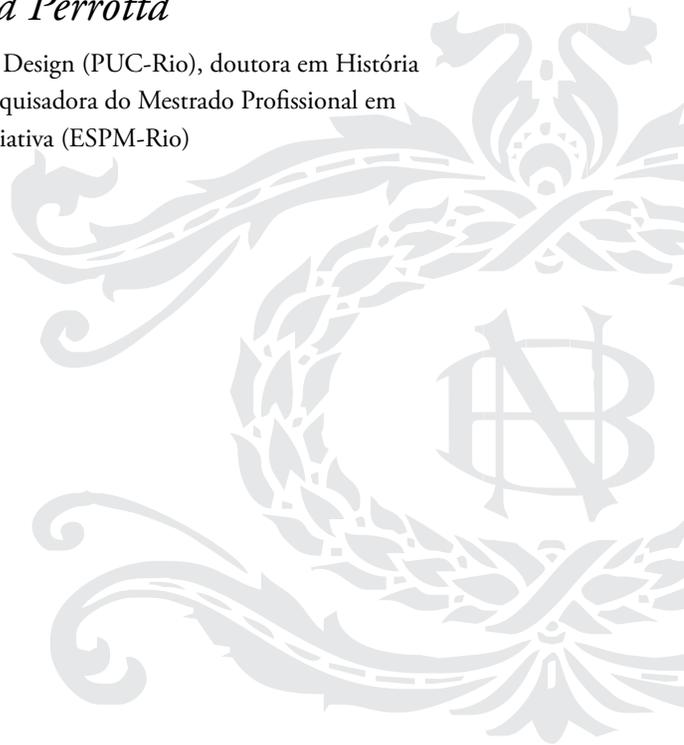
Do desejo de viajar e abarcar o mundo (e do esforço de apresentar o Brasil ao mundo como extensão da Europa ocidental) ao imaginário obsessivo do confinamento, traição e tortura, passando pelas várias matizes do roubo e do tráfico de bens culturais, o acervo da Biblioteca Nacional segue em contato direto e dinâmico com as questões mais prementes da atualidade, como sói ocorrer nas instituições culturais basilares e imprescindíveis de qualquer país.

Hudson Rabelo e Pedro Asterito Lopera, editores.

Um Rio de Janeiro civilizado para o viajante ver: o guia de Valle Cabral

Isabella Perrotta

Designer e Historiadora, mestre em Design (PUC-Rio), doutora em História (CPDOC-FGV), professora e pesquisadora do Mestrado Profissional em Economia Criativa (ESPM-Rio)





Resumo

Este artigo pretende contribuir com futuras pesquisas advindas da reedição em fac-símile do *Guia do viajante no Rio de Janeiro*, publicado originalmente em 1882, que a Biblioteca Nacional agora nos proporciona. Este texto analisa o conteúdo da obra de Alfredo do Valle Cabral, antigo funcionário da instituição, contextualizando-o com a produção de guias de viagem no Brasil e no exterior no mesmo período, destacando que os autores brasileiros tentavam mostrar um Rio de Janeiro civilizado e culto, muito diferente da imagem idílica e/ou exótica que a produção oitocentista de artistas e viajantes estrangeiros construiu sobre a cidade.

Palavras-chave: Guias de viagem no século XIX. Rio de Janeiro oitocentista. Alfredo do Valle Cabral.

Abstract

This paper intends to contribute to future research arising from the facsimile reprint of the “*Guia do viajante no Rio de Janeiro*” (Traveler’s Guide in Rio de Janeiro), first published in 1882, which the Brazilian National Library now provides. This text analyzes the content of the work of Alfredo do Valle Cabral, a former employee of the Institution, contextualizing it with the production of travel guides in Brazil and abroad during the same period, highlighting that Brazilian authors tried to show a civilized and cultured image, very different from the idyllic and/or exotic one that the nineteenth-century production of foreign artists and travelers built about the city.

Keywords: Travel guides in the 19th century. 19th century Rio de Janeiro. Alfredo do Valle Cabral.



Introdução

Fascinante. Às vezes mais fantasiosa do que realista, a literatura de viagem tinha um público leitor cativo na Europa da segunda metade do século XIX. Somava-se a ela uma enorme produção de imagens veiculadas em álbuns ou estampas avulsas, e posteriormente em fotografias e cartões-postais, que circulavam rapidamente, mostrando partes do mundo para o mundo. O Brasil, e o Rio de Janeiro especialmente, faziam parte de um repertório idílico que despertava o interesse de viajantes.

Os viajantes eram motivados por diversos interesses. No Brasil oitocentista, foram diplomatas, militares, religiosos, professores, preceptores, comerciantes, cientistas, artistas, exploradores e aventureiros. Alguns poucos foram viajantes diletantes que demorariam a ser chamados de “excursionistas”, e depois de “touristes” (*en français* mesmo...), o que só acontece no século XX.

Certamente foi para o primeiro grupo que Alfredo do Valle Cabral escreveu, em 1882, o seu *Guia do viajante no Rio de Janeiro*. Até mesmo porque, sendo a edição em português, limitava o seu acesso a um grupo específico de estrangeiros que, contudo, estava totalmente relacionado à origem do império brasileiro e, conseqüentemente, ao fato de este grupo representar grande contingente dos estrangeiros no Brasil. Agora, quase 140 anos depois, a leitura deste livro – que a Biblioteca Nacional reedita em fac-símile – é de muita valia para estudos relativos à história urbana e ao desenvolvimento da cidade, assim como para a história do turismo no Brasil, e por isso merece textos que o contextualizem e com ele dialoguem, como é o objetivo deste.

Alfredo do Valle Cabral foi um intelectual baiano (Salvador, 1851 – Rio, 1894), funcionário da Biblioteca Nacional, onde organizou a Seção de Manuscritos e publicou diversos textos nos seus Anais. O seu guia do Rio teve duas edições. A primeira, de 1882, pela tipografia da *Gazeta de Notícias*, e a segunda, de 1884, por três das mais importantes editoras da cidade – G. Leuzinger & Filhos / B. L. Garnier / H. Laemmert & Cia. – todas localizadas na emblemática rua do Ouvidor, no centro do Rio. Destaca-se a menção aos *Anais da Biblioteca Nacional* na seção “Gazetas e revistas” do referido guia, onde se lê:

Já contam 10 volumes publicados, de 400 a 600 páginas cada um. Publica, além de trabalhos bibliográficos, obras inéditas de história e de linguística brasileiras. Assina-se na Biblioteca Nacional a 6\$ por ano. Dá dois volumes por ano, saindo trimestralmente em fascículos. (VALLE CABRAL, 1882, p. 105).

Embora, em 1882, o autor estivesse praticamente prometendo atualizações anuais de seu guia – conforme suas palavras: “se as circunstâncias o permitirem, o Guia será publicado todos os anos; e assim receberá gradualmente novos melhoramentos até realizar-se o plano geral e completo do trabalho” –,

a edição de 1884 não indica ser uma segunda edição e repete exatamente o mesmo conteúdo da anterior, inclusive no que se refere ao texto inicial onde a frase citada está inserida, e onde também se lê: “Publica-se pela *primeira vez* trabalho de semelhante natureza no Brasil” (grifo nosso). Mas vale dizer, porém, que, se o autor não conseguiu realizar a contento o seu “plano geral de trabalho”, trata-se de publicação bastante impressionante. São 488 páginas com uma gravura impressa e dois mapas dobrados e encadernados à brochura.

Guias de viagem

Na Europa, os primeiros guias de viagem foram, de imediato, grandes sucessos editoriais. Estamos falando das primeiras décadas do século XIX, mas esse tipo de obra tem como marco zero o remoto ano de 1552, com o *Guide des Chemins de France* (“Guia dos caminhos da França”), publicado por Charles Estienne, que revolucionou o conhecimento dos franceses sobre os meios de comunicação territorial do Império Francês.

A produção dos guias e o próprio desenvolvimento do turismo, no século XIX, estão diretamente relacionados ao largo alcance da literatura de viagem, que não circulava apenas em livros nos meios intelectuais, mas também nas colunas de jornais de grande circulação. O homem oitocentista demonstrava um grande interesse pelo mundo e pelo conhecimento diversificado, o que se expressava na alta frequência das exposições universais e no consumo de produtos como mapas, compêndios, almanaques e enciclopédias de variedades, além de guias de caminhos, guias de ruas e outros de várias naturezas surgidos anteriormente. O florescimento dos guias de viagem, sua demanda e sucesso também estiveram fortemente associados ao crescimento generalizado do transporte ferroviário em todo o mundo a partir da segunda metade do século XIX, o que aproximou cidades e países. As próprias estações de trem foram importantes pontos de venda para estes livros e nota-se, inclusive, títulos correspondendo a itinerários (percursos) e não a destinos (cidades ou países). Também empresas de viagem, como a Thomas Cook, e empresas de navegação, como a britânica *Union-Castle Line* (que fazia rotas da Europa para a África), produziram suas próprias séries de guias, vinculadas às suas excursões ou linhas.

A linguagem dos guias não era (e não é hoje) homogênea. Enquanto algumas obras tinham intenções bem objetivas, outras se propunham a ser relatos pessoais, com impressões próprias e subjetivas. Mas foram especialmente a síntese e a objetividade e as informações úteis que fizeram o sucesso daqueles considerados os primeiros guias para viajantes, americanos ou europeus, no início do século XIX. Entre as décadas de 1830 e 1840, algumas coleções de guias tornaram-se verdadeiros fenômenos editoriais: *Murray* na Inglaterra, *Baedeker* na Alemanha e *Joanne* na França.

Embora os relatos de viagem, anteriores aos guias, nem sempre tivessem pretendido ensinar (guiar...) viajantes a se movimentar num local desconhecido, muitas vezes fizeram isso. Por vezes, obrigações eram praticamente estabelecidas ao longo do texto: o leitor não poderia deixar de ver tal coisa, visitar tal lugar, ou fazer o que o autor julgasse imprescindível. Consultando a bibliografia referente à literatura de viagem sobre o Rio de Janeiro catalogada por Berger (1980), encontramos, na maioria dos títulos (em diferentes idiomas), termos semelhantes a: “viagem a”, “lembranças de”, “jornada em”, “relatos de” ou “crônica sobre”; além de alguns nitidamente voltados para interesses comerciais, como: “uma visão comercial”, “uma visão do comércio”, “condições e perspectivas”. Nesta relação, destacamos uma obra com a palavra “guia” em seu título. Trata-se de um opúsculo de 18 páginas, de autoria do então embaixador russo no Brasil – Heinrich Langsdorf: *Memória sobre o Brasil, para servir de guia àqueles que nele se desejam estabelecer*, editado pela primeira vez em 1820 na Alemanha (em 1821 no Rio de Janeiro, e posteriormente em outras localidades). Considerando, neste título, a presença de duas palavras com sentidos tão diferentes como “memória” e “guia”, entendemos que o embaixador tenha querido dizer que a sua vivência no Brasil, especialmente no Rio, dava-lhe autoridade para orientar (guiar) novos aventureiros.

O texto de Langsdorf está formatado em uma única narrativa, sem subtítulos ou partes e, apesar de o autor dizer que não se propõe a fazer propaganda migratória, é isto mesmo que ele nos faz crer, sobretudo considerando-se as suas últimas palavras – “melhor dos países conhecidos” – grifadas originalmente em letras maiúsculas. Destaca-se, então, onde se diz que o governo havia declarado “solenemente” aos colonos que lhes concederia terrenos gratuitos com isenção de todos os impostos pelos primeiros dez anos e que lhes assegurava o direito de propriedade, “[...] enfim, o governo tem mostrado que faz todos os esforços para aumentar a população e para atrair homens industriais, agricultores e artífices de todo gênero” (Langsdorf, 1822, s/p).

A partir de nossa pesquisa sobre antigos guias do Rio (PERROTTA, 2011; PERROTTA, 2015), identificamos o *Guia do estrangeiro no Rio de Janeiro e uma notícia histórica sobre os principais monumentos*, de 1873, como o primeiro guia do Rio voltado para o não-morador (fosse ele imigrante ou viajante, estrangeiro ou brasileiro), posto que alguns guias de ruas da cidade já existiam. Ele foi organizado por Félix Ferreira, que assinou a “notícia histórica”, e editado pela livraria Garnier – uma das três responsáveis pela segunda edição do guia de Valle Cabral.

Voltaremos a falar do guia de Félix Ferreira, mas destacamos que a cidade de Petrópolis – local oficial de veraneio do imperador e seu séquito – teve seus próprios guias antes do Rio de Janeiro. Em 1855, foi publicado o *Guia de Petrópolis para o ano de 1855*, de Tomás Cameron, editado pela Tipografia B. P. Sudré. Em 1862, *Viagem pitoresca a Petrópolis para servir de roteiro aos*

viajantes e recordação deste ameno torrão brasileiro, reconhecido como sendo de autoria do major de engenharia Carlos Augusto Taunay, editado por Eduardo e Henrique Laemmert, com seis ilustrações litografadas de Malté, gravadas em Stuttgart, a partir de fotos de Klumb. Em 1872, *Doze horas em diligência – guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*, um pequeno livro sobre “uma das mais belas estradas do império”, editado no Rio de Janeiro, em português e em francês, pela Fotografia Klumb e a Tipografia J.J. da Costa Pereira Braga. De autoria do próprio fotógrafo, conta com 31 litografias, sendo 29 vistas do percurso, uma planta da estrada União e Indústria, e um retrato de Mariano Procópio Ferreira Lage – construtor da estrada, a primeira do país a ser pavimentada. Em 1874, a mesma editora de Bartolomeu Pereira Sudré publica *Estrada de ferro entre a Corte e Petrópolis*.

Se o primeiro dos guias de Petrópolis teve um viés comercial, os outros não se abstiveram de valorizar belezas locais. Diferentemente, nos primeiros guias do Rio, a paisagem não será exatamente valorizada. Era como se pretendessem mostrar, pelas lentes civilizatórias colonialistas, uma cidade com ares europeizados. Anteriormente, as narrativas de viagem e a iconografia de viajantes (estrangeiros!) tinham mostrado com tintas e adjetivos um Brasil e um Rio de Janeiro envoltos em aura de exotismo – fosse por causa da sua natureza, da presença do negro escravo, ou pelos rudes costumes de sua burguesia. Agora, essa produção era assinada por intelectuais brasileiros. Neles, poderia até aparecer uma pincelada pitoresca e aprazível. Curiosa ou exótica, não!

Os primeiros guias do Rio

Alguns dos primeiros guias sobre a cidade do Rio de Janeiro, produzidos para viajantes entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, foram escritos por intelectuais brasileiros como Félix Ferreira, Valle Cabral e Olavo Bilac, entre outros, que se dedicaram orgulhosamente a promover a cidade. Embora os viajantes não fossem especificamente turistas, e o principal foco dos livros fosse exibir uma cidade civilizada, é evidente que também tentavam mostrar e listar possibilidades de divertimentos e lazer. A partir de uma leitura cronológica deste arrolamento (PERROTTA, 2011; PERROTTA, 2015), percebe-se claramente a evolução da vida cultural da cidade, da sua indústria de entretenimento, do negócio hoteleiro, e do seu processo de “turistificação”.

Ainda no mesmo período, houve também uma produção de guias do Rio por iniciativa de estrangeiros residentes na cidade – tais como editores de jornais publicados em francês e inglês. O simples fato de periódicos nestas línguas circularem no Rio já é evidência da presença de um contingente imigrante significativo. Houve ainda um outro tipo de iniciativa para a produção de guias, por parte de nossos governos imperiais e republicanos, justamente com a intenção de promover a imigração e/ou o investimento estrangeiro.

As edições estrangeiras de guias sobre o Rio só vão surgir (aparentemente) na década de 1910, visando então, de fato, ao turista – categoria já bem definida no exterior naquele momento. Considerando as procedências interna e externa desses livros, as diferenças no tom de elogio/orgulho (dos guias locais), em contraposição ao de crítica/surpresa (dos guias estrangeiros), serão muitas vezes evidentes. Finalmente, nas décadas de 1920 e 1930, teremos também guias produzidos localmente, dirigidos ao turista que, então, será uma categoria de viajante bem definida no Brasil.

Não é objetivo desse texto falar de todo este repertório de livros, mas convém apresentar o primeiro guia do Rio de Janeiro editado para o estrangeiro em estada na cidade, uma vez que ele abre esta produção e é inclusive citado por Valle Cabral. O *Guia do estrangeiro no Rio de Janeiro e uma notícia histórica sobre os principais monumentos*, de 1873, é uma pequena publicação de 56 páginas, em português, sem ilustrações ou mapas, apresentada como “um complemento do Livro de lembranças do Sr. Garnier” – publicação que não foi localizada, mas que provavelmente seria um álbum de imagens (gravuras ou fotos) do Rio, tal como alguns outros álbuns “de lembranças” da cidade, relativamente comuns no período. A *notícia histórica* do referido guia é assinada por Félix Ferreira – escritor, jornalista e editor, que se entende também como responsável pela organização da obra. Do mesmo autor são: *Belas artes: estudos e apreciações*, de 1885, o primeiro livro de crítica de arte do Brasil; e, de 1888, *A província do Rio de Janeiro: notícia ao imigrante*, junto com o então presidente da província do Rio, Antonio da Rocha Fernandes Leão. Este livro, que também pode ser visto como um guia, foi localizado em nossas pesquisas em português e italiano, mas possivelmente teria sido publicado em outras línguas também.

Fazendo referência aos guias de viagem que já eram uma instituição na Europa, o *Guia do estrangeiro*, de Félix Ferreira, é assim apresentado em texto assinado pelo autor:

Em quase todas as cidades importantes do velho mundo encontra o estrangeiro que nelas aporta, um livrinho que lhe indica não só os principais monumentos que deseja visitar como também todas as repartições públicas, das quais dependem seus interesses, e estabelecimentos de recreio que lhe proporcionem agradável passatempo; no Rio de Janeiro, que incontestavelmente é já uma grande capital, o visitador, e mesmo o habitante de pouco tempo, vê-se em sérios embaraços para de pronto encontrar uma repartição menos popular ou uma rua pouco conhecida. Para preencher esta sensível lacuna, propusemo-nos a organizar um guia, que indicando com clareza e precisão as repartições e estabelecimentos mais notáveis desta cidade, dê conjuntamente uma sucinta notícia histórica de suas criações e as horas e dias em que funcionam. (FERREIRA, 1873: s/p).

A obra é dividida em duas partes: a primeira (maior) é a relação de logradouros e estabelecimentos da cidade; a segunda, a notícia histórica mencionada no próprio título. A parte inicial está assim dividida: ruas; travessas; becos; praças, largos e campos; praias; ladeiras; divisão eclesiástica, eleitoral e judiciária da cidade; freguesias da cidade; Casa Imperial; representação nacional e municipal; ministérios e secretarias de estado; bispado e repartições eclesiásticas; capelas e igrejas católicas; igrejas protestantes; conventos e seminários; asilos e hospitais; cemitérios; polícia e repartições judiciárias; guarda nacional, exército, marinha; repartições gerais públicas, estabelecimentos monetários; teatros e recreios públicos; sociedades e estabelecimentos artísticos literários e científicos; e folhas diárias periódicas. Sobre os logradouros, são informados onde começam, onde terminam e que outros neles desembocam ou por eles cruzam. Exemplo:

Rua d’Ajuda, da rua São José à travessa do Maia na praia; desembocam nela: do lado direito, as ruas de Santo Antônio, de Evaristo da Veiga e do Passeio, e os becos do Propósito e do Carvalho; e do lado esquerdo, a chácara da Floresta, a ladeira do Seminário e a rua Santa Luzia. Atravessa os largos da Mãe do Bispo e d’Ajuda – Freguesia de São José, 2º distrito. (FERREIRA, 1873: 1).

As praias são tratadas apenas como logradouros e não como pontos balneários; a divisão eclesiástica, eleitoral e judiciária dizia respeito aos distritos; nas freguesias, são indicadas sua igreja matriz; e, sob o item “Casa Imperial”, são apresentados endereços de residências, locais de audiência, biblioteca, entre outros, da família imperial.

Quanto aos estabelecimentos, chamamos a atenção para a categoria “teatros e recreios públicos”, em que apresenta-se uma pequena lista de diferentes locais de entretenimento, a saber: Cassino (sem nome), Fábrica de Cerveja (sem nome), Fábrica de Cerveja Leiden, Jardim Botânico, Jardim da Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes), Jardim do Passeio Público, Jardim da Praça Duque de Caxias (atual Largo do Machado), Teatro Gymnasio (rua São Francisco de Paula, região da atual praça Tiradentes), Teatro Lyrico Fluminense (Campo da Aclamação, atual Praça da República), Teatro Lyrico Francês (rua da Vala, atual Uruguaiana), Teatro São Luiz (rua São Francisco de Paula, região da atual praça Tiradentes), Teatro São Pedro (praça da Constituição, atual Tiradentes), Teatro Pedro II (rua da Guarda Velha, atual 13 de Maio), Teatro Phenix Dramática (rua da Ajuda). Para cada estabelecimento, são citadas as suas ruas, dias e horários de funcionamento.

A seção de “Notícia Histórica” – a segunda parte do *Guia do estrangeiro* – apresenta os principais monumentos e “estabelecimentos notáveis da cidade”. Ainda que no seu disperso conjunto esses monumentos não representassem um fantástico patrimônio em relação aos países do Velho Continente, era a

partir deles que a cidade mostrava o seu melhor, como corte imperial e cidade civilizada e progressista. Para cada um dos locais considerados notáveis, há um pequeno texto descritivo de mais ou menos 10 a 15 linhas. São eles: Academia de Belas Artes (sede extinta, projetada por Grandjean de Montigny, próxima à atual avenida Passos), Alfândega (outro projeto de Montigny, hoje Casa França-Brasil), Aqueduto da Carioca (arcos da Lapa), Arsenal de Guerra (na antiga ponta do Calabouço, parte do atual Museu Histórico Nacional), Arsenal de Marinha (na encosta do morro do São Bento), Banco do Brasil (atual CCBB), Biblioteca Nacional (antiga sede, na rua do Passeio), Casa de Correção (no Catumbi), Casa da Moeda (atual Arquivo Nacional, na praça da República), Conservatório de Música (atual Centro Cultural Hélio Oiticica, na rua Luiz de Camões, antiga rua da Lampadosa), Convento d’Ajuda (na região onde hoje se encontra a praça Marechal Floriano – Cinelândia), Convento do Carmo (o que restou de suas edificações atualmente pertence à Universidade Cândido Mendes, na rua Primeiro de Março), Convento de Santa Teresa, Convento de Santo Antônio, Dique Imperial (na ilha das Cobras, de frente para o Arsenal), Estátua Equestre de D. Pedro I (na praça Tiradentes), Estátua de José Bonifácio (no largo de São Francisco), Estrada de Ferro Pedro II (atual Central do Brasil, ligava as províncias do Rio, São Paulo e Minas), Hospital da Misericórdia (Santa Casa), Igreja da Candelária, Igreja do Carmo (do mesmo convento citado, na praça XV), Igreja da Glória (no atual Largo do Machado), Igreja de São Francisco de Paula, Igreja do Santíssimo Sacramento (antiga Sé, na avenida Passos), Igreja de São José, Igreja de Santa Cruz dos Militares, Mosteiro de São Bento, Museu Nacional (então na rua da Constituição), Teatro de São Pedro (no local do atual João Caetano, na praça Tiradentes).

Conforme mencionado, este guia tenta evidenciar locais valorizados segundo padrões da cultura europeia, mas também tentava mostrar possibilidades de divertimentos e lazer. Por fim, voltemos ao texto introdutório desta obra, para chamar a atenção para seus últimos parágrafos.

Do livrinho projetado e que contamos publicá-lo, tão exato e completo quanto nos seja possível organizá-lo, é este, que hoje damos publicidade, apenas um simples e incorreto esboço. Aproveitando o ensejo desta publicação, pedimos às pessoas interessadas e que nos queiram auxiliar na árida e ímproba tarefa de organizar um guia do Rio de Janeiro, o favor de nos prestar informações minuciosas sobre os estabelecimentos fabris manufatureiros de importância e estabilidade, enviando-as ao Sr. Garnier, editor deste esboço e da obra completa que será publicada em janeiro do ano vindouro. (FERREIRA, 1873: s/p).

Parece que, de fato, Garnier e Félix Ferreira não conseguiram dar continuidade a este projeto, que ainda assim será um paradigma importante para

futuras publicações. Prova disso é o fato de, nove anos depois, – Alfredo do Valle Cabral, em seu *Guia do viajante no Rio de Janeiro*, citá-lo na sessão “Livros que podem interessar aos viajantes”. As outras publicações referenciadas sob o mesmo título no guia de Valle Cabral foram: *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, pela B. L. Garnier, 1862-63; *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*, do Dr. Moreira de Azevedo, pela B. L. Garnier, 1877; *A baía do Rio de Janeiro, sua história e descrição de suas riquezas*, do Dr. Augusto Fausto de Souza, pela Typographia Universal / Laemmert & Co, 1862; além do *Guia do Rio de Janeiro, ou indicador alfabético das moradas dos habitantes da corte*, que era parte integrante do Almanaque Laemmert. Obras que mostram que o Rio era assunto de interesse dentro da própria cidade.

O Guia de Valle Cabral

O *Guia do viajante no Rio de Janeiro* é uma obra bastante completa que se espalha em quase 500 páginas. É dividida em três partes – Chegada, Estada e Partida – que dão conta de cobrir os mais diversos assuntos, que vão desde a descrição da entrada da baía e a história da cidade até as informações sobre legislação, escolas, hospitais e cemitérios, além de divertimentos, hospedagem e alimentação. O conteúdo alterna longos textos narrativos e descritivos com informações sistematizadas em listagens (como a de endereços das agências de correio ou dos assinantes de telefones) e tabelas e quadros (como as de horários e preços de bondes, pacotes ou de tarifas de correio).

Além do conteúdo textual, o livro possui uma gravura impressa dos morros Dois Irmãos, e ainda dois mapas dobrados e encadernados à brochura, sendo uma planta do Rio, no início do volume, e um mapa das estradas de ferro, no final. Nas páginas pretertextuais, há uma introdução (sem essa designação ou qualquer título, com a assinatura A. do Valle Cabral), seguida de uma longa “chave de classificação” (ordenação de assuntos, como se fosse um sumário, contudo sem indicação de páginas) que, dividida nas três partes mencionadas, é subdividida nos mais variados temas sobre a cidade. Nas últimas páginas há um índice, em ordem alfabética, com numeração de páginas. Na introdução, Valle Cabral credita o “valioso auxílio” de Hilário Peixoto, que se encarregou de diversas seções do guia.

Se Félix Ferreira, em seu texto introdutório, mencionava que tinha organizado seu guia para “preencher sensível lacuna” que existia na cidade – diferentemente de “quase todas as cidades importantes do velho mundo”, onde os estrangeiros que nelas chegavam encontravam instrumento do gênero –, Valle Cabral informa que, com a sua obra, publicava-se “pela primeira vez trabalho de semelhante natureza no Brasil e essa circunstância deve de certo construir para se darem certas lacunas”.

Além disso, se Félix Ferreira mencionou que seu “livrinho” era “apenas um simples e incorreto esboço” daquilo que pretendia publicar em janeiro do ano seguinte, e que para tal feito pedia às pessoas interessadas em auxiliá-lo “o favor de nos prestar informações minuciosas” sobre estabelecimentos diversos, por seu lado, Valle Cabral também prometeu, em seu texto inicial, que se as circunstâncias permitissem, seu guia seria publicado todos os anos, de forma a receber “gradualmente novos melhoramentos até realizar-se o plano geral e completo do trabalho, conforme ideado, e que de uma primeira vez não podia certamente ter a desejada amplitude”. Foi dito também que este que então era “consagrado à utilidade prática da grande capital do Império” seria nas próximas edições acrescido de informações sobre as províncias de Minas Gerais e São Paulo, “intimamente ligadas à capital do Brasil pela Estrada de Ferro D. Pedro II e às suas tributárias”. Mas os planos dos autores não foram adiante, posto que uma nova edição da publicação de Félix Ferreira não aconteceu, e a segunda edição da obra de Valle Cabral repete exatamente o mesmo conteúdo da primeira, inclusive sua introdução.

Sobre a única ilustração do livro, inserida depois da página 344, o autor diz que como há o propósito de adornar as páginas do Guia de estampas gravadas e litografadas, sai desta vez apenas uma, trabalho do Sr. Manuel Lopes Rodrigues. Representa ela os Dois Irmãos, “interessante e enorme pedra que separa o arrabalde do Jardim Botânico da Gávea”, (VALLE CABRAL, 1882) e promete que “outras pedras famosas por suas formas singulares e elevações, deverão de futuro ornar o Guia”, citando como exemplo dessas formações o Dedo de Deus, a Pedra da Gávea, os Dois Irmãos vistos da Gávea, o Pão de Açúcar, o Corcovado visto da rua São Clemente, o Bico do Papagaio (na Floresta da Tijuca), a Pedra Partida (?) e a Pedra de Itapuca (Niterói). Entende-se que a nova imagem prometida dos Dois Irmãos (vistos da Gávea), provavelmente seria diferente desta primeira, cuja legenda indicava “vista da praia da Restinga no Jardim Botânico”, que seria a praia do Leblon.

Chama-nos a atenção o fato de a única imagem da publicação ser de uma região à época praticamente inacessível e desconhecida da cidade. Teria o propósito de despertar o interesse do viajante por áreas pitorescas (de potencial apelo “turístico”), mas pouco conhecidas? Por que, numa segunda edição, o autor se propunha a usar apenas imagens de “pedras famosas por suas formas singulares”? É verdade que o perfil de montanhas da cidade – especialmente visto a partir da entrada da baía – sempre tenha encantado viajantes e estado presente em suas narrativas e imagens da cidade...

Observa-se ainda que nem a “praia da Restinga”, nem a zona sul do Rio, tampouco as outras pedras mencionadas aparecem no mapa do Rio encartado na obra. Seu desenho vai do morro da Glória e praia do Russel à esquerda embaixo, até a Ilha das Cobras, no canto inferior direito. No limite superior,

o desenho abrange São Cristóvão e a antiga praia dos Lázarus (região aterrada da atual avenida Francisco Bicalho).

O livro começa então pela “Entrada do Porto”, texto que sublinha detalhes da geografia e destaca algumas construções avistáveis da baía – como a igreja e fortaleza de Boa Viagem e ainda a fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, e o Hospício de D. Pedro II, na Urca –, fala das invasões estrangeiras sofridas pela cidade e destaca as proezas de Estácio de Sá. Este é um exemplo da preocupação com a informação histórica que encontramos em grande parte dos guias do Rio, referentes ao final do século XIX e início do XX, que analisamos anteriormente (PERROTTA, 2011; PERROTTA, 2015).

Seguindo a lógica de quem está chegando na cidade, a primeira parte segue apresentando informações relativas aos temas Locomoção (linhas de bondes com horários e preços, diligências, barcas etc.), Hospedagem, Alimentação e bebidas, e Asseio; seguidos dos títulos Informações (onde cabem desde consulados até revistas e jornais, incluindo a seção de “Livros que podem interessar aos viajantes”, onde – como foi dito – o guia de Félix Ferreira foi mencionado), Comunicações (correios, telégrafos e telefonia) e Indicador de ruas (tal como existia no próprio guia de Félix Ferreira).

A segunda parte do livro de fato dá conta da Estada do viajante – principalmente quando se imagina longas estadas – e aborda informações relativas a comércio, artes e indústria (dois temas distintos, mas muito comumente associados no século XIX), escolas, municipalidade, polícia, justiça, saúde etc. E a terceira parte, relativa à Partida, traz informações sobre transportes, interno e internacional, além do item “Artigos para viagem”.

Cada um desses temas, subtemas e suas abordagens mereceria análises por perspectivas diversas; entretanto, mencionaremos aqui apenas algumas poucas questões relativas a aspectos “mais turísticos” do guia.

Numa época em que a vida da cidade girava em torno do Centro, chamam a atenção os serviços listados em outras freguesias. Na seção de Hospedagem, por exemplo, além do Centro, são apresentados hotéis em Santa Teresa, Catete, Botafogo, Tijuca e Alto da Tijuca. As informações sobre eles não são padronizadas, e variam de acordo com aquilo que se julgou merecer a atenção, para além de preços de refeições e aposentos. Por exemplo, há indicações da origem dos responsáveis (“casa inglesa”, “casa francesa”), horários das refeições, se o vinho está incluído, se tem piano ou bilhar, se o bonde ou a diligência para na porta, se tem telefone, que tipo de hóspede recebem (famílias, pensionistas, convalescentes), além das características mais aprazíveis do seu entorno, que algumas vezes são destacadas como: “o mar fica-lhe próximo” (hotel no Catete), “tendo plantas e arvoredos na frente” (em Botafogo), “tem excelentes banhos frios, de chuva [chuveiro] e de cachoeira e um grande tanque para natação”, e “cercado de cascatas, ouvindo-se constantemente o murmúrio das águas”, além de “animais de montaria para passeios e excursões” (no Alto da Tijuca).

A seção de Alimentação apresenta-se com algumas subdivisões, começando por Restaurantes, onde são listados muitos estabelecimentos no Centro e alguns poucos nos bairros de Botafogo, Jardim Botânico e Vila Isabel. No Jardim Botânico, cita-se o (também hotel) Chalé Restaurant Campestre, onde “as mesas são separadas e acham-se dispostas por debaixo das árvores o que lhes dá um certo cunho de beleza”, e que recebe encomendas pelo telefone. Em Vila Isabel, são citados dois hotéis que não constam na listagem de hospedagem, decerto porque o serviço de restaurante fosse melhor do que o de hospedagem.

Antes dos Cafés apresenta-se a seção Comidas Frias, que apresenta lugares (todos no Centro) que vendem laticínios, mas “são muito frequentadas à noite, principalmente depois de terminados os espetáculos”. A lista de Confeitarias é grande e são citadas apenas pelos endereços (sem os nomes) que incluem também os bairros de Catete e Botafogo, mas destaca-se que as “mais famosas” (estas, em número de cinco, são nomeadas) ficam na rua do Ouvidor, no Centro. Seguem-se as seções Cervejarias, Vinhos (aqui com uma lista de rótulos e preços) e Gelo. Nesta última, indica-se que o produto é disponível em todos os hotéis, restaurantes, cafés, confeitarias e cervejarias.

Ainda na primeira parte do guia (Chegada), depois das seções Locomoção, Hospedagem e Alimentação e bebidas, a quinta seção é Asseio, na qual inclui-se as categorias: 1) Banhos, 2) Calistas, 3) Barbeiros e Cabelereiros, das quais só comentaremos a primeira. Considerando que nem todos os hotéis e pensões dispunham de acomodações para banhos, essa parte é muito relevante para o viajante; mas, além disso, o tema engloba o banho de mar (muito pouco valorizado), que envolvia lugares para troca de roupas e serviços de apoio, e ainda a hidroterapia. Assim, a categoria Banhos apresenta-se no guia subdividida em três: a primeira – Frios e quentes, de chuva [chuveiro] e de choque – diz respeito aos locais de higiene que complementam a hospedagem; a segunda subdivisão – De mar e de chuva de água salgada – cita três estabelecimentos (na Praia do Flamengo, no Boqueirão do Passeio e na rua Santa Luzia – sabe-se que esta última era a mais famosa casa de banho [de mar] da cidade), além do Palácio Flutuante (uma barca com tanque de natação, que ficava atracada no Cais Pharoux). São citados também alguns serviços disponíveis nas casas de banho, como aluguel de cabines e vestimentas, lavagem e conservação de roupa, além de banhos de chuva [chuveiros]; e a terceira subdivisão – Duchas (aplicações de) sob direção médica – indica apenas o hotel Balneário, na rua Marquês de Olinda, em Botafogo, famoso pela sua proposta de banhos medicinais, comuns na Europa.

Na segunda parte do guia (Estada), chegamos à terceira seção – Visita à cidade – que se inicia com a subcategoria 1) Monumentos, edifícios notáveis e outras obras de arte – assim apresentada:

Em seguida achará o viajante a relação dos monumentos mais dignos da sua atenção e visita quer da cidade, quer de seus arrabaldes, e uma sucinta descrição de alguns, procurando-se sempre que possível indicar o estilo especial a que cada um pertence. Neste sentido consultaram-se os trabalhos sobre os edifícios públicos publicados por Araújo Porto Alegre, Dutra e Mello, J.A. Cordeiro, Dr. Macedo e Dr. Moreira de Azevedo e Feliz Ferreira. (VALLE CABRAL, 1882, p. 256).

A começar por: a) Palácios da Família Imperial, depois b) Monumentos comemorativos, c) Igrejas e conventos etc., 64 páginas dão conta de enumerar monumentos e prédios com pequena descrição de cada um. Aqui chama a atenção o item g) Caixas d'água – logo depois de f) Chafarizes, e seguido de h) Diques e Docas. Sobre as mesmas é dito:

Abastecem a cidade os rios Carioca, Maracanã, Rio Comprido, São João, Andaraí Grande, Trapicheiro, Rio do Ouro e Santo Antonio; mas as águas mais estimadas são as do primeiro, que alimenta diversas fontes da cidade desde a sua fundação, tanto assim que, quando ainda há bem pouco tempo a população sentia falta d'água, custava às vezes um barril de água da Carioca 2\$000. (VALLE CABRAL, 1882, p. 313).

São então enumeradas, com descrição do local, e/ou história ou características da construção e/ou itinerário de acesso, e ainda os rios que as abastecem, as seguintes: Caixa d'água da Carioca, denominada Mãe d'Água (no morro de Santa Teresa [Silvestre]), Caixa d'água do Barro Vermelho (no morro de mesmo nome, no Estácio), Cisterna do Castelo (no morro de mesmo nome), Reservatório do São Bento (no morro de mesmo nome), Reservatório de Santa Teresa (no morro de mesmo nome), Caixa d'água das Laranjeiras (no morro do Inglês), Reservatório do morro da Viúva (no referido morro), Caixa d'água de São Cristóvão (“em pequena montanha de bastante altura, à direita da Imperial Quinta da Boa Vista”), Reservatório D. Pedro II (no morro do Pedregulho [Benfica]), Caixa d'água do Macaco (Jardim Botânico), Reservatório da Raiz da serra da Tijuca (ainda em construção na época da edição do guia, diz-se que por ela passavam as diligências da serra), Caixa d'água da serra da Tijuca (adiante da nova caixa), Caixa d'água do Alto da Boa Vista e Reservatório do rio do Ouro (Nova Iguaçu).

Embora a apresentação dedicada a cada um desses reservatórios seja bastante desigual, intui-se que muitos deles ficavam em lugar bucólico, em meio à vegetação e próximos a nascentes – provavelmente cristalinas –, além de situar-se em lugares altos que deviam oferecer vistas da cidade. Certamente somava-se a isso uma certa admiração pelas obras de engenharia. “O reservatório D. Pedro II é uma obra monumental que honra o engenheiro que a executou e é digna de ser visitada. Acresce ainda que dali

descortina-se uma vista agradabilíssima e toda cheia de encantos” (VALLE CABRAL, 1882, p. 317).

Vale dizer que as caixas d’água vão tornar a aparecer em outros guias do Rio – especialmente a primeira, conhecida como Mãe d’Água, construída em 1744, no fim da rua do Aqueduto, em Santa Teresa. O fotógrafo Marc Ferrez (1843-1923) – que atuou como fotógrafo oficial da Comissão Geológica do Império e registrou o processo de modernização do Rio de Janeiro (entre outras localidades) e suas grandes obras de engenharia – registrou a construção de algumas dessas obras, como a do reservatório do morro do Pedregulho. Elas podem ser acessadas no portal Brasileira Fotográfica, que é uma parceria da Biblioteca Nacional com outros acervos.

Logo depois, é apresentado o “Itinerário para se visitar com rapidez em quatro dias os estabelecimentos e edifícios principais do centro da cidade” (conforme discriminado abaixo). O primeiro dia se dá em torno das atuais Praça XV e Praça Mauá; o segundo, na parte mais antiga da cidade, no antigo morro do Castelo e seu entorno; o terceiro, nas regiões da Cinelândia e Largo da Carioca; e o quarto, na região do Largo de São Francisco, Praça Tiradentes e Campo de Santana.

1º dia: Paço da Cidade, Secretaria de Agricultura, Paço da Câmara dos Deputados, Chafariz da Praça de D. Pedro II, Praça do Mercado, Doca do Mercado, Capela Imperial, Igreja do Carmo, Igreja da Cruz dos Militares, Correio, Praça do Comércio, Banco do Brasil, Igreja da Candelária, Alfândega, Doca da Alfândega, Arsenal de Marinha, Estabelecimento da Cia. City Improvements e Mosteiro de São Bento.

2º dia: Igreja de São José, Necrotério, Arsenal de Guerra, Escola de Medicina, Casa da Santa Misericórdia, Hospital Militar do Antigo Colégio Jesuítas, Igreja Santo Inácio de Loyola, Observatório Astronômico, antiga fortaleza do Castelo, Cisterna do Castelo, Pau da Bandeira, Igreja de S. Sebastião e marco na esquina deste mesmo templo.

3º dia: Arquivo Público, Policlínica, Igreja da Ajuda, Chafariz Carioca, Hospital da Ordem Terceira da Penitência, Convento de Santo Antônio, Igreja de S. Francisco da Penitência, Tipografia Nacional, Teatro D. Pedro II, Jardim da Guarda Velha, Teatro Phenix Dramática, Escola de S. José, Seminário de S. José, Igreja Anglicana, Quartel dos Barbônios, Chafariz das Marrecas, Casa dos Expostos, Arcos do Aqueduto da Carioca, Convento de Santa Teresa, Convento do Carmo, Igreja da Lapa do Desterro, Biblioteca Nacional, Cassino, Passeio Público, Convento da Ajuda.

4º dia: Biblioteca Fluminense, Estátua de José Bonifácio, Igreja de São Francisco de Paula, Escola Politécnica, Teatros Ginásio Dramático e S. Luiz, Gabinete Português de Leitura (em construção), Tesouro Nacional, Igreja do Sacramento, Academia de Belas Artes, Conservatório de Música, Teatro S. Pedro de Alcântara, Estátua Equestre de D. Pedro I, Teatro Santa Ana, Teatro

das Novidades, Recreio Dramático, Museu Nacional, Jardim do Campo, Igreja de S. Gonçalo Garcia, Paço Municipal, Escola de Santa Ana, Internato do Colégio D. Pedro II, Igreja de S. Joaquim, Quartel do Campo, Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, Casa da Moeda, Paço do Senado, Corpo de Bombeiros, Repartição Geral dos Telégrafos.

Embora coubesse especificar, dentro deste roteiro, o que ainda existe e o que não existe mais, o que eram e o que são, vamos apenas chamar a atenção para o que se pretendia mostrar: um roteiro parecido com aquele que se fazia (e ainda se faz) nas cidades europeias, excetuando seus grandes museus.

Depois dessa proposta de itinerário rápido, segue-se uma lista de cemitérios da cidade, e então, sob o título de Arrabaldes, o autor explica que esses lugares que circundavam a cidade são “notáveis”, pois em geral “primam pelo clima ameno e salubre e vegetação esplêndida”, além de abrigar “excelentes palacetes, casas e chácaras”, e dispor de “fáceis e cômodos meios de transportes a partir do centro da cidade”.

Os arrabaldes mais antigos, e mais próximos da cidade, eram Glória e Cateete. Outros mencionados foram: Cosme Velho; Corcovado – que “sustenta o celebrado gigante de pedra” e para o qual são recomendados dois caminhos de acesso; Botafogo, quando então conta-nos que a pedra do Pão de Açúcar já vinha sendo escalada desde 1817; Copacabana, ainda sem bonde de acesso, e Jardim Botânico; e Gávea, onde são citadas as possíveis inscrições na pedra e onde está inserida a gravura dos Dois Irmãos. A praia da Restinga do Jardim Botânico (Leblon) é citada pela natureza, mas não como local de banho de mar:

É um passeio agradabilíssimo, ir-se até à praia da Restinga, onde furiosamente batem noite e dia ondas do Atlântico. Aí vê-se no final do caminho que começa a praia do Pinto, às vezes sangradouro que se costuma abrir em certas épocas para comunicar a lagoa com o mar. (ibidem).

O sangradouro mencionado é hoje o canal do Jardim de Alah.

Continuando, ainda são mencionados os seguintes arrabaldes: Santa Teresa; Paula Matos; Catumbi; São Cristóvão; Caju, local “muito ameno e agradável” onde encontra-se a “Imperial Quinta do Caju”; Rio Comprido; Engenho Velho; Fábrica de Chitas (atual Praça Saens Peña); Andaraí Pequeno; Tijuca, recomendando-se a visita do Alto da Boa Vista, Cascatinha, Mesa do Imperador, Vista Chinesa e Macaco, Cachoeira Grande; Furnas; Vila Isabel; Andaraí Grande; S. Francisco Xavier; Riachuelo; Engenho Novo; Todos os Santos; Engenho de Dentro; Piedade; Cascadura; Campinho; Jacarepaguá e Paquetá, que “acha-se assentado na poética, risonha e encantadora ilha do seu nome”.

O título Divertimentos Públicos tem início com os jardins da cidade, onde são citados – cada um com uma pequena descrição do tipo “chafariz ao

centro” ou “árvores frondosas”: Passeio Público, Jardim do Campo da Aclamação, Jardim da Praça da Constituição, Jardim da Praça de D. Pedro II, Jardim do Largo de S. Francisco de Paula, Jardim da Estrada de Ferro D. Pedro II, Jardim da Praça Onze de Junho, Jardim da Praça Municipal, Jardim da Praça General Osório, Jardim da Guarda Velha (de propriedade de uma fábrica de cerveja, junto ao Morro de Santo Antônio, que incluía botequim, bilhares, caramanchões e salões para bailes populares), Jardim do Cais da Glória, Jardim da Praça Duque de Caxias (atual Largo do Machado), Jardim Botânico – o único citado como “visita indispensável” – “Ao entrar-se no jardim, ante tão imponente cena que se desvenda aos olhos do visitante, sente-se uma impressão sem igual” – e o Parque Imperial (atual Quinta da Boa Vista). Ainda no mesmo título, seguem as Festas Populares.

Logo após, os bilhares são listados com indicação de endereços e preços. A seguir, sobre os teatros, diz-se que são ao todo dez na cidade, sendo dois de grande porte, dois pequenos, cinco campestres (onde apresentavam-se peças de gênero ligeiro) e um teatro-circo. Acrescenta-se que se apresentavam, nesses teatros, artistas nacionais, portugueses, italianos, franceses e espanhóis, e finalmente conta-se a história e descreve-se as acomodações de cada um.

As regatas do Clube Guanabareense, na Praia de Botafogo, também aparecem como um divertimento público muito concorrido. O guia relaciona as linhas de bonde que serviam o local e esclarece que “o clube de regatas também dá partidas-concertos”.

Por fim, são citadas as corridas de cavalo que, gratuitas, eram tidas como um dos divertimentos populares mais prestigiados. O Prado Fluminense, localizado em S. Francisco Xavier, era servido pela Estrada de Ferro D. Pedro II, por bondes e carros de aluguel. Mais tarde, este terreno seria trocado por outro na Gávea, para a construção do Maracanã.

Terminando esta seção, em Divertimentos Particulares o guia relaciona clubes esportivos e musicais. Assim, passa a tratar de assuntos menos turísticos como comércio, administração pública, religião, ensino e saúde. Na sua última parte, são relacionadas informações relativas aos meios de transporte para o exterior e o interior do país e, finalmente, são recomendados os passeios a Niterói, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Campos.

Os temas seguintes do guia são menos turísticos e dizem respeito à estrutura da cidade: comércio, indústria, administração, municipalidade, polícia, justiça, religião, instrução, saúde, ocupando páginas significativas da publicação. E, finalmente, são indicados os pontos comerciais que vendem artigos de viagem e são oferecidas informações sobre viagens marítimas para o exterior e o interior, as cidades servidas pela estrada de ferro e lugares da província (cidades do estado do Rio) que mereciam ser visitadas.

Considerações finais

A obra de Valle Cabral realmente reuniu informações fundamentais para que o viajante pudesse chegar, estar e sair do Rio de Janeiro, mas sua análise suscita algumas questões. Por que o livro não foi editado em outras línguas? Considerando que algumas informações (até mesmo a descrição da entrada na baía) o viajante deveria ter consigo antes do desembarque, haveria distribuição desta obra fora do país? E, por que não houve a desejada reedição atualizada do guia?

Este guia, tal como outros, apresentava o Rio de Janeiro de forma a evidenciar locais valorizados segundo padrões da cultura europeia – tais como monumentos, edifícios e igrejas –, embora sem destaque para o museu que já tínhamos – que provavelmente seria tímido comparado aos europeus –, mas apresentando nossas bibliotecas e instituições culturais. Sob este aspecto, temos que considerar um contexto mais amplo, em que se presenciava um movimento, sobretudo da elite que vivia na cidade, de aderir (ou mesmo tentar copiar) padrões e valores de vida europeia. Aliás, a publicação de *Impressões de viagem Brasil-Europa: Ida e volta – livro-guia de viagem* (GIOLMA, 1887) deixa clara a existência da rota de brasileiros para o exterior.

Apesar da tentativa de intelectualizar os atrativos da cidade, há também um esforço, por parte de Valle Cabral e outros autores, em mostrar possibilidades de divertimentos e lazer. Nesse quesito, chama a atenção a diferença entre o que era entendido como divertimentos públicos e particulares. Nos primeiros, sempre eram citados os parques e jardins, mas também outras atividades não franqueadas ao público – como os teatros. Ou seja: público era considerado aquilo que qualquer pessoa podia frequentar, ainda que pagando. Particulares eram os divertimentos em clubes e sociedades de acesso restrito.

O banho de mar, pouquíssimo valorizado no guia de Valle Cabral, não era ainda, de fato, considerado exatamente um lazer – a algazarra e as brincadeiras no mar eram, inclusive, vistas com maus olhos – e o acesso à zona sul da cidade ainda era bastante limitado. Do ponto de vista de atrativos naturais (tropicais), porém, a Floresta da Tijuca e o Alto da Boa Vista já eram passeios notáveis que também não foram devidamente valorizados.

Em favor das suas praias – que não existem mais no Centro, mas se estendem até a Prainha –, o Rio de hoje praticamente despreza o turismo na Floresta e no Alto, onde a Cascatinha e as Furnas de Agassiz já fizeram tanto sucesso. Talvez o processo de decadência desses lugares fosse natural, embora não precisasse ser com tanta degradação...

Mas e as caixas d'água?! Foram atração em vários guias, e motivos de fotografias de Marc Ferrez. Como estão?

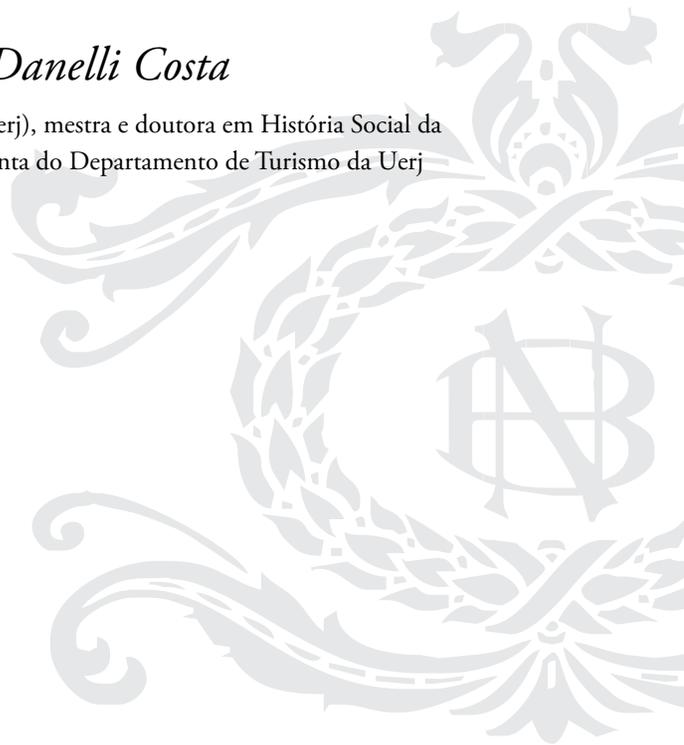
Referências

- BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros 1531-1900*. Rio de Janeiro: Seec, 1980.
- FERREIRA, Félix. *Guia do estrangeiro no Rio de Janeiro e uma notícia histórica sobre os principais monumentos*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1879.
- GIOLMA, E. M. *Impressões de viagem Brazil-Europa: ida e volta – livro-guia de viagem*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1887.
- LANGSDORF, Georg Heinrich. *Memória sobre o Brasil, para servir de guia a'queles que nelle se desejao estabelecer*. Rio de Janeiro: Officina de Silva Porto e Cia., 1822.
- PERROTTA, Isabella. *Desenhando um paraíso tropical: a construção do Rio de Janeiro como um destino turístico*. 2001. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.
- PERROTTA, Isabella. *Promenades do Rio: a turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1873 a 1939*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.
- VALLE CABRAL, Alfredo do. *Guia do viajante no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1882.

A literatura de viagem em perspectiva histórica: contribuições para uma mirada sobre os guias de viagem

Amanda Danelli Costa

Bacharela e licenciada em História (Uerj), mestra e doutora em História Social da
Cultura (PUC-Rio), professora adjunta do Departamento de Turismo da Uerj





Resumo

O objeto do presente artigo é a literatura de viagem, tomada em perspectiva histórica. Desde as crônicas feitas por viajantes no século XVI até os guias de viagem das primeiras décadas do século XX, interessa-nos observar, no decurso do tempo, as características que se mantêm e se transformam na literatura de viagem. Dentre as características que se mantêm, destaca-se, em especial, o seu caráter pedagógico, buscando familiarizar seus leitores com os mais diferentes lugares do mundo. Já entre as características que se transformaram, destacam-se aquelas derivadas do avanço da técnica no mercado editorial e ainda a introdução de narrativas mais objetivas e pretensamente neutras.

Palavras-chave: História do Turismo. Literatura de viagem. Guias de viagem.

Abstract

The object of this article is travel literature, analyzed from a historical perspective. From the chronicles written by travelers in the 16th century to the travel guides produced in the first decades of the 20th century, we are interested in observing, along a timeline, the characteristics that remain the same and those that change in travel literature. Among the characteristics that have remained in this kind of literature, the pedagogical character stands out, in particular, seeking to make the readers acquainted with the most different places in the world. Among the characteristics that have changed, it is worth highlighting those derived from the advancement of technique in the publishing market and the introduction of more objective and supposedly neutral narratives.

Keywords: History of Tourism. Travel literature. Travel guides.



A literatura de viagem e seu caráter pedagógico: crônicas, diários, guias como forma de apr(e)nder o mundo

É relativamente frequente que os pesquisadores dedicados a estudar os guias de viagem, ao estudar a história desse gênero literário, acabem travando contato com uma série de relatos ou crônicas de viagem, muito comuns em toda a modernidade. Em geral, essas narrativas se pretendiam não ficcionais – muito embora isso não se verifique todo o tempo, haja vista a presença de monstros marítimos e uma série de seres fantásticos em vários desses textos – e eram escritas em primeira pessoa, em tom marcadamente descritivo. Não apenas o que se via era descrito, mas também o que se experimentava ao longo da viagem, como sensações e impressões. Havia naquelas crônicas um importante compromisso de familiarizar os possíveis leitores com o Novo Mundo. Muitos cronistas, de diferentes origens e com os mais variados interesses, passaram pelo Brasil depois do escrivão Pero Vaz de Caminha: Hans Staden, André Thevet, Jean de Léry, Antonil, entre outros.

Para Bosi, essa seria a primeira etapa na análise da literatura de viagem, ou seja, os relatos daqueles que passaram ou viveram alguns anos no Brasil e descreveram suas paisagens e seus habitantes com interesse puramente mercantilista. Uma segunda etapa é apontada por ele quando do movimento romântico, principalmente pelas obras de José de Alencar. (RIBEIRO, 2007, p. 150).

Os relatos foram a porta de entrada para um universo que, para a maioria de seus leitores, se daria a conhecer apenas nas letras. Outra característica valiosa daquela literatura de viagem é o fato de ela ser atravessada pelo registro da vida de seus autores: as crônicas e relatos são a expressão daquele autor que viaja. A tradução do que ele percebe, vê e experimenta é simultaneamente amplificada e limitada pela sua própria existência, de modo que a sua autoria produz um tipo de marca mais do que desejável, uma presença necessária que contribui para atestar, autorizar o relato como expressão da realidade.

No caso da literatura de viagem moderna, a presença do autor que fala em primeira pessoa – e de sua subjetividade – é aquilo que, ao mesmo tempo, aproxima os relatos da literatura e que lhes confere caráter de “prova”. Seu principal compromisso – o de familiarizar seus leitores com novos territórios – carregava ainda um caráter pedagógico de merecido destaque: aproximar, antecipar, informar, ambientar o leitor sobre novos lugares e culturas. Às vezes relatos, outras vezes crônicas, memórias, diários, a literatura de viagem assumiu variadas formas, transitando entre distintos gêneros, somando-se também aos guias de viagem. É importante deixar claro desde já que o nosso entendimento não é o de que os guias de viagem sejam o estágio evoluído da literatura de viagem; em realidade, todos esses gêneros

coexistiram e seguem coexistindo ao lado dos guias, às vezes sem que os limites entre eles sejam tão evidentes.

Há uma característica que aproxima todos esses gêneros dentro do que se entende largamente como literatura de viagem: o caráter pedagógico. A literatura de viagem não é meramente informativa, ou seja, não responde exclusivamente as perguntas mais imediatas, mas contribui para uma aproximação (leitor/novos territórios) que se dá pela produção de um saber, independentemente do caráter utilitário desse saber. Os guias se distanciam da literatura de viagem, em geral, por uma particularidade: costumam ser práticos. E não confundamos práticos com descritivos, objetivos ou superficiais: o dado prático dos guias de viagem se verifica, mais frequentemente, pelo modo de organização do texto do que pelo conteúdo.

Ainda que não haja acordo sobre o primeiro guia de viagem, é inegável o papel que tem *La guide des chemins de France*, publicado por Charles Estienne em 1552. Suas cópias manuscritas – foram 28 reedições até 1568 – tinham tamanho reduzido, traziam os caminhos entre os vários povoados, organizados por regiões, indicavam a distância em dias de caminhada, além de alojamentos, pensões e uma série de outros serviços fundamentais ao viajante (SKENAZI, 2003, p. 153) Essas características, entre outras, passariam a identificar pouco a pouco as especificidades dos guias de viagem como gênero literário.

Um dos impulsos mais significativos para o incremento do mercado de guias de viagem na modernidade foi o advento do *Grand Tour*, viagem destinada aos jovens aristocratas europeus. O objetivo da viagem era o de, concluída a educação formal, lançar os jovens aristocratas em viagens que, quase sempre, se destinavam à Itália. Frequentemente acompanhados por tutores, aprendiam *in loco*, por testemunho e experiência, conhecendo cidades, acervos, antiquaristas. A viagem era, ao menos idealmente, parte do processo de formação desses jovens para que ocupassem os espaços políticos da vida pública. Os tutores e os guias de viagem – alguns dos guias eram escritos justamente pelos tutores – guardavam consigo o caráter pedagógico do qual falávamos antes: antecipavam, introduziam, familiarizavam, ambientavam e iniciavam os jovens viajantes frente ao novo e ao outro.

Após o final do século 17, o turismo era essencialmente praticado por filhos da aristocracia e da chamada *gentry* (pequena nobreza). Mas, aos poucos, essa clientela foi se ampliando, de modo que, ao final do século 18, o *Grand Tour* estava já firmemente estabelecido para os filhos da classe média urbana melhor situada, formada por burgueses prósperos e emergentes do setor de serviços que a indústria indiretamente engendrava. (SALGUEIRO, 2002, p. 291-292).

Com o processo de aburguesamento do *Grand Tour*, os guias de viagem se diversificaram, se multiplicaram e se especializaram, de modo que, no século

XVIII, já havia guias sobre muito mais cidades europeias, particularmente as italianas, como nos exemplifica Horacio Capel (1985): *Forestiere illuminato en Venezia*, de Abrizzi, 1722; *Roma ampliata o descrizione dela moderna città*, de Martinelli, 1725; *Rome moderne, premiere ville de l'Europe avec toutes ses magnificences et ses delices*, de François Deseine, 1713; *Compendio de las cosas más particulares de la Santa Ciudad de Roma*, de Juan Bautista Vaccondio, 1769. Se a Itália era o destino do *Grand Tour*, o que justifica a variedade de guias sobre suas cidades, também era parte relevante da viagem o percurso até a península, como se observa com o *Voyage d'Italie et de Hollande*, de Coyer, em 1775, e *Voyage aux Pays-Bas*, de Desjobert, em 1778.

As viagens científicas, século XIX adentro, movidas pelo entusiasmo exploratório dos naturalistas, também seriam responsáveis por uma série de livros e álbuns que registravam o furor das expedições ao sul global, como vemos com Augustin François de Saint-Hilaire, Georg Heinrich von Langsdorff, Johann Baptist von Spix e Carl Philipp von Martius. Dessas expedições, travamos contato não apenas com registros das entranhas do Brasil oitocentista, mas também com um modo de observar, analisar e inscrever o “outro”, o “estranho” e o “pitoresco” frente ao concerto das civilizações.

A obra de Humboldt sobre o Novo Mundo e sua aura de grande sábio são referência constante para seus contemporâneos que vieram ao Brasil. A arte – expressão privilegiada para dar conta das sensações visuais experimentadas pelos viajantes – acompanha sempre que possível os relatos e descrições feitos por naturalistas. As grandes expedições podiam muitas vezes contar com a presença de artistas, como Louis de Choris, Thomas Ender ou Adrien Taunay. (KURY, 2001, p. 866).

Também no século XIX, alguns literatos brasileiros, como Gonçalves Dias e José de Alencar, flertaram com a literatura de viagem, o que se observa em seus ensaios e romances, que contribuem para os contornos da cor local no momento em que se forjava a nacionalidade brasileira.

Ao longo da narrativa, o escritor procura desconstruir imagens distorcidas que os primeiros viajantes-autores criaram a respeito da Nova Terra, seus habitantes nativos e suas culturas. Os referendados são, principalmente, o português Gabriel Soares, o inglês Robert Southey, os alemães Alexandre von Humboldt e Hans Staden, os franceses Yves d'Évreux, Jean de Lery e Ferdinand Denis, entre outros. De alguns, Alencar busca o esclarecimento de tradições e costumes e concorda com eles; de outros, tenta refutar os textos, as impressões negativas e observações superficiais que redundaram em características desfocadas do nativo. (RIBEIRO, 2007, p. 151).

Essa espécie de retorno às raízes se fez novamente durante o modernismo, incluindo, nesse percurso desbravador da(s) brasilidade(s), as viagens exploratórias e a produção de relatos, diários, ensaios (textuais e imagéticos) publicados por literatos como Mário de Andrade e Manuel Bandeira.

Na produção de literatura sobre cidades e de divulgação turística no Brasil, inclusive guias de viagem, destacam-se as participações de intelectuais de diferentes gerações, como Alfredo do Valle Cabral, Marques Rebello, Cecília Meireles, Gastão Cruels, Lúcia Machado de Almeida, Ruy Castro, para além dos demais citados ao longo do texto.

O papel do guia de viagem contemporâneo – entre 1840 e 1940

Todas essas experiências, de diferentes formas, contribuíram para a construção do produto guia de viagem – tal como o conhecemos hoje – dentro do mercado editorial. Da moderna literatura de viagem que nos chega, os guias de viagem produzidos especialmente a partir de meados do século XIX são aqueles que guardam mais relações com os guias atuais. Vários dos elementos que contribuíram para que ocorresse uma transformação na forma de se construir, produzir e circular os relatos de viagem guardam relação com a nossa vida tal como ela é hoje. Os guias do século XIX eram respostas tanto às mudanças que a própria atividade turística enfrentava naquele momento como às transformações nas comunicações. A mecanização da vida e o progresso material, a reboque da Revolução Industrial, afetaram de forma complexa a produção de guias de viagem. O frenesi da vida urbana, por sua vez, provocou uma série de acelerações do tempo que também produziram efeitos sobre a atenção dos observadores, fossem eles leitores ou viajantes, o que contribuiu para que os guias se tornassem mais atraentes na medida em que se faziam mais objetivos, práticos e utilitários. Os guias de viagem que surgem nesse momento, em larga medida, correspondem às transformações que se fizeram experimentar na própria subjetividade moderna.

Vistos dessa perspectiva, os guias se transformaram em um gênero panorâmico, que visava especialmente informar superficialmente sobre as cidades, conduzindo o leitor-viajante em segurança, sem estimular mergulhos nas tensões e paradoxos dos espíritos das cidades. Foi particularmente esse traço que conferiu ao guia o lugar de um gênero literário menor. Contudo, os guias continuaram convivendo com os relatos de viagem – que, além de descrições, muitas vezes ofereciam interpretações que ora revelavam e ora inventavam as cidades – e, ao passo que muitos guias se diferenciaram dos relatos, como já foi dito, outros se aproximaram daquele estilo. (COSTA, 2020, p. 165).

Enquanto as transformações urbanas impactam a atividade turística que se realiza em um determinado local, também as mudanças no modo de se fazer turismo afetam o corpo e a alma das ruas das cidades, além de provocar alterações no modo como os espaços urbanos são organizados e representados. Nesse sentido, as transformações técnicas experimentadas ao longo do século XIX – especialmente nos transportes e nas comunicações – resultaram em uma nova forma de organização do turismo, colaborando para o *boom* da atividade com as viagens em grupo. Thomas Cook, um dos precursores dessa nova fase da atividade turística, foi o responsável pela popularização desse tipo de lazer, graças ao barateamento dos custos das viagens para o consumidor através da venda casada de trem e hotel, que assegurou a ocupação das empresas de transporte e hospedagem. Com o avanço dos negócios, Cook estruturou a sua primeira agência de viagens, valendo-se da publicidade para atrair os turistas através de publicações como revistas e guias e alcançando diferentes grupos sociais. É fato que o aumento da quantidade e frequência de viagens tornou urgente o investimento em materiais informativos que dessem conta das dúvidas e inseguranças dos turistas. Foi o próprio quem criou a coleção de guias de viagem *Cook's tourists' handbook*, começando por um título dedicado à Inglaterra, mas avançando também por outros países e regiões da Europa, norte da África, e ainda China, Índia, Síria e Palestina. Dessa forma, os guias não só punham em destaque uma série de destinos turísticos, atraindo o interesse e divulgando a fama das cidades, mas também contribuíam para que os consumidores, sobretudo os menos versados nas viagens, se sentissem mais seguros frente ao que ainda desconheciam.

Lavenir (1999) nos conta uma história dos guias de viagem em três atos: para a historiadora, de início, os guias de viagem se aproximavam dos relatos, comuns entre os séculos XVI e XVIII; depois, tal como observamos acima, os guias se transformariam junto das mudanças provocadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Urbana, no século XIX, tornando-se cada vez menos “subjetivos”, autorreferenciados, e passando a destacar seu papel prático e informativo; por fim, já no século XX, as sugestões de roteiros a fazer e atrativos a visitar – presentes desde o momento anterior – ganham destaque, indicando há mais de um século aquilo que melhor identifica os guias de viagem e os diferencia como gênero literário.

Outros guias fizeram fama ao longo do século XIX, como o alemão Baedeker, o inglês Murray e o francês Joanne. Foi John Murray quem cunhou a expressão *handbook*, o que nos diz algo de particular sobre os novos usos da literatura de viagem (ZILLINGER, 2004). Os guias deveriam ser mais confortáveis de carregar, manusear e ainda deveriam facilitar a busca de informações em suas páginas. Dos três, o Baedeker foi e ainda é o mais conhecido e aquele que encontrou o maior alcance editorial. Publicado em alemão, francês e inglês, entre 1832 e 1945, produziu edições sobre o Império Austro-Húngaro,

Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Suíça, França, Itália, Grã-Bretanha, Escandinávia, Espanha, Portugal, Grécia, Turquia, Palestina, Síria, Rússia, Índia, Egito e América do Norte, além de um guia regional para o Mediterrâneo, guias especiais para cidades como Berlim e Paris e dos manuais de conversação. Algumas edições (1878, 1900, 1937) do guia para Paris foram acrescidas de suplementos sobre as Exposições Universais e, a partir de 1878, incluiu-se ainda um apêndice com mapas de ruas. O Brasil e o Rio de Janeiro não estão entre os países e cidades que figuram nos guias Baedeker. Apesar disso, Olavo Bilac, Guimarães Passos e Bandeira Jr. se uniram para fazer o *Guide des États-Unis du Brésil*, publicado em 1904 e inspirado no modelo do guia alemão. A importância do guia também se fez notar pelas mãos de outro intelectual brasileiro de renome, Gilberto Freyre, que, em mais de um de seus textos escritos para o *Diário de Pernambuco*, entre 1922 e 1925, citou o guia. Aliás, é nesse mesmo periódico que Gilberto Freyre dá a notícia da morte de Fritz Baedeker em um texto que, entre outras coisas, nos conta que em muita literatura e sociologia há relatos de viagem que fazem as vezes de relatos produzidos *in loco* quando só foram possíveis com a ajuda dos guias Baedeker.

É engano supor que o turista seja sempre um indivíduo de caixa de binóculo ou Kodak, como nas caricaturas ou no cinema. É antes um indivíduo com um livro debaixo do braço. E o livro é sempre Baedeker. [...] Limita-se o viajante que se entrega à carinhosa tirania do Baedeker e da Cook a rolar ou a boiar docemente, sem esforço, pelas cidades, pelos campos, pelos lagos, pelos mares, pelas montanhas, pelas praias mediterrâneas, a escorregar pelos gelos da Escandinávia, a voar pelos areais do Saara. Baedeker e Cook transformam em pés de anjo os próprios pés de boi burgueses e pesadões. (Gilberto Freyre, *Diário de Pernambuco*, 25/4/1925).

Já nos primeiros anos do século XX, na Europa, outro tipo de guia começou a se tornar bastante popular, o que também ocorreu devido às transformações nos transportes. Com a vulgarização do uso dos automóveis e a criação de Automóveis Clubes e *Touring Clubs*, se tornaram cada vez mais procurados aqueles guias que traziam informações precisas sobre as rotas por estradas. Nessa chave, aparece, ainda em 1900, na França, associado à fábrica de pneus, o guia Michelin. Se a indústria automotiva abria espaço para a popularização da atividade turística como uma atividade de lazer das classes médias, bem como uma diversificação dos conteúdos presentes nos guias, estes, por sua vez, também fomentavam a indústria automotiva pela associação com as situações de bem-estar que as viagens ensejavam.

No Brasil, a primeira associação desse tipo foi o Automóvel Club do Brasil, criado em 1908, com sede na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Da fundação participaram figuras de renome entusiasmadas com o

automobilismo, como José do Patrocínio, Olavo Bilac e Guerra Durval, os três reconhecidos boêmios da Belle Époque carioca. Foi a partir dos anos 1920 que revistas e guias especializados em viagens de carro se tornaram mais frequentes no país. Em 1925, por exemplo, é lançada a revista do Automóvel Club do Brasil. Outra figura importante nas primeiras décadas do Automóvel Club foi Carlos Guinle, que contribuiu grandemente para a pavimentação da primeira estrada brasileira, a Rio-Petrópolis. Muito embora não seja nosso objeto aqui, vale destacar que a família Guinle tem um importante papel no desenvolvimento do turismo no Rio de Janeiro (cidade e estado), tendo sido a responsável pela criação de uma série de produtos turísticos, como é o caso do Hotel Copacabana Palace.

A edição em espanhol, com 233 páginas, do guia organizado pelo Touring Club do Brasil e publicado em 1938, *Rio de Janeiro en pocas horas*, traz na capa uma ilustração da cidade do Rio de Janeiro vista da Baía de Guanabara, em inspiração *art déco*. A capa reúne as silhuetas das montanhas da cidade e dos edifícios à beira-mar em um fundo azul *royal*. O mapa que vinha junto do guia colocava em evidência o centro da cidade do Rio de Janeiro; no entanto, o primeiro passeio sugerido entre os mais curtos, na categoria passeios com duração de duas horas, deveria ser feito de carro pelas praias e bairros residenciais da zona sul carioca. O centro da cidade aparece como segunda sugestão de passeio, a ser feito a pé, de ônibus ou bonde, o que nos aponta uma importante diferença em relação aos guias sobre o Rio de Janeiro publicados em fins do XIX e primeiras décadas do XX, que apresentavam o centro da cidade como a região que concentrava os principais passeios.

O turismo, os transportes e os guias se tornaram elementos centrais para que os brasileiros conhecessem o próprio país, seu patrimônio e sua diversidade expressa nas cores locais, que, nos anos 1930 e 1940, mais uma vez se tornavam a menina dos olhos de um estado preocupado em atualizar a noção de nacionalidade brasileira. Cabe reconhecer que o tema naquele momento não era valorizado apenas pelo estado brasileiro, mas também era possível ver esforços semelhantes em outros países latino-americanos – como é o caso da Argentina, que igualmente investia na ampliação do trânsito entre o litoral e o interior, entre a capital e as províncias:

Se colocaba en el turismo una función “civilizadora” de doble vía, vinculada al conocimiento del país: “desprovincializar” a los habitantes del interior – para borrar los rastros de “odioso regionalismo” –, y “argentinar” a los porteños – que “conocen en sus mínimos detalles el París elegante” pero “ignoran paladinamente cómo se vive en el interior de su propia tierra” –; doble movimiento indispensable para la constitución de una “nacionalidad moral”. La ampliación del turismo implicaba tanto el arraigo a los sitios argentinos del turismo de élite (invirtiendo el hábito prestigioso del viaje a Europa) como la incorporación de los sectores

medios y populares en un nuevo tipo de turismo, masivo. (BALLENT; GORELIK, 2001, p. 159).¹

Também a legislação trabalhista brasileira, desde 1930-1940, contribuía definitivamente para a democratização do turismo como uma atividade de lazer, uma vez que assegurava um tempo livre remunerado aos trabalhadores. O descanso semanal e as férias eram o tempo de pausa para o descanso e para o gozo, que estiveram diretamente associados ao veranismo, ao excursionismo e ao turismo de massa. Os novos arranjos trabalhistas orientados pelo neoliberalismo, entretanto, colocam em cheque a vulgarização do turismo entre os distintos setores sociais. A recente pandemia do novo coronavírus cria um fosso ainda maior entre as atividades turísticas simultaneamente acessíveis aos trabalhadores e consideradas seguras para o momento. É provável que se verifique dois tipos de deslocamento: aquele feito de carro, para cidades vizinhas para visitar amigos e familiares; e, por outro lado, o turismo de luxo para destinos mais exclusivos, sem o risco da aglomeração, ampliando o fosso de desigualdade que se expressa também no gozo do tempo livre e do lazer.

Além disso, com a pandemia de Covid-19, a atividade turística se viu severamente afetada pela necessária quarentena, que incluiu em muitos lugares o fechamento de fronteiras, entre outras medidas, que, se não impediram a circulação, dificultaram muitíssimo a realização de viagens. Nos jornais, dentro e fora do Brasil, fala-se que a retomada do turismo no pós-pandemia se dará pelo turismo interno, em escala local ou regional, sobretudo com o uso dos automóveis como meio de transporte principal, já que assim se evitam as aglomerações e se limita o contato entre pessoas do mesmo núcleo familiar. O que pouco se comenta é que em alguns países, entre eles o Brasil, o turismo interno já é, há décadas, o principal responsável pela movimentação turística. De certo modo, isso nos ajuda a demonstrar a importância paradigmática que as viagens de carro, desde o início do século XX – aqui no Brasil especialmente a partir dos anos 1920 –, têm para o desenvolvimento da atividade turística.

1. Atribuía-se ao turismo uma função “civilizadora” de mão dupla, vinculada ao conhecimento do país: “desprovincializar” os habitantes do interior – para apagar os rastros do “odioso regionalismo” – e “argentinizar” os portenhos – “que conhecem em seus mínimos detalhes a Paris elegante”, mas “ignoram descaradamente como se vive no interior de sua própria terra” – duplo movimento indispensável para a constituição de uma “nacionalidade moral”. A ampliação do turismo envolvia tanto o enraizamento aos lugares argentinos do turismo de elite (invertendo o hábito prestigioso de viagem à Europa), como a incorporação dos setores médios e populares em um novo tipo de turismo, masivo. [tradução da autora]

Considerações provisórias: entre a antecipação e a formação do olhar

Na medida em que os guias antecipam para o turista o que é valorizado e, portanto, deverá ser visitado, contribuem para a legitimação de formas de ver, paisagens e relações sociais, que se fixam e se legitimam como símbolos da cultura, seja ela local ou nacional. Especialmente quando tomados comparativamente e lidos como chaves de interpretação da relação passado-presente, e por mais pacificados que tentem se apresentar, os guias deixam entrever as marcas da dimensão de conflito na construção das representações das cidades.

Desse modo, os guias são elementos centrais na difusão de saberes sobre os destinos turísticos e operam diretamente para a construção dos olhares dos turistas. Seria equivocado dizer que os guias contribuem apenas para a multiplicação de miradas estereotipadas ou demasiadamente recortadas dos destinos. Há sim uma série de guias que confirmam e reificam uma série de clichês sobre os lugares a serem visitados, mas o mercado editorial de literatura de viagem é suficientemente diversificado, além de segmentado, para reservar espaços para guias que – sendo mais históricos e sentimentais e menos práticos – são provocadores e não dissimulam as tensões que existam nas cidades. Ambos, a partir de distintas estratégias, contribuem para a construção das imagens e imaginários dos destinos turísticos.

Os guias que costumam reforçar clichês sobre uma cidade são aqueles que valorizam especialmente as informações prestadas sobre os vários produtos turísticos, dos passeios aos hotéis e restaurantes. Os movimentos de seleção, ordenamento e apresentação já traduzem em si os valores que o guia se propõe a traduzir, de modo que seu caráter prático e utilitário antecipa o desconhecido e orienta a imaginação. A finalidade primeira de um guia prático é a de que o turista se desloque em segurança, amortecendo e minimizando situações de risco e de estranhamento. Frequentemente, guias com essas características têm suas autorias omitidas, atribuídas a equipes genéricas, o que se deve a uma tentativa de conferir neutralidade a esse processo de seleção, ordenamento e apresentação dos produtos turísticos, como se eles tivessem uma razão de ser “em si” e “por si”. Apesar de sua vocação totalizante, os guias não conseguem ocultar seus pontos de vista e, por isso, “não são capazes de anular ou esconder a construção do olhar de seus autores e editores antes de contribuírem para a construção do olhar dos seus leitores-turistas” (COSTA, 2020, p. 169).

Quando limitadas pela praticidade que os guias sugerem, dificilmente as viagens se convertem em experiências profundas ou abertas ao acaso. Pelo contrário, se convertem em experiências extremamente racionalizadas e controladas. Entretanto, nem todos os guias são produtos comerciais meramente utilitários. Eles também podem ser obras literárias, estudos históricos e testemunhos sociais, como é o caso dos guias de Recife e Olinda, de Gilberto

Freyre, o guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira, e o guia de Salvador, de Jorge Amado: escritos nos anos 1930 e 1940, obras destinadas à formação de um público leitor que explorava as cidades brasileiras guiado pelas questões que moviam esses intelectuais modernos.

Referências

- AMADO, J. *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios de Salvador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BALLENT, A.; GORELIK, A. País urbano o país rural: la modernización territorial y su crisis. In: CATTARUZZA, A. (org.), *Crisis económica, avance del estado e incertidumbre política (1930-1943)*, tomo VII de la “Nueva historia argentina”. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.
- BANDEIRA, M. *Guia de Ouro Preto*. São Paulo: Global, 2015.
- BARREIRA, I. A. F. Os guias turísticos em Berlim. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 1, p. 299-321, 2005.
- BILAC, O.; PASSOS, G.; BANDEIRA Jr. *Guide des États-Unis du Brésil – Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Éditions Bilac, Passos & Bandeira, 1904.
- BOYER, M. *História do turismo de massa*. Bauru: Edusc, 2003.
- CAPEL, H. Geografía y Arte Apodémica en el Siglo de los Viajes. *GeoCrítica – Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, Universidad de Barcelona, año IX, n. 56, mar. 1985.
- CLIFFORD, J. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- COSTA, A. D. A produção de guias de viagens por intelectuais brasileiros: um ensaio. In: MARAFON, Glauco José; FACCIOLI, Marina; SÁNCHEZ, Meylin Alvarado. *Patrimônio, território e turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.
- FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. Van de M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004.
- FREYRE, G. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. São Paulo: Global, 2007.
- FREYRE, G. *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. São Paulo: Global, 2007.
- GUIMARÃES, V. L. *O turismo levado a sério: discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Tese (Doutorado em História Comparada). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GUIMARÃES, V. L. O turismo como vetor das relações Brasil-Argentina nas décadas de 1920 e 1930. *Revista da ANPHLAC*, n. 15, p. 175-197, 2013.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.

KURY, L. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde*. v. III, p. 863-880, 2001.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LANARI, R. A. O. *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LAVENIR, C. B. *La roue et le stylo: comment nous sommes devenus touristes*. Paris: Odile Jacob, 1999.

RIBEIRO, R. C. Literatura de viagem e historiografia literária brasileira. *Letras & Letras*, Uberlândia, n. 23 (1), p. 145-159, jan.-jun., 2007.

SALGUEIRO, V. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 289-310, 2002.

SKENAZI, Cynthia. Une pratique de la circulation: la guide de chemins de France de Charles Estienne. *Romanic Review*, Michigan, n. 94 (1-2), p. 153-166, jan.-mar., 2003.

ZILLINGER, M. *German tourists and their use of guidebooks in Sweden: the influence of guidebooks on the choice of tourist destinations and travel routes*. Östersund, Suécia: ETOUR – European Tourism Research Institute, 2004. Disponível em: <http://miun.diva-portal.org/smash/get/diva2:133808/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

II JORNADA IFLA
International Federation of Library
Associations and Institutions

Rare Books and Special Collections



Já há alguns anos, a América Latina e Caribe vem expandindo e consolidando debates em torno de temas como Coleções Especiais e Livros Antigos e Raros. No entanto, sem dúvidas, precisamos avançar muito, sobretudo na discussão envolvendo o Patrimônio Bibliográfico e Documental de forma cada vez mais verticalizada. De fato, constata-se o papel que o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor), por meio do Encontro Nacional de Acervos Raros (Enar), assume nessa trajetória, servindo, inclusive, de inspiração para o *Encuentro Nacional de Instituciones con Fondos Antiguos y Raros* (Enifar), organizado pela Biblioteca Nacional Mariano Moreno (BNMM/Argentina).

Motivado por esse contexto, em 2017, como membro do comitê permanente da Seção de Livros Raros e Coleções Especiais da IFLA (*Rare Books and Special Collections Section* – RBSCS), propus, em parceria com a BNMM, a realização de uma jornada com o tema *El patrimonio bibliográfico en América Latina y el Caribe: desafíos y perspectivas*.

Naquele ano, vivíamos, aqui no Brasil, os impactos das notícias desoladoras de roubos de livros em algumas de nossas bibliotecas. Artigos, reportagens e pequenos eventos eram produzidos. Afinal, além de saber identificar nosso Patrimônio Bibliográfico e Documental, era necessário pensar em estratégias de proteção física. Dessa forma, a problemática do roubo de livros e sua circulação apareceu em vários momentos durante aqueles dois dias na capital portenha, como desdobramentos dos debates promovidos pelas apresentações dos trabalhos e em reuniões técnicas.

A partir da repercussão e dos resultados positivos, propus ao RBSCS uma sequência. Assim, nos dias 27 e 28 de novembro de 2018, em parceria com a FBN e o Planor, realizamos a II Jornada IFLA, cuja temática foi “O tráfico ilícito do patrimônio bibliográfico na América Latina e Caribe”. Devido ao protagonismo da FBN neste assunto e com o objetivo de levar a público uma discussão de importância inquestionável, no primeiro dia aconteceu uma reunião técnica aberta com pauta única: “Aspectos criminais do tráfico ilícito de livros no Brasil: relatos, perspectivas, propostas e planos possíveis”.

Da FBN, além da Presidente, da Diretora Executiva e da Coordenadora-geral do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores (CCSL), outros membros da IFLA que também são da instituição compuseram essa sessão, como Jayme Spinelli Júnior (membro do Programa Estratégico de Preservação e Conservação – IFLA PAC) e Luciana Grings (membro da Seção América Latina e Caribe – IFLA LAC). Numa ação praticamente sem precedentes, a mesa também reuniu um Agente e um Delegado da Polícia Federal, um Investigador da Polícia Civil e um representante do Programa Memória do Mundo da Unesco (Comitês Brasil e América Latina e Caribe).

A pauta foi apresentada, analisada e debatida em conjunto com o público. Com isso, foi possível conhecer os pontos de vistas de cada um dos especialistas

envolvidos. Praticamente como unísono, observou-se a importância da iniciativa da IFLA e da FBN. Havia a necessidade de expandir esse debate pois, quanto mais o assunto for conhecido, mais segurança os acervos terão. Apon-tou-se, igualmente, para a relevância e a urgência de inventários. Foi propo-sito, então, ao Iphan, FBN e à Abinia, um estudo para a implementação de uma base de dados onde pudessem ser registrados livros roubados/furtados, sem a necessidade de tombamento pelo Iphan.

No segundo dia do evento, ficaram concentradas as apresentações de tra-balhos que recebemos por chamada pública e as comunicações de convidados do Brasil, Argentina, Chile, Estados Unidos da América e Peru. Os pesqui-sadores apresentaram e analisaram várias situações, dentre as quais: o cenário de rotas de tráfico ilícito em nosso continente; casos de livros roubados que são revendidos aqui mesmo – e outros que são levados para Europa e lá podem ser vendidos ou leiloados e, em algum momento, voltam para cá em virtude da circulação que estes bens culturais possuem no mercado. Algumas abordagens centraram suas análises em estudos críticos e em recomendações às legislações vigentes para a proteção do patrimônio bibliográfico, uma vez que se configura como parte dos direitos da humanidade.

Infelizmente, notamos que ainda é comum – pautada numa errônea per-cepção de reprodutibilidade – a ideia de que um livro roubado pode ser facil-mente substituído. Conforme exortado em diferentes momentos do evento, assim como um documento manuscrito, uma gravura, uma pintura, uma escultura etc., o livro ou um periódico, como objetos, também podem ser únicos (por uma série de fatores como, por exemplo, pelas marcas de proveni-ência). Inclusive, nas discussões dos dois dias, a necessidade premente do uso do carimbo foi amplamente propalada por profissionais que trabalham em bibliotecas e pelos policiais e investigadores presentes, com exemplos claros e muito pragmáticos sobre a relevância desse procedimento.

Em conjunto com o Programa Memória do Mundo da Unesco, a *IFLA Cultural Heritage Programme Advisory Committee* vem tentando quebrar esse paradigma e alertar para as perdas irreparáveis que nossas bibliotecas estão sofrendo e, conseqüentemente, o patrimônio cultural da humanidade.

Desde 2018, a FBN, generosamente, disponibiliza em seu *site* a gravação do evento, bem como *slides* das apresentações. Agora, numa ação que amplia a disseminação da informação, publica alguns dos textos produzidos pelos pesquisadores que participaram da II Jornada.

Em nome do *IFLA Rare Books and Special Collection Section*, agradeço à Fundação Biblioteca Nacional por ter endossado e apoiado o nosso pedido para a realização da II Jornada; ao Plano Nacional de Recuperação de Raras; aos demais colegas da IFLA que também são servidores da FBN, pois, cons-cientes de seus papéis, foram parceiros inestimáveis nessa empreitada. Expres-so, igualmente, minha gratidão a todos os apoiadores, como, as Bibliotecas

Nacionais do Chile, Peru e Argentina, o Escritório da *Library of Congress* no Rio de Janeiro. Por último, mas não menos importante, a todos aqueles profissionais que, mesmo com suas rotinas atribuladas, em nome de um bem maior, puderam preparar comunicações que fizeram desse evento um sucesso de impacto internacional.

Esse tema não se esgota e, como foi repetido várias vezes por todos os presentes: ele não deve sair de pauta. Que assim seja!

Salvador, 29 de março de 2021

Prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo (UFBA)

IFLA *Rare Books and Special Collection Section* (2014-2019)

IFLA *Cultural Heritage Programme Advisory Committee* (2016-2019)

Os officios reversaes do
Plenipotenciário da demarcação
das fronteiras amazônicas
usurpados pelo tráfico ilícito
do patrimônio bibliográfico da
América Latina e Caribe

Robson Lima da Silva

Graduando em Engenharia Civil, Faculdade Estácio do Amazonas

Karine Canani de Oliveira

Pedagoga, especialista em Psicopedagogia, Centro Universitário *Facvest*

João Paulo Lopes da Cunha

Engenheiro Agrimensor, mestre em Geociências Aplicadas, Universidade de Brasília





Resumo

Este ensaio discorre sobre documentos produzidos em decorrência das operações de demarcação de limites de fronteiras brasileiras em 1780: os *Officios reversaes* dos Plenipotenciários da Demarcação, produzidos pelos Agentes Diplomáticos investidos de poderes para demarcação das fronteiras amazônicas após a assinatura do Tratado de Madri em 1750. Tais documentos foram arquivados na Vila de Barcelos, sede da Província do Rio Negro, e posteriormente transportados para o Arquivo da Secretaria da Câmara Municipal da Província do Pará. Alguns documentos sofreram o crime de descaminho e usurpação por meio do tráfico ilícito, e tanto mapas como manuscritos foram levados para Buenos Aires em 1840. Como forma de justificar o furto desses documentos, atribuiu-se seu desaparecimento à ação de cupins. Além dos prejuízos imateriais ao Patrimônio Bibliográfico Brasileiro, os crimes cometidos prejudicaram a defesa da legitimidade jurídica do Brasil.

Palavras-chave: Officios reversaes. Demarcação. Tratado de Madrid. Descaminho.

Abstract

The present work discuss documents produced by the operations of demarcation of limits of the Brazilian borders in 1870: the *Officios reversares* dos Plenipotenciários da Demarcação, official documents issued by the Diplomatic Agents invested of the powers to demarcate the borders in the Amazon region after the signing of the Madrid Treaty, in 1750. The documents were later archived in the Secretaria da Câmara Municipal da Província do Pará. Some documents were usurped and embezzled by means of illegal trafficking: maps as well as manuscripts were taken to Buenos Aires in 1840. As justification for the theft, one attributed their disappearance to the action of termites. Besides the imaterial damages to the Brazilian bibliographic heritage, the crimes damaged the defense of the Brazilian legal legitimacy, because they led to the questioning of the border limits of Brazil by Great Britain.

Keywords: Officios reversaes. Demarcation. Madrid Treaty. Embezzlement.



Introdução

O bicho cupim, muitas vezes atribuído ao descaso e à podridão, agora recebeu novo sinônimo – desviador de limites. A demarcação fronteiriça brasileira já foi palco de inúmeros conflitos, alguns causados por orgulho.

Tratados firmados entre Espanha e Portugal traziam a solução para os conflitos de limites; tais tratados, contudo, dependiam de rubricas de poder. Paralelamente à discordância, documentos importantes foram dissolvidos em um contexto de crimes cautelosamente planejados. Os reis de Portugal alegavam usurpação pela parte espanhola, tendo em vista que a vitória desta nos acordos promoveu o deslocamento do meridiano de 100 para 370 léguas. Tudo parecia límpido e acordado, mas, após a morte do desiludido e magoado diplomata Alexandre de Gusmão, nada havia sido resolvido.

Sem solução, marcações de limites coordenadas por militares foram executadas na fronteira, onde fortalezas de proteção foram construídas para garantir o respeito ao antigo documento demarcatório. Algumas colônias realizavam o contrabando de prata para o lado português, porém tais marcações conseguiam impedir essas movimentações. Elas, entretanto, não impediram o bicho cupim. Joaquim Nabuco, justificando os atos do inseto corrosivo, também denunciava atos desfavoráveis à preservação dos *officios reversaes*. Tais denúncias não foram suficientes para prevenir a ação de usurpadores, que promoveram o tráfico ilícito do patrimônio bibliográfico da América Latina e Caribe. Assim, aquele contexto prejudicava a legitimidade jurídica do Brasil, jogando em debate a verdadeira linha demarcatória que poderia ter sido periciada pelo Patrimônio Bibliográfico Brasileiro. Sem mapas, sem orgulho e cem problemas.

Tratado de Madri

Desde o descobrimento das novas terras por Cristóvão Colombo, os limites foram definidos pelo papa Alexandre VI, que concedia aos reis católicos “[...] todas e cada uma das sobreditas terras e ilhas assim descobertas e até hoje por vossos emissários achados e a serem achados para o futuro” (RIO-BRANCO, 2010, p. 38). Assim, o papa arbitrou a questão por meio da Bula Intercoetera, em 1493, entre as potências Portugal e Espanha, tendo como referencial adotado posições que suscitaram dúvidas, pois não delineavam com precisão as terras descobertas. Tais dúvidas foram protestadas repetidas vezes pelo rei dom João III, que considerava usurpação espanhola, enquanto, na Espanha, o frei Francisco de Victória, catedrático da Universidade de Salamanca, atacava a autoridade universal temporal do papa.

Como resultado, foi assinado, em 7 de junho de 1494, um tratado entre delegados portugueses e espanhóis: o Tratado de Tordesilhas, que fixava nova

linha de limite no Novo Mundo entre os domínios de Portugal e Espanha e que seria sancionado pelo papa Júlio II em 24 de janeiro de 1506. Dando vitória à diplomacia portuguesa, o meridiano foi deslocado de 100 para 370 léguas a partir do arquipélago de Cabo Verde, deixando à Espanha tudo o que ficasse a ocidente e a Portugal o que estivesse a oriente do meridiano.

O Tratado de Tordesilhas, mesmo com todas as tratativas envolvidas entre as partes para a definição de limites, não dispunha de tecnologias para sua implementação. Para os signatários, autoridades diplomáticas responsáveis pela sua assinatura, surgiram dúvidas quanto à geolocalização do meridiano fixado. Formalizou-se o Tratado, mas permaneceu a dúvida sobre se o meridiano fixado passava pela foz do rio da Prata ou pelo golfo de São Matias. Com a União Ibérica, a partir de 1580, o Tratado de Tordesilhas perdeu sua finalidade como delimitador de Portugal e Espanha. Iniciou-se então o alargamento das fronteiras portuguesas por intermédio das ocupações territoriais das bandeiras, que voltaram suas atividades para o interior do país, como os rebanhos das coxilhas do sul.

Em 1640, a União Ibérica teve seu fim com o golpe de restauração de Portugal. A maior potência marítima comercial do século XVI nunca desistira de ter sua independência de volta, sendo movida pela guerra contra a Espanha. No Novo Mundo, foram reiniciadas as hostilidades e travou-se lutas entre portugueses e espanhóis, nas quais os paulistas expulsaram os espanhóis do oeste do Uruguai e do Alto Paraguai. Assinado em Lisboa em 13 de fevereiro de 1668, o Tratado de Paz entre Portugal e Espanha determinava a mútua restituição das terras conquistadas durante a guerra, sendo que os limites entre os dois reinos católicos seriam os já alcançados antes dos conflitos.

O questionamento dos limites das possessões entre portugueses e espanhóis desde o Tratado de Tordesilhas tornou-se ponto sensível nas relações ibéricas, nas quais diversos atritos, fosse nas colônias ou na península, motivavam, *casus belli*, pretextos para declaração de guerra entre as nações católicas.

Entretanto, o caso não tinha sido ignorado; conforme Alexandre de Gusmão lembra, na sua 'Exposição de Serviços a el Rei D. João V', em 1749, este problema fora nada menos de que a oito diplomatas portugueses, encarregados sucessivamente de o solucionar. (RIO-BRANCO, 2010, p. 21).

No que diz respeito à Colônia de Sacramento, Portugal protestava contra o governo de Buenos Aires, ilustrado pelo artigo VI do Tratado de Paz de Utrecht, de 6 de fevereiro de 1715, que cedia a colônia a Portugal. Em contrapartida, a Espanha alegava a penetração portuguesa pelo Amazonas até a boca do Javari (chama-se Solimões o trecho fluvial entre Manaus e Tabatinga) e o avanço a oeste, de Mato Grosso até Cuiabá, por intermédio das bandeiras paulistas.

O Tratado de Paz de Utrecht foi concluído a partir da produção do “Mapa das Cortes”, que considerava a utilização de rios e montanhas para estabelecer novos limites. Foi criado, cautelosamente, pelos diplomatas portugueses, com destaque para Alexandre de Gusmão, diplomata brasileiro e conhecedor do Brasil, precursor do estudo da política com bases históricas e geográficas, que recebia diversos mapas e informações e era responsável pelo uso do princípio de *uti possidetis* – “tal como possuí” – o direito de posse do Brasil para negociação. O plano idealizado por Alexandre de Gusmão consistia em definir limites por intermédio de investigação em campo pelas coroas portuguesa e espanhola, a qual apontaria não apenas quem ocupou primeiramente determinada terra, mas definiria marcos limítrofes com coordenadas geográficas expeditas que, em caso de conflitos fronteiriços, poderiam ser novamente locadas no terreno, conforme a figura 1.

No mesmo ano da assinatura do Tratado de Madri (1750), falece d. João V, do qual Alexandre de Gusmão era embaixador e secretário. Com a ascensão de d. José I ao trono de Portugal, é nomeado como primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo: tomava o poder a figura marcante do futuro Marquês de Pombal. O marquês, conhecido na história por sua administração estadista, perseguiu o brasileiro com ódio implacável, restando a Alexandre de Gusmão abandonar o serviço público português. O brasileiro foi alvo de sátira: “Quem merece a Inquisição? – Gusmão.” (CORRÊA, 2012, p. 20). Alexandre de Gusmão falece em 30 de dezembro de 1753, desiludido e magoado, porém a demarcação do Tratado de Madri tem início um ano após a sua morte.

Em 1º de outubro de 1777, é assinado o Tratado de Santo Ildefonso. Firmado entre Portugal e Espanha, o tratado pôs fim à guerra entre as nações católicas instaurada no Brasil desde 1774 e originada do Tratado de Madri, que os espanhóis violaram no Amazonas e no Paraguai, fundando estabelecimentos em território português durante a demarcação e criando profundas divergências. Como resposta às usurpações espanholas, os portugueses ocuparam a margem direita do Paraguai, fundando Coimbra, e conservaram a fronteira de Tabatinga.

É fascinante acompanhar as referências de Rio Branco – algumas apenas factuais, outras com comentários mais extensos – a respeito de datas em que se registram eventos relevantes para a obra de definição de nossas fronteiras: 7 de junho de 1494 (Tratado de Tordesilhas), 11 de abril de 1713 (Tratado de Utrecht entre Portugal e França), 13 de janeiro de 1750 (Tratado de Madri), 12 de fevereiro de 1761 (Tratado de El Pardo), 1º de outubro de 1777 (Tratado de Santo Ildefonso), 12 de dezembro de 1851 (Tratado de aliança e de limites com o Uruguai), 27 de março de 1867 (Tratado de limites com a Bolívia) e 25 de janeiro de 1890 (Tratado com a Argentina sobre a questão de Palmas) (CORRÊA, 2012, p. 11).



Figura 1 – Mapa das Cortes. Fonte: Acervo documental de mapas da Biblioteca Nacional (FBN).

A 13 de janeiro de 1750 o Tratado foi assinado em Madri pelo Visconde Tomás da Silva Teles, por parte de “El Rei Fidelíssimo” de Portugal e D. José de Carbajal e Lancaster, por “El Rei Católico” de Espanha Tratado de Limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores D. João V, Rey de Portugal, e D. Fernando VI, Rei de Espanha. (RIO-BRANCO, 2010, p. 25).

Ministros plenipotenciários portugueses e espanhóis na demarcação do Tratado de Madri

Capitão-general do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier Mendonça Furtado, nomeado por intermédio da Carta Régia de 30 de abril de 1753, tornou-se o principal comissário e plenipotenciário para as conferências de demarcação de limites do Brasil setentrional, em conformidade com o Tratado de 1750, firmado com a Espanha nos anos de 1754 e 1758. Ele recebeu ordens para providenciar, na fronteira do rio Negro, os alojamentos e os víveres necessários para os comissários de El Rei católico e interagir com eles nas demarcações na forma do Tratado de limites, de 16 de janeiro de 1750, assinado em Madri entre o ministro de Espanha, dom José Carvalhal, e o plenipotenciário agente diplomático de Portugal, dom Luiz de Melo e Silva, Visconde de Vila Nova da Cerveira. O Tratado foi ratificado em Lisboa em 26 de janeiro de 1750.

Segundo as últimas ordens da Corte, a cidade do Pará passou a ser a cabeça do estado. No dia 19 de junho, chegaram à cidade dois regimentos de infantaria destinados a guarnecer a Aldeia de Mariuá, atual cidade de Barcelos, no estado do Amazonas, local designado para as conferências da demarcação de limites do sertão. Com a chegada da Comissão Demarcatória, no ano de 1758, a aldeia foi elevada à categoria de Vila de Barcelos pelo então capitão-general e governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Logo ao iniciar os trabalhos atinentes à demarcação do Tratado de Madri (1750), surgiram as primeiras resistências. O vice-presidente provincial do Pará infiltrou na companhia dois soldados regulares, Antônio José e Roque Hunderfund, mercenários de sua confiança, promovendo desordem e a deserção dos indígenas.

Igual desordem effeítua no Rio Javari outro Regular o Padre Manoel dos Santos, sobrinho do indicado Vice-Provincial, onde declarou guerra aos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, que exemplarmente estavaõ regendo as Missoens d'aquella parte do Amazonas. Na cidade desertaõ os Indianos das obras do serviço do Rei que estavaõ fazendo para diligencia das demarçaoens. (BAENA, 1838, p. 240).

Partiu, no dia 2 de outubro, em direção à Aldeia de Mariuá, no rio Negro, a comitiva do capitão-general e governador do Pará, acompanhada por astrônomos, engenheiros encarregados do desenho dos mapas dos terrenos demarcados, secretário, tropa de 200 homens, um provedor, um tesoureiro, outros empregados e mais uma frota de 37 canoas.

Em cumprimento à Carta Régia de 14 de novembro de 1752, o governador determinou a seus engenheiros que escolhessem, no Rio Branco, um local

para a construção da fortaleza, sob a invocação de São Joaquim. Após a conclusão da construção da Fortaleza de São Joaquim, localizada atualmente na cidade de Boa Vista, no estado de Roraima, na confluência do rio Urariquera com o rio Tacutu, seriam realizadas outras expedições militares à vasta fronteira amazônica para determinar possíveis locais para construção de fortes e para a elaboração do Mapa das Fortalezas. O objetivo era garantir os postos mais importantes das possessões espanholas para a defesa da capitania do Pará e de Barra do Rio Negro, atual cidade de Manaus, capital do Amazonas.

Os Engenheiros erigem a determinada Fortaleza de São Joaquim na margem esquerda da foz do rio Tacutú, que derrama no rio Branco próximo às serras da Cordilheira, tendo escolhido aquele sítio por não ser terreno de alluviaõ como o da garganta do rio Urariquera, que he a continuação do Rio Branco; e como o da ponta de terra jacente entre o dito Urariquera e o Tacutú. (BAENA, 1838, p. 242).

A figura 2 ilustra a carta geográfica de que se serviu o “Ministro Plenipotenciário de S. Magestade Fidelissima” para ajustar o Tratado de limites na América Meridional, assinado em 13 de janeiro de 1750.

O Tratado de Madri (1750), no entanto, não possuía falhas como o Tratado de Tordesilhas, pois, no plano das fronteiras artificiais ou divisores d’água, havia a tecnologia necessária para a demarcação: conhecimento geográfico e astronômico e equipamentos para determinação das coordenadas geográficas astronômicas essenciais para o mapeamento dos limites entre portugueses e espanhóis.

Teffé, a antiga Ega, tirou seu nome moderno do rio a cuja margem acha-se situada: tomou logar como cidade entre as do Solimões, posto que não chegue a ter 1.000 habitantes. O missionário Samuel Fritz construiu as primeiras casinhas em 1668, e povooou-as de índios, que perderam o seu nome de tribo e se fundiram com os outros Tapuios. Em 1781, a comissão hispano-portuguesa encarregada de demarcar os territórios das duas potências estabeleceu seu quartel-general em Ega. (RECLUS, 1900, p. 108).

“Começou a demarcação pelos comissários das duas Cortes; no entanto, o Tratado foi muito atacado em Lisboa e em Madri, e os dois governos acabaram por anulá-lo (12 de fevereiro de 1761)” (CORRÊA, 2012, p. 54).

A cordilheira do rio Branco é não só a mais cheia de serras e montes intermeados, mas ainda a maior, pois só a porção que naquela parte abarca a fronteira ocupa oitenta léguas de leste a oeste; ignora-se-lhe a grossura porque não foi possível aos geógrafos da última demarcação de limites tomar as latitudes boreais do reverso da

mesma cordilheira nos rios que defluem no Orenoco. E também se desconhece a altura deste majestoso espinhaço de montes sobre o nível do mar por falta de bons barômetros para fazer a avaliação e calculá-la segundo a fórmula de M. La Place ou segundo os métodos de aproximação de M. Leopold de Buck e do Barão de Humboldt. (BAENA, 1839, p. 285).

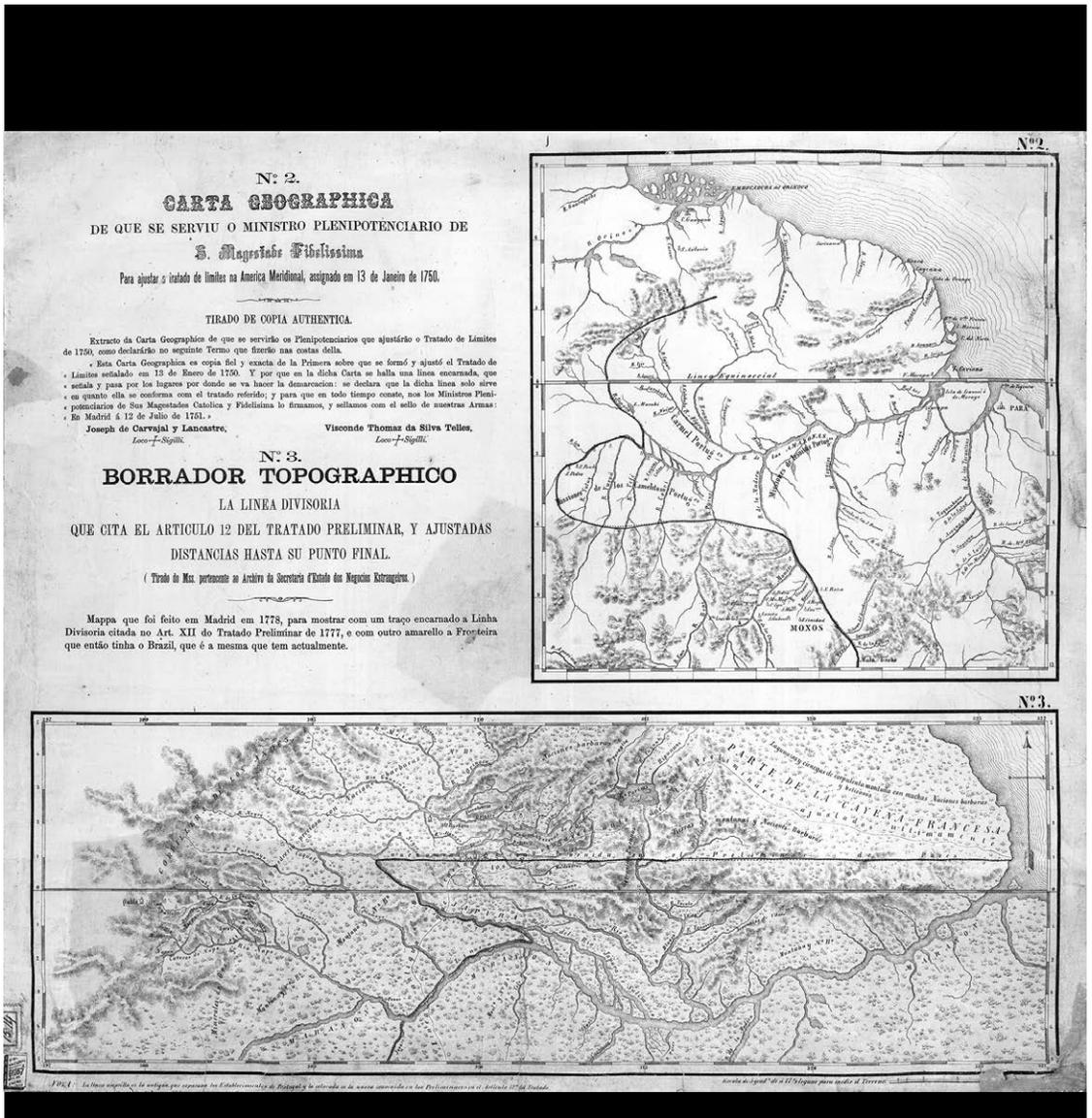


Figura 2 – Carta geographica de limites na America Meridional. Fonte: Biblioteca Nacional (FBN).

Acervos históricos e o tráfico ilícito do patrimônio bibliográfico

Foi nomeada, em 1832, uma comissão formada por cinco cidadãos convocados pelo governo do Pará para ficarem encarregados da organização e composição da estatística da província. Entre os ilustres cidadãos, destacava-se Antonio Ladislau Monteiro Baena, com seus apontamentos realizados desde 1823. Sendo nomeado pelo governador, teve possibilitada a entrada franca em diversos órgãos, como a Secretaria da Província, a Câmara Municipal, a Controladoria da Junta da Fazenda e outros, que franqueariam os papéis para a juntada de documentos necessária para elaboração da estatística da província.

Dei-lhe o título de *Compendio das Eras da Provincia do Pará* porque não tinha achado abastança de documentos para uma história civil em Archivos nesses momentos defraudados de alguns papéis por clandestina curiosidade: e sobre tudo porque eu me apercebia que não girava na orbita de João de Barros e de Eduardo Gibbon para ser Historiador como elles taõ recomendáveis pela elegância e nítida forma, que deraõ aõs seus escriptos, pelo rastreamento exato pelas reflexões, e pelos delicados alcances esparos no tecido dos acontecimentos. (BAENA, 1838).

Mesmo com quantidade reduzida de documentos, havia a necessidade de uma história exclusiva do Pará, com a certeza dos fatos e mantendo os escritos oficiais e os registros autênticos. Os *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Barredo, “[...] o Analista do Pará” (PERNAMBUCO, 1840, p. 225), publicados em 1718, haviam se tornado raridade pela falta de reedição, apesar da importância de um livro que conte a história do Pará e do risco de os documentos históricos sofrerem descaminho.

Todos os meus apontamentos por mim coacervados estavaõ no risco de sofrerem descaminho: para evitar este sucedimento dei-me aõ penoso trabalho de reuni-los em um volume copiando-os indiscriminadamente; isto he, sem alguma ligação systematica ou derivação de uns de outro não interrupta nem violenta. (BAENA, 1838).

O governador do Pará, Bernardo de Souza Franco, no ano seguinte à publicação do seu livro *Compendio das eras da Provincia do Pará*, de 1838, impediu a demissão de Baena da Comissão e custeou a impressão de sua obra literária por intermédio da “Thezouraria Provincial para pagar as despesas, receber, e fazer vender por conta da mesma os trezentos exemplares” (BAENA, 1838, p. 6). Mesmo com todo o interesse e dedicação, não encontrou diversidade ou multiplicidade de documentos que pudessem especificar fatos importantes, notando que faltavam papéis anteriores à administração geral do

Maranhão e do Pará, que haviam sofrido descaminho antes de chegarem ao arquivo da Secretaria do Maranhão. Faltavam, inclusive, cartas particulares do governador, projetos da economia e da guerra, memórias econômicas, militares e marítimas, papéis esses que estavam todos na estante adjacente, ao lado esquerdo do portal da Secretaria; pois o governador, no ano de 1823, havia realizado pesquisas nas primordiais *Cartas topográficas gerais da Província*, que foram utilizadas para escrever o *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*.

Baena, em 1839, continua a relatar sua indignação ao não encontrar os papéis das operações da demarcação de limites de 1780, que se encontravam antes em um pequeno baú forrado de tafetá carmesim, dada a sua importância. Entre os tais documentos, estavam os Avisos do Ministério de Lisboa e os *offícios reversaes* do Plenipotenciário da Demarcação. As circunstâncias em que esses documentos oficiais e ministeriais desapareceram levam a crer que sofreram descaminho. Alguns desses relevantes documentos vieram transportados da Vila de Barcelos, sede da província do Rio Negro, atual estado do Amazonas.

Mesmo com toda a dilação em reunir os documentos incompletos e dispersos, Baena, depois de laboriosa tentativa de juntar notícias vagas e desconexas que se encontravam espalhadas pelos arquivos públicos do Pará e da dificuldade em ler alguns documentos, tendo em vista a tinta estar danificando o papel e confundindo as palavras, não adquiriu rol de amostra estatística para delinear ensaio corográfico ou estudo da descrição geográfica da província com exatidão para sua Aritmética Política.

O crime de descaminho é relatado por Araújo Amazonas Pernambuco (1840) em seu livro *Diccionario topographico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*, escrito um ano após a publicação de *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*, que acusou de roubo o Secretário do Arquivo do Pará, Antônio Candido.

Estes trabalhos hydrographicos forão representados em Cartas, que lastima se não tenham conservado, ou porque tenham sido remetidas para a Côrte, ou pelos desfalques, que tem sofrido o Archivo do Pará, entre outros, pelo roubo praticado por hum Secretario da Presidencia por nome Antonio Candido, que tanto mapas, como manuscrito levou a consumir em Buenos-Ayres. (PERNAMBUCO, 1840, p. 266-267).

O prejuízo causado pelo roubo dos documentos é imensurável – tanto, que Baena, em 1839, pede desculpas ao escrever seu livro *Ensaio corográfico sobre a província do Pará* por julgar que sua obra ainda precisa remover imperfeições e defeitos, e considerando-a apenas um esboço da história do Pará. Os danos psicológicos e o sentimento de culpa fizeram-no sentir-se desanimado, pois teve a oportunidade, no ano anterior, de ter escrito grande

obra literária, mas o tráfico ilícito bibliográfico da América Latina e Caribe impediu que os brasileiros conhecessem com riqueza de detalhes a história narrada pelos Plenipotenciários.

Prejuízos causados pelo furto dos *officios reversaes*

Antes de 1802, os limites fronteiriços das colônias holandesas de Essequibo, Demerara e Berbice eram determinados pelas serras de Pacaraima, onde se localiza o Monte Roraima, local adotado pelo Tratado de Madri, de 1750, como o divisor de águas, e por linha traçada do noroeste ao sudeste, a partir do monte e do rio Anaí. Essa delimitação, determinada pela Comissão Demarcatória de Limites, deixava ao Brasil, além dos territórios da bacia do rio Branco, duas margens do Rupunauini ou Rupununi, desde sua nascente até a confluência com o Anaí, a leste do local onde o Rupununi, formando um cotovelo, muda de direção. “O Tacutu, o Cotingo, o Maú e seus afluentes, bem como o Pirara, tributário deste último, e o lago Amacu ou Pirara, encontravam-se no território do Brasil, fora da fronteira holandesa” (BRASIL, 2012, p. 65).

Segundo Rio Branco (BRASIL, 2012a, p. 32), em seu livro publicado em francês *Mémoire sur la question des limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique*, havia grande interesse pelos produtos cartográficos deste limite de fronteira. Aaron Arrowsmith (1811), em seu mapa da América do Sul, amplia os limites da Guiana Holandesa até a margem direita do Rupununi, sendo seguido por outros geógrafos europeus no ano de 1840, entre os quais Humboldt, Weiland e John Arrowsmith, que projetaram o aumento da Guiana Inglesa; mas os mapas elaborados pelos geógrafos franceses representavam a fronteira meridional da Guiana Inglesa situada entre as linhas longitudinais de 4° e 4°30'N.

Visitaõ o Rio Branco o Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e o Astronomo Antonio Pires da Silva Pontes. Formão o Mapa deste rio e dos seus collateraes: notando uma communicação das campinas do Rio Branco para o rio Rupunuri: a qual consiste em subir o rio Mahú, e passar deste aõ rio Pirara, e deste por terra transitar doze léguas para chegar ao rio Rupenuri, e d'aqui às campinas. (BAENA, 1838, p. 301).

Em 1854, no início do segundo reinado de d. Pedro II, o Conselho da *Royal Geographical Society* de Londres resolveu financiar uma expedição ao interior da Guiana Britânica. Os indígenas amazônicos denominavam como Guiana a região entre o oceano e os rios Amazonas, Negro e Orinoco. Esta região era, a partir do Tratado de Utrecht, em 1713, dividida entre as possessões portuguesa, espanhola, inglesa, francesa e holandesa. O geógrafo e explorador alemão, naturalizado inglês, Robert Herman Schomburgk foi contratado pela

entidade privada londrina e realizou longa viagem de exploração pelo interior da Guiana Britânica. O geógrafo, em sua segunda viagem à região a serviço do governo inglês, realizada entre os anos de 1837 e 1838, encontrou desarmado o posto militar brasileiro no Pirara – “[...] região de grande beleza natural, que era habitada por indígenas com metais preciosos por perto” (GOES FILHO, 2013, p. 102). A região, atualmente conhecida como Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, na época contava com a reduzida guarnição do Forte São Joaquim, composta, em sua maioria, por indígenas da etnia Macuxi. Localizado na formação do rio Branco (confluência dos rios Urariquera e Tacutu), o forte era o atalaia luso-brasileiro das fronteiras brasileiras. Naquele período entre os anos de 1835 e 1840, a província do Grão-Pará encontrava-se em grande dificuldade para conter a Revolta da Cabanagem e via-se impossibilitada de proteger as populações daquela fronteira.

Schomburgk, já famoso na Europa como descobridor da vitória-régia, conseguiu, na Inglaterra, sob o pretexto de proteger as tribos indígenas da região das tropas de resgate, que o pastor anglicano Thomas Yond se instalasse no Pirara para evangelizar os indígenas. Conseguiu também a formação, na Grã-Bretanha, de um movimento que apoiava a apropriação da área. Com a publicação do livro *A description of British Guiana*, em 1840, Schomburgk reivindica para a Guiana Britânica a Serra do Acaraí, no sul, e, seguindo pelos rios Tacutu e Cotingo, a leste, a chamada “Schomburgk Line” ou “Linha Schomburgk”, ilustrada na figura 3.

Em 6 de novembro de 1901, foi assinado o Tratado de Londres, que tinha com o objetivo dirimir o litígio entre a Grã-Bretanha e o Brasil. Foi ratificado no Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1902, quando os litigantes concordaram em convidar Sua Majestade o Rei da Itália, Vittorio Emanuele III, para decidir como árbitro a questão referente ao limite.

Sentimos não encontrar a totalidade dos trabalhos d’esse tempo para melhor mostrar os sacrifícios que custaram taes explorações. O que resta, porém, dos documentos da epocha, relatórios e mappas, é prova bastante dos esforços que fazia Portugal para garantir as suas posses n’aquellas remotas fronteiras. (NABUCO, 1903, p. 211).

Vittorio Emanuele III emitiu seu parecer sobre o litígio entre a Guiana Inglesa e o Brasil em 14 de junho de 1904: tendo baseou sua decisão no princípio do Direito Internacional Público e invocou o conceito da aquisição de domínio por ocupação de territórios *nullius* (“terras de ninguém”) devido à evolução do entendimento do Direito Internacional aplicado na partilha da África entre as potências europeias. Arbitrou como limite fronteiro entre Guiana Inglesa e Brasil uma linha intermediária entre a pretensão dos dois países, na confluência do rio Maú com o rio Tacutu, com área

de 33.200 km². A Inglaterra foi contemplada com 19.630 km² e o Brasil com 13.570 km².

Baena, em 1838, relatou os prejuízos históricos, enquanto Nabuco, o advogado do Brasil, em 1903, mesmo apresentando o direito do país em três memórias – a posição brasileira, a réplica e a tréplica inglesa –, não pôde formular uma defesa incólume devido ao furto dos *officios reversaes*.

Cabe ressaltar o ideal de Alexandre de Gusmão, o “*avô da diplomacia brasileira*”, responsável pelo uso do princípio de *uti possidetis*: a utilização da nova tecnologia cartográfica para determinação de coordenadas geográficas astronômicas, determinando, em definitivo, os limites do Brasil e prevendo possível evolução da doutrina do Direito Internacional Público – um insucesso, na concepção de Joaquim Nabuco.

Conclusão

A partir da *Notitia criminis*, sobre o furto ou descaminho de papéis do Arquivo da Secretaria da Câmara Municipal da Província do Pará no século XVII, poder-se-ia caracterizar os motivos como desídia ou até mesmo como ação do “bicho cupim”. A queixa seria relatada não por autoridades competentes, mas sim no prefácio de um livro, demonstrando o eterno descaso ou a prevaricação épica de quem deveria guardar e proteger a história brasileira. O prefácio praticamente pede perdão pelo crime que não cometeu, mas tinha a consciência dos prejuízos causados às gerações futuras por não poder relatar todo o manuscrito que estivera nas mãos do autor em 1838.

A acusação formal é relatada a um funcionário público do referido Arquivo. Nota-se intrínseca e complexa rede de tráfico bibliográfico da América Latina e Caribe, estabelecida com o objetivo escuso não apenas de usurpar os manuscritos, mas de apropriar-se de terras dos descobridores Portugal e Espanha.

É notória também a intrincada rede de tráfico bibliográfico que dragou os documentos oficiais produzidos pela recém-criada Província do Alto Rio Negro. D’Almada promoveu o desenvolvimento da região com a criação das fazendas nacionais de gado e pesca para suprir não apenas a guarnição dos fortes implantados por determinação de El Rei, mas para desenvolver a economia local, tornando-a independente dos recursos da coroa portuguesa. Suas cartas para informar El Rei eram encaminhadas a Portugal pelo rio Amazonas e interceptadas na província do Pará. Quando enviadas pelo rio Branco, eram interceptadas na Demerara, atual Georgetown, capital da Guiana Inglesa, o que impedia que as informações e o desenvolvimento chegassem a essa província.

A engrenagem montada pelo tráfico bibliográfico da América Latina e Caribe não tinha apenas o propósito de encontrar livros que indicassem os pistas do sonho do “El Dourado”, mas a forma de legalizar as suas usurpações das terras conquistadas por guerras e tratados na Europa.

A independência das colônias americanas, com o surgimento dos Estados Unidos da América, motivou ainda mais o tráfico bibliográfico da América Latina e Caribe: os manuscritos bibliográficos oficiais passaram a ter maior importância, pois a usurpação e ocultação desses documentos dominiais invalidariam a propriedade das terras dos conquistadores.

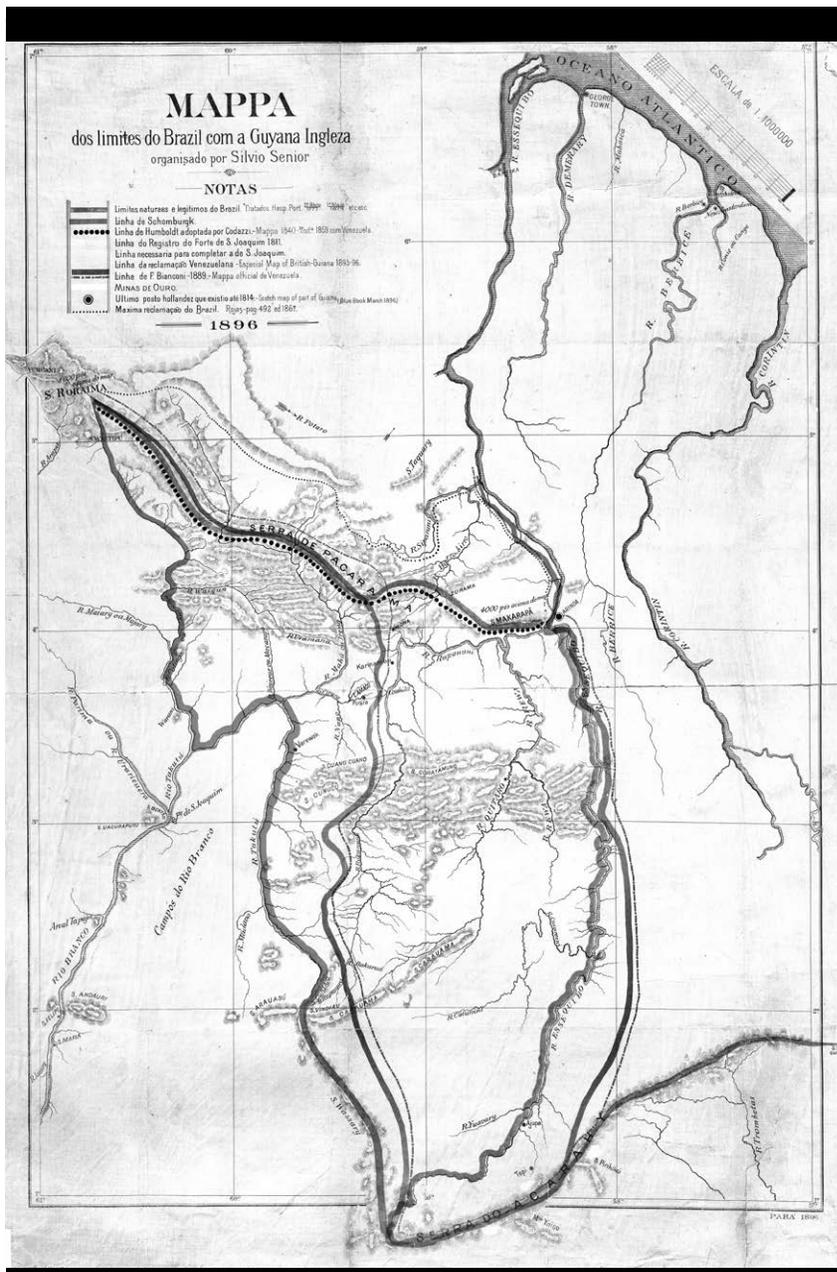


Figura 3 – Mappa dos limites do Brazil com a Guyana Ingleza organizado por Silvio Senior. Fonte: Biblioteca Fluminense.

Considerações finais

No contexto histórico das colonizações, possuir grandes áreas é um dos principais sustentáculos do poder, ainda mais se houver pau-brasil e ouro. Nem sempre os tratados resultam em paz, justamente porque foram criados em momentos de conflito. As possibilidades são estudadas pelas partes em atrito, os tratados são firmados, porém ambos os lados mantêm sua desconfiança.

Atribuir responsabilidade à degradação ambiental não parece adequado à realidade do furto. As justificativas não foram plausíveis e os recortes da história demonstram interesses extremos que documentam algum tratativa equilibradamente. Advém, então, o sumiço de documentos diplomáticos responsáveis por milhões de quilômetros quadrados que hoje se tornaram nação.

Com a assinatura do Tratado de Londres (1901) entre a Grã-Bretanha e o Brasil, com o arbitramento do rei da Itália, Vittorio Emanuele III, e conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, artigo 5º, XXXVI, a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, consagrando o *princípio da segurança jurídica* justamente para preservar as decisões devidamente constituídas no Tratado de Londres.

Devem ser realizadas diligências no intuito de resgatar os prejuízos indiretos causados pelo furto bibliográfico, que é a desinformação. A análise do descontentamento de Baena, única testemunha ocular que relata a importância desses manuscritos, causa espanto e indignação, pois usurparam não apenas parte das terras brasileiras, mas parte da história do país, ocasionando um prejuízo imaterial incalculável. Tais fatos devem ser pesquisados com afinco, sejam eles por história ou estória, onde o bicho cupim, o protagonista, passou a ser um fantasma criado pelo usurpador de documentos.

Referências

- BAENA, A. L. M. *Compendio das eras da Província do Pará*. Pará: Tipographia de Santos & menor, 1838.
- BAENA, A. L. M. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Pará: Tipographia de Santos & menor, 1839.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão do Rio Branco II*. Questões de limites Guiana inglesa. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012a.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão do Rio Branco VI*. Efemérides brasileiras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012b.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.
- CARVALHO, C. A. de. Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Raul d'Ávila Pompéia, solicitando todos os documentos referentes à Ilha da Trindade e referentes

aos limites do Brasil com a Guiana Inglesa, e oferecendo uma coleção da Exposição do Brasil na questão de limites brasileiro argentino. Rio de Janeiro, 1895.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *Obras do Barão do Rio Branco* VI. Efemérides Brasileiras. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, p. 102-105.

LUSITANO, Candido. *Diccionario poetico, para o uso dos que principião a exercitar-se na poesia portuguesa*: obra igualmente útil ao orador principiante. [s.l., s.n.], 1820, p. 65.

MADRI. *Carta geographica*. Madri, Espanha, 1751. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart533092/cart533092.jpg. Acesso em: 1 set. 2018.

MADRI. *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional*, 1749. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: 1 set. 2018.

NABUCO, Joaquim. *Fronteiras do Brasil e da Guiana Inglesa*. O Direito do Brazil. Primeira Memória. Apresentado em Roma a 27 de fevereiro de 1903. Paris: A. Lahure, 1903.

PERNAMBUCO. Araújo Amazonas. *Diccionario topographico, historico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*, 1840. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualecdocs/dicion_rio_topographico_historico_descritivo_da_. Acesso em: 20 jul. 2021.

RECLUS, Elisée. *Estados Unidos do Brazil – Geographia. Ethinographia Estatica*. Traduzida do francês por B. F. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, Ramiz Galvão, 1900.

RIO-BRANCO, Miguel Paranhos. Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750 / Miguel Paranhos Rio-Branco; A tormentosa nomeação do jovem Rio Branco para o Itamaraty / Vasco Mariz. Brasília: Funag, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/940-Alexandre%20de%20Gusm%C3%83%C2%A3o%20e%20o%20tratado%20site.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Roubo e furto de bens culturais raros: análise de dados estatísticos na região Sudeste do Brasil entre os anos de 2006 e 2017

Daniela Eugenia Moura de Albuquerque

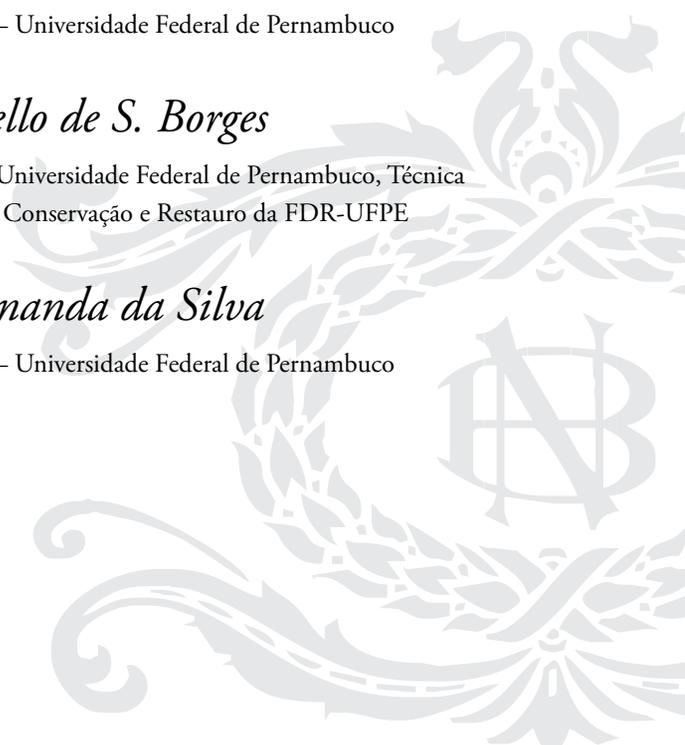
Graduanda em Biblioteconomia – Universidade Federal de Pernambuco

Angélica Mello de S. Borges

Mestra em Desenvolvimento Urbano – Universidade Federal de Pernambuco, Técnica em Restauração do Laboratório de Conservação e Restauro da FDR-UFPE

Roberta Fernanda da Silva

Graduanda em Biblioteconomia – Universidade Federal de Pernambuco





Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar soluções para salvaguardar acervos raros, desenvolvendo reflexões sobre os conceitos de furto e roubo. Foram realizadas uma pesquisa bibliográfica e análises de dados estatísticos de casos de furtos e roubos durante os anos de 2006 a 2017 na região Sudeste do Brasil numa abordagem quali-quantitativa. De acordo com os dados analisados, os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentaram um maior índice dessas infrações penais. Sendo assim, a pesquisa mostrou que a prevenção e a segurança desses bens culturais raros precisam de uma cooperação internacional, conectividade e compartilhamento de informações.

Palavras-chave: Roubo e furtos de bens culturais. Plano de gestão. Acervos valiosos. Comércio ilegal.

Abstract

This paper aims to identify solutions for the safeguarding of rare collections by forwarding the reflection about the concepts of theft and robbery. One undertook a bibliographic research and statistical data analysis of the cases of theft and robbery from 2006 to 2017 in the southeastern region of Brazil in a quali-quantitative approach. According to the data analyzed, the states of São Paulo and Rio de Janeiro presented higher incidence of such criminal offenses. Thus the research showed that preventive action and the security of rare cultural assets require international cooperation, connectivity, and information sharing.

Keywords: Theft and stealing of cultural assets. Management plan. Rare collections. Illegal trading.



Introdução

O patrimônio cultural no Brasil vem sofrendo com a grande incidência de roubos e furtos ao longo dos anos. Estudos indicam que, quando o sinistro é descoberto, ele já vem ocorrendo há algum tempo. De acordo com a notícia do jornal *O Estado de São Paulo* (2007), o Brasil era então o quarto país do mundo em roubos de obras culturais. Essa notícia permanece alarmante devido a inúmeros fatores, entre os quais pode-se destacar a falta de políticas de segurança bem elaboradas e efetivas para a salvaguarda de acervos especiais.

O Brasil possui diversos museus, bibliotecas e arquivos que guardam sua história. Esses bens culturais são manifestações vivas dessa narrativa que percorrem, ao longo do tempo, várias gerações. Abordar o roubo, ou seja, a infração cometida por indivíduos por motivações egocêntricas ou por ambição de ganho monetário, nos leva a perceber que há uma precariedade no ensino do valor essencial dos bens culturais e, principalmente, daqueles que são raros e necessitam de cuidado especial para serem preservados e conservados.

O presente trabalho busca analisar dados estatísticos de roubos e furtos de bens culturais raros na região Sudeste do Brasil, que engloba os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Esse território é o mais populoso do país e concentra grande parte da economia nacional – respondeu, em 2014, por 55,2% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com o portal de notícias Valor Econômico (2014), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); é considerada a região mais desenvolvida e possui o principal mercado de compras de livros, com o maior índice de consumo editorial.

Dados da plataforma *museus.br* (c2015) do Ministério da Cultura mostram que a região Sudeste tem 1.533 museus, dos quais 690 estão em São Paulo. O Nordeste tem 771 museus, a região Norte tem 183, o Centro-oeste tem 286 e a região Sul tem 1.055 – ou seja, o Sudeste abriga a maioria dos museus do país e, conseqüentemente, a maior parte dos bens culturais raros.

Em locais de guarda de acervos patrimoniais que possuem itens de valor imensurável, existe um problema na promoção do alcance do usuário ao acervo e a não privação do acesso à obra. Devem ser adotadas, portanto, medidas de prevenção contra roubo e furto como modo de inibição a esses crimes, mas sem a restrição total de acesso à informação contida nos itens do acervo.

Reifschneider (2008, p. 71), em seu trabalho intitulado “A importância o acesso às obras raras”, em que discorre sobre o desaparecimento de obras datadas do início do século XX e pertencentes a um renomado bibliófilo brasileiro, informa que teriam sido furtadas por alguém que já tinha conhecimento da raridade daqueles itens. Reifschneider, referindo-se às obras furtadas, diz que “colocá-las nas Obras Raras não significaria restringir o acesso, mas preservar algo que dificilmente poderá ser substituído”.

A citação acima pode ser aplicada não somente aos livros considerados raros, mas também a todos os bens culturais especiais de diferentes tipos de suporte. É de extrema importância que as instituições detentoras de acervos especiais tenham políticas de segurança contra roubo e furto para que seja possível o acesso seguro a esses itens. É igualmente importante que as diretrizes escritas encontrem aplicação prática. É preciso conjugar os dois elementos, sem desconsiderar que há outras medidas, apresentadas no decorrer do presente artigo, que colaboram com a salvaguarda e o acesso aos bens culturais raros.

Pode-se citar, por exemplo, o furto de fotografias raras que pertenceram a D. Pedro II, o último imperador do Brasil, uma perda irreparável da memória histórica brasileira – não só para a instituição detentora desse patrimônio cultural, mas para pesquisadores, estudantes e a população em geral. Diante do que Reifschneider (2008) escreveu sobre o acesso às obras raras, vale ressaltar que, no Brasil, já existem soluções entre o acesso e a preservação dos bens culturais raros. Um exemplo é a digitalização de obras especiais, com a disponibilização online de fotografias de peças raras, o que preserva os itens originais, insubstituíveis, e não restringe totalmente o acesso.

Definir o que é um bem cultural não é uma tarefa tão simples: ao longo dos anos, o conceito passou por diversas modificações. Guedes e Maio (2016) traçam uma linha cronológica dos diferentes significados do termo, que já esteve mais associado aos bens protegidos, numa perspectiva somente de patrimônio e práticas de preservação. Segundo a Constituição Brasileira de 1988, o conceito adquiriu novos atributos:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC nº 42/2003); I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO 1988/2016, p. 126).

Neste trabalho, foram analisados os bens culturais de natureza material, os documentos – ou, ainda, a informação registrada na forma tangível. Buckland (1991) trata a informação em três instâncias: coisa (registro), processo (ato de informar) e conhecimento (assimilação, compreensão). Os bens culturais podem estar inseridos nas três formas apresentadas pelo autor e também na forma citada na Constituição. O objetivo do trabalho, porém, é a informação como coisa no âmbito dos atos criminosos e na salvaguarda dos itens raros.

Os tópicos foram abordados com fundamento na diferença entre furto e roubo de acordo com o Código Penal (BRASIL, 1940), a análise da base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os casos registrados de furto e roubo na região Sudeste, as medidas de segurança adotadas na Biblioteca Nacional (FBN) e na *Association of College & Research Libraries* (ACRL), além da possibilidade de sugerir medidas aplicáveis nas instituições detentoras de bens culturais valiosos.

Diferença entre Furto e Roubo perante os Artigos 155 e 157 do Código Penal Brasileiro

São comuns as reportagens de jornais que utilizam habitualmente como sinônimos as palavras “roubo” e “furto”, em geral atreladas a bens culturais raros. Essas duas infrações penais, porém, são completamente distintas, e embora sejam delitos do mesmo gênero, não são da mesma espécie e nem podem ser atribuídas de forma similar – sobretudo na linguagem formal, que requer mais segurança para a validação de um fato como, por exemplo, notícias publicadas em jornais e *sites* confiáveis.

Na linguagem coloquial, é normal que se trate como sinônimos os termos “furto” e “roubo”, já que ambas têm um ponto em comum: a retirada de coisa alheia móvel, que seria “[...] tudo aquilo passível de remoção, ou seja, tudo o que puder ser removido, retirado, mobilizado” (GRECO, 2018, p. 551); além disso, o acusado é chamado, em ambos os casos, de ladrão.

Uma matéria publicada em *O Estado de São Paulo* (2016) e que traz como título principal “Homens que roubavam livros” traz detalhes sobre um caso de furto em uma biblioteca de São Paulo, em 2006: de acordo com a descrição, trata-se de furto, pois os responsáveis pela instituição deram pela falta de algumas obras raras. É possível perceber no texto da notícia a utilização, em alguns pontos, dos termos “furto” e “roubo” como sinônimos.

De acordo com o artigo 155 da Lei nº 2.848/1940 (BRASIL, 1940), que trata dos crimes contra o patrimônio público, o furto consiste em “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel [...]”, com penas previstas de um a quatro anos e multa. O artigo 155 também diferencia os tipos de furto: qualificado e comum. Greco define furto como sendo “[...] um crime contra a posse [...]” (2018, p. 551). O autor ainda faz menção à classificação doutrinária do furto: a) crime comum, b) doloso, c) material, d) de dano, e) de forma livre, f) instantâneo, g) permanente, entre outras. Tanto no roubo quanto no furto “existe a perda tanto para o possuidor quanto para o proprietário da coisa” (idem, p. 552). Para uma melhor exemplificação sobre os tipos de furtos, o quadro 01 mostra os mais comuns:

QUADRO 01 – TIPOS DE FURTOS

Tipos	Características/Definições
Comum/ Simples	O uso prolongado da coisa subtraída e sem qualquer indicação de que a coisa foi furtada, isto é, sem qualquer obstáculo a ser superado; por exemplo, quebrar algo para poder ter a posse do objeto.
Famélico	Amolda-se às condições necessárias ao reconhecimento do estado de necessidade, uma vez que, de um lado, podemos visualizar o patrimônio da vítima e, do outro, a vida ou a saúde do agente, que corre risco em virtude da ausência de alimentação necessária à sua subsistência.
Qualificado	Destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa; abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza; emprego de chave falsa; mediante o concurso de duas ou mais pessoas.
Uso	Exclusiva intenção de uso do bem; sua imediata restituição após o uso; que este uso não seja prolongado. A coisa deverá ser devolvida da mesma forma de modo momentâneo como foi subtraída e o furto de uso é admitido com a devolução da coisa no estado original.

Fonte: adaptado de Greco (2018).

Conforme o artigo 157 da Lei nº 2.848/1940 (BRASIL, 1940), o roubo é o ato de “subtrair coisa móvel alheia, para si, ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência [...]”. A diferença entre roubo e furto é o emprego da violência direcionada à pessoa (sujeito passivo) ou o emprego de grave ameaça com o objetivo de subtrair a coisa alheia móvel para si ou para outro indivíduo. O crime de roubo tem pena prevista de quatro a dez anos de reclusão, mais multa.

Diante do cenário comparativo dessas infrações penais, ressaltamos que “nem todos os furtos são notados, registrados pela polícia e chegam ao Iphan” (KUSHNIR, 2009, p. 9). No caso do furto de bens culturais raros, considerado um dos crimes mais comuns em museus, bibliotecas, galerias, igrejas, os itens mais visados pelos criminosos são manuscritos, mapas, cédulas,¹ moedas e meda-lhas, pois são mais fáceis de serem transportados sem que ninguém perceba.

1. Em 2007, no Museu do Ipiranga em São Paulo, foram furtadas mais de 900 cédulas e moedas raras que ficavam no setor de numismática. As investigações apontaram para

De acordo com o artigo 155, § 1º da Lei 2.848/1940 (BRASIL, 1940), a pena aumenta em um terço para furtos cometidos durante o repouso noturno. À luz da legislação, considere-se, então, o episódio ocorrido na Igreja Matriz de Santo Antônio, no município de Itacambira, em Minas Gerais, no dia 15 de fevereiro de 2012 durante a madrugada: cinco imagens sacras foram subtraídas sem qualquer uso de arma ou violência (IPHAN, 2012). É necessário, portanto, adotar medidas de prevenção como a instalação de dispositivos de segurança ou a contratação de serviço de segurança 24 horas nas instituições detentoras de bens culturais raros – principalmente durante o período noturno, quando não há um reforço significativo de policiais, guardas e funcionários da instituição.

Metodologia

Para a coleta dos dados de furtos e roubos na região Sudeste do Brasil, fez-se pesquisa bibliográfica em fontes noticiárias de *sites* seguros, livros, artigos de periódicos e leis brasileiras do período entre 2006 e 2017. Procedeu-se à abordagem de cunho quali-quantitativa para a obtenção de explicações e compreensões sobre o tema, utilizando dados numéricos. Para determinar se o crime foi de roubo ou de furto, as técnicas de análise adotadas foram as averiguações das notícias de acordo com a Lei 2.848/1940, artigos 155 e 157. Nos procedimentos dos métodos de salvaguarda, a referência nacional foi a Biblioteca Nacional; a referência internacional foi a *Association of College & Research Libraries*.

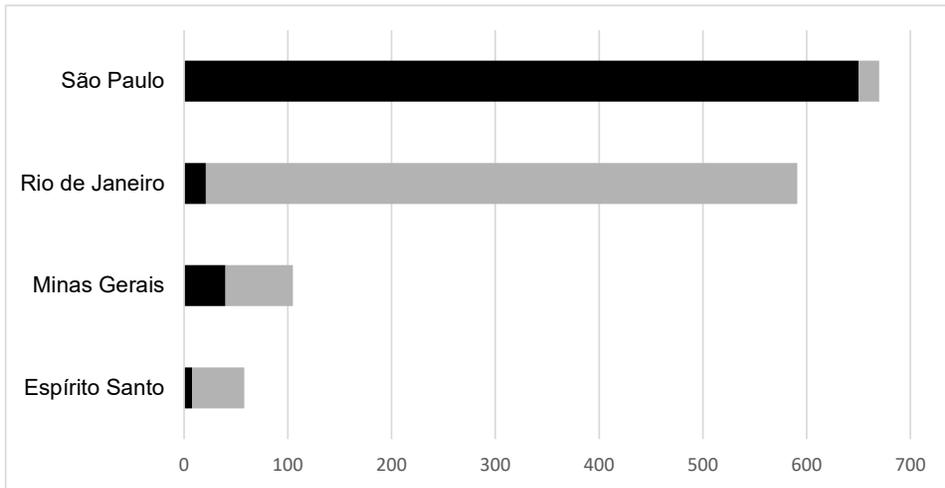
Análise dos dados gráficos

Base de Dados de Bens Culturais Procurados

O Iphan, junto com o Departamento de Polícia Federal e da *International Criminal Police Organization* (Interpol) trabalham para combater o tráfico ilícito de bens culturais no Brasil. Foi criada uma Base de Dados de Bens Culturais Procurados (BCP), que contém informações sobre casos de furto e roubo de bens culturais tombados nas esferas municipal, federal e estadual. Analisou-se no BCP, entre os anos de 2006 e 2017, a relação de itens procurados na região Sudeste, representados no gráfico abaixo:

algum funcionário como autor do crime, devido ao acesso restrito e aos armários trancados nos quais ficavam guardadas as cédulas e moedas. Boa parte da coleção encontra-se na Base de Dados de Bens Culturais Procurados do Iphan e totaliza aproximadamente 605 cédulas e moedas listadas como “procuradas”, além de 82 cédulas e moedas resgatadas (CHRISTOFOLETTI; GALVÃO, 2007).

GRÁFICO 01 – DADOS DO BCP DO IPHAN FURTOS



Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

De acordo com os resultados do BCP, o Espírito Santo apresentou o menor índice de bens procurados: uma escultura, um relicário e castiçais, cadastrados em 2013. Em Minas Gerais, entre os anos de 2007 e 2010, foram encontrados objetos sacros: este é um dos estados do Brasil que apresentam um elevado número de igrejas tombadas pelo Iphan. No Rio de Janeiro, em 2006, contava-se oito bens, entre os quais um livro de Pablo Picasso intitulado *Toros*, de 1960, considerado importante.

Os dados de São Paulo são alarmantes, de acordo com a *Folha de S. Paulo* (CHRISTOFOLETTI; GALVÃO, 2007). Somente em 2007 houve o registro de busca de 607 cédulas, moedas e medalhas, devido a um furto que aconteceu no Museu do Ipiranga, na capital paulista. Entre as moedas que compunham a coleção, há uma datada de 1880 e cunhada em homenagem a trabalhadores. No ano de 2012, uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, datada do século XVIII, entrou para a lista dos bens culturais desaparecidos.

Os dados revelam que os itens, sobretudo os que pertencem às igrejas, foram alvos de criminosos em decorrência do alto valor econômico atribuído a esse tipo de bem cultural: a antiguidade, os significados simbólicos e históricos e o reconhecimento de seu valor por instituições como o Iphan. Ao serem transformados em atrações turísticas, esses bens culturais precisam de mais segurança, pois muitas igrejas tombadas realizam atividades como a missa, a principal celebração religiosa da Igreja Católica.

Além disso, as obras ou intervenções nesses bens culturais tombados devem obedecer a todos os princípios estabelecidos na Portaria 420/2010, expedida pelo Iphan, que dispõe sobre as condições para a concessão de autorização

para a realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Essas normas precisam ser apresentadas tanto aos visitantes quanto aos membros da igreja. Câmeras de vigilância e profissionais da área devem atuar de maneira intensa e eficaz.

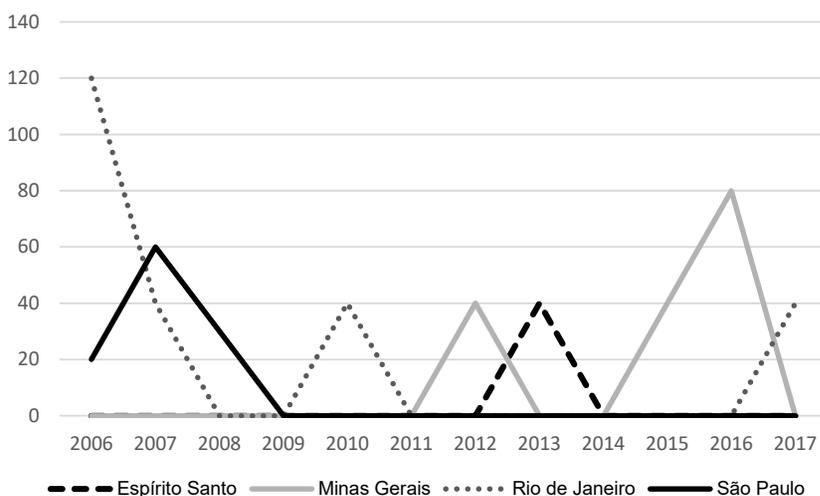
Furtos e roubos

Não há nada de novo na existência de casos de roubos e furtos de bens culturais e de livros raros no mundo e no Brasil. De acordo com Bartlett (2013, p. 11), autora que é jornalista e passou cerca de dois anos estudando o maior ladrão de livros raros dos Estados Unidos, chamado John Gilkey, os crimes de roubo e furto desses itens valiosos

[...] envolviam ladrões que também eram estudiosos ou membros do clero, ladrões que roubavam visando apenas a aferição de lucros, e aqueles que considerei mais fascinantes: os ladrões apaixonados, que roubavam unicamente por amor aos livros. (BARTLETT, 2013, p. 11).

A situação atual não é tão diferente da descrita pela autora, pois alguns casos de furtos e roubos analisados na região Sudeste aconteceram entre pesquisadores, funcionários e bibliotecários que conheciam o valor monetário das obras. O gráfico 02 mostra os dados estatísticos de furtos na região Sudeste do Brasil:

GRÁFICO 02 – CASOS DE FURTOS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL



Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

O gráfico 02 revela que em São Paulo, no ano de 2006, de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (BRANDALISE, 2016), foi registrado um caso de furto que trouxe prejuízo de cerca de R\$ 50 mil para uma biblioteca. Em 2007, dois furtos ocorreram em museus, e os bens subtraídos incluíam peças avaliadas em R\$ 100 milhões e mais de 900 cédulas e moedas. No Rio de Janeiro, em 2006, houve quatro casos relatados de furtos de fotografias, livros e peças sacras. Em 2007, houve um caso num teatro; três anos depois registrou-se outro furto: o das primeiras edições da mais antiga revista em quadrinhos do Brasil (PIMENTA, 2017). Em 2017, mais de 100 livros foram furtados de uma mesma biblioteca (SICILIANO, 2017). Em Minas Gerais, entre 2012 e 2015, foram quatro crimes, todos em igrejas históricas (PEÇAS..., 2012). No Espírito Santo, em 2013, registrou-se o furto de uma urna de prata que guardava um osso do padre Anchieta (URNA..., 2018).

De acordo com os registros, o Rio de Janeiro foi o estado que mais apresentou casos de furto, com sete casos. São Paulo e Minas Gerais tiveram a mesma quantidade de casos, embora em diferentes anos, e o Espírito Santo só teve um caso noticiado em todo o período registrado. Vale ressaltar que muitos dos furtos ocorridos são silenciados devido à imagem da instituição e à não realização de inventários, o que dificulta o trabalho dos órgãos responsáveis pela proteção dos bens culturais.

Os crimes de roubo foram os mais complicados, devido à descrição confusa dos fatos: algumas manchetes, o título descrevia o ocorrido como roubo, mas o corpo da matéria deixava claro que se tratava de furto. Em São Paulo, no ano de 2013, cinco bandidos armados entraram numa biblioteca e roubaram quadros e livros (COZER, 2012). A polícia conseguiu resgatar alguns quadros, mas boa parte dos livros já estava na Europa. Não foi possível realizar um gráfico estatístico para roubos, pois não foram encontrados muitos fatos registrados.

O estado de Minas Gerais, um dos maiores detentores de bens culturais patrimoniais do Brasil, teve aproximadamente 60% de seu patrimônio furtado ou roubado, de acordo com o Ministério Público Estadual (MPMG) em reportagem no jornal *O Tempo* (KUBITSCHKEK, 2018). Uma solução encontrada foi a realização anual de um evento chamado “Em busca do patrimônio perdido”, que tem por objetivo a devolução voluntária de bens culturais furtados ou roubados e a conscientização da população sobre o valor simbólico dos bens culturais para o estado.

Medidas de segurança para os bens culturais raros adotadas na Biblioteca Nacional e na *Association of College and Research Libraries*

O *Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência*, da Biblioteca Nacional (SPINELLI, J.; PEDERSOLI Jr., 2008), apresenta medidas preventivas contra os possíveis furtos, roubos e vandalismos, além de outras diretrizes contra sinistros diversos. Essas medidas foram desenvolvidas e aplicadas na instituição com o intuito de contribuir para a salvaguarda dos itens bibliográficos brasileiros e garantir o acesso das futuras gerações a estes bens culturais.

As práticas preventivas existentes no plano de gerenciamento de riscos da BN são fundamentadas em dois vieses: o primeiro é toda a apropriação intelectual construída no decorrer da vida pessoal e profissional dos dois autores; o segundo é o reconhecimento funcional da instituição para a qual esse plano foi desenvolvido. De acordo com o plano de gerenciamento de riscos da BN, algumas medidas podem ser adotadas contra a ação de criminosos:

Fora do horário de funcionamento, o possível acesso ao interior do prédio e ao acervo é dificultado pela presença em tempo integral de equipes de vigilância, que cobrem todo o prédio e seu entorno, inclusive as áreas de guarda de acervo, que devem permanecer com as portas trancadas. Funcionários e prestadores de serviço têm acesso às áreas de guarda, mas não ao acervo, o que acontece somente sob solicitação prévia e durante o horário de funcionamento. Apesar do monitoramento contínuo, o risco de furto interno sempre existe. Por isso, ao final do expediente, todos os funcionários que ocupam essas áreas são obrigados a desocupá-las. O acesso de funcionários às áreas de guarda fora do horário de expediente somente é permitido em companhia de um vigilante. (SPINELLI, JR.; PEDERSOLI JR., 2010, p. 31).

A importância do estudo estrutural do patrimônio arquitetônico da instituição, bem como os mecanismos bloqueadores e de ação rápida cadastrados, habilitados, instruídos e correlacionados com os demais órgãos federais que buscam proteger são pontos fundamentais no plano de gerenciamento de riscos da BN. Podemos destacar:

a instalação de sistema antifurto baseado em etiquetas de segurança de tecnologia eletromagnética ou de radiofrequência, que ativam um alarme ao passar por detectores posicionados na rota de saída do edifício, em especial para itens do acervo de elevado valor ou de pequeno porte, e por isso mais vulneráveis ao furto. (SPINELLI, JR.; PEDERSOLI JR., 2010, p. 55).

A *Association of College and Research Libraries* (ACRL) não difere da Biblioteca Nacional na questão da salvaguarda dos itens bibliográficos,

especialmente sobre acervos raros (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2009). Tamaña preocupação é representada, assim como na BN, pelos cuidados estruturais relacionados aos pontos de acesso fragilizados e treinamento dos funcionários, prestadores de serviços e estagiários, para que se desenvolvam elos comunicativos entre as instituições, livreiros e casas de antiguidades.

Os órgãos federais, conclui-se, devem atuar tendo como objetivo a publicação e acompanhamento dos furtos e roubos de itens, assim como dos itens que foram encontrados e que devem ser restituídos a suas instituições detentoras. Para que esses cuidados ocorram de maneira estabelecida, a ACRL propõe que seja indicado e oficializado o *Library Security Officer* (LSO):

Cada instituição preocupada com a segurança de materiais de coleções especiais deve nomear um LSO. O LSO deve ser nomeado pelo diretor, deve ter autoridade primária e responsabilidade para executar o programa de segurança, e deve ter um conhecimento profundo de todas as necessidades de segurança do repositório, particularmente aquelas de coleções especiais. [...] O LSO é a pessoa com a responsabilidade principal de planejar e administrar um programa de segurança, que deve incluir uma pesquisa das coleções, revisões do layout físico da instituição e treinamento do pessoal da instituição. (ASSOCIATION, 2009, n. p.).

Assim como o LSO é uma atribuição de prevenção, o registro dos objetos de um acervo também colabora na busca e autenticação do item extraviado de todo e qualquer acervo. Logo, quanto melhor seja o registro do objeto, maior será a possibilidade de resgate do bem cultural raro. Para entender melhor a comparação das duas instituições, elaborou-se um quadro mostrando alguns aspectos das normas da BN e da ACRL:

QUADRO 02 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS MEDIDAS DE SEGURANÇA DA BN E DA ACRL

Instituição	Biblioteca Nacional - Bn	<i>Association of College and Research Libraries - Acrl</i>
Acesso à Instituição	Acesso à instituição portando documento oficial com foto e emitir crachá de identificação para os frequentadores. As bolsas, sacolas e os pertences pessoais são colocados no guarda-volumes da instituição.	O usuário deve preencher um cadastro com dados pessoais para acessar o conteúdo que deseja; seus materiais ficam no guarda-volumes; são oferecidos informativos sobre as regras da instituição.

<p>Acesso aos Bens Culturais</p>	<p>Não é permitida a entrada com armas de quaisquer tipos, objetos marcadores de textos, originais e cópias de quaisquer tipos de obras, e equipamentos que capturem imagens. Também não é permitida a entrada em área não autorizada. O acesso ao acervo deve ser limitado e, para os demais setores, os funcionários devem solicitar requerimento de acesso, o que se dará somente em horário normal de funcionamento da instituição.</p>	<p>Sala para consulta deve ser separada do acervo, o usuário deve ficar acompanhado e ser monitorado por câmeras por todo o tempo. Realizar uma checagem dos materiais de pesquisa que vão entrar na sala junto com o pesquisador. As chaves de acesso devem ser limitadas ao pessoal autorizado.</p>
<p>Segurança Estrutural</p>	<p>Vigilância rigorosa 24 horas na instituição, em especial fora do horário de funcionamento, com fechamento monitorado das portas e janelas. Dificultar a criação de espaços que sirvam de esconderijo para ladrões e vândalos. Melhorar a fiação e aterramentos do sistema elétrico e instalar sistemas de segurança. Sistemas antifurto baseados em etiquetas de segurança eletromagnéticas ou de radiofrequência. Instalar um sistema detector de metais na recepção da instituição e garantir que o alarme funcione mesmo com queda de energia.</p>	<p>Número reduzido de pontos de acesso ao acervo e saídas de emergência que não devem ser utilizadas como acesso comum.</p>

Os Funcionários	Funcionários e prestadores de serviço devidamente cadastrados devem verificar o histórico pessoal e profissional dos prestadores que realizaram a segurança do acervo. Realizar treinamento e atualizações para atender e evitar ações criminosas. Informar a todos os trabalhadores as medidas vigentes de prevenção a furtos e vandalismo e o quantitativo de funcionários por setor depende das dimensões e demanda de público.	A equipe de funcionários, estudantes e voluntários podem auxiliar nas ações contra roubo. Essa equipe tem de estar preparada para agir em caso de furto, roubo e vandalismo, desde o planejamento até a execução e finalização do projeto da instituição.
-----------------	--	---

Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

Algumas medidas de salvaguarda para os bens culturais raros

Os mecanismos preferidos para a salvaguarda dos bens culturais raros têm como prioridade garantir a longevidade dos objetos e sua acessibilidade a todos os que desejem acessar o conhecimento histórico, simbólico e cultural intrínseco aos itens. O valor contido nesses bens vai muito além do que uma visão exclusivista e monetária é capaz de alcançar. As medidas de segurança da BN e da ACRL são importantes para qualquer instituição que detém acervos raros, e podem ser aplicadas e inseridas nas suas políticas de salvaguarda para a proteção contra estes atos criminosos.

As instituições precisam trabalhar em conjunto no combate aos furtos e roubos. O combate ao tráfico ilícito de bens culturais raros, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina e Caribe, demanda cooperação internacional, compartilhamento de ideias, experiências e informações: dessa forma, é possível que haja investigações, estudos e atuações solidificadas no combate a esse comércio ilegal, que é muito lucrativo. Diante dos estudos das normas estabelecidas da BN e da ACRL, sugeriu-se algumas medidas contra roubo e furto de acervos raros:

QUADRO 03 – MEDIDAS CONTRA ROUBO E FURTO DESENVOLVIDAS NA PESQUISA

<p>Medidas contra roubo e furto dos itens raros desenvolvidas na pesquisa</p>	<p>As diretrizes devem ser estabelecidas pela gestão da instituição em conjunto com seus colaboradores; As adequações das diretrizes precisam ser revisadas sempre que necessário; Cada instituição deve aplicar medidas preventivas de acordo com suas necessidades e recursos viáveis; Quanto mais medidas forem aplicadas, melhor e mais protegida será a instituição; O estabelecimento de uma comunicação com órgãos federais e comunidades participativas do comércio legal de bens móveis (livreiros e casas de antiguidades) são primordiais para uma difusão informacional do furto ou roubo e possibilidade de reaver o item extraviado; Um inventário minucioso de todos os itens do acervo é extremamente importante para que haja garantia de precisão na identificação do objeto em caso de furto, roubo ou vandalismo; As instituições devem realizar palestras e oficinas que expliquem e eduquem os frequentadores, funcionários e as comunidades que circundam estes polos informacionais acerca da preservação e do valor cultural, histórico e simbólico dos bens culturais que detêm.</p>
---	--

Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

É dever dos gestores das instituições que gerenciam obras raras trabalhar, organizar, filtrar e descrever as informações que cercam esses itens valiosos no seu ambiente profissional. Além disso, é necessário desenvolver e viabilizar metodologias e procedimentos para a realização de inventários, estudos e pesquisas para a ampliação e disseminação do conhecimento sobre o acervo existente na instituição. É necessário atentar para os casos que envolvem furtos que só serão percebidos na execução do inventário ou quando um pesquisador solicitar algum bem cultural e este não for encontrado no acervo. É imprescindível, portanto, dar prioridade à elaboração desses instrumentos de proteção do patrimônio cultural. Segundo Bartlett (2013, p. 13), a jornalista que visitou diversas livrarias de obras raras, livreiros, antiquários e grandes feiras de itens valiosos nos Estados Unidos:

Descobri que, quando um livro desaparece por muitos anos, os bibliotecários às vezes livram-se de todos os documentos que atestam sua existência – talvez devido à sua frustração, mas também como um ato de autopreservação: eles não gostariam que alguém viesse a saber que deixaram um livro “sumir”, especialmente se este for raro e valioso. (BARTLETT, 2013, p. 13).

Considerações finais

O presente trabalho evidencia a necessidade de implantação de políticas públicas efetivas e o uso de recursos para salvaguardar o patrimônio cultural bibliográfico no Brasil. Esses recursos, próprios e/ou privados, devem atuar de forma permanente para assegurar que essas ações sejam constantes. Além disso, a pesquisa aponta, através de notícias, o quanto a segurança contra roubos e furtos de livros raros ainda é deficiente em nosso país, tendo em vista a ausência de normas específicas e legislação penal adequada direcionadas ao tráfico do patrimônio cultural brasileiro. Dessa forma, esses acontecimentos podem ser resultado da falta de punição contra esse delito.

Assim, quem comete o roubo ou furto permanece aperfeiçoando seus métodos, sem nenhuma penalidade. Há uma diversidade de itens que são considerados verdadeiras obras de arte em registro e contêm ilustrações e gravuras únicas. Isso torna a obra valiosa, porém também chama a atenção de criminosos que querem lucrar com sua venda.

O presente trabalho chama a atenção também para cooperação que deve ser realizada nas instituições. Os gestores são os principais responsáveis pela guarda do acervo e toda a equipe é responsável pela aplicação das políticas de salvaguarda do mesmo acervo. A implantação de normas de segurança e risco é de extrema importância para a preservação e proteção do acervo existente nas instituições. Campanhas de conscientização nas bibliotecas podem surtir resultados ao longo do tempo, com desenvolvimento de exposições e debates sobre o assunto voltados para o público. Desse modo, as medidas contra roubo e furto desenvolvidas na pesquisa podem favorecer o aperfeiçoamento de soluções e medidas de prevenção e combate a esses atos criminosos. Por fim, acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir para a reflexão sobre esse tipo de problema que acomete o patrimônio bibliográfico no Brasil.

Referências

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. *Guidelines Regarding Security and Theft in Special Collections*, 2009. United States: ACRL. Disponível em: http://www.ala.org/acrl/standards/security_theft. Acesso em: 30 out. 2018.

BARTLETT, A. H. *O homem que amava muito os livros*. São Paulo: Seoman, 2013.

- BRANDALISE, Vitor Hugo. Homens que roubam livros. *O Estado de S. Paulo*, 19 mar. 2016. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,homens-que-roubam-livros,1000022153>. Acesso em: 10 de out. de 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. *Código Penal*. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BRASIL é quarto do mundo em roubo de obras culturais. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 dez. 2007. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-o-quarto-do-mundo-em-roubo-de-obras-culturais,99038>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, 45(5), 289-303, 1991. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.
- CHRISTOFOLETTI, Lilian; GALVÃO, Vinicius. 900 cédulas e moedas raras são furtadas do Museu do Ipiranga. *Folha de S. Paulo*, 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1008200714.htm>. Acesso em: 14 out. 2018.
- COZER, Raquel. Publicações raras e documentos históricos são alvos de quadrilhas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jan. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/01/1400456-publicacoes-raras-e-documentos-historicos-sao-alvos-de-quadrilhas.shtml>. Acesso em: 12 out. 2018.
- GRECO, R. *Código Penal: comentado*. 12 ed. Niterói: Impetus, 2018.
- GUEDES, M. T. F.; MAIO, L. M. (2016). Bem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (org.). *Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc.
- KUBITSCHKE, M. Minas tem 60% de patrimônio cultural roubado. *O Tempo*, Belo Horizonte, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-tem-60-de-patrimonio-cultural-roubado-1.2015052>. Acesso em: 12 out. 2018.
- KUSHNIR, B. Da manchete à notinha de canto: os furtos do patrimônio público, a privatização dos acervos do cidadão. *Museologia e Patrimônio* 2(1), p. 9-21, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/CyEKwu>. Acesso em: 10 out. 2018.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. *museus.br – Rede nacional de identificação de museus*, c.2015. Página inicial. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- PEÇAS sacras são furtadas de igreja em Minas Gerais. *Iphan*, 2012. Disponível em: <http://portal.iphane.gov.br/noticias/detalhes/1162>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- PIMENTA, Letícia. Tesouros roubados. *Veja Rio*, Rio de Janeiro, 10 de fev. de 2012. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/roubo-obras-de-arte/>. Acesso em: 12 out. 2018.

REIFSCHNEIDER, O. D. B. A importância do acesso às obras raras. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação* 1(1), p. 67-76, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1544>. Acesso em: 27 ago.2018.

SICILIANO, Thalles. Os furtos de livros raros no Rio de Janeiro. *Frontispício*, 11 de nov. de 2017. Disponível em: <https://frontispicio.wordpress.com/2017/11/11/os-furtos-de-livros-raros-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 12 out. 2018.

SPINELLI, J.; PEDERSOLI Jr., José Luiz. *Biblioteca Nacional plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

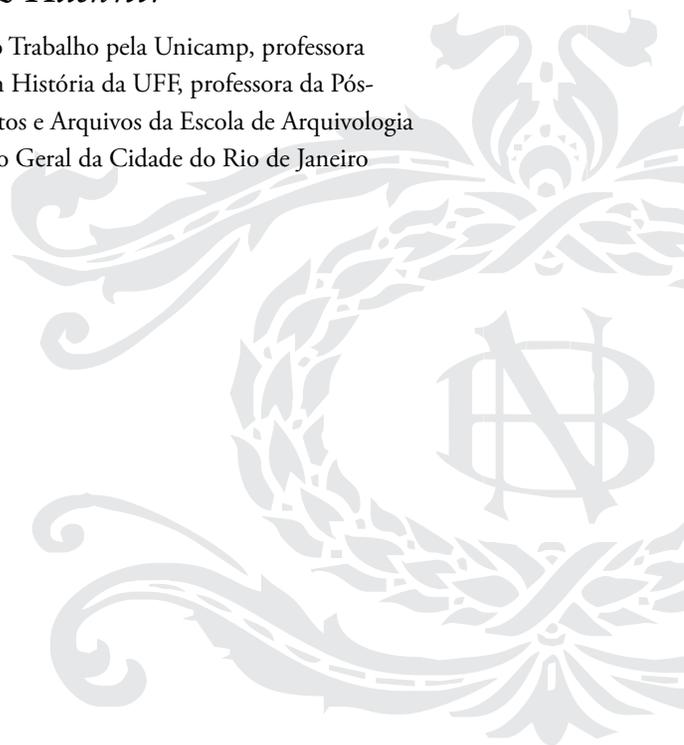
SUDESTE concentra 55,2% do PIB do país, diz IBGE. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 nov. 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2014/11/14/sudeste-concentra-552-do-pib-do-pais-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2018.

URNA de prata que guardava osso de Padre Anchieta é furtada no ES. *Globo.com*, Rio de Janeiro, 18 ago. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/08/urna-de-prata-que-guardava-osso-de-padre-anchieta-e-furtada-no-es.html>. Acesso em: 12 out. 2018.

Patrimônio sem fronteiras: furtos de bens históricos e lavagem de dinheiro

Beatriz Kushnir

Doutora em História Social do Trabalho pela Unicamp, professora convidada da Pós-graduação em História da UFE, professora da Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Escola de Arquivologia da Unirio e diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro





Resumo

A pesquisa exposta busca arrolar as intrincadas relações e práticas de *lavagem de dinheiro/branqueamento de capital* via comércio ilícito de obras de arte e documentos históricos nas primeiras décadas do século XXI. Atende a uma demanda contemporânea por uma História do Tempo Presente que se funda às perspectivas de uma História do Imediato, em que, certamente, os múltiplos veículos da imprensa são mais que fontes dos debates e mazelas que envolvem essa dupla ilegalidade – *lavagem de dinheiro/branqueamento de capital* e comércio ilícito de obras de Arte.

Palavras-chave: Salvaguarda de acervos. Lavagem de dinheiro. Furto de bens históricos.

Abstract

The present work aims to list the intricate networks and practices of money laundering by means of illegal trading in artworks and historical documents in the first decades of the 21st century. It answers to a contemporary demand for a History of the Present Time which is fused with the perspectives of a History of the Immediate – in which the vehicles of the press are certainly more than sources for debates and problems regarding the double illegality of money laundering and trading illegally in stolen artworks.

Keywords: Safeguarding of collections. Money laundering. Theft of historical assets.



Das comemorações pelos 500 anos aos furtos: a multicópia na mira da cobiça

É claro que o melhor é ter a tela diante dos olhos. E para saber se um quadro é autêntico, para se ter quase certeza de que é autêntico, devemos colocá-lo sob a luz de sódio. É essa luz amarelada que ainda podemos encontrar em certos túneis. O sódio esmaece as cores. O sódio restitui a “mão” do pintor. Para dizer a verdade, não conheço mais quase nenhum marchand que ainda faça essa verificação, sob a luz de sódio. Hoje, olha-se principalmente tudo o que está por trás da tela. Os nomes. Os carimbos. De onde ela vem. A quem pertenceu.

Na minha humilde opinião, e me responsabilizo por ela, é melhor olhar o que está sobre o quadro.

STAVRIDÈS; WILDENSTEIN, 2004, p. 54-55

As notícias sobre os numerosos furtos de bens culturais ocorridos entre 2005 e 2006 trouxeram perplexidade aos pesquisadores e à sociedade como um todo. Foram subtraídas as fotos da Coleção Thereza Christina Maria, doada pelo imperador dom Pedro II à Biblioteca Nacional; os quadros da Chácara do Céu; as medalhas do Museu da Cidade; as fotos de Augusto Malta, as revistas semanais, e as gravuras de Debret do Arquivo Geral da Cidade; os quadros e dois castiçais de madeira folheados a ouro do século XVII da capela da Colônia Juliano Moreira, entre outros.

As colunas dos jornais nos surpreendiam, a cada semana, com uma lista infundada de peças que desapareceram sob nossos olhos. O fato sugere que não estamos sabendo preservar o patrimônio público, a herança cultural dos que nos precederam, e que assim pouco deixaremos para as futuras gerações. De um lado, a fragilização do estado brasileiro visível através das privatizações e desmonte de suas instituições praticados nas últimas décadas; de outro, a ganância que atravessa a sociedade, o individualismo que deseja particularizar, que pretende reservar para si determinados bens de natureza intrinsecamente coletiva.

Objetos de grande significação vão perdendo o sentido histórico para se tornarem bens de valor monetário e de mercado. Quase sempre, os furtos de documentos de valor histórico, assim como o de peças sacras subtraídas de igrejas, são ações que atendem a encomendas feitas por pessoas conhecedoras do assunto e com bom grau de instrução, o que tipifica esse tipo de delito. Nossos acervos culturais, que pertencem ao cidadão, precisam da guarda do estado. É patrimônio público, transcendendo as esferas municipal, estadual ou federal. Esses bens, tombados ou não pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), devem ser objetos de eficaz ação administrativa, porque é dever do estado prover a coisa pública e garantir a sua integridade física.

Desde que os crimes se intensificaram, os poucos recursos recebidos por essas instituições como dotação orçamentária, que diminuem ano a ano e que deveriam ser canalizados para o tratamento dos acervos, têm outro destino: as

câmaras de circuito interno, os controladores de acesso, os planos de segurança, os detectores de presença. Precisamos trancar, vigiar e afastar o perigo que parece conhecer cada detalhe dos prédios e de seus bens mais valiosos.

Além da ausência de uma política de investimento nas carreiras de museólogo, bibliotecário, historiador, restaurador, arquivista, boa parte das instâncias de cultura do estado brasileiro se comporta como agências meramente burocráticas e seus dirigentes muitas vezes parecem desconhecer a importância das peças originais e acreditar que cópias podem substituir o que desapareceu. Parecem desconhecer o tempo que se leva para se formar um profissional nessas áreas, para que se identifique um acervo, para se construir a memória de uma instituição.

Serviços especializados, além daqueles de vigilância e de limpeza, são terceirizados, o que faz com que haja um grande número de estranhos circulando por esses ambientes, em desrespeito a uma regra básica de segurança: não permitir o acesso de pessoas sem qualificação aos locais onde são depositados tesouros culturais.

Sem concursos e sem investimento no aperfeiçoamento de seus quadros, o Estado brasileiro acaba por consentir que imposições políticas determinem a direção de equipamentos culturais nos quais técnicos deveriam pôr em prática anos de estudo. Assim, os Arquivos, as Bibliotecas, os Museus e as Igrejas brasileiras deixam sair pela porta da frente, sem sinais de arrombamento, um patrimônio que jamais retornará às suas estantes, mapotecas, altares e reservas técnicas.

É preciso que se invista na consolidação de políticas culturais efetivas e articuladas entre as diferentes instâncias públicas, bem como na organização de mecanismos de segurança adequados que ponham fim a esses crimes contra o patrimônio público. Um exemplo dessa desarticulação: após anos de roubos, desaparecimentos e perdas no acervo do Rio de Janeiro – capital da Colônia, do Império e da República, e que, portanto, detém o maior número de instituições de memória do país –, e de outras cidades, poucas têm sido as soluções propostas para esses furtos.

São Paulo, por exemplo, demonstrou eficiência. Duas semanas após o furto na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, a polícia sabia quem havia praticado o roubo, graças a conexões estabelecidas com leiloeiros cariocas, o que permitiu a devolução das peças.

No Rio de Janeiro, a intervenção no leilão das aquarelas do pintor alemão Friedrich Hagedorn, além de, em outros leilões, sinalizava a possibilidade de reversão desse quadro de impunidades. É imprescindível, portanto, que se estabeleça ações para o fortalecimento das condições de salvaguarda dos acervos e de cooperação entre os agentes envolvidos na proteção, segurança e comercialização de bens culturais. Isto porque a Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico, da Polícia Federal,

no Rio, tem uma alta rotatividade de delegados, que permanecem por no máximo dois anos no cargo.

A cobiça e o pecúlio: colecionar como negócio

Falsificação é o lado escuro da arte, o vício sem o qual a virtude é impossível. Enquanto a humanidade cobiçar objetos por sua história, sua beleza, sua proximidade com o gênio, o falsário estará a postos, com um sorriso zombeiro, pronto para satisfazer a demanda. O mercado de arte lida com fetiches, relíquias sagradas marcadas pelo gênio: o que o falsário oferece ao crédulo comprador não é arte, é ‘autenticidade’, algo que John Groom considera ‘a persistente perversão de nossa época’. Cultivada como vício, venerada como fetiche, abraçada como virtude. [...] Tudo que ela toca se converte em ouro – ou pelo menos adquire certo brilho –, e, nesse sentido, é a marca do gênio, o toque de Midas. (WYNNE, 2008, p. 12).

A pesquisa a que venho me dedicando busca arrolar as intrincadas relações e práticas de lavagem de dinheiro via comércio ilícito de obras de arte e documentos históricos nas primeiras décadas do século XXI. Atende à demanda contemporânea por uma História do Tempo Presente que se funda às perspectivas de uma História do Imediato, na qual certamente os múltiplos veículos da imprensa são mais que fontes dos debates e mazelas que envolvem essa dupla ilegalidade – lavagem de dinheiro e comércio ilícito de obras de arte.¹

Nas demarcações que podem definir as fronteiras do tema há inúmeras interseções. Relativamente à Arquivologia e à História das Instituições, o universo da constituição dos acervos, das coleções e do patrimônio documental e artístico nacional é pouco analisado, mesmo nas ponderações da Museologia.²

A perspectiva proposta para a nossa análise se construiu a partir das meditações que venho desenvolvendo desde 2008³ e estão em sincronia, certamente,

1. Para mais informações: Azema, J. P. (1993), Bedarida, F. (2005), Chauveau, A. (1999), Ferreira, M. (2000), Hobsbawm, E. (1998), Lagrou, P.; Medeiros, S. (2007), Paillard, B. (1993), Porto, G. (2007), Rousso, H. (2011), Sarlo, B. (2001).

2. Para mais informações: Castells, M. (2009, 2003), Jardim, J. (1998, 2009, 2008, 2011), Rousseau, J.; Couture, C. (1998), Silva, S. (2008).

3. Reflexões contidas no meu Projeto de Pós-doutoramento Sênior (*Sob a luz de sódio: leilões e furtos; a autenticidade e a legalidade no comércio de bens históricos no RJ (1933-2008)*, financiado pela Faperj e executado junto ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) entre 2007 e 2008. Prossegui a exploração da temática com os projetos desenvolvidos em sequência e financiados pela Faperj: *Os donos da Arte: falsificações, leilões e furtos. Fronteiras da legalidade no comércio de bens históricos no Rio de Janeiro*, entre 2010 e 2012, e “*É verdade e dou fé*”: *leiloeiros, autenticidade e furto de patrimônio histórico na cidade do Rio (1890-1913)*, entre 2011 e 2013.

com os direcionamentos do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e da Associação Latino-americana de Arquivos (ALA) acerca das estratégias de combate ao tráfico ilícito.⁴ O ICA vem estimulando os arquivos nacionais, em rede, a difundirem, nas esferas municipais e estaduais, a prática do registro dos acervos nos programas Memória do Mundo, da Unesco, e Comitê Internacional do Escudo Azul (ICBS).⁵ O primeiro programa passou a ser muito mais atuante no país a partir da instituição do Comitê do Brasil, em 2007, que selecionou até dez acervos por ano para a nomeação no projeto. Aceitando-se a premissa de que só acervos controlados podem participar do Memória do Mundo, estimula-se o combate ao “analfabetismo patrimonial”. Tal ação é ponto fundamental para coibir os furtos.

Minhas ponderações estão inseridas, portanto, em uma discussão que, como uma teia, vincula os aspectos oriundos e específicos da História e da Arquivologia, sendo, de tal modo, uma apreciação que procura mapear e compreender os diversos motes da questão dos roubos e da salvaguarda dos acervos. Concentro-me nos conjuntos documentais de caráter público, embora não me limite a eles. Desse modo, as análises movem-se num eixo que percorre a gestão pública, em que esquadrinho e sistematizo as informações e considerações a respeito, publicando e expondo sobre a temática. Igualmente, me permito romper os limites da teoria.⁶

A premissa da ausência de punição impõe um descrédito que, ao senso comum, justifica os inúmeros crimes no país. Quanto ao tráfico ilícito de obras de arte, não se desenha quadro diferente: em sintonia com as reflexões jurídicas, os repetidos casos demonstram os criminosos conseguindo “sair

4. O ICA e a ALA realizaram, na cidade do México, entre os dias 27 e 29 de novembro de 2017, a Conferência anual “Arquivos, Cidadania e Interculturalismo”, que tematizava em um dos painéis o tráfico ilícito de patrimônio documental. O painel era composto de três mesas, nas quais apresentei o artigo “El arte de robar Arte: por una cartografía de los robos en Brasil y sus conexiones”, que será publicado pela Revista Internacional de Archivos. O quesito é constantemente invocado pela ALA, que organizou, nos dias 22 e 23 de maio de 2018, no Peru, o 10° SITIA (Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica), cujo tema foi “Fortalecimiento de capacidades para la lucha contra el tráfico ilícito del Patrimonio Documental Archivístico”. O SITIA é restrito aos arquivos nacionais, o que a atual presidente da ALA, a diretora do Arquivo Nacional do México, Mercedes de Veja, vem buscando alterar.

5. Para compreender cada um dos Programas, ver: Memória do Mundo (UNESCO, c. 2021) e e Escudo Azul (ICOM, 2021). A visão do ICA foi exposta pela Dra. Anthea Seles, Secretária Geral do ICA, durante o SITIA/2018 (MINISTÈRE DE LA CULTURE, 2021), o Estágio Internacional Técnico em Arquivos do qual participei no mês de abril de 2018.

6. Busquei auxiliar, no Rio, a DELEMAPH (Delegacia de Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico), o órgão do Departamento de Polícia Federal voltado para a questão, além de difundir as dificuldades encontradas ao realizar um depoimento no documentário *Cartas para um ladrão de livros raros* (2018).

impunes civilmente, mesmo quando condenados penalmente, os governos, pressionados pela população indignada com o crime compensador, vêm adotando métodos alternativos contra este delito derivado” (CHAVES, 2016, p. 45-54).

Na procura por egressões desse quadro de engessamento, a cooperação internacional é uma forma eficaz de, entre outros atos jurídicos, recuperar ou inibir o egresso. Atuando assim, no eixo dos crimes de lavagem de dinheiro, são reconhecidamente percebidos como exemplos da certeza da impunidade (BETTI, 2000). Tipificada como um delito derivado de outro, para que a lavagem de dinheiro ocorra faz-se necessário um roubo, evasão de divisas, comércio de natureza ilícita ou outro crime que a anteceda (CONTE, 2004). A regulamentação brasileira sobre sua coibição é a Lei nº 12.683, de 2012, que em seu artigo 1º a definiu como “ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal” (BRASIL, 2012). A pena prevista para o crime de lavagem de dinheiro é de três a dez anos de reclusão e multa.

Deflagrador da perspectiva de investigação, no Brasil, da relação entre lavagem de dinheiro e aquisição de obras de arte, o Ministério Público mapeou, entre os anos de 1999 e 2014, 68 casos. Perseguindo essa mesma linha, a Operação Lava-Jato apreendeu 300 obras. Dessa forma, o mercado das artes vem sendo usado, atemporalmente, como uma forma efetiva e ilegal de ocultar e lavar dinheiro obtido de forma clandestina. Em sincronia com as marcas deixadas por esse fenômeno, a Convenção de Viena (1988), ao tipificar o crime de lavagem de dinheiro, expõe a sua estreita ligação com as organizações criminosas atuantes no narcotráfico, terrorismo e comércio ilegal de armas.

No ano seguinte à Convenção de Viena, o G7 instituiu o Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), com o intuito de examinar, desenvolver e promover políticas de combate à lavagem de dinheiro. O Gafi redigiu 40 recomendações ao longo dos últimos 20 anos. Em nível continental, o Gafi foi reproduzido em esferas regionais como o *Asian/Pacific Group on Money Laundering*, o *Eurasian Group*, o *Middle East and North Africa Financial Action Task Force* etc. Na mesma linha, o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) instituiu um código de ética, preocupando-se inclusive com a formação de seus acervos.⁷

O Brasil, do mesmo modo, possui mecanismos regulatórios como o Conselho Nacional de Atividades Financeiras (Coaf), que, em sua resolução nº 8,

7. A importância do código desenvolvido pelo ICOM é evitar descobertas como a do museu dedicado ao pintor francês Étienne Terrus, localizado na cidade de Elne, no sul da França, em que mais da metade do acervo é formado por falsificações que nunca foram pintadas pelo artista (MUSEU..., 2018).

de 15 de setembro de 1999, atenta em prevenir a lavagem de dinheiro oriunda do comércio de objetos de arte e antiguidades. Muito recentemente, e com bastante atraso, o Iphan divulgou em sua página o Código Internacional de Ética para Negociantes de Bens Culturais, adotado pelo Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno dos Bens Culturais a seus Países de Origem ou sua Restituição em Caso de Apropriação Ilegal, em sua 10ª reunião, em janeiro de 1999, e aprovado pela 30ª Conferência Geral da Unesco em novembro do mesmo ano.

Para além de toda essa lentidão, o panorama atual tem mais um componente difícil e perverso: as casas de leilões passaram a ser majoritariamente *online*, o que imprime uma agilidade a esse mercado que os órgãos de repressão policial não conseguem acompanhar. A cooperação internacional pode ser uma alternativa a esse conflito, porque na globalização há o imperativo de confrontar e conhecer outras dinâmicas pelas vias da colaboração que ultrapassa as fronteiras físicas.

Mas não é apenas isso, embora isso não seja pouco. Como exposto acima, um dos vértices é formado pelos leiloeiros que podem legalizar – ao concederem uma origem – as peças roubadas. Da mesma forma, lavagem de dinheiro/branqueamento de capital é um aspecto repaginado desta ampla temática.

Unidos pelo Atlântico: a autenticidade e a legalidade no comércio de bens históricos

As citações, no meu trabalho, são como ladrões à beira da estrada, que irrompem armados e arrebatam o consciente do ocioso viajante.
Walter Benjamin

Ninguém quer o bem público que não está de acordo com o seu.
Jean Jacques Rousseau

Ao almejar conhecer a realidade de Portugal, país de escolha de imigração brasileira frente à crise atual, a ampliação do foco de análise não é necessariamente a procura por comparações, mas a possibilidade de apreender estratégias de enfrentamento da demanda, tanto no arcabouço jurídico, como, principalmente, nas táticas do Estado. Por outro lado, vale mapear as fugas para as terras lusas após lavagem de dinheiro, como no caso de Raul Schmidt, cidadão luso-brasileiro e sócio de um diretor da Petrobras. Durante sua prisão, em sua casa, em Lisboa, foram encontradas centenas de obras de arte. Os investigadores da Polícia Judiciária suspeitam que a compra foi concretizada com fundos ilegítimos obtidos através de atos de corrupção e de branqueamento de capitais. Raul Schmidt, 50 anos, estava foragido desde 2015, após o início da Operação Lava Jato. Era investigado pelo pagamento de propina a ex-diretores da Petrobras como Renato de Souza Duque, Nestor Cerveró e Jorge Luiz Zelada. Três anos após os sinais

de ação da Lava Jato em território português, pode-se perceber que dentro do próprio Estado luso há formas de desfalque.

O caso mais em voga atualmente é o que envolve o ex-diretor do Museu da Presidência da República (MPR) entre 2004 e 2016, Diogo Gaspar. O Ministério Público português o acusa de participação econômica em negócio, falsificação de documento, peculato, tráfico de influência e branqueamento de capitais. Diogo Gaspar seria sócio em uma empresa privada ao mesmo tempo que era servidor público. Enquanto diretor do MPR, elaborou uma lista de peças de mobiliário do Palácio da Cidadela de Cascais e as classificou como “alienáveis” e a dar baixa, “invocando o seu estado de degradação ou falta de valor”. A venda foi feita à sua empresa privada, que foi considerada a que ofereceu a melhor proposta. Desse modo, foram adquiridas pelo menos 178 peças de mobiliário por valor inferior ao de mercado. O Ministério Público exige o ressarcimento de cerca de 7,8 mil euros, quantia indevidamente recebida pela empresa de Diogo Gaspar, além da pena de proibição do exercício de funções como funcionário público (EX-DIRETOR..., 2018).

Este é um exemplo dos furtos que dilapidam os “tesouros nacionais” mundo afora e que frequentemente têm a conivência de funcionários do governo. Tanto lá como aqui, no entanto, o mercado financeiro usa as artes para fazer lavagem de dinheiro/branqueamento de capitais. Semelhante a Edemar Cid Ferreira, que formou uma coleção de arte quando esteve à frente do Banco Santos; ou ao Itaú Cultural, que, como veio à tona recentemente, tem em seu acervo itens furtados da Biblioteca Nacional do Brasil;⁸ há uma coleção do Banco Português de Negócios (BPN) que chama a atenção.

Nesta coleção do BPN, existia um fundo constituído por 85 obras do pintor surrealista Joan Miró (MIRÓ..., 2014). Após concluído o processo de liquidação do BPN, iniciado em 2008 após falência, a propriedade do acervo foi sentenciada ao estado português.⁹ Até o BPN colapsar, porém, era desconhecida a informação de que o banco tinha uma coleção de quadros de Miró comprada diretamente do seu maior colecionador, um empresário japonês. A justificativa era a de que o BPN tinha a intenção de formar uma fundação a partir deste acervo. De todo modo, o conjunto era inegavelmente uma forma

8. O ladrão Laéssio Rodrigues, atualmente preso na penitenciária Milton Dias Moreira, em Japeri, Baixada Fluminense, revelou em carta à redação do jornal *Folha de S. Paulo* que itens que furtou da Biblioteca Nacional foram vendidos ao empresário Ruy Souza e Silva, ex-marido de Neca Setúbal, herdeira do banco Itaú. Ruy Souza e Silva, por sua vez, teria revendido ao ex-sogro, Olavo Setúbal, que os doou ao Itaú Cultural (GOBBI, 2018).

9. Semelhante ao que ocorreu na privatização do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), em 1996, quando cerca de 900 obras de arte do acervo, incluindo quadros de Portinari, Di Cavalcanti e Guignard, ficaram de fora do leilão de privatização do banco e foram doadas ao acervo do Museu do Inga em Niterói (OBRAS... 1996).

de pecúlio, já que estava avaliado em 54,4 milhões de euros quando, em 2014, se tentou leiloá-lo na Christie's.

Algo análogo aconteceu um ano depois dos fatos expostos acima e envolveu o BPN, só que abarcando outro banqueiro, Ricardo Salgado, ex-presidente do Banco Espírito Santo. A Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) solicitou uma operação de busca e apreensão de bens no “Universo Espírito Santo”.¹⁰ Vale pontuar que há profundas relações entre a família Espírito Santo e o Brasil.

Após a revolução de 25 de abril de 1974, uma grande parcela dos que eram identificados com os valores do Estado Novo português e tinham negócios ou empresas que apoiaram ou participaram diretamente no governo de Marcello Caetano (1968-1974) exilou-se, sobretudo, mas não exclusivamente, no Brasil. Era o período do governo do general presidente Ernesto Geisel (1974-1979).¹¹ Ricardo Salgado viveu em São Paulo de 1976 a 1982. Nos anos que antecederam o 25 de abril, o Grupo Espírito Santo prosperou bastante. Após 1974, alguns dos membros mais velhos da família foram presos em seguida ao confisco de ativos do banco. Soltos, os executivos da família eventualmente permaneceram em Portugal e pelo mundo afora reconstruindo seus negócios com a ajuda dos Agnelli, donos da Fiat, e dos Rockefeller. Depois de terem passado a maior parte dos anos de exílio no Brasil e na Suíça, os Espírito Santo retornaram a Portugal em 1989 para recomprar, com o apoio da França via *Crédit Agricole*, os bens apreendidos na Revolução dos Cravos (AS FACES..., 2004).

As relações com empresários brasileiros e portugueses no Brasil trouxeram a Ricardo Salgado a coleção de mais de 13 mil moedas que pertenceram a Carlos Marques da Costa durante mais de 40 anos. Em 2008, o BES adquiriu a coleção de moedas, estimada em mais de 25 milhões de euros, e uma biblioteca quinhentista no valor de 850 mil euros, para que os sete mil livros

10. Segundo o jornal *The New York Times*, em 2011, o BES foi “[...] socorrido em uma intervenção humilhante que destaca até que ponto os bancos tradicionais continuam a afligir as economias mais fracas da Europa como Portugal, Grécia e Irlanda. Um especialista declarou que todos esses países compartilham a mesma fraqueza: a falta de uma regulamentação eficaz a nível local” (apud ESTEVES, 2018).

11. Após a Revolução de 1974, houve uma corrente migratória de Portugal (Continente, Angola e Moçambique) para o Brasil – incluindo o próprio Marcello Caetano, que aqui chegou em maio de 1974 e foi acolhido como hóspede no Mosteiro de São Bento. Caetano permaneceu lá por duas semanas e foi convidado a dar aulas na Universidade Gama Filho. Faleceria seis anos depois, em outubro de 1980, e seria enterrado no Rio (LUIZ-GOMES, 2015). Sobre Marcello Caetano, ver: SOARES, M. (2009), CASTILHO, J. (2012), MARTINHO, F. (2016).

que o catedrático José Pina Martins colecionou ao longo da vida não saíssem de Portugal.

Quatro anos antes, em junho de 2004, o BES iniciava BESart, uma coleção de fotografia contemporânea que, em dez anos, atingiu a cifra de mil obras de mais de 280 artistas de 38 nacionalidades. Entre 2010 e 2014, a BESart ganhou mais de 300 obras e 80 artistas. Até 2012, o BES gastava cerca de um milhão de euros por ano com novas aquisições. A dotação, de três milhões, era aprovada para três anos (FERNANDES, 2007).¹² Demarcando a atualidade das reflexões aqui expostas, em maio de 2018 o

Parlamento Europeu aprovou em Estrasburgo, uma nova diretiva europeia de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, incluindo expressamente os negociadores de Arte na lista das entidades abrangidas pelas ‘medidas de diligência’ a tomar em relação aos clientes. (PÚBLICO, 2018).

No centro das discussões, que levaram oito meses para serem pactuadas pelos governos europeus, os temas perpassam o reforço da transparência das empresas, mote fundamental das discussões da ciência da informação e da arquivologia contemporânea.

No que tange às obras de arte, as galerias e os leiloeiros presentes na Europa passam a cumprir as regras europeias de combate à lavagem de dinheiro que já se aplicam a advogados, consultores fiscais, contabilistas, auditores e agentes imobiliários. No caso das galerias e negociadores de obras de arte, a partir de então tiveram de pôr em prática formalmente uma série de deveres preventivos sob pena de enfrentarem sanções definidas pelos países.

As novas regras implicam que os intermediários no comércio de obras de arte verifiquem a identidade de um cliente com base em documentos certificados sempre que uma transação for igual ou superior a dez mil euros. Mas esse rol de medidas ficou aquém das expectativas de impacto global. Não se vislumbra grandes transformações na questão da transparência financeira, devido à não-inclusão da criação de uma Unidade de Informação Financeira Europeia que centralizasse investigações transnacionais e a inclusão dos beneficiários de empresas de fora da União Europeia nos registros centrais.

Ao impor uma cifra, tem-se a responsabilidade terrível de colocá-la num patamar de mercado, ao passo que esses objetos deveriam estar em depósitos e reservas técnicas para serem vistos, consultados, analisados. O alvo necessita, por um lado, sublinhar, reiteradas vezes, a singularidade do patrimônio

12. Ver Fernandes, 2007. Tais experiências, contudo, não são novas no Grupo Espírito Santo. A Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, também conhecida como Museu de Artes Decorativas, é uma instituição de direito privado de utilidade pública, criada em 1953, dois anos antes de seu titular falecer.

cultural, que não poderá ser jamais substituído por cópias. É original e único. Por outro, precisa ratificar a especialidade e a especificidade das próprias instituições públicas e suas missões de salvaguarda, promoção e reflexão acerca da cultura e da memória. Assim, como sugerem Yves Stavrídès e Daniel Wildenstein:

É claro que o melhor é ter a tela diante dos olhos. E para saber se um quadro é autêntico, para se ter quase certeza de que é autêntico, devemos colocá-lo sob a luz de sódio. É essa luz amarelada que ainda podemos encontrar em certos túneis. O sódio esmaece as cores. O sódio restitui a ‘mão’ do pintor. Para dizer a verdade, não conheço mais quase nenhum marchand que ainda faça essa verificação, sob a luz de sódio. Hoje, olha-se principalmente tudo o que está por trás da tela. Os nomes. Os carimbos. De onde ela vem. A quem pertenceu. Na minha humilde opinião, e me responsabilizo por ela, é melhor olhar o que está sobre o quadro. (STAVRIDÈS; WILDENSTEIN, 2004, p. 54-55).

Circunscrever e analisar as forças que conformam esse “problema” possibilita, certamente, compreender e conjecturar sobre as noções de cidadania e dos pactos sociais que configuram parcelas da sociedade brasileira. Experimenta-se, infelizmente, o estado caótico gerado pela deficiência de políticas públicas de salvaguarda de acervo. Uma fuga construída para longe deste lugar passa por refletir sobre o ato de pesquisar – de localizar e labutar sobre as relíquias do passado. Para isso, é fundamental a garantia de acesso aos documentos nos mais diversos suportes de produção. Nessa direção, o cientista social francês Henry Rousso, inspirado por David Lowenthal, define precisamente o ofício do historiador e sua relação com os dados, ao sublinhar que “acessíveis ou fechados, os arquivos são sintomas de uma falta, e a tarefa do historiador consiste em tentar suprimi-la de maneira inteligível, a fim de reduzir o máximo possível a estranheza do passado”. (ROUSSO, 1996, p. 93-102).

Lacunas nesses “vestígios do remoto” são as mais variadas e expõem silêncios que aguçam teoricamente as análises. Mas, segundo Rousso e Lowenthal, compreendendo o passado como uma “terra estrangeira”, percebe-se que este exige, no presente, o passaporte do documento conservado para nele ingressar. Assim, Lowenthal pontua as aproximações e a distância entre a memória e a História, ao demarcar que

são processos de introspecção, cada um envolvendo componentes do outro e com limites obscuros. Apesar disso, são normal e justificadamente distintas: a memória é inescapável matéria-prima indubitável; a História é contingente empiricamente testável. Diversamente da memória e da História, as relíquias não são processos, mas seus resíduos. As relíquias feitas pelo homem são chamadas de artefatos; as naturais não possuem um nome próprio. Ambas atentam o passado biologicamente

através do envelhecimento e desbotamento e historicamente através de formas e estruturas anacrônicas. (BOWDEN; LOWENTHAL, 1985, p. 187).

No cerne da discussão está um questionamento: como salvaguardar relíquias quando se plasam os episódios de furto e destruição, confiscando esses salvo-condutos? Esta reflexão se propõe a entender os mecanismos destas penhoras de nossas licenças de viagem, que privatizam o que tem que ser público. Esses furtos aumentam o fosso e a cisão que se impõem entre o passado e o presente.

Referências

- AS FACES do Banco Espírito Santo. *Istoé Dinheiro*, São Paulo, 03 nov. 2004. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/as-faces-do-banco-espírito-santo/>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- AZEMA, J. P. Tempo Presente. In: BURGUIÉRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BEDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BETTI, Francisco de Assis. *Aspectos dos crimes contra o sistema financeiro no Brasil: comentários às leis 7.492/86 e 9.613/98*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- BOWDEN, M. J.; LOWENTHAL, D. Geographies of the Mind: Essays. In: BOWDEN, M. J.; LOWENTHAL, D. *Geographies of the Mind: Essays in Historical Geosophy in Honour to John K. Wright*. New York: Oxford University Press, 1985.
- CARTAS para um ladrão de livros raros. Direção de Clara Cavechini e Carlos Juliano Barros. Rio de Janeiro: Globo Filmes e Boutique Filmes, 2018. 96 min.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTILHO, José Manuel Tavares. *Marcello Caetano: uma biografia política*. Lisboa: Almedina, 2012.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: Edusc, 1999.
- CHAVES, Carlos Bráulio da Silveira; VALE, Matheus Costa do. Cooperação política internacional para o combate da lavagem de dinheiro no mercado de artes. *Conexão Política*, Teresina, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2016. p. 45-54.
- CONTE, Philippe; LARGUIER, Jean. Le recel de choses et le blanchiment. In: *Droit penal des affaires*. 11 ed. Paris: Dalloz; Armand Colin, 2004.
- CRISÓSTOMO, Pedro. UE alarga plano contra a lavagem de dinheiro à venda de arte. *Público*, Lisboa; Porto, 20 de abr. de 2018. Disponível em: <https://www.publico>.

pt/2018/04/20/economia/noticia/ue-aperta-pacote-contra-lavagem-de-dinheiro-na-venda-de-arte-1811001. Acesso em: 19 ago. 2021.

ESTEVES, José Poças; JESUS, Avelino de. *Caso BES – o impacto da resolução na economia*. Lisboa: Clube do Autor, 2018.

EX-DIRETOR do Museu da Presidência acusado de peculato, falsificação e branqueamento. *Diário de Notícias*, São Paulo, 17 maio 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/ex-diretor-do-museu-da-presidencia-acusado-por-peculato-falsificacao-e-branqueamento-9351641.html>. Acesso em: 19 ago. 2021.

FERNANDES, Joana Carvalho. Os tesouros escondidos do BES. *Sábado*, Lisboa, 15 mar. 2007. Disponível em: <https://www.sabado.pt/dinheiro/detalhe/os-tesouros-escondidos-do-BES>. Acesso em: 19 ago. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, maio-jun. 2000.

GOBBI, Nelson. Itáú Cultural envia mais gravuras para análise na Biblioteca Nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 maio 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/itau-cultural-envia-mais-gravuras-para-analise-na-biblioteca-nacional-22655211>. Acesso em: 19 ago. 2021.

HOBSBAWM, Eric J. O presente como História. In: HOBSBAWM, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ICOM. *Blue Shield – Programme*, 2021. Disponível em: <https://uk.icom.museum/about-us/programmes/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-95). *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, 1998.

JARDIM, José Maria. Diversidade arquivística e políticas de arquivo. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 3, n. 1, 2009. p. 46-59.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, São Paulo: ECA/USP, v. 9, 2008.

JARDIM, José Maria. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2011. p. 197-213.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em ciências da informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2009.

KUSHNIR, Beatriz. Arquivo, Historiografia e Legislação: pontuações presentes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. (O artigo / no prelo).

KUSHNIR, Beatriz. Arquivos e cidadania: apenas a legislação arquivista possibilita este pacto? *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 1, 2014. p. 23-29.

KUSHNIR, Beatriz. Da manchete à notinha de canto: os furtos do patrimônio público, a privatização dos acervos do cidadão. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio* – PPG-PMUS Unirio/Mast v. II, n. 10, jan.-jun. 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/42/22>. Acesso em: 20 maio 2018.

KUSHNIR, Beatriz. Desse lado do balcão: o Arquivo Geral da Cidade do RJ e seus 450 anos de documentos. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele R.; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

KUSHNIR, Beatriz. El arte de robar Arte: por una cartografía de los robos en Brasil y sus conexiones. *Revista Internacional de Archivos* (O artigo / no prelo).

KUSHNIR, Beatriz. Entrevista com José Mindlin. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 6, 2012. p. 279-286.

KUSHNIR, Beatriz. O historiador, o arquivo, o sigilo e a perda. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves; XAVIER, Libânia Nacif; BONATO, Nailda Marinho da Costa (org.). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da UFF, 2009. p. 125-136.

LAGROU, Pieter; MEDEIROS, Sabrina Evangelista. Desafios do Tempo Presente: Relações geopolíticas, fluxos internacionais e métodos contemporâneos para a análise da contemporaneidade. *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, ano 2, n. 29, 2007.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*. São Paulo, n. 17, nov. 1998.

LUIZ-GOMES, Luísa. *Dos dois lados da barricada*. Lisboa: Planeta, 2015.

MARTINHO, Francisco. *Marcello Caetano: uma biografia 1906-1980*. Lisboa: Objectiva, 2016.

MINISTÈRE DE LA CULTURE. *Stage technique internationale en archives*, 2021. Disponível em: <https://www.culture.gouv.fr/Nous-connaitre/Emploi-et-formation/Formations-professionnelles/Stages-internationaux/Stage-technique-international-d-archives>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MIRÓ e o último escândalo do BPN. *Diário de Notícias*, São Paulo, 22 jan. 2014. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/miro-e-o-ultimo-escandalo-do-bpn-3644545.html>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MUSEU francês descobre que mais da metade de acervo é falso. Portal *Terra*, São Paulo, 28 abr. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/arte-e-cultural/museu-frances-descobre-que-mais-da-metade-de-seu-acervo-e-falso,d2df4cd56e07e3a7397ca00b3be88123ubdbx4p8.html>. Acesso em: 19 ago. 2021.

OBRAS de arte ficam de fora de leilão de privatização do Banerj. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/12/ilustrada/26.html>. Acesso em: 19 ago. 2021.

PAILLARD, B. História Imediata. In: BURGUIÈRE, André (org). *DICIONÁRIO das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

PORTO, Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru: Edusc, 2007.

- OUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- ROUSSO, Henry. The Last Catastrophe – The Writing of Contemporary History. *In: Cadernos do Tempo Presente*, n. 11, 2011. Disponível em: <http://www.getempo.org/index.php/revistas/56-n-11-marco-de-2013/artigos/169-1-the-last-catastrophe-the-writing-of-contemporary-history>. Acesso em: 19 maio 2018.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo Presente: notas sobre el cambio de uma cultura*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2001.
- SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental. *Revista AAB/Faperj*. Rio de Janeiro, 2008.
- SOARES, Manuela Goucha. *Marcello Caetano – o homem que perdeu a fé*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- STAVRIDÈS, Yves; WILDENSTEIN, Daniel. *Mercadores de arte*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.
- UNESCO. Preservação da informação no Brasil, c2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/information-preservation-brazil>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- WYNNE, Frank. *Eu fui Vermeer: a lenda do falsário que enganou os nazistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Educação para a prevenção:
a abordagem do tráfico ilícito de
bens culturais no Curso de Segurança
de Acervos Culturais do Mast

Everaldo Pereira Frade

Historiador, Museu de Astronomia e Ciências Afins

Lucia Alves da Silva Lino

Bibliotecária, Museu de Astronomia e Ciências Afins

Marcio Ferreira Rangel

Museólogo, Museu de Astronomia e Ciências Afins

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Arquivista, Museu de Astronomia e Ciências Afins

Ozana Hannesch

Conservadora de papel, Museu de Astronomia e Ciências Afins





Resumo

Problema recorrente em instituições de guarda de acervos culturais e/ou históricos, o roubo e extravio de bens culturais causam imenso prejuízo para as instituições e para o patrimônio cultural brasileiro. O trabalho apresenta a contribuição do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) para a discussão desses problemas e a disseminação de ações indicadas pela Polícia Federal: a oferta de uma disciplina específica no âmbito do Curso de Segurança de Acervos Culturais. Partindo-se do pressuposto de que educação, compartilhamento de experiências e conhecimento são canais bastante eficazes para o combate ao tráfico ilícito, busca-se informar e qualificar profissionais que atuam na guarda, tratamento e pesquisa de acervos culturais.

Palavras-chave: Segurança de acervos. Controle de acervos. Preservação de acervos.

Abstract

A recurring problem in the institutions housing cultural and/or historical collections, theft and illegal appropriation of cultural assets causes immense damage to Brazilian cultural heritage and to its institutions. This work presents the contribution of the Astronomy and Correlated Sciences Museum (Mast) in the debate about these issues and in the promotion of the actions suggested by the Brazilian Federal Police by means of the offering of a specific discipline in its Cultural Collections Security course. Viewing education, and the exchanging of experiences and knowledge as very effective channels to fight illicit traffic of cultural assets, we aimed with this action to inform and qualify the professionals acting in the storage, treatment, and investigation of cultural collections, highlighting the attention towards illicit traffic.

Keywords: Collection security. Collection control. Collection preservation.



Introdução

A questão do tráfico ilícito de bens culturais tem sido motivo de preocupação de vários países detentores de acervos importantes para a história da humanidade. Muitas instituições têm sofrido com roubo, furto e desaparecimento de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Documentos dos mais variados formatos, suportes e dimensões vão sendo furtados por seu valor monetário, embora possam também ser alvo de colecionadores pelo simples prazer de possuir um objeto de valor, para admiração particular. A questão do combate ao tráfico de bens culturais, portanto, se tornou uma emergência: passou a ser um problema recorrente nas instituições de guarda de acervos culturais, históricos e científicos e uma causa de grande prejuízo ao nosso patrimônio coletivo.

No Brasil, os extravios, roubos e furtos ocorrem com frequência, porém as instituições não noticiavam perdas para não tornarem públicas as suas vulnerabilidades. Esta situação começou a mudar a partir da divulgação feita pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2004, sobre o desaparecimento de documentos de sua biblioteca. Com a informação tornando-se pública e o acionamento da Polícia Federal (pois este museu é federal), iniciou-se uma investigação que conseguiu encontrar a pessoa responsável e, com ela, documentos furtados de várias outras instituições. Por confiança, negligência ou, mais comum, devido à falta de informação, o fato é que as instituições buscam soluções para esses problemas apenas depois de acontecido o sinistro ou perdas.

Ao detectar o desaparecimento de um bem cultural, as instituições devem imediatamente comunicar à polícia. Existe um forte mercado de roubo de obras de arte para comércio ilegal e a polícia precisa ser acionada e ter ciência do fato. Pensando nessa conscientização como uma das formas possíveis de prevenção ao tráfico ilícito de bens culturais, o Mast incluiu uma disciplina com essa temática desde a primeira edição do curso de Segurança de Acervos Culturais. A conscientização de profissionais e dirigentes sobre questões de segurança e procedimentos que devem ser adotados institucionalmente é fundamental para que sua prevenção possa ser exercida e os casos possam ser evitados.

O Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast e o Curso de Segurança de Acervos Culturais

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) tem como missão “ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação da história da ciência e da tecnologia no Brasil” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS

AFINS, 2018). Faz parte de sua atuação auxiliar outras instituições na proteção e preservação dos bens culturais, especialmente aqueles relativos ao patrimônio histórico e científico. Isto se efetiva por meio da disponibilização de informação e qualificação de profissionais que atuam nos locais de guarda, tratamento, visitação e pesquisa de acervos científico-culturais. Assim, o Mast se propôs a discutir o problema e divulgar as ações que vêm sendo tomadas pela Polícia Federal e criou, em 2003, o Curso de Segurança de Acervos Culturais.

Desde seu início, esse curso tem duração de 40 horas durante uma semana intensiva. Foi planejado nesse formato para atender à demanda de profissionais de outras regiões do país e favorecer a participação em um curso condensado. Entre os objetivos do curso, se destacam a conscientização de profissionais para a gestão da segurança de bens culturais e a instrução quanto à conservação preventiva voltada à segurança de diferentes tipos de acervo, com a apresentação de aspectos diversos da segurança de bens culturais e de pessoas: proteção contra incêndio; biossegurança; segurança física; gerenciamento de riscos; tráfico ilícito e legislação.

O público-alvo principal inclui conservadores, restauradores, arquitetos, engenheiros, museólogos, bibliotecários, arquivistas e dirigentes de instituições voltadas à guarda, exposição e preservação de acervos. Até 2018, foram capacitados cerca de 700 alunos oriundos de várias regiões do Brasil. Após sua décima edição, os professores que haviam participado das diferentes edições do curso foram convidados a escrever um capítulo para o livro que reuniu os textos de aula, organizado pela então coordenadora do evento, a servidora Maria Celina Soares de Melo e Silva.

A disciplina Tráfico Ilícito de Bens Culturais

A disciplina sobre o tema do tráfico de obras passou, em 2012, a se chamar Tráfico Ilícito de Bens Culturais: atividades preventivas e repressivas do DPF (Departamento da Polícia Federal). Nas diferentes edições do curso, a disciplina contou com a participação de inúmeros profissionais de diferentes divisões da Polícia Federal – inicialmente, integrantes da Polícia Criminal Internacional (Interpol) e, mais recentemente, em 2012, da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (Delemaph). Tais profissionais compartilharam informações e chamaram a atenção para a atuação e o compromisso do órgão dentro da Política Nacional de Segurança no aspecto referente à proteção e preservação do patrimônio nacional.

A carga horária destinada ao tema tem como objetivo explicar e disseminar os fundamentos legais para a defesa e preservação do patrimônio nacional. Além disso, visa a apresentar situações reais de crimes ocorridos no Brasil, discutindo, ainda, formas de prevenção e repressão que vêm sendo colocadas em prática pelo Departamento de Polícia Federal, Interpol e órgãos de defesa

do patrimônio, além dos procedimentos para acionamento das autoridades em casos de sinistro ou perda.

A parceria entre o Mast e a Polícia Federal tem sido produtiva para ambos, pois o Mast serve como um canal de informação e esclarecimentos sobre a atuação dos policiais federais e dissemina procedimentos de atuação em caso de extravios, furtos e roubos; funciona também como um canal mais direto de difusão para a própria Polícia Federal, em função do público-alvo do curso. Este intercâmbio promove informação e confiança mútua no trabalho de ambos.

No sentido de compartilhar informações sobre a prevenção de problemas referentes ao roubo e exportação de patrimônio cultural por meios não legais, os representantes da Polícia Federal abordam variadas informações sobre a estrutura e a atuação do próprio órgão e apresentam também situações reais acontecidas para exemplificar a forma de atuação dos criminosos. Os policiais federais indicam inclusive medidas que são importantes para que as instituições possam implementar ações de segurança, a fim de contribuir para a prevenção ao tráfico ou à receptação de acervos roubados.

Geralmente as aulas se iniciam com a apresentação de um breve histórico da Interpol que vem desde sua criação, em 1923, até seu estabelecimento no Brasil, em 1956, quando o país oficialmente ingressa nas Nações Unidas e passa a assinar os tratados internacionais. Contudo, é ainda em 1947, com a publicação da primeira lista internacional de obras de arte, que a Interpol começa a se envolver nos crimes contra os bens culturais, sobretudo com o furto e o tráfico ilícito, devido ao crescimento do comércio ilegal e, conforme afirma Marques (2010): “sustentados pela demanda dos mercados de arte, a abertura das fronteiras, melhoramento dos sistemas de transporte, bem como pela instabilidade política de alguns países”. Para os alunos, conhecer a estrutura e atuação da Polícia Federal ajuda a entender que mecanismos e ferramentas são oferecidos por esta para o acionamento e atuação do órgão e de seus profissionais quando necessário, dimensionando inclusive a expectativa e eliminando dúvidas.

Desde longo prazo, informações sobre crimes relacionados aos bens culturais estão disponibilizados através do sítio da Interpol (www.interpol.int), onde é possível acessar, por meio da guia *crime áreas*, o *link* para a página intitulada *works of art*. Nela, é possível encontrar, entre outras informações, notícias sobre os últimos engajamentos da organização, a base de dados de obras roubadas, os documentos sobre Conferências e Encontros e enlaces para outras instituições internacionais de interesse, incluindo a “lista vermelha” (*Red List*) do ICOM. Pode-se destacar também o endereçamento para uma página com “pôsteres” das obras mais procuradas. No Brasil, a Interpol integra a estrutura do Departamento da Polícia Federal, com um escritório em Brasília e representação nas Superintendências Regionais do órgão, como é o caso da que fica no Rio de Janeiro.

Marques (2010) afirma que “o Brasil é um dos países-membros com menor número de inclusões no rol da Interpol, embora não sejam raros os casos de roubo/furto de bens culturais”. Nesse sentido, acredita-se que o registro vem sendo, portanto, sub-notificado, situação que não é incomum também em outros países. Para a PF, uma das razões para a baixa difusão das informações sobre os crimes é que muitos países quase não produzem e não mantêm estatísticas sobre esse tipo de crime. Isso acontece porque na maioria das vezes o furto só é percebido quando o objeto roubado é “achado” no mercado oficial de arte.

Assim, Moreira (2012) chama a atenção para o fato de que as instituições e o público devem ficar mais atentos a este problema que vem crescendo na última década no Brasil. Seria importante gerar registros e documentação sobre os bens culturais, seja na realização dos inventários ou toda vez que for verificado que algum documento ou objeto sumiu ou foi perdido. Do mesmo modo, objetos comercializados de escavações arqueológicas clandestinas, muitas vezes, só são identificados quando “ingressam no mercado internacional” (MOREIRA, 2018).

Para Moreira, ao analisar casos no Brasil e no exterior é possível observar que “em muitos casos de roubo/furto de bens culturais, a identificação dos responsáveis pelo fato criminoso nem sempre acarreta a recuperação dos bens subtraídos” (DECRETO, 1973). Isso ocorre porque o bem cultural quase nunca se encontra descrito de forma minuciosa, com fotos, inclusive de detalhes que o individualizem. Seria desejável que isso acontecesse no padrão divulgado na página do *object ID* (ICOM, c2021). Por isso, uma das ênfases dadas por todos os professores que ministraram esta disciplina é que os profissionais responsáveis pelos acervos providenciem a descrição completa e pormenorizada dos itens, enfatizando suas características e peculiaridades, as quais podem ajudar a provar que o objeto não pode ser outro senão aquele de propriedade/posse institucional que o está reivindicando.

Com essas orientações e observações, os policiais federais tratam da segurança em arquivos, bibliotecas e museus de modo a conscientizar os alunos de que o tráfico ilícito dos bens culturais ampliou-se significativamente nas últimas décadas, representando milhares de dólares, e de que não se pode fechar os olhos para esta situação ou imaginá-la distante.

Além da ampliação e visibilidade com que este tipo de ocorrência vem acontecendo no Brasil, o Departamento de Polícia Federal, somente na década de 2010, criou a Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (Delemaph). Este órgão veio atender uma necessidade já proposta pela Convenção da Unesco do ano de 1970, cuja adesão foi consolidada no Brasil pelo Decreto nº 72.312, de 31 de maio de 1973. Na ocasião, a orientação aos países signatários era instituir uma forma de “assegurar a proteção dos seus bens culturais contra a importação, a exportação e a transferência ilícitas de propriedade” (DECRETO, 1973).

Baseada na Convenção da Unesco de 1970, que reconheceu o roubo e o furto como formas de espoliação que constituem uma das principais causas de empobrecimento do patrimônio cultural dos países de origem de tais bens, e que a cooperação internacional constitui um dos meios mais eficientes para proteger os bens culturais de cada país contra os perigos resultantes daqueles atos” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019), cada país deveria se comprometer com sua execução.

Evidente que, na proteção do patrimônio cultural brasileiro, uma parceria que não pode ser esquecida é a da Polícia Federal com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que disponibiliza em seu sítio uma base de dados de Bens Culturais Procurados e também uma lista da saída de bens culturais do Brasil. Na execução de políticas contra os crimes de tráfico ilícito de bens culturais, a PF conta, como já mencionado, com a parceria da Interpol e ainda com a Receita Federal, em razão de que muitos dos crimes cometidos envolvem aquisições não declaradas às autoridades tributárias ou o uso de dinheiro de origem ilícita. Por fim, há também uma parceria mais recente com o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, sobre a consulta de bens musealizados desaparecidos. A Polícia Federal realizou nos últimos anos visitas técnicas a instituições nacionais, o que permitiu detectar problemas generalizados, oriundos de condições orçamentárias e procedimentos deficitários: falta de pessoal de segurança; falta de treinamento adequado; falta de política institucional de segurança escrita; inexistência, inoperância, inadequação e insuficiência de dispositivos eletrônicos de segurança; inadequação de salas de consulta separadas dos locais de guarda de acervo; e falta de uma “cultura de segurança”. Tal situação é o diagnóstico de muitas instituições brasileiras que recebem informação adequada para identificar, planejar e implementar ações mínimas de proteção com os poucos recursos que possuem.

Considerações finais

Fica claro para os participantes do curso, especialmente os profissionais de instituições públicas, que somos ainda muito ingênuos e estamos afastados do problema dos roubos e furtos voltados ao comércio de arte e bens culturais. Do mesmo modo, pelo fato de as instituições não estarem atentas a essas situações, não identificam nem quantificam seu acervo – o que implica, muitas vezes, o desconhecimento do valor do mesmo e a ausência de ações de controle e proteção dos acervos, alimentando um círculo vicioso. Ademais, a inexistência ou ineficácia da identificação individual dificulta a comprovação de propriedade e a devolução nos casos de recuperação pela polícia.

O curso de Segurança de Acervos Culturais, portanto, por meio da disciplina de Tráfico Ilícito, tem possibilitado a comunicação direta de representantes da PF com os responsáveis pelos acervos, favorecendo a troca informações,

elucidando dúvidas e contribuindo para uma tomada de consciência sobre o problema. Com essas ações e atividades educativas voltadas à preservação e conservação dos bens culturais, o Mast busca cumprir seu papel no combate ao tráfico ilícito, enfatizando o uso da informação e da troca de experiências para alertar os profissionais quanto ao tráfico de bens culturais muni-los de ferramentas para evitar a perda do nosso patrimônio.

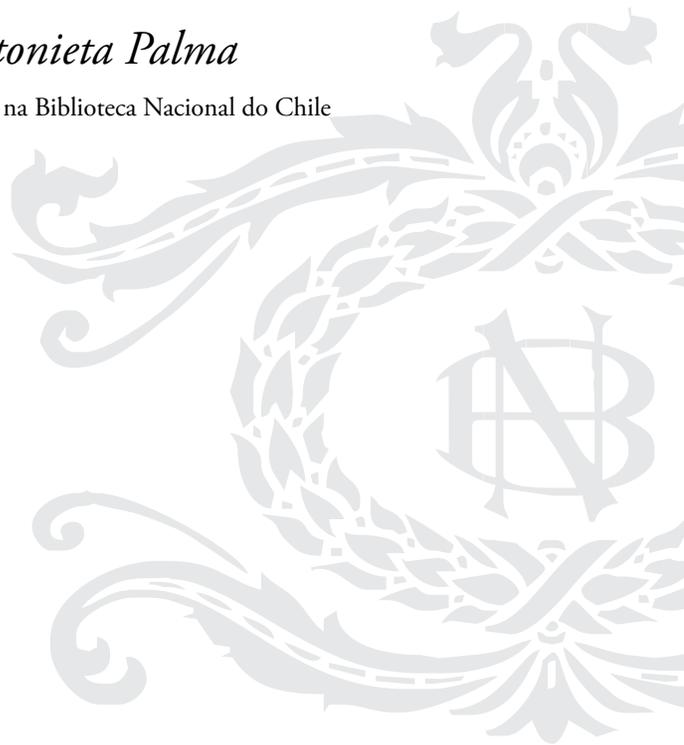
Referências

- BRASIL. Decreto n. 72.312, de 31 de maio de 1973. Promulga a Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e impedir a Importação, Exportação e Transportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais. Presidência da Republica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72312.html. Acesso em: 27 fev. 2019.
- ICOM. *Object ID*, c2021. Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/objectid/>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Consulta de Bens Musealizados Desaparecidos. Disponível em: http://sca.ibram.gov.br/cbd_publico/. Acesso em: 27 fev. 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Bens procurados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1020>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Saída de Bens Culturais do Brasil. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/881>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- MARQUES, Marília Moreira. A Interpol e o combate ao tráfico de obras de arte e bens culturais. [Apostila do VIII Curso de Segurança de Acervos Culturais]. Rio de Janeiro, Mast, 2010.
- MOREIRA, Marcio Martins. Tráfico Ilícito de Bens Culturais: atividade preventiva e repressiva do DPF. [Apresentação em *power point* da aula do X Curso de Segurança de Acervos Culturais]. Rio de Janeiro, Mast, 2012.
- MOREIRA, Marcio Martins. Tráfico Ilícito de Bens Culturais: atividade preventiva e repressiva do DPF. [Apresentação em *power point* da aula do XVI Curso de Segurança de Acervos Culturais]. Rio de Janeiro, Mast, 2018.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Competência (2018). Disponível em: <http://www.mast.br/pt-br/institucional.html?layout=edit&id=448>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello (org.). *Segurança de acervos culturais*. Rio de Janeiro: Mast 2012.

A proteção do patrimônio bibliográfico no Chile

Maria Antonieta Palma

Conservadora-restauradora na Biblioteca Nacional do Chile





Resumo

O desaparecimento de livros constitui uma grande preocupação para as bibliotecas chilenas; entretanto, sua recuperação é muito escassa, senão nula. Existem duas organizações estatais que tratam da proteção do patrimônio: o Conselho de Monumentos Nacionais, órgão responsável pela custódia e pela proteção dos monumentos em nome do Estado, e a Mesa de Trabalho contra o Tráfico Ilícito de Bens Patrimoniais. Quanto à proteção do material bibliográfico, atualmente não existe lei a respeito. Existe uma lei que poderia sanar essa deficiência, o artigo 43 da Lei 16.441, que o estabelece. Em 2016, foi criada a Comissão do Patrimônio Bibliográfico, composta por representantes de instituições públicas e da sociedade civil. A MTI, em conjunto com a Comissão do Patrimônio Bibliográfico, tem focalizado sua atenção nas medidas relacionadas à proteção do patrimônio bibliográfico.

Palavras-chave: Proteção do patrimônio bibliográfico. Quadro contra o Tráfico Ilícito de Bens Patrimoniais. Monumentos nacionais. Comissão de Patrimônio Bibliográfico.

Abstract

The disappearance of books constitutes a grave concern of the Chilean libraries; their recovery is very rare if it even exists. There are two government agencies which deal with heritage protection: the “Conselho de Monumentos Nacionais” (National Monuments Council), organ responsible for the custody and protection of state Monuments, and the “Mesa de Trabalho contra o Tráfico Ilícito de Bens Patrimoniais” (Work Bureau against the Illegal Trafficking of Heritage Assets). As for the protection of bibliographic material, currently there are no laws about it. There is a piece of legislation which could solve this deficiency: article 43 of Bill 16.441. In 2016 was created the “Comissão do Patrimônio Bibliográfico” (Bibliographic Heritage Commission), composed of representatives from public institutions and the civil society.

Keywords: Protection of bibliographic heritage. Bureau against the Illegal Trafficking of Heritage Assets. National monuments. Bibliographic Heritage Commission.



Materiais bibliográficos não estão imunes a furtos nos depósitos onde se encontram: o interesse na posse e na comercialização de objetos de valor patrimonial é antigo, e é comum que regras sejam violadas para a sua obtenção. Esses crimes ultrapassam as fronteiras dos países.

O desaparecimento de livros constitui uma grande preocupação para as bibliotecas do Chile. Sua recuperação, contudo, é muito escassa ou nula, haja vista que os inventários são realizados apenas de vez em quando, o que dificulta a obtenção de informação sobre a data da extração; ao que se acrescenta que as alfândegas dificilmente detectam a saída de material bibliográfico de valor. A casuística atual é muito limitada e uma detecção bem sucedida está marcada pela recuperação pela Polícia de Investigação da maior parte dos 28 volumes e manuscritos do notável estudioso e pesquisador Claudio Gay, que no início da República realizou um levantamento completo para a redação de sua obra sobre a história natural e física do país. Os volumes foram roubados dos cofres do Arquivo Histórico Nacional por pessoal interno para que os itens pudessem ser vendidos numa feira. Além disso, foi registrada a perda de outros arquivos especiais. As notícias sobre o assunto veiculadas na internet (EMOL, 2010) e em outras mídias mostram isso. Por acaso, um visitante regular de uma feira de objetos e antiguidades, ao examinar os livros oferecidos, percebeu que tinham o carimbo do Arquivo Nacional; mais tarde, ele notificou a Polícia de Investigação.

Outro caso documentado ocorreu em 1995, quando o Museu da cidade de Chillán relatou o desaparecimento de um incunábulo do final do século XV (UNESCO, 1999). O museu relatou sua perda à Interpol; havia uma fotografia do livro, porém a cópia nunca foi recuperada.

Para evitar que nossa memória escrita desapareça, é necessário estabelecer medidas preventivas como:

- A formação da cidadania, através do apreço e da valorização do patrimônio por meio da educação, o estabelecimento de programas de sensibilização na educação escolar, nas universidades e na comunidade para disseminar o conhecimento sobre o patrimônio cultural, de modo a influir no sentimento de identidade nacional e promover sua salvaguarda. Atualmente, a Comissão de Patrimônio está trabalhando para incluir a questão do patrimônio no currículo escolar e no debate social, além do Conselho de Tráfico Ilícito, que realiza treinamentos para estudantes.
- A tomada de medidas legais. O Chile atualmente não possui leis que protejam diretamente o patrimônio bibliográfico.

Sobre a proteção do patrimônio, a Constituição política da República do Chile estabelece, em seu artigo 19, item nº 10: “é dever do Estado estimular o desenvolvimento cultural, a criação artística e a proteção e incremento do patrimônio cultural da nação” (CHILE, 2005 [1980]). Para a proteção

do patrimônio bibliográfico, havia anteriormente a Lei nº 16.636 (CHILE, 1967). Seu texto dizia: “Documentos impressos publicados antes de 1925 não podem ser exportados sem autorização prévia do Diretor da Biblioteca Nacional”. E o diretor da Biblioteca Nacional zelará pelo cumprimento do disposto no artigo 43 da Lei. No entanto, nenhum caso é conhecido, e a Lei foi revogada em 2013.

Há um artigo em uma lei correlata que poderia sanar essa deficiência, o artigo 43 da Lei nº 16.441 (CHILE, 2015). Ele estabelece que a autorização por decreto do Presidente da República exigirá a liberação de “[...] livros ou documentos públicos ou privados que, pela sua natureza histórica ou artística, devam ser conservados em museus ou em arquivos, ou permanecer em outro local público para fins comemorativos ou expositivos”. A indefinição da expressão “caráter histórico ou artístico” é o que motiva um possível regulamento que a defina.

Com a recente criação do Ministério das Culturas, Artes e Patrimônio, em março de 2018, a Subsecretaria do Patrimônio está realizando estudos para modificar a Lei dos Monumentos Nacionais, visto que, no seu diagnóstico, ela é obsoleta. A Lei concentra-se nos monumentos, sem uma visão global do patrimônio. Igualmente, no Chile não existe registro de bens culturais protegidos, bens móveis e imóveis, listados ou reconhecidos em alguma das diferentes categorias existentes. Nesse contexto, a Biblioteca Nacional e o Grupo de Trabalho contra o Tráfico Ilícito de Bens Patrimoniais prepararam a documentação relativa à proteção do patrimônio bibliográfico para seu estudo e inclusão.

O Conselho de Monumentos Nacionais é o órgão estadual encarregado da guarda e da proteção dos Monumentos Nacionais (Lei nº 17.288 de 1970), que estabelece a proteção dos bens arqueológicos e paleontológicos, dos museus do Estado e dos monumentos históricos – ou seja, os locais, ruínas, construções e objetos de propriedade pública, municipal ou privada que, por sua qualidade e interesse histórico ou artístico ou por sua antiguidade, assim sejam declarados por decreto supremo, expedido a pedido e com o acordo prévio do Conselho.

Outras medidas importantes são a criação de Mesas ou Comitês de Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Patrimoniais. Em 2013, foi formalmente criada no Chile a Mesa de Trabalho contra o Tráfico Ilícito de Bens Patrimoniais (MTI) pela Diretoria de Bibliotecas, Arquivos e Museus (antes chamada Dibam) (RESOLUCIÓN, 2013). A Diretoria começou a desenvolver atividades em 2011 e é compreendida por representantes das diversas instituições que compõem o atual Serviço do Patrimônio Nacional (Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Museus, e por um grupo de assessores permanentes da Polícia de Investigação, Serviço Nacional de Alfândegas, Ministério Público e Comitê Chileno do Conselho Internacional de Museus (ICOM), entre outras

organizações). O objetivo da Mesa é contribuir para a proteção do patrimônio cultural, fortalecendo as capacidades destinadas a prevenir sua exportação, importação, apropriação e comercialização. A Mesa atua em conjunto com o Conselho de Monumentos Nacionais para concentrar e somar esforços no combate aos atos ilícitos que afetam o patrimônio.

Desde sua criação em 2013, o Conselho fixou uma série de objetivos centrados na proteção do patrimônio cultural contra o tráfico ilícito, que se refletem nas diretrizes de ação elaboradas após a ratificação, em 2014, da Convenção da Unesco de 1970 (UNESCO, 1970), por meio da qual o Chile firmou o compromisso de implementá-lo com os demais estados partícipes.

O Chile só ratificou a Convenção UNIDROIT quando a Convenção de 1970 foi totalmente implementada, o que só aconteceu em 2014. Anteriormente, o Chile já havia estabelecido alguns acordos para a proteção e restituição de bens culturais com outros países, como o Peru (CONVENIO..., 2002), o governo da República Popular da China (CONVENIO..., 2001) e dos Estados Unidos Mexicanos (CONVENIO..., 2012).

O trabalho da Convenção foi orientado para três áreas: legislativa, técnico-operacional e pedagógica, formação e divulgação. Assim, tem realizado, entre outras ações, a análise da legislação comparada em matéria de registros e inventários de bens culturais, trabalhando atualmente no aperfeiçoamento do sistema de autorização de saída de obras pelo Museu Nacional de Belas Artes e nos alertas de roubo internacional de Bens Culturais. Oferece ainda suporte técnico em tarefas de fiscalização por meio da execução de pareceres especializados. Para o registro de bens patrimoniais, foi realizada uma investigação comparativa dos tipos de registros existentes em outros países da América Latina.

Em 2017, foi realizada uma análise da legislação nacional e comparada sobre o tráfico ilícito de bens culturais. Também foram elaborados os procedimentos a serem seguidos por bibliotecas, arquivos e museus do Serviço do Patrimônio Nacional em caso de furto ou furto de bens culturais.

Na área educacional, desde 2011, mais de mil pessoas, incluindo funcionários, oficiais de alfândega, policiais e profissionais relacionados nas regulamentações atuais, foram formadas na identificação de bens culturais protegidos e nas medidas de conservação adequadas e regulamentações internacionais em diferentes cidades do país, de preferência onde há controle de fronteira. Anualmente, desde 2013, a Oficina Binacional de Prevenção e Controle do Tráfico de Bens Culturais é realizada na fronteira com o Peru. Ambos os países se revezam na organização e ela acontece alternadamente nos dois lados da fronteira. Destacam-se ainda as oficinas teórico-práticas que são ministradas para a identificação de bens culturais, incluindo materiais bibliográficos.

Entre as conclusões da última Oficina Binacional, realizada na cidade de Arica (Chile), ficou decidido que elas seriam realizadas a cada dois anos, e

não mais anualmente, considerando o rodízio dos funcionários participantes. Além disso, a Mesa do Tráfico Ilícito tem realizado seminários internacionais, como “Patrimônio cultural em perigo: ações para sua proteção” e a Oficina de implementação da Convenção da Unesco, entre outros.

Em relação às publicações, os destaques são *A Convenção da Unesco de 1970, A luta contra o tráfico ilícito de bens culturais* (DIBAM, 2017), e em colaboração com o Ministério da Cultura do Peru, *Cartilha binacional de bens culturais de Peru e Chile* (PERÚ, 2013). Para a divulgação de seus objetivos, foram feitos cartazes divulgados em várias instituições culturais, e foi produzido um vídeo intitulado “Vamos Combater o Tráfico Ilícito da nossa História”, no qual é feito um alerta contra o roubo de bens patrimoniais. A formação de crianças em idade escolar também é realizada em museus de Santiago e em museus regionais, com o intuito de que as crianças identifiquem e preservem seu patrimônio. Para tanto, foi publicado um caderno de desenhos intitulado *Proteja seu patrimônio*.

Os membros do conselho participam de cursos e seminários internacionais com o objetivo de conhecer a realidade de outros países e trocar experiências, além de participar da reunião do Comitê Subsidiário da Convenção de 1970, em Paris, a cada dois anos.

A Junta realizou, em novembro de 2018, o Seminário sobre Legislação Patrimonial denominado “Circulação e Proteção de Bens Patrimoniais”, com a participação de especialistas chilenos, argentinos e guatemaltecos. Aproveitou-se a oportunidade para conhecer a experiência de convidados estrangeiros na proteção do patrimônio bibliográfico em seus países.

Em 2014, foi instituída a Comissão do Patrimônio Bibliográfico no Conselho da Cultura e das Artes, hoje Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio, com o objetivo de apoiar a proteção, o fortalecimento, a conservação e a divulgação do patrimônio bibliográfico chileno. Essa comissão é formada por representantes de instituições públicas e da sociedade civil e tem como objetivo a formulação de políticas públicas que gerem maiores níveis de inclusão e equidade social. Um dos objetivos desta comissão é analisar o possível regulamento para a saída de livros com mais de 70 anos do país, a fim de evitar que materiais bibliográficos significativos para a preservação da identidade e da história do país saiam de seu território.

A Mesa de Tráfico Ilícito, em conjunto com a Comissão do Patrimônio Bibliográfico, que tem o objetivo de fazer cumprir os objetivos e medidas já estabelecidos por meio de consulta cidadã, tem centrado sua atenção nas medidas relacionadas à proteção do patrimônio bibliográfico. Considera-se relevante que a comunidade de especialistas em livros valiosos encontrados nas principais bibliotecas do país seja consultada e possa, assim, pactuar medidas de proteção que possam promover ações legislativas. Foi convocada, então, uma reunião cujo tema central foi a salvaguarda do patrimônio bibliográfico

e a elaboração de protocolos para a sua proteção, de modo a sensibilizar os participantes para que fizessem inventários das suas coleções e protegê-las de forma mais segura. Além disso, os participantes foram informados de que a Unesco e as Nações Unidas recomendam que os objetos patrimoniais sejam registrados seguindo os campos de identificação do objeto: eles incluem fotografias para sua identificação, ao contrário dos registros bibliográficos, que não as incluem. Em caso de perda, a Interpol solicita a identificação de imagens do objeto para realizar sua busca.

A referida reunião organizada pela Comissão do Patrimônio Bibliográfico em articulação com a Comissão de Combate ao Tráfico Ilícito constituiu uma primeira e grande oportunidade de reflexão sobre o tema para a procura de soluções em benefício da preservação e proteção do patrimônio bibliográfico nacional. Estiveram presentes bibliotecários e representantes de bibliotecas que protegem materiais bibliográficos valiosos. A comissão divulgou os trabalhos da Mesa de Tráfico Ilícito e da Comissão do Patrimônio Bibliográfico, as medidas preventivas contra crimes ilícitos e outras atividades que a Comissão vem realizando – como a preparação e desenho de um primeiro cadastro do patrimônio bibliográfico em nível nacional, a fim de identificar instituições públicas e privadas e indivíduos que possuem ou preservam obras que fazem parte do patrimônio bibliográfico chileno. Além disso, permitirá conhecer o estado de conservação dos referidos materiais e, assim, dispor das informações necessárias para formar um amplo catálogo e para a sua divulgação com fins educativos e de investigação. O catálogo poderá ser um insumo eficaz para a tomada de decisões e implementação de ações públicas e privadas para o resgate do patrimônio e sua valorização por meio de projetos e programas, com o objetivo de fortalecer as redes de colaboração interinstitucional entre o mundo público e o privado. Foi criada ainda uma plataforma alojada no *site* da Biblioteca Digital Nacional, onde funcionará um formulário *online* que permitirá o acesso por meio de um sistema de registro. Não se trata de um inventário, mas de conhecer o lugar, a quantidade e o estado do seu patrimônio bibliográfico. Outra medida em que a comissão está trabalhando é a inclusão e o estudo do patrimônio bibliográfico no currículo educacional.

Nessa altura, o Conselho de Monumentos Nacionais está trabalhando na reforma da Lei em vigor e, considerando que esta não faz alusão à proteção do patrimônio bibliográfico, a Biblioteca Nacional e o Serviço de Tráfico Ilícito prepararam uma ata que foi apresentada ao Serviço Nacional do Patrimônio e que posteriormente foi entregue e discutida com os participantes no encontro organizado pela Comissão do Patrimônio Bibliográfico.

A menção à proteção do Patrimônio Bibliográfico não foi incluída até o momento no projeto da nova lei. No entanto, os bibliotecários presentes à referida reunião decidiram escrever e enviar uma carta às autoridades solicitando sua inclusão. Além disso, foi constituída uma comissão consultiva que

examinará o texto da proposta da nova Lei dos Monumentos Nacionais, que prevê uma nova possibilidade. O Departamento de Tráfico Ilícito e a Comissão do Patrimônio Bibliográfico enviarão também os antecedentes do pedido à Subsecretaria de Patrimônio.

Outras iniciativas que contribuem para a preservação do patrimônio bibliográfico e para reunir bibliotecários em torno do assunto foram os encontros realizados em novembro de 2018: o I Encontro Anual de Bibliotecas de Museus e Centros Especializados do Serviço Nacional do Patrimônio Cultural, em que a apresentação relacionada com o tema da proteção do patrimônio bibliográfico; e as primeiras Jornadas do Livro Antigo, que irão contribuir para a valorização do acervo dos nossos arquivos e bibliotecas. Neste ano de 2018, o patrimônio bibliográfico chileno e a proteção do patrimônio cultural em geral estão num momento importante e crucial, pois está sendo criada a consciência de sua proteção por meio do projeto de alteração da Lei dos Monumentos Nacionais, e do reforço das relações entre as entidades que protegem o patrimônio bibliográfico – o Serviço de Tráfico Ilícito e a Comissão do Patrimônio Bibliográfico. Além disso, bibliotecários encarregados de coleções importantes e valiosas estão se envolvendo, o que esperamos que se expanda aos bibliotecários como um todo.

Referências

- CHILE. CONSTITUCIÓN Política de la República de Chile. (Septiembre 17 de 2005). Ley 16.636, de 13 de julho de 1967, sobre “Abusos de Publicidad”. Ministerio de Justicia. Disponível em: [http://bcn.cl/1uva9\(4\)](http://bcn.cl/1uva9(4)). Acesso em: nov. 2018.
- CHILE. Resolución Exenta n° 582. Diario Oficial de la República de Chile. Santiago, Chile, 31 de maio de 2013.
- CHILE. Ley 16.636. Diario Oficial de la República de Chile. Santiago, Chile, 13 de julho de 1967. Disponível em: <http://bcn.cl/1wtab>. Acesso em: nov. 2018.
- CHILE. Ley 16.441. Decreto Supremo del Ministerio de Relaciones Exteriores n° 342, publicado no Diario Oficial em 16.02.2015. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/chile_law_22_02_1966_esp_orof.pdf. Acesso em: ago. 2021.
- CHILE. Ley 17.288. Diario Oficial de la República de Chile. Santiago, Chile, 4 de fevereiro de 1970. Disponível em: <http://bcn.cl/1v9ov>. Acesso em: nov. 2018.
- CONSTITUCIÓN Política de la República de Chile. (Septiembre 17 de 2005). Ley 16.636, de 13 de julho de 1967, sobre “Abusos de Publicidad”. Ministerio de Justicia. Disponível em: [http://bcn.cl/1uva9\(4\)](http://bcn.cl/1uva9(4)). Acesso em: nov. 2018.
- CONVENIO sobre Protección y Restitución de Bienes Culturales, Chile y Perú. Análisis jurídico Convenio sobre protección y restitución de bienes culturales. Comenzó a negociarse en 1999 y fue firmado en el año 2002, actualmente en trámite parlamentario (N° Boletín: 3567-10, fecha de ingreso: 22.06.2004).

CONVENIO sobre protección y recuperación de bienes culturales. China e Peru. Assinado no ano de 2001.

CONVENIO sobre protección y restitución de bienes culturales. Chile e México. Assinado no ano de 2011 e ratificado pelo Senado mexicano em fevereiro de 2012.

DIBAM – Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos (2017). *La Lucha contra el tráfico ilícito de bienes culturales*. Santiago, Chile: Dibam, CMN. Disponível em: http://www.monumentos.cl/sites/default/files/articles-75124_doc_pdf.pdf. Acesso em: nov. 2018.

MANUSCRITOS robados de Claudio Gay vuelven al Archivo Nacional (2010). Disponível em: <https://www.emol.com/noticias/magazine/2010/08/05/428929/manuscritos-robados-de-claudio-gay-vuelven-al-archivo-nacional.html>. Acesso em: nov. 2018.

PERÚ. Ministerio de Cultura de Perú. 2013. *Cartilla binacional de bienes culturales de Perú y Chile*. Perú, Lima: Ministerio de Cultura, Dibam, CMN. Disponível em: http://www.cultura.gob.pe/sites/default/files/content_type_archivos/archivosPDF/2014/10/cartilla_binacional_de_bienes_culturales_de_peru_y_chile.pdf. Acesso em: nov. 2018.

RESOLUCIÓN Exenta n° 582 de 31 de maio de 2013 da Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos.

RESOLUCIÓN Exenta n° 582. Diario Oficial de la República de Chile. Santiago, Chile, 31 de maio de 2013.

UNESCO. Declaración de Cusco. *II Taller Regional “Lucha contra el tráfico ilícito de bienes culturales”*. Policía Nacional Perú OCN-INTERPOL, Instituto Nacional de Cultura, Ministerio de Relaciones Exteriores, ICOM-Perú. Cusco, Perú, 28 septiembre al 2 de octubre 1999. Disponível em: <https://ilamdocs.org/engine/download/blob/ilamdocs/10/2017/4/Declaracion-Cusco.pdf?app=ilamdocs&class=1&id=3097&field=10&replaced=true>. Acesso em: nov. 2018.

UNESCO. Convención sobre las Medidas que Deben Adoptarse para Prohibir e Impedir la Importación, la Exportación y la Transferencia de Propiedad Ilícitas de Bienes Culturales (1970). Paris, 14 de novembro de 1970. Disponível em: http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13039&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: nov. 2018.

O patrimônio bibliográfico como parte dos direitos da humanidade e sua proteção

Maria Claudia Santiago

Gestora da Seção de Obras Raras A. Overmmer da Biblioteca
de Manguinhos, Fundação Oswaldo Cruz

Abel Horacio Ferrino

Professor de pós-graduação em Proteção do patrimônio cultural e tráfico
ilícito de bens culturais na Universidad Nacional de Tres de Febrero





Resumo

Este trabalho busca demonstrar o papel do patrimônio bibliográfico como componente dos bens culturais da humanidade e a importância do direito à cultura e proteção dos bens culturais para o equilíbrio das nações, expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A demonstração de como os acordos internacionais são internalizados no Brasil faz parte dessa abordagem, no intuito de apresentar como as convenções passam a fazer parte da conjuntura legal de um país. Alguns exemplos de crimes contra o patrimônio bibliográfico foram trazidos, assim como políticas públicas, campanhas na pretensão de reconhecer e recuperar itens do patrimônio cultural latino-americano e iniciativas da sociedade civil na colaboração à proteção de bens culturais.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Direitos humanos. Direitos culturais. Destruição de livros. Preservar a memória escrita.

Abstract

The present work aims to demonstrate the role of the bibliographical heritage as a component of the cultural assets of humanity and the importance of the right to culture and the protection of cultural assets to the equilibrium between nations, as expressed in the Universal Declaration of Human Rights. The demonstration of how international agreements are internalized in Brazil are part of such a focus, which aims at presenting how the conventions are converted in part of the legal framework of a given country. The work then presents some examples of offenses against the bibliographical legacy, as well as public policies and campaigns to acknowledge and recover elements of the Latin-American cultural heritage, as well as civil society initiatives to collaborate in the protection of cultural assets.

Keywords: Cultural heritage. Human rights. Cultural rights. Destruction of books. Preservation of the written memory.



A Declaração Universal dos Direitos Humanos

No ano de 2018, foram comemorados os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), fruto da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948, documentada por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), como norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações.

Os direitos enunciados na DUDH foram proclamados após o mundo ter vivenciado a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Foi um período em que milhões de vidas humanas foram perdidas, além da ocorrência de grande destruição de patrimônio cultural em suas diversas tipologias. Porém, mesmo antes disso, cada um dos direitos enunciados na Declaração foi produto de séculos de embates e mobilizações sociais, o que evidencia que os direitos humanos são um processo em construção contínua, de avanços e retrocessos (BRASIL, 2018).

A Declaração Universal expressa direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e tem como princípios gerais presentes em seus 30 artigos a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência. Ela descreve os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas sem fazer distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, posicionamento político, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outra situação (BRASIL, 2018).

O objetivo da DUDH é promover a paz e o respeito às pessoas pautado pelos direitos de Universalidade (pertencem a todos); são direitos Inalienáveis (não se perdem), Indivisíveis (não se separam) e Interdependentes (dependem uns dos outros), como um conjunto de princípios que precisam ser respeitados e aplicados por e em todos os países.

Os direitos humanos existem para que se tutele as garantias mínimas para a vida, a dignidade e a liberdade do ser humano em sociedade, e para que desta forma seja possível viver em equilíbrio consigo mesmo e com os outros. A DUDH traz uma contribuição que visa à justiça social e, conseqüentemente, à paz entre os povos.

Os bens culturais como um importante segmento dos direitos do homem

Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

DECLARAÇÃO, artigo 27

No artigo 27 da DUDH, está expresso o direito à cultura e à proteção dos bens culturais como resultado de produção científica, literária e artística da humanidade. Toda a produção cultural está ligada a um grupo, território e/ou práticas que estão imbuídas de significados vinculados às pessoas que a produziram ou que dela participam. Sendo assim, cultura e identidade estão intimamente ligadas e acabam por estar vulneráveis às disputas (políticas, econômicas, sociais, entre outras) que podem descaracterizar e até mesmo destruir não só objetos e promover apagamentos de memória, mas também usar da cultura para expropriar e dizimar minorias em nome de interesses individuais ou de grupos seletos.

Vale ressaltar que há uma outra menção mais ampla aos direitos culturais presente na referida Declaração:

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. (DECLARAÇÃO, artigo 22).

Quando falamos em direitos culturais, nos referimos aos direitos que as pessoas têm de acessar conhecimento sem distinção ou discriminação de qualquer tipo, sejam civis, políticos e sociais, que fazem parte dos direitos humanos e protegem o desenvolvimento e expressão de diferentes visões do espaço que nos rodeia. O patrimônio cultural é também um recurso fundamental para outros direitos humanos, em particular os direitos à liberdade de pensamento, consciência e religião, bem como os direitos econômicos.

Os atos de destruição deliberada são acompanhados por outros ataques graves à dignidade humana e aos direitos humanos. Devemos nos preocupar tanto com a destruição do patrimônio cultural quanto com a destruição das vidas, costumes e crenças dessas populações. O patrimônio cultural em todas as suas formas é uma parte importante desses recursos culturais. É transmitido para cada um de nós ao longo de nossas vidas e faz parte de um legado cultural. Essa importância universal do patrimônio cultural para a condição humana deve ser abordada no campo dos direitos culturais.

Para os estados e a sociedade civil, é uma tarefa importante proteger o direito humano de acessar e desfrutar do patrimônio cultural e proteger esse patrimônio contra a destruição intencional, o roubo e a pilhagem.

As gerações que nos precederam no tempo e na história confiaram-nos a herança cultural de que desfrutamos hoje. O que resiste hoje como expressões de nossa criatividade humana e nossa memória coletiva é o resultado de continuidade e persistência na proteção e apropriação de uma herança cultural. Os direitos humanos, que têm a ver com respeito à identidade e

diversidade, podem e devem nos guiar nos esforços para transmiti-los às futuras gerações. A proteção aos bens culturais, portanto, faz parte da busca por direitos universais e está diretamente alinhada ao respeito aos povos e nações.

A perspectiva do patrimônio bibliográfico como parte integrante do patrimônio cultural

Conforme citado por Silva e Silva (2009, p. 324), a definição atual de patrimônio cultural se originou em documento elaborado pela Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, realizada em 1972 e promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Segundo Peña (2011, p. 291), diversas têm sido as manifestações que as culturas do mundo produziram ao longo da história para se informar, comunicar e sustentar seu desenvolvimento. Alguns objetos elaborados continuamente por sociedades desde tempos antigos até os tempos contemporâneos são livros e documentos. Nesse sentido, assim como diversos outros objetos, a produção de livros é resultado da ação humana, seja enquanto objeto ou mesmo como suporte para o registro escrito e/ou iconográfico, portanto um artefato cultural.

Ainda citando Peña (2013, p. 39-40), este aponta que o patrimônio bibliográfico e documental possui características que se estabelecem enquanto objetos úteis, podendo ser constituídos de elementos que os classificam como patrimônio intelectual, gráfico, social e histórico, entre outros. Afirma ainda que expressões artísticas, históricas, culturais, folclóricas, educativas, intelectuais, científicas etc. foram produzidas para atestar o desenvolvimento das sociedades manifestadas em manuscritos, impressos, meios audiovisuais, documentos eletrônicos e outros, com o intuito de armazenar, transmitir, preservar, conservar, comunicar e difundir conhecimentos.

Assim como outras tipologias de bens culturais, os itens bibliográficos foram e ainda são colecionados, traficados, censurados, destruídos e expostos a todo tipo de vulnerabilidade. O mesmo ocorre com diversos bens culturais que correspondem a uma identidade de grupo e que são usados para a promoção da cultura ou ações contrárias ao grupo que representa, empregados em alguns casos como instrumento de dominação.

A Unesco tem sido uma entidade aliada das nações muito atuante na proteção do patrimônio cultural da humanidade e, nesse sentido, promove programas que visam a reconhecer e registrar bens culturais a partir da proposição de representantes dos países. Entre esses programas está o Memória do Mundo (*Memory of the World – MoW*), que se propõe a assegurar a preservação, pelas técnicas mais apropriadas, do patrimônio documental com significação mundial; auxiliar o acesso universal ao patrimônio documental;

aumentar a disseminação do conhecimento da existência e significação do patrimônio documental (ARQUIVO, 2017).

Com este programa e posicionamento, a Unesco contribui para a valorização do patrimônio documental e bibliográfico da humanidade e corrobora com a ideia, nem sempre evidente, de atestar o patrimônio documental e bibliográfico como parte do patrimônio cultural mundial. O comitê brasileiro do MoW, a partir de 2018, passou a adotar a designação de “patrimônio bibliográfico” que, até o ano anterior, estava contemplada na qualificação terminológica de “patrimônio documental”. Isto configura um importante passo na incorporação e alinhamento com o campo da biblioteconomia.

Os acordos internacionais e a sua internalização no Brasil

Após o marco da DUDH, vários outros acordos internacionais foram firmados na busca por fazer valer junto aos Estados a internalização dos princípios proclamados na Declaração Universal. O Brasil, ao se tornar signatário de um acordo internacional, precisa torná-lo aplicável no país; nesse caso, isso é feito pela adoção de um sistema dualista: no Brasil, um tratado internacional não é aplicado diretamente e precisa passar por um ordenamento jurídico interno.

De acordo com Ariosi (2004), o ordenamento jurídico brasileiro tem quatro fases a serem cumpridas na internalização de acordos internacionais, sendo estas descritas a seguir.

Na primeira fase, de negociação, esta é estabelecida por autoridades nacionais designadas pela ordem constitucional. É produzido um texto com os motivos da realização do acordo e são expostos os termos do conteúdo do tratado internacional, que são discutidos por seus signatários com a definição de obrigações entre as partes. Esta costuma ser uma tarefa de caráter multidisciplinar, confiada a diplomatas de carreira e especialistas sobre a matéria a ser tratada. No texto final, também são observados os pressupostos constitucionais na intenção de preparação para ser assinado.

Na fase seguinte, que é a de assinatura do documento, este segue para ser assinado pelo Presidente da República ou quem por ele for designado, conforme orientação da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969.

Na fase do *Referendum*, inicia-se, junto ao Congresso Nacional, a discussão e deliberações sobre tratados, acordos ou atos internacionais que possam gerar compromissos e custos ao patrimônio nacional. Cada tratado ou acordo internacional aprovado é instrumentalizado em um Decreto Legislativo. O Decreto, dispensado de sanção ou promulgação presidencial e contendo as funções de aprovação e autorização, é promulgado pelo Presidente do Senado Federal e sequencialmente publicado em Diário Oficial.

Na quarta e última fase, cabem a ratificação e promulgação, onde o Decreto Legislativo chega ao Presidente da República. Após estas ações, seguidas da publicação do Decreto pelo Presidente da República, ele passa a ter vigência no ordenamento jurídico interno brasileiro na condição de lei federal.

A descrição desse processo é importante para o entendimento de que mesmo que o país se comprometa com um acordo internacional, existem especificidades internas inerentes a cada nação.

As convenções internacionais e sua aplicabilidade

As Convenções da Unesco de 1970 e 1972, assim como a Convenção UNIDROIT de 1995, das quais o Brasil é signatário, foram promulgadas nos decretos abaixo relacionados como forma de adesão e de divulgar o país como Estado-parte.

TABELA 1 – CONVENÇÕES INTERNACIONAIS RELACIONADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA PROTEÇÃO ASSOCIADA AOS DECRETOS DE INTERNALIZAÇÃO QUE AS TORNAM VIGENTES NO BRASIL

Convenção	Decreto
Convenção da Unesco (1970)	72.312/1973
Convenção da Unesco (1972)	80.978/1977
Convenção de UNIDROIT (1995)	3.166/1999

Essas convenções norteiam conceitos e práticas relacionadas ao patrimônio cultural e devem ser evocadas em sua proteção. Para melhor entender sua relevância e finalidade, será preciso abordar o que cada uma trouxe de contribuição no campo do patrimônio cultural e o destaque que demandam.

A Convenção da Unesco que ocorreu em Paris, entre os dias 12 e 14 de novembro de 1970, está direcionada para o compromisso de estabelecer “medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais” (UNESCO, 1970). É fundamental frisar que, nesta Convenção, define-se o conceito de “bens culturais” e estabelece-se de forma explícita a condição de “origem ilícita” desses bens como “exportação ou transferência de propriedade que contraria as leis do país de origem” em seu artigo 3º (UNESCO, 1970). Outra questão importante é o compromisso de seus signatários em prevenir a importação de bens ilícitos e colaborar na repatriação de bens traficados. Também está nesta Convenção o fomento de pactos bilaterais entre as nações para reconhecer e executar as leis nacionais de outro Estado-parte.

A Convenção da Unesco de 1972, também sucedida em Paris, conceitua “patrimônio cultural” e é extensiva à proteção do patrimônio cultural e natural. Ela define a composição de um sistema de cooperação internacional para apoiar os Estados-parte, especialmente aqueles com recursos limitados, na conservação e identificação de seu patrimônio cultural e natural. Determina ainda a criação de um inventário internacional dos bens do patrimônio cultural e natural de especial importância.

A Convenção de UNIDROIT aconteceu em Roma, em 1995, e também trouxe grande colaboração para o combate ao tráfico e proteção de bens culturais, no intuito da “restituição internacional dos bens culturais furtados ou ilicitamente exportados”. Nesta Convenção, promulgada pelo Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado, estabeleceu-se como regular o comércio transnacional de bens culturais em que, segundo Bischoff (2004, p. 287), seus autores reconheciam a persistência do tráfico ilegal e a pilhagem de sítios arqueológicos, e com isso resolveram fortalecer o regime de proteção iniciado com a Convenção da Unesco de 1970, pois esta era considerada ineficaz.

Ainda em relação à Convenção de UNIDROIT, define-se “coleção pública”, em seu artigo 3º inciso 7, estabelecendo-se “um conjunto mínimo de regras jurídicas comuns para efeitos da restituição e do retorno de bens culturais entre os Estados Contratantes”, como a solicitação de restituição de bens culturais ilegalmente exportados por carta rogatória. Um Estado Contratante pode requerer, junto ao tribunal ou autoridade competente de outro Estado Contratante, o “retorno de um bem cultural ilicitamente exportado do território do Estado requerente”, e esta Convenção estende aos bens particulares ou coleções privadas furtadas a restituição dos bens mesmo sem registro oficial. Outra possibilidade é a solicitação de indenização pelo comprador de boa-fé (UNIDROIT, 1995).

Patrimônio bibliográfico em risco: casos de furtos espalhados pelo continente

Inúmeros são os casos de furtos e roubos direcionados ao patrimônio bibliográfico sob a guarda deste continente e dos demais. Muitas vezes sendo considerado um crime de menor potencial ofensivo e com uma configuração que favorece a sua prática, esse tipo de delito acaba por acontecer de forma disseminada e, em muitas ocasiões, nem mesmo ser percebido. O tráfico desse tipo de bem patrimonial acaba por se realizar sem maiores resistências, pois o produto do furto/roubo passa despercebido, como um objeto comum. Durante a realização desse trabalho, não se encontrou qualquer estatística oficial direcionada especificamente para o crime contra o patrimônio bibliográfico/documental. Pode-se considerar esta situação como um indício de que até mesmo para organizações imbuídas no combate ao crime de furto/

roubo no geral, e especificamente para aquelas responsáveis por fiscalizar e combater este tipo de transgressão legal, este é um crime que nem mesmo possui um reconhecimento de sua gravidade, não tendo inclusive registros estatísticos que possam balizar políticas públicas na prevenção e combate a esse tipo de delito.

No intuito de apresentar alguns casos de furto do patrimônio bibliográfico em diferentes contextos da América Latina, buscou-se alinhar notícias recentes para demonstrar um problema antigo para os acervos e para a memória e patrimônio deste território.

Na reportagem do jornal *El Mundo*, de 29 de maio de 2015, consta a apresentação de um suspeito de crime de furto que estava sendo processado pela Biblioteca Nacional da Espanha pelo crime ocorrido em 2007. A Corte argentina negou a extradição do criminoso por entender que o crime já havia prescrito. O mesmo texto também informa que o suposto criminoso foi requisitado pela Justiça do Uruguai, seu país de origem, que queria interrogá-lo sobre o desaparecimento de obras na Biblioteca de Montevideú; a Justiça argentina, mais uma vez, não concordou com a extradição. O desfecho da notícia aponta para a vida tranquila e confortável que o acusado poderia ter a partir de então, já que a Espanha não era mais uma ameaça para ele.

A matéria seguinte, intitulada “Los libros robados de Perú”, de 2016, fala da descoberta de cerca de 900 itens faltantes na Biblioteca Nacional do Peru, identificados após inventário de 2011, e de que a partir de uma campanha de recuperação iniciada um ano antes, a instituição conseguiu reaver 135 livros e manuscritos furtados de seu patrimônio. A notícia relata ainda situações singulares na constatação de furtos, como se deparar com fotocópias em substituição à obra original.

Como último exemplo, há o caso brasileiro, ocorrido em 2017 na Biblioteca Pedro Calmon, da UFRJ, e veiculado pela imprensa como o “maior furto de livros raros já registrado no país”. A reportagem informa que o valor das obras furtadas renderia um lucro ao criminoso de algo entre R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão. Menciona-se também que “as obras seguiriam para colecionadores na Argentina, Uruguai, Portugal e Itália” (MARTINS, 2017), o que configura o tráfico ilícito de bens culturais.

As três matérias apresentadas aqui de forma ilustrativa apontam para questões extremamente relevantes para a situação de risco atrelada a furto/roubo de bens culturais, especificamente relacionados ao patrimônio bibliográfico. Os casos não são investigados em sua dimensão devida; o suposto criminoso consegue se estabelecer e ter uma vida cômoda e até aconchegante; os crimes contra o patrimônio são de difícil detecção por diversos motivos, entre eles a substituição de originais por cópias; e ainda pode-se reconhecer nesse tipo de furto um potencial de negócio de altos rendimentos, baixo risco e um ativo mercado internacional.

As práticas criminosas, o abastecimento do tráfico ilícito e a recuperação de bens culturais

O tráfico ilícito de bens culturais, incluindo-se o patrimônio bibliográfico das nações, é um problema global e generalizado. Diante da questão do tráfico ilícito, ainda existe um conjunto de outras atividades criminosas que orbitam em seu entorno, como furto, roubo, receptação, falsificação de documentos, lavagem de dinheiro, contrabando, formação de quadrilha e o crime organizado transnacional. Apesar de tantos crimes estarem circundando o mercado de tráfico ilícito de bens culturais, este continua ativo e se retroalimentando até mesmo do financiamento ao terrorismo.

Na cartilha “Entenda o tráfico ilícito de bens culturais (TIBC)”, produzida pelo governo brasileiro, no item referente às tipologias de bens culturais vulneráveis ao tráfico, pode-se destacar, dentro do campo bibliográfico, as gravuras, manuscritos, livros raros e antigos; podem ainda fazer parte desse universo os mapas (BRASIL, s.d., item 10). Sendo assim, é visível e reconhecido o risco a que estes materiais estão expostos diante de uma dualidade que envolve segurança e acesso, pois o patrimônio bibliográfico precisa estar disponível ao uso para fins científicos e culturais e, ao mesmo tempo, ser protegido. Em muitos casos, criminosos se valem dessa missão para cometer crimes contra os bens culturais de um povo.

Como já abordado, é rotineiro e atual encontrarmos casos de furtos e roubos do patrimônio bibliográfico. Comumente, estes eventos são fruto de investigações que apontam para um abastecimento mediante encomendas de obras, que saem de uma esfera pública ou mesmo privada e legal para um espaço que não se relaciona com a identidade e menos ainda com a memória coletiva, que subdimensiona o seu valor cultural e que cai em um domínio muitas vezes particular (oculto) e sem retorno.

Ademais, existem aquelas obras que, mesmo recuperadas, apresentam danos físicos, adulterações, mutilações, e, mesmo quando conseguem ser recuperadas, têm perdas em relação à originalidade e ao processo de produção original.

No caso da Fundação Oswaldo Cruz, que teve obras repatriadas em 2011, foram encontrados vários danos resultantes desse processo de furto e recuperação que atingiram as obras de forma permanente. As imagens abaixo são de obras recuperadas em que podem ser observados danos de manchas, rasgos, contaminação, mutilação e adulteração.

Para além da perda para o patrimônio nacional que acontece como furto/roubo e tráfico ilícito dessas obras, quando elas conseguem ser recuperadas ainda precisam conviver com os danos que podem ter sofrido neste processo. Como resultado, ainda restam os custos financeiros e materiais que precisam ser despendidos na tentativa de estabilizar, conservar e, muitas vezes, restaurar o material recuperado.



Figura 1 – Imagens de obras recuperadas do acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca de Manguinhos, Fiocruz. Foto: Rodrigo Mexas e Raquel Portugal.

As políticas públicas, as campanhas de proteção e as iniciativas da sociedade civil no combate ao tráfico ilícito

A necessidade da construção de políticas públicas de combate ao tráfico ilícito de bens culturais é emergencial. Diante de um cenário em que o patrimônio está sob risco, seja por questões relacionadas à ação de criminosos ou quaisquer outros motivos que venham a atingir total ou parcialmente os bens culturais, é preciso construir políticas públicas que visem a proteger os bens culturais de um povo e mantenham a relação desses bens com o grupo que os representa.

As políticas públicas de governo, ligadas a uma gestão em curso, são importantes, mas as políticas de Estado amparadas pela Constituição Federal são fundamentais para o desenvolvimento de áreas da sociedade que necessitam ser garantidas, fomentadas e protegidas. No caso brasileiro de combate ao tráfico ilícito de bens culturais, em especial o relacionado ao patrimônio bibliográfico, esta necessidade torna-se ainda mais latente, pois, distintamente dos casos de bens tombados, que contam com a atuação mais incisiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), itens bibliográficos estão mais vulneráveis. Entre as causas agravantes, estão a falta de tombamento da

tipologia bibliográfica e também a difícil tarefa de fiscalização, que envolve órgãos aduaneiros que comumente não possuem profissionais com *expertise* para lidar com esta tipologia material. Além disso, a fiscalização fica ainda mais complexa pela condição e formato dessas obras, que acabam passando muitas vezes despercebidas em inspeções.

No sentido de instituir medidas de combate ao tráfico ilícito de bens culturais, o governo brasileiro, através do Ministério da Cultura (MinC), promoveu, entre os dias 13 e 26 de setembro de 2018, uma consulta pública junto à sociedade, com o intuito de construir uma proposta para a Política Nacional de Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais.

Segundo o Ministério da Cultura (2018):

Atualmente, não há uma política pública articulada, de alcance nacional, que regulamente a proteção dos bens culturais de forma coordenada no Brasil. Alguns órgãos federais e estaduais possuem normas para lidar com o tema, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Agência Nacional de Mineração, a Polícia Federal e a Receita Federal, além do Poder Judiciário e o Ministério Público.

Sendo assim, o esforço na concepção de uma política pública em que os agentes envolvidos com o combate ao tráfico ilícito estejam conectados e com suas atuações em funcionamento estruturadas tende a ser um instrumento prático e legítimo na sua essência.

Ante algumas das dificuldades expostas no combate ao tráfico ilícito, incluído o patrimônio bibliográfico, utilizando o exemplo do contexto brasileiro, torna-se significativo apontar alguns casos de campanhas de combate a este tipo de ação criminosa (e situações adjacentes) implementadas na América Latina por iniciativas governamentais ou intergovernamentais.

Algumas das campanhas visam a alertar para além de ações no combate ao tráfico ilícito e têm como objetivos associados a este fim a promoção da educação patrimonial, a atuação da sociedade na busca por recuperação de bens patrimoniais furtados e instrumentalizar com informação não só o público especialista, mas também o público geral, para que possam conhecer a legislação do país e serem capacitados para atuar na proteção de bens culturais.

Na campanha paraguaia de 2011, “No! Al tráfico ilícito de bienes culturales”, constituiu-se a Comissão Nacional para o Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais, que conta com a participação de órgãos governamentais envolvidos nessa tarefa. Cabe a ela a promoção de treinamento voltado não apenas às instituições que administram bens culturais, mas ao público em geral. Além disso, foi realizada a divulgação do *site* que mantém um registro de propriedade cultural móvel, onde todas as instituições e pessoas físicas e jurídicas devem registrar objetos culturais.

A iniciativa peruana “No robes el pasado” produziu, em 2014, uma publicação em formato de quadrinhos que foi distribuída para as crianças em todo o país e disponibilizada em versão digital no *site* do Ministério da Cultura. O intuito era o de conscientizar, prevenir e impedir a exportação, importação e transferência de propriedade ilegal de bens culturais. Este material chama a atenção para a questão das fronteiras físicas e também do comércio ilegal de bens culturais na internet como ameaça à memória e à identidade nacional. A iniciativa é uma experiência voltada para a formação educacional na prática da cidadania.

No cartaz guatemalteco, a campanha foi elucidativa no sentido de informar sobre canais de denúncia que o cidadão pode acionar ao se deparar com casos de furtos e tráfico ilícito de bens culturais. Vale ressaltar que unidades como o *Departamento de Prevención y Control de Tráfico Ilícito de Bienes Culturales del Ministerio de Cultura y Deportes* e *Fiscalía de Sección de Delitos contra el Patrimonio Cultural de la Nación del Ministerio Público* são anunciadas no cartaz para contato direto com a população.

É imprescindível ressaltar a atuação da Unesco nas campanhas contra o tráfico ilícito de bens culturais pelo mundo, com atuação preponderante na América Latina. As campanhas acima mencionadas tiveram, nas ações governamentais, a parceria da Unesco, uma grande propagadora e fomentadora deste tipo de iniciativa.

Assim como as campanhas governamentais são de grande relevância no combate ao tráfico ilícito e proteção aos bens culturais, a atuação da sociedade civil também contribui preeminente-mente nessa conjuntura. O tráfico ilícito existe para alimentar um mercado em movimento. Toda a

EL robo, hurto, exportación y/o tráfico ilícito de bienes culturales guatemaltecos se puede denunciar a través de:

1. La Policía Nacional Civil ☎ 110
2. El Departamento de Prevención y Control de Tráfico Ilícito de Bienes Culturales del Ministerio de Cultura y Deportes ☎ 22086600 Ext. 217-218
3. La Fiscalía de Sección de Delitos contra el Patrimonio Cultural de la Nación del Ministerio Público ☎ 79346598, 79346599, 79346601

No permitamos que roben nuestra historia
Protejamos juntos el Patrimonio Cultural de Guatemala
UNETE A LA LUCHA CONTRA EL TRÁFICO ILÍCITO DE BIENES CULTURALES

¡DENUNCIA!

UNESCO.gt
Traficoilicito

@UNESCOgt

traficoilicito@gmail.com

DEPARTAMENTO DE PREVENCIÓN Y CONTROL DE TRÁFICO ILÍCITO DE BIENES CULTURALES

Oficina en Guatemala

cooperación española

Figura 2 – Campanha de proteção e recuperação de bens culturais na América Latina.

colaboração advinda do lado da cadeia mercadológica é primordial para o combate a esse tipo de atividade criminosa.

Algumas realizações provenientes do mercado livreiro podem ser observadas como medidas colaborativas para se evitar ou mesmo mitigar a compra de bens culturais furtados/roubados. O banco de dados da *International League of Antiquarian Booksellers* (ILAB) é uma dessas iniciativas que têm como finalidade a prevenção de itens furtados e o auxílio na captura de criminosos que atuam nesse segmento de negócios. Na apresentação de sua base de dados, é informado que a ILAB trabalha em colaboração com livreiros, bibliotecas, museus, polícia, governos nacionais e outras instituições na tentativa de não haver possibilidade de criminosos se desfazerem de bens de origem ilícita.

Outra interessante iniciativa é o banco de dados do *The Art Loss Register*, que se apresenta como o maior banco de dados de arte roubada do mundo, inclusive itens de natureza bibliográfica. É possível solicitar uma pesquisa nos registros do banco de dados para averiguar se o item em questão foi registrado como furtado/roubado em qualquer lugar do mundo, assim como também é possível proceder o registro de itens perdidos ou furtados. Também é possível registrar dados de itens pré-perdas, para que o proprietário seja notificado caso algum item desapareça da sua coleção e apareça disponível no mercado.

Considerações finais

A luta contra a perda de bens culturais dos povos é um movimento milenar, assim como a vontade de preservar. Todavia, a iniciativa e busca por preservação do patrimônio cultural faz parte de um contexto muito maior do que o que vivemos pontualmente hoje e colabora para que todo ser humano tenha seus direitos básicos respeitados.

Diversas têm sido as manifestações que as culturas do mundo produziram ao longo da história para informar, comunicar e sustentar seu desenvolvimento. Artefatos culturais impactam diretamente nas conquistas e avanços nos campos da tecnologia, da medicina, das artes e técnicas e em muitos outros. O patrimônio cultural carrega em si muito mais do que valores históricos e simbólicos: nele estão contidas informações e resultados de processos intelectuais e produtivos que contribuem para o avanço da humanidade em diferentes áreas do conhecimento.

A perda ou destruição de bens culturais nos afeta enquanto sociedade e nação. O contexto histórico dos objetos, a capacidade de reunir conhecimento sobre o passado e de construir um entendimento sobre nossa memória coletiva também são características que nos definem. Sendo assim, qualquer ato criminoso contra o patrimônio impacta de forma imensurável a identidade cultural dos povos.

A inclusão dos direitos culturais na DUDH é um marco para o reconhecimento, respeito e acesso à cultura, cooperando no fortalecimento da cidadania e da democracia. Para garantir a preservação do patrimônio, a atuação do Estado é fundamental. A implementação de políticas públicas, campanhas e sistemas de informação integrados no combate ao tráfico ilícito de bens culturais consiste em formas de proteção necessárias. Portanto, a cultura precisa estar na agenda política das nações não somente pela sua importância representativa, mas como agente estruturante em sua formação social. A proteção, promoção e compreensão acerca do patrimônio cultural fazem parte de um movimento em direção ao desenvolvimento global.

Referências

- AA.VV. (2005). *Preservación del patrimonio cultural*. Oficina de Derechos Humanos y Justicia. Poder Judicial de la Provincia de Córdoba. Córdoba. Argentina.
- AGÊNCIA Fiocruz de Notícias. Fundação recebe obras raras repatriadas que foram apreendidas na Argentina, 2 dez. 2011. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/funda%C3%A7%C3%A3o-recebe-obras-raras-repatriadas-que-foram-apreendidas-na-argentina>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- ANNES, C. O tráfico ilícito de bens culturais e a resposta do Direito. Instituto de Direito, Economia Criativa e Artes. *Publicações: cultura e arte*, 9 ago. 2017. Disponível em: <http://institutodea.com/artigo/o-trafico-ilicito-de-bens-culturais-e-resposta-do-direito/>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- ARIOSI, M. F. O iter procedimental da recepção dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, v. 9, n. 498, 17 nov. 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/5943>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- ARQUIVO NACIONAL *O que é o Programa Memória do Mundo?* [Release], 6 set. 2017. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/releases/564-o-que-e-o-programa-memoria-do-mundo.html>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- BÁEZ, Fernando. *Historia universal de la destrucción de libros: de las tablillas sumerias a la guerra de Irak*. Barcelona: Editorial Destino, 2003.
- BÁKULA, Cecília. *América Latina y el Caribe*. Convención de la Unesco de 1970. Lima: Unesco Peru, 2003.
- BISCHOFF, J. L. A proteção internacional do patrimônio cultural. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, v. 24, p. 191-218, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/73499/41382>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- BORINSKY, Mariano. El marco jurídico para la Lucha contra el Tráfico Ilícito de Bienes Culturales. In: *Lucha contra el tráfico ilícito de bienes culturales*. Los instrumentos. IILA – Instituto Ítalo-Latino Americano. Roma, Itália: Gangemi Editore, 2010. p. 117-122.

BRASIL. Lei n. 72.312, de 31 de maio de 1973. Promulga a convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir e importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72312-31-maio-1973-420747-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 80.978, de 12 de dezembro de 1977. Promulga a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80978-12-dezembro-1977-430277-norma-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 3.166, de 14 de setembro de 1999. Promulga a convenção da UNIDROIT sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados, concluída em Roma, em 24 de junho de 1995. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3166-14-setembro-1999-345028-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Entenda o tráfico ilícito de bens culturais (TIBC), [s.d.]. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1527715/cartilha_2510_traficoilicito.pdf/7939b8b8-3119-4787-aa0e-9b999e6b2a63. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. MinC consulta sociedade sobre nova Política Nacional de Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais, 12 set. 2018. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/2018/11/28/minc-consulta-sociedade-sobre-nova-politica-nacional-de-combate-ao-traffic-ilicito-de-bens-culturais/>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: avanços e desafios, 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/declaracao-universal-dudh/cartilha-dudh-e-ods.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Unesco lança Coligação Mundial para a Proteção do Patrimônio Cultural, [2015]. Brussels. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/31879-unesco-lanca-coligacao-mundial-para-a-protecao-do-patrimonio-cultural>. Acesso em: 21 nov. 2018.

FERRINO, Abel Horacio (2009). Los bienes culturales como parte de los derechos fundamentales de la humanidad. *Cuadernos de Seguridad* n. 10, Subsecretaría de Seguridad Interior. Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos, Argentina, p. 17-33.

FERRINO, Abel Horacio. Protección fiscal y legislación de circulación de bienes muebles del patrimonio religioso. *Difusión y protección del Patrimonio religioso en América Latina*, Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, Buenos Aires, 2011. p. 105-114.

FIANKAN-BOKONGA, C. Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural. *Correio da Unesco*, Paris, out.-dez. 2017. Grande angular. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/outubro-dezembro-2017/uma-resolucao-historica-protoger-o-patrimonio-cultural>. Acesso em: 21 nov. 2018.

- FOWKS, J. Los libros robados de Perú [versão eletrônica]. *El País*, Patrimonio Cultural, 23 set. 2016. Disponível em: https://elpais.com/cultura/2016/09/22/actualidad/1474579784_002596.html. Acesso em: 21 nov. 2018.
- IRIGARAY, J. I. El mayor robo a la Biblioteca Nacional queda impune para siempre [versão eletrônica]. *El Mundo*, Justicia, 29 maio 2015. Disponível em: <https://www.elmundo.es/internacional/2015/05/29/5568a61b22601da2688b4583.html>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- LÓPEZ BRAVO, Carlos. *El patrimonio cultural en el sistema de derechos fundamentales*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1999.
- MARTINS, M. A. PF investiga maior furto de livros raros já registrado no país, na biblioteca da UFRJ. Portal G1, G1 Rio, 4 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pf-investiga-maior-furto-de-livros-raros-ja-registrado-no-pais-na-biblioteca-da-ufrj.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- MARTORELL, Alberto. *Patrimonio Cultural*. Políticas contra el Tráfico Ilícito. Lima: Editorial Fondo de Cultura Económica, 1998.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. Guatemala, *Únete a la lucha contra el tráfico ilícito de bienes culturales* [Vídeo], 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qYDcA5nU50E>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. Guatemala, *Únete a la lucha contra el tráfico ilícito de bienes culturales* [Cartaz], 2017. Disponível em: <http://unesco.guatemala.org/wp-content/uploads/2017/06/AFICHE-UNESCO-DENUNCIA-01.jpg>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- PEÑA, J. M. P. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. *Revista General de Información y Documentación*, México, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/37427>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- PEÑA, J. M. P. *El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio*, Cuicuilco, 20 (58), p. 31-57, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/cuicui/v20n58/v20n58a3.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- PERÚ. Ministério da Cultura. No Robes el Pasado, presentan herramienta técnica para la prevención del Tráfico Ilícito de Bienes Culturales. *Arqueología del Perú*, 20 mar. 2014. Disponível em: <https://arqueologiadelperu.com/robes-el-pasado-herramienta-tecnica-para-la-prevencion-del-trafico-ilicito-de-bienes-culturales/>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- PARAGUAI. Secretaría Nacional de Cultura do Paraguai. *No permitamos que se lleven nuestra historia* | Aníkema jaheja ojgueraha ñande rekoasa (Entrevista com

Gustavo Servián), 27 jul. 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.py/2011/07/no-permitamos-que-se-lleven-nuestra-historia-2/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

TUGORES, Francesca; Planas, Rosa. *Introducción al Patrimonio Cultural*. Gijón, Asturias, Espanha: Ediciones Trea, 2006.

XIII Encontro Nacional de Acervos Raros

Políticas de Segurança e Salvaguarda
de Acervos Raros e Especiais



O Encontro Nacional de Acervos Raros – Enar, evento bianual realizado pela Biblioteca Nacional por meio do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor), tem por objetivo discutir a realidade dos acervos raros existentes no país e as políticas de gestão, além de viabilizar a troca de experiências e fomentar a formação de redes de contatos. O evento conta com a participação e colaboração de profissionais das várias regiões brasileiras e também do exterior, de diversas áreas do conhecimento, como bibliotecários, arquivistas, historiadores, conservadores; ratifica assim a relevância do trabalho interdisciplinar na gestão e preservação de acervos raros e de memória. Especialistas também participam como convidados e nos agradam com palestras expressivas dentro da proposição conferenciada em cada Encontro. Vale ressaltar que as temáticas dos encontros seguintes são sugeridas pelo coletivo ao final de cada edição do evento

O XIII Enar, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2018, das 9h às 17h, no Auditório Machado de Assis da FBN, teve como pauta as “Políticas de segurança e salvaguarda de Acervos Raros e Especiais”. O evento contou com a apresentação de comunicações diversificadas, que se coadunam e subsidiam experiências e recursos informacionais fundamentais. Foram debatidas questões relativas a políticas de gestão, segurança patrimonial, salvaguarda, preservação e conservação, acesso e reprodução.

Os artigos aqui publicados são fontes de informação de importância imensurável e enriquecem a bibliografia especializada em prol do patrimônio bibliográfico documental brasileiro. O Enar é a oportunidade de nos conhecermos, estreitarmos laços de cooperação, compartilharmos experiências e conhecimentos, e confraternizarmos.

Rosângela Rocha Von Helde

Núcleo do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras

Uma coleção de viagens e viajantes em perigo? O furto de obras raras na Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ

Leandra Pereira de Oliveira

Mestre em Ciência da Informação – Ibict, chefe da Biblioteca, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Quinta da Boa Vista

Edson Vargas da Silva

Especialista em Documentação Científica – Ibict, responsável pelo setor de Obras Raras e In-fólios da Biblioteca, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Quinta da Boa Vista





Resumo

O estudo discorre sobre casos de furtos ocorridos e medidas de segurança praticadas na coleção de obras raras do Museu Nacional/UFRJ. A sua importância reside na reunião de obras clássicas ao longo do bicentenário do Museu Nacional, e principalmente por custodiar relatos dos viajantes entre séculos XVII e XIX, considerados de alto valor no mercado de artes. O estudo apoiou-se também no questionário apresentado por GREENHALGH (2014) para apresentar as medidas de segurança adotadas para a proteção do acervo bibliográfico. É indiscutível que se observa a popularização desse tipo de crime no início desse século. No caso da Biblioteca do Museu Nacional, registram-se os primeiros casos na década de 90, amplamente noticiado nos meios de comunicação. Todas as medidas tomadas pelo Museu Nacional, que foram implantadas após a ocorrência e reincidência de furtos, servem de alerta para que os profissionais mantenham a segurança dos acervos mesmo em tempos difíceis.

Palavras-chave: Roubo de livros. Obras raras. Segurança de acervos. Museu Nacional. Biblioteca.

Abstract

The present work discusses the cases of theft occurred and the safety measures adopted in the rare works collection of Museu Nacional/UFRJ. Its importance resides in the reunion of classical works along the two hundred years of existence of the Museu Nacional, and specially on the 17th and 19th century travel narratives it contains, which are highly valued in the arts market. Our work used the questionnaire published by GREENHALGH (2014) to present the safety measures adopted for the protection of the bibliographic collection. It's undoubtable that one observes a spike in these crimes in the beginning of this century. In the case of the Museu Nacional Library, the first cases were reported in the 90s and widely covered in the media. All the measures adopted by the Museu Nacional, adopted only after the occurrence and reoccurrence of the thefts, serve as an alert for the professionals to maintain high security standards even in tough times.

Keywords: Theft of books. Rare works. Security of collections. National museum. Library.



Introdução

Com roubos simples, compra garantida e fiscalização frouxa, o comércio de obras de arte, incluindo obras raras, é o terceiro maior mercado ilegal do mundo. Isso ocorre porque ambientes de cultura e lazer, tais como bibliotecas e museus, são presas fáceis nesse universo, quando comparados a instituições financeiras que incessantemente investem dinheiro para a obtenção de modernos e eficientes equipamentos (alarmes, câmeras e sensores de aproximação) e contratação de empresas e pessoal qualificado para a segurança e proteção de bens materiais sob a sua custódia (COSOMANO, 2010).

Em geral, os roubos a museus e bibliotecas são bastante fáceis. Em um artigo para a revista *Superinteressante*, Cosomano cita três tipos: embaixo do braço – pegam e simplesmente caminham até a saída com o item –; assalto à mão armada – em número maior abordam e rendem os seguranças, que são instruídos a não reagir –; e pela janela – detectam falhas de segurança que facilitam a entrada e saída do local e exploram-nas.

De acordo com Sancti (2015), o mercado de obras de arte é altamente procurado para a lavagem de dinheiro e a ética praticada nesse negócio deveria urgentemente ser revista, visto que delinquentes de crimes econômicos, corrupção, fraudes financeiras e até o tráfico de drogas usam esse caminho devido à falta de controle e à facilidade de transporte de obras de arte sem questionamentos pelas autoridades alfandegárias e da Receita Federal. Além disso, as grandes casas de leilão internacional vendem e admitem pagamento em espécie, pouco questionando quem são os compradores dessas obras. A confidencialidade é uma característica marcante desse setor não apenas para aquele que compra, mas também para aquele que vende. Afinal, quem vende se utiliza do argumento de que está em dificuldades financeiras, o que possibilita que pessoas mal-intencionadas se ocultem e pratiquem atividades ilícitas.

O presente estudo tem como objetivo discorrer sobre casos de furtos ocorridos e medidas de segurança praticadas na Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ, visando garantir a salvaguarda de sua estimada e valiosa coleção de obras.

O Museu Nacional e a formação de uma biblioteca especial em Ciências Naturais

Por ser o primeiro museu de Ciências Naturais criado no Brasil, o Museu Nacional é a instituição científica mais antiga do país. Denominado Casa de História Natural e conhecido popularmente à época como Casa dos Pássaros, foi instituído por instrução de D. Maria I, rainha de Portugal, através do seu ministro D. Martinho de Mello Castro, ao vice-rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza (CUNHA, 1966).

Desde o “descobrimento” das Américas, a exuberante natureza tropical e as culturas dos povos indígenas despertam a curiosidade e o interesse dos europeus. No Brasil, tornou-se prática comum, a partir do século XVI, o envio de amostras de recursos naturais e de objetos etnográficos da colônia à metrópole portuguesa para, entre outras coisas, compor os museus de Coimbra e Lisboa (VALENTE, 1995).

Assim, inspirada pela ideologia iluminista, D. Maria I logo se preocupou com ordenar a seu ministro e vice-rei que fizesse buscar amostras e objetos que representassem as culturas da população nativa da colônia sul-americana para que fossem enviadas a Portugal. Em cumprimento à instrução, mandou o vice-rei construir um prédio na rua do Erário, rua do Sacramento, e atual Avenida Passos. Infelizmente, o sucessor do vice-rei, conde de Resende, dava menos importância às atividades da Casa de História Natural, o que fez com que esta entrasse em decadência nos anos seguintes (O MUSEU, 2007).

O declínio completo do nosso primeiro museu de história natural deveu-se à chegada da corte portuguesa ao Brasil: uma vez transferida a corte, perdeu sentido a existência de um entreposto de produtos naturais no Rio de Janeiro (O MUSEU, 2007).

Decorridos aproximadamente 30 anos, pelo decreto de 6 de junho de 1818, de D. João VI, é criado o Museu Real das Ciências Naturais, que receberia por doação as coleções da antiga Casa de História Natural, além de materiais, armários, instrumentos que estavam naquela época sob a responsabilidade do Arsenal do Exército (CUNHA, 1966; O MUSEU, 2007).

Valente (1995) afirma que

o surgimento da idéia de uma casa de história natural nas últimas décadas do século XVII e a posterior fundação do museu no século seguinte foram fruto de componentes que, naquele momento, movimentavam o mundo: a valorização da política agrícola e a necessidade de conhecer o ambiente natural das colônias. Ao mesmo tempo, na Europa, onde haviam sido lançadas as bases para que, no século XIX, as ciências ditas naturais pudessem florescer, estimulava-se a criação de modelos institucionais, entre eles os museus, que atendessem às questões ligadas à história natural e ao passado de outras sociedades. O movimento que contribuiu para a abertura de museus ao longo de toda a Europa organizava e desenvolvia as ciências naturais. É um momento intelectual que teve repercussão em outras partes do mundo, favorecendo a criação de museus na América Latina e nos Estados Unidos. (VALENTE, 1995, p. 60).

No Brasil, para a fundação do Museu Real foi decisiva a influência da arquiduesa da Áustria, D. Maria Leopoldina, então futura esposa de Dom Pedro I e imperatriz. Trouxe em sua comitiva nupcial a Missão Científica, composta dos artistas e naturalistas austríacos Johann Natterer, Thomas Ender e dos

bávaros Johann Emmanuel Pohl, Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius, que se somaram ao rol dos relevantes naturalistas brasileiros – frei Velloso, padre Arruda Câmara e Alexandre Rodrigues Ferreira –, além de outros viajantes estrangeiros, como Thomas Lindley, Georg Henrich Von Langsdorff, Wilhem Ludwig Von Eschwege (1810), príncipe Maximilian Alexander Philipp Wied-Neuwied (1815) e Auguste Saint-Hilaire (1816) (O MUSEU..., 2007).

Procurando desde logo prestigiar a nova instituição, ela incentivou os viajantes que chegavam ao Brasil a colaborarem na formação de novas coleções. Atendendo a esse apelo, chega ao Museu a obra manuscrita *Descrição florestal da coleção de madeiras dos sertões do Abaethe (MS)*, de Wilhelm Ludwig von Eschwege, cuja permanência no Brasil se dera entre os anos de 1811 e 1821 e resultou em trabalhos mundialmente conhecidos e de interesse peculiar ao país (CUNHA, 1966).

O decreto de criação do Museu o definiu como uma instituição científica nos moldes dos museus e gabinetes portugueses, os quais visavam fomentar a prosperidade do reino por meio do conhecimento e do aproveitamento dos recursos naturais, de modo a disponibilizá-los aos estudiosos (O MUSEU, 2007). Dessa forma, o Museu foi criado dentro das novas concepções da época: a instituição, mais do que um gabinete de curiosidades, estava preocupada com a instrução dos que a frequentavam (VALENTE, 1995).

Naquela época, o prédio que sediou o Museu estava situado no Campo de Santana, atual Praça da República, e sofreu inúmeras reformas. As exposições públicas só foram abertas em 1821, ano em que D. João VI retornou a Portugal, deixando seu filho D. Pedro I como príncipe regente (O MUSEU, 2007).

Depois da declaração da independência do Brasil, proclamada por D. Pedro I, o Museu Real passou a ser chamado de Museu Imperial, nome que permaneceu até 1830, quando passou a ser denominado Museu Nacional (O MUSEU, 2007).

O período das Regências correspondeu ao período de consolidação do Museu, sob a direção do mineralogista frei Custódio Alves de Serrão (1828-1847), considerado o real fundador da Biblioteca do Museu Nacional, haja vista o esforço e as medidas que tomou junto às autoridades competentes no sentido de enriquecê-la e atender às necessidades de seus consulentes (CUNHA, 1966; O MUSEU, 2007).

A Biblioteca do Museu Nacional, como todas as bibliotecas de reconhecida importância e precioso acervo, iniciou a formação de sua coleção pela recepção de doações de coleções especiais e doações espontâneas de pessoas ilustres e instituições de destaque na história do país e do mundo. Por exemplo, aponta-se o recebimento, por testamento de José Bonifácio, em 1838, da *Flora Fluminense*, escrita pelo botânico frei Mariano da Conceição Velloso, e da obra *Historia naturalis palmarum*, de Karl Friedrich Philipp von Martius, além das

doações de Luiz Riedel, Araújo Porto-Alegre, frei Custódio Alves Ferrão (que doou em vida os seus livros à Biblioteca), entre outros. Destaca-se ainda que, durante a gestão do diretor do Museu Nacional, Sr. Burlamaqui (1847-66), foi iniciado o intercâmbio de coleções zoológicas e mineralógicas (duplicatas) por publicações de instituições científicas como *Natural History of New York*, *Société National d'Agriculture de Cherbourg* etc. (CUNHA, 1966).

Em 1854, Manoel Ferreira Lagos é admitido na Seção de Zoologia. Ele era intimamente ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e logo providenciou para a Biblioteca do Museu Nacional a coleção da Revista do Instituto. O IHGB promoveu, em 1856, uma missão de aspectos históricos e científicos denominada Comissão Científica de Exploração para visitar as províncias do norte do país. A comissão viajou sob a direção de Francisco Freire Allemão e era composta por renomados brasileiros, inclusive Lagos, responsável pela parte zoológica. Ferreira Lagos contribuiu para a transferência de objetos e livros pertencentes à Comissão da Escola Imperial de Belas Artes para o Museu. Aqui ressalta-se seu maior destaque na concretização da formalização da Biblioteca, em 11 de julho de 1863, a partir do aviso ministerial que determina a sua criação e a incorporação dos livros comprados para a Comissão até 1872, formando uma biblioteca de Ciências Naturais, conforme idealizada anteriormente por frei Custódio (CUNHA, 1966; LOPES, 1966).

A Biblioteca particular de Ferreira Lagos foi comprada pelo Museu Nacional/UFRJ após a sua morte em 1871. Já o diretor Freire Allemão, após sua morte, teve doada sua biblioteca para o Museu e os seus manuscritos para a Biblioteca Nacional (CUNHA, 1966).

Importante destacar a publicação *Investigação sobre o Museu Nacional*, de Ladislau Netto, que narra a história do Museu desde sua criação, em 1818, até 1870. Devido à sua larga difusão nos meios científicos, esta obra veio se juntar aos Arquivos da Palestra Científica – precursor do periódico “Arquivos do Museu Nacional” – grafado à época “Archivos do Museu Nacional” – favorecendo a divulgação do Museu pelo mundo afora (CUNHA, 1966).

A exemplo da *Royal Society of London*, da *Academie des Sciences et de Belles Lettres* de Bruxelas e outras sociedades científicas, em 1876, o Museu Nacional publicou o primeiro número dos “Arquivos do Museu Nacional”, que tinha como objetivo divulgar os trabalhos científicos da instituição e estimular a permuta de publicações. Para a Biblioteca, a publicação dos Arquivos representou um aumento considerável das permutas que já se vinham realizando até então em pequena escala (O MUSEU, 2007).

Proclamada a República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, o imperador D. Pedro II e sua família foram banidos e exilados na França e as coleções imperiais foram adquiridas e legadas ao Museu Nacional (O MUSEU, 2007). Em relação à Biblioteca, após larga discussão para decidir a quais

bibliotecas seriam distribuídas as coleções de livros doadas pelo ex-imperador, ela receberia da comissão formada as obras relativas às Ciências Naturais (CUNHA, 1966).

Considerada uma das mais significativas da coleção de obras raras, *Historia Naturale*, de Plínio (conhecido como Plínio, o Velho), é o único incunábulo da Biblioteca e fez parte da doação de D. Pedro II ao Museu Nacional. *Historia Natural* é uma enciclopédia escrita por Caio Plínio Segundo, filósofo e naturalista que viveu entre 23 d.C. e 79 d.C. Apesar de profícuo escritor e de seus escritos científicos e filosóficos, esse é o único trabalho de Plínio que chegou até nossos dias, sendo também um dos maiores textos, em volume, que resta da época da antiga Roma. Além disso, outra característica que o torna bastante especial é o carimbo de um membro da família real, sendo um dos objetos tombados do acervo da Imperatriz Leopoldina pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Com o advento da República, o Museu Nacional, que já era assim denominado desde o Regulamento de 1842, mudou de local. Esta mudança foi realizada sob a administração de Ladislau Netto, que em 1895 passou seu posto a João Batista Lacerda (VALENTE, 1995). A nova sede do Museu Nacional foi transferida para o Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, em 25 de julho de 1892, com a anuência do governo. Dessa forma, foram concretizadas as aspirações e solicitações de seus últimos diretores (LACERDA, 1905; CUNHA, 1966; O MUSEU, 2007).

Lamentavelmente, não foi outorgada ao Museu a ocupação completa do parque, e sim de uma área chamada naquela época de “Horta Velha”, que se estendia para o Largo da Cancela. Essa área mais tarde foi desapropriada e objeto de permuta com um terreno onde foi instalado o Horto Botânico. Transferindo-se o Museu para o Palácio da Quinta da Boa Vista, foi cedido à Biblioteca um conjunto de salas no qual o acervo foi instalado, dando continuidade aos serviços e à reorganização das coleções (CUNHA, 1966).

Ladislau Netto, que contava com prestígio junto ao governo, realizou grande obra física no prédio do museu, com o intuito de melhor acomodar o acervo museológico e promover intenso intercâmbio científico internacional, pois queria tornar a instituição completa em seu caráter universal; e com a orientação do Regulamento de 1876, estimular o Museu no estudo da história natural global e do Brasil a fim de funcionar como instrumento de educação do povo brasileiro (VALENTE, 1995).

Ao deixar de funcionar, em 1855, a Sociedade Vellosiana doou cerca de 200 livros. Embora a Sociedade não tenha mantido um periódico próprio, os artigos científicos de seus sócios foram publicados em *Guanabara*, revista mensal artística, científica e literária dirigida por Joaquim Manuel de Macedo, Antônio Gonçalves Dias, Manuel de Araújo Porto-Alegre, que circulou de 1851 a 1855 (SOCIEDADE, 1851-1855).

A Biblioteca também recebeu a doação da Comissão da Carta Geológica e de Frederico Hartt, seu presidente; das bibliotecas particulares de Nicolau Moreira, naturalista botânico, e de João Baptista de Lacerda; de parte da coleção da extinta Estação de Biologia Marinha da Inspetoria de Caça e Pesca – pelo empenho de Alípio Miranda Ribeiro –; e das bibliotecas da Comissão do Vale de São Francisco e da Superintendência dos Serviços de Borracha, que também contribuíram com a doação de seus acervos (CUNHA, 1966).

Em relação às pessoas que exerceram suas atividades na Biblioteca, é importante destacar o primeiro bibliotecário nomeado, Manoel Ferreira Lagos, citado anteriormente, e o candidato aprovado no primeiro concurso público realizado no país para o cargo de bibliotecário, que se deu no Museu Nacional: Manoel Bastos Tigre. O Dia do Bibliotecário no Brasil, comemorado no dia 12 de março, foi estabelecido em razão do nascimento de Bastos Tigre, que, além de bibliotecário, também exerceu as profissões de engenheiro, escritor, publicitário, advogado e poeta.

Procurando adaptar a Biblioteca aos novos sistemas, Heloisa Alberto Torres emprestou especial atenção à reorganização dos serviços ao ocupar a diretoria em 1938, pois formou uma equipe com 11 funcionários especializados, todos portadores de título de bibliotecário; e, em conjunto com Helena Maria da Costa Azevedo, organizou as providências necessárias para que a Biblioteca atingisse seus objetivos (CUNHA, 1996).

O Museu Nacional foi incorporado, pelo Decreto-lei 8.689, em 16 de janeiro de 1946, à recém-organizada Universidade do Brasil – que em 1965 passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro (O MUSEU..., 2007).

Registramos a seguir as iniciativas de Dulce Fernandes da Cunha, pessoa singular na história recente da Biblioteca, com conhecimento profundo de obras raras, em particular da coleção do Museu Nacional. Alguns servidores atuais da Biblioteca tiveram a oportunidade de conviver com ela e fazer parte de sua equipe. Ela se formou no primeiro curso superior de Biblioteconomia do país, o da Biblioteca Nacional (BN), tendo iniciado a sua carreira no Museu Nacional em meados da década de 1950 como bibliotecária-auxiliar e passando ao cargo de bibliotecária em 1960.

Em virtude das festividades do centenário da Biblioteca, escreveu o livro *A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, terceira obra publicada pelo selo Série Livros, em 1966. É uma das principais fontes para se estudar a historiografia do Museu Nacional e, principalmente, da Biblioteca. Ainda sobre o centenário da Biblioteca, participou ativamente da organização da Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Biblioteca do Museu Nacional, em junho de 1963, que contou com a colaboração das bibliotecárias Eponina Timotheo da Costa e Neuza Noronha Santos; de sua irmã, Lygia F. Fernandes da Cunha (1922-2009), chefe durante anos da Seção de Iconografia da

Biblioteca Nacional; e de Elsy F. Pereira, coordenadora das bibliotecas públicas do Estado da Guanabara na época.

Como uma bibliotecária à frente de seu tempo, já no final da década de 1970 e início de 1980 foi responsável pela automação inicial do acervo da Biblioteca do Museu Nacional a partir de convênio estabelecido com o Bibliodata/Calco. Mais tarde, foi também responsável pelo uso do Microisis, além da coordenação de projeto aprovado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) sobre o Programa de Atualização e Ampliação da Biblioteca do Museu Nacional assinado em 1975.

Participou também ativamente do processo de formação e constituição do Sistema de Informação e Bibliotecas da UFRJ (SiBI), iniciado em 1983, cumprindo a função de organizar a aquisição centralizada de periódicos estrangeiros para a UFRJ. Isto resultou posteriormente na necessidade de uma nova organização para a administração das bibliotecas da UFRJ, na qual foi privilegiada uma estrutura sistêmica centralizada. Atualmente, esse sistema é composto por 45 unidades de informação e integra a Biblioteca do Museu Nacional (SISTEMA, 2018).

A conquista de um prédio exclusivo para abrigar as diferentes coleções da Biblioteca deveu-se a graves problemas, que colocavam em risco de danos o acervo e o prédio: o aumento crescente do acervo, aliado à falta de espaço, dificultava a organização, além do peso que o acervo provocava na estrutura do Palácio. Nesse período, a forçosa desorganização da Biblioteca, a princípio, não implicava na segurança em relação a furtos e roubos, e sim em casos de infestação por pragas, eventuais infiltrações e vazamentos de água causados por chuva e incidência de raios solares diretamente sobre o acervo.

Localizado no Horto Botânico da Quinta da Boa Vista desde a sua inauguração, em 29 de agosto de 1989, o acervo da Biblioteca continuou a se desenvolver por meio da doação de publicações de importantes instituições do Brasil e do mundo, e também de personalidades marcantes nas áreas das Ciências Naturais e Antropológicas. Foram recebidos livros e outros objetos do espólio de Curt Nimuendajú, doado ao Museu Nacional, que se encontram em processo de tombamento junto ao Iphan, além das doações oferecidas pelas bibliotecas particulares de Johann Becker, Wanderbild Duarte Barros, Lina Kneip, Ibsen Gusmão Câmara e Margarete Emmerich. Mais recentemente, a UFRJ comprou o acervo do notável antropólogo Luis Castro Faria.

A importância da Biblioteca, portanto, reside na reunião, ao longo do bicentenário do Museu Nacional, de obras clássicas pertencentes a personagens que compuseram a história brasileira, e sobretudo por custodiar obras com relatos de viagens e de viajantes que passaram pelo Brasil, por outros países da América e por outros continentes entre os séculos XVII e XIX. Tais relatos são considerados de alto valor no mercado de artes por colecionadores, bibliófilos e livreiros.

Ocorrências de casos de furtos na biblioteca do Museu Nacional

Embora se tenha notícias de registros no Brasil de furtos e roubos de obras raras no universo das bibliotecas no século XX, e na Biblioteca Nacional na década de 1970, conforme relatado por Carvalho (2017), observa-se indiscutivelmente a popularização desse crime no início deste século. No caso da Biblioteca do Museu Nacional, os primeiros casos foram registrados na década de 1990: entre os anos de 1990 e 1993, o Museu Nacional sofreu com duas situações concretas de furto de obras raras na Biblioteca, ambas sem divulgação nos meios de comunicação.

Na primeira, o diretor do Museu Nacional recebeu uma ligação do embaixador brasileiro em Paris informando que, no dia 1º de março de 1990, haviam sido recuperadas e depositadas no Serviço Cultural da Embaixada, pela polícia francesa, obras raras suspeitas de pertencerem ao Museu Nacional. Logo após, foi recebida uma listagem com nove títulos e 17 volumes (EMBAIXADA, 1990).

Com reduzida documentação a respeito, sabe-se que a chefe da Biblioteca na época integrou a comissão de sindicância que apurava o desaparecimento de itens bibliográficos do Museu Nacional, e também entregou um relatório sobre os itens citados na listagem da Embaixada. O relatório aponta que, dos nove itens relacionados, cinco pertenciam ao Museu Nacional (SANTOS, 1990b), a saber:

- CATESBY, Mark. *The natural history of Carolina, Florida and Bahamas Islands...* 1771.
- CRAMER, Pierre. *Papillons exotiques des trois parties du monde l'Asie, l'Afrique et l'Amerique.* 1779-1791.
- GOULD, John. *A monograph of the trogonidae.* 1838.
- LEVAILLANT, François. *Historie naturelle des perroquets...* 1804-1805.
- L'HERETIER DE BRUTELLE, Charles Louis. *Stirpes novae abut minus cognitae, quas descriptionibus et iconibus...* 1784-1785.

De acordo com Santos (1990b), “a falta de informações mais detalhadas impossibilitou que fossem encontrados quaisquer registros sobre as publicações abaixo relacionadas, também constantes da listagem”.

- D'AUBUSSON, Louis Magaud. *Les oiseaux de la France.*
- HOFFMAUSEGG, J. C. *Comte de Flore Portugaise...* 1809.
- SOUZA, Luiz de. *FR: vida do fr. Bartolomeu dos Martyres...* [1760?].
- WAGNER, J. A.; SPIX, Johann Baptist von. *Testacea fluviatilia Brasiliensis.* 1827.

Contudo, em aditamento anexado ao relatório, Santos (1990b) discorre, baseada nas afirmações do bibliotecário responsável pela seleção do acervo, que essas quatro obras estavam armazenadas em estantes no setor de

Processamento Técnico a fim de serem incorporadas ao acervo por serem consideradas obras raras.

Em dezembro de 1990, a chefia da Biblioteca solicita à Direção informações sobre o andamento das investigações e a repatriação das obras que ainda se encontravam na França (SANTOS, 1990a).

Concretamente, a Biblioteca recebeu, em 3 de setembro de 1992 apenas aquelas cinco obras confirmadas inicialmente e que possuíam o carimbo de propriedade da instituição. Estimadas em aproximadamente US\$ 124 mil, as obras foram entregues a um conceituado e prestigioso professor do Departamento de Antropologia, que se responsabilizou pelo transporte das obras para o Brasil.

Até hoje, a Biblioteca desconhece o resultado do inquérito policial. Existem fortes indícios de que o furto foi realizado com a ajuda da bibliotecária e chefe substituta, que era pessoa influente na sociedade. Dessa forma, o Ofício 77/90 informa à Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro o resultado da sindicância, a qual apurou que o marido da bibliotecária e o sócio dele, por pressão, entregaram todas as obras descritas acima às autoridades francesas, e que, em 13 de março de 1990, o tal sócio declarou ao diretor do Museu Nacional:

- a. que resolveu em companhia de seu sócio, levar para a França “livros antigos e empoeirados” pertencentes a parentes de sua mulher;
- b. que procurou um livreiro em Paris, com uma lista manuscrita das obras;
- c. que pressionado pelas autoridades francesas, resolveu depositar os livros na Embaixada do Brasil “com intenção de doá-los ao Museu”. (COELHO, 1990).

A segunda situação aconteceu no ano de 1993, quando um usuário saiu da Biblioteca certamente portando duas obras raras em uma pasta, a saber:

- CHAMPOLLION, Jean François. *Grammaire égyptienne, ou, principes généraux de l'écriture sacré égyptienne appliqué a lá representarion de la langue parlés*. 1836.
- LAMARCK, Jean Baptiste Pierre Antoine de. *Philosophie zoologique, ou exposition des considerations relatives a l'histoire naturelle des animaux*. 1809.

De acordo com Santos (1993), um usuário esteve na Biblioteca acompanhado de um respeitável e admirável professor do Departamento da Antropologia, no dia 4 de janeiro de 1993, interessado em consultar obras que pertenceram à família imperial e que estavam sob a custódia do Museu Nacional. Entretanto, percebeu-se posteriormente que ele apresentou um comportamento suspeito e ainda se aproveitou de uma falsa intimidade com um pesquisador de prestígio, o que resultou no desaparecimento dos referidos livros após a consulta.

Em 1994, Santos e Takche (1994) alertaram sobre a falta de segurança e preconizavam a necessidade iminente de “reestudo não apenas no que diz respeito ao prédio, mas também, e com maior premência, à segurança do acervo bibliográfico, que se não é o mais rico, seguramente é um dos mais ricos de toda a América Latina”.

Com certas similaridades, foi assim mesmo que se aproximaram o mais famoso ladrão de obras raras do Brasil e seus comparsas do Museu Nacional. Com fala mansa e simpatia, se apresentaram como estudantes de biblioteconomia à chefia, com o propósito de fazer uma grande pesquisa, que durou aproximadamente dois meses sem a companhia de técnicos da Biblioteca.

Esse furto foi amplamente noticiado na mídia em 2004 a partir de denúncia do diretor do Museu Nacional feita à Polícia Federal. A partir daí várias instituições no país perceberam que em suas coleções faltavam obras raras, pois também haviam recebido a visita da quadrilha.

O furto no Museu Nacional/UFRJ foi descoberto praticamente por acaso. No dia 29 de abril, um conceituado professor do Departamento de Vertebrados, especialista em Ornitologia e em Brasil Holandês, solicitou a consulta do livro de Willem Piso. A caixa foi encontrada vazia pelo técnico responsável. Após comunicar a Direção, a equipe da Biblioteca iniciou um levantamento preliminar de todo o acervo de in-fólios – livros de formato grande, com mais de 45 centímetros de altura – para procurar a obra desaparecida. Laéssio foi preso em São Paulo, em maio de 2004, após vender em uma feira de antiguidades no bairro do Bixiga justamente a *Historia Natural do Brasil*, escrito em latim pelo holandês Piso.

Num segundo momento, duas bibliotecárias dedicadas realizaram um inventário minucioso que durou de maio a outubro de 2004: cada um dos 864 volumes da coleção de in-fólios foi analisado folha a folha, conferindo-se inclusive a sequência da numeração das estampas que os compõem para detectar a falta de um deles (MUSEU NACIONAL, 2005, p. 3).

Contabiliza-se o prejuízo com o sumiço e danos físicos em cerca de 60 obras raras, a saber: *Rerum per octennium in Brasília...* de Gaspar Van Baerle (1647), *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, de Alexandre Rodrigues Ferreira, e *America tertia pars...*, de Hans Staden (1592). Dessas, nove obras raras retornaram ao Museu Nacional, algumas enviadas anonimamente pelos Correios.

Em geral, foram retirados da coleção os exemplares que possuíam capas originais, como o de Hans Staden, que tem a capa em pergaminho. Dos outros, deixaram capas e páginas de texto e levaram as gravuras de livros de Doubenton (1776), Rugendas (1835), Wed-Neuwied (1822) etc., que são as de maior valor, porque podem ser vendidas como obras de arte. Na época, um antigo presidente da Biblioteca Nacional e um dos maiores colecionadores de

livros antigos e documentos do Brasil avaliou que os livros e gravuras furtados valiam cerca de US\$ 500 mil (PEREIRA, 2004).

Recentemente, em ocasião do lançamento do documentário “Cartas para um ladrão de livros”, o ladrão de obras raras do país escreveu do próprio punho e enviou cartas às instituições por onde passou denunciando colecionadores e instituições que haviam comprado e estavam de posse de acervo furtado. Entregue à Direção, a carta seguiu para a Procuradoria Federal localizada no campus do Fundão, na expectativa que fossem tomadas as devidas providências para investigar a veracidade das informações e, quem sabe, as obras retornassem em breve para as suas instituições de origem. Não só por seu valor monetário, mas principalmente pelo enorme cunho científico das obras, elas são fundamentais para subsidiar estudos e pesquisas nas áreas das Ciências Naturais e Antropológicas.

Procedimentos de segurança e proteção do acervo raro

Além do levantamento bibliográfico e documental, o estudo apoiou-se no questionário apresentado por Greenhalgh (2014) sobre “Segurança em Coleções de Obras Raras em Bibliotecas Universitárias” para apresentar as medidas de segurança adotadas para a proteção do acervo bibliográfico na Biblioteca do Museu Nacional.

A Instituição

A Biblioteca do Museu Nacional funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com atendimento ao público realizado na Sala de Leitura das 9h às 16h. Tem atualmente em seu quadro de pessoal nove bibliotecários, quatro auxiliares de biblioteca, uma técnica em secretariado e um estagiário em biblioteconomia.

Desde 1989, possui prédio próprio e está situada no Horto Botânico pertencente ao Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista. Toda a área é cercada por gradeado. Em geral, os prédios construídos no Horto Botânico não estão tombados, mas ocupam um espaço físico em área de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O Setor de Obras Raras e In-fólios

Composta por CDs, DVDs, *e-books*, in-fólios, livros, folhetos, materiais iconográficos e cartográficos, obras raras, publicações seriadas, teses e dissertações, a Biblioteca registrou mais de 463.154 volumes em 2017. Especificamente, a coleção de obras raras corresponde a 3.664 volumes, sem contabilizar os exemplares raros localizados no acervo geral (BAGER, 2017).

O atendimento ao público no setor de Obras Raras e In-fólios está condicionado ao agendamento prévio, com dia e hora determinados pela Biblioteca. As áreas de guarda da coleção de obras raras são restritas e só é permitida a entrada do bibliotecário e do auxiliar responsáveis pelas obras raras – pessoal exclusivo e de confiança da Direção do Museu Nacional.

Destaca-se que a partir de parceria estabelecida com a Biblioteca Nacional, a obra *Viagem filosófica: expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira nas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – 1783-1792* recebeu, em 2011, a nomeação no Registro da América Latina e Caribe do Programa Memória do Mundo da Unesco, reafirmando seu valor excepcional e o comprometimento institucional da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional em proteger o patrimônio brasileiro para benefício da humanidade.

Segurança Física do Setor de Obras Raras e In-fólios

O acesso ao acervo geral é fechado. É facultada a entrada de usuários notadamente nos casos em que o acervo depositado represente uma ferramenta de trabalho imprescindível para as atividades do interessado, e o acesso é condicionado à presença de um funcionário da Biblioteca.

A coleção de obras raras é guardada separada do acervo geral, em ambientes totalmente lacrados e com estantes e armários protegidos por trancas e cadeados. Por medida de segurança, as consultas são realizadas em espaços reservados com a presença dos funcionários do setor. Eventualmente, é solicitado o empréstimo de obras raras para exposições temporárias no Museu Nacional, o que em geral acontece de maneira segura e com o uso de expositores resistentes e trancados.

Segurança Eletrônica do Setor de Obras Raras e In-fólios

Com efeito, após o grande furto foi instalado um sistema de câmeras e antenas antifurto. Desde o ocorrido, o Museu Nacional é ocasionalmente convocado a comparecer à Polícia Federal para exame de material apreendido.

Equipe de segurança e guarda das chaves

O controle de chaves do setor de Obras Raras e In-fólios, em particular os procedimentos tais como reposição e duplicação, e registro de perda de chaves, é de responsabilidade exclusiva do chefe da Biblioteca. A UFRJ mantém uma equipe de vigilância patrimonial no Museu Nacional responsável pela entrada e saída de pessoas e patrimônio da instituição. Os vigilantes são orientados a fazer rondas diárias dentro e fora do prédio da Biblioteca.

Controle do Acervo

A Biblioteca do Museu Nacional faz parte do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) desde sua criação em 1983. Em processo de atualização, constam até a presente data aproximadamente 24 registros de obras raras cadastradas no sistema do Planor. Nessa época, os bibliotecários foram encaminhados à Biblioteca Nacional para cursos oferecidos na área da biblioteconomia de livros raros. Por isso, a seleção das obras raras é feita a partir de pesquisa de raridade e análise bibliológica, em que são consultadas bibliografias especializadas, catálogos de livreiros e leilões, entre outros.

A coleção de obras raras está totalmente catalogada e registrada no livro de tomo da Biblioteca. O acervo possui distintas marcas de propriedades, como: carimbo a tinta, carimbo em relevo, ex-libris da Comissão de Exploração da Biblioteca, etiquetas de lombadas etc. O catálogo do acervo está disponível na base Minerva (www.minerva.ufrj.br). O inventário da coleção de obras raras é sistematicamente realizado. Reformulado em 2004, o regulamento da Biblioteca foi atualizado e disponibilizado na página inicial da Biblioteca em 2014.

As consultas ao setor de Obras Raras iniciam-se na Sala de Leitura com o registro de presença na Biblioteca. Ao final da consulta, o usuário preenche formulário próprio do setor com justificativa e indicação de obras consultadas e folhas fotografadas, além da apresentação de documento de identificação pessoal com foto.

Pioneiro, o Museu Nacional iniciou, em 2008, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o processo de digitalização e disponibilização do acervo raro, que hoje está acessível no repositório institucional da UFRJ, na Biblioteca Digital de Obras Raras (BDOR). Contudo, a unidade de digitalização se mantém com bastante dificuldade devido à obsolescência dos equipamentos. A importância de se manter ativas unidades de digitalização na UFRJ vai além da salvaguarda do acervo valioso, pois auxilia na identificação de obras em caso futuros de furto/roubo, haja vista a enorme dificuldade, em muitos casos, para provar a origem de material apreendido pela polícia.

Atualmente, o acervo raro é encaminhado ao Laboratório de Conservação e Restauração (LCCR), e controla-se a saída/retorno pelo sistema de automação de bibliotecas da UFRJ – Aleph. Além disso, o material é guardado no local em armário corta-fogo com tranca. A coleção de obras raras e in-fólios, porém, recebeu tratamento especializado com o projeto de diagnóstico, higienização e acondicionamento coordenado pela professora Ingrid Becker e com apoio financeiro da Fundação Vitae, conduzido entre os anos de 2001 e 2002. Com o treinamento recebido no projeto, dois servidores da Biblioteca realizam o tratamento, sobretudo da coleção de obras raras, dentro da disponibilidade da higienização do acervo.

Responsável pela Coleção de Obras Raras

A Biblioteca é um dos órgãos complementares da estrutura técnica do Museu Nacional e é vinculada à Direção Adjunta Administrativa. O responsável pelo setor de Obras Raras e In-fólios é subordinado ao chefe da Biblioteca.

As características profissionais desejadas em bibliotecários de obras raras ultrapassam a competência técnica necessária para o tratamento dos materiais bibliográficos adquirida no ensino superior em Biblioteconomia, e abarca habilidades tais como: amplo conhecimento sobre efemeridades, astúcia, perspicácia e curiosidade investigativa. Exige-se, tanto para bibliotecários quanto para os auxiliares de biblioteca, boa reputação e conduta ilibada, além de credibilidade social.

Considerações acerca do futuro

Foi anunciado, em 6 de junho de 2018, dia da comemoração do aniversário do Museu Nacional da UFRJ, a revitalização do Palácio de São Cristóvão – sede do Museu, do Horto Botânico e dos prédios anexos, há muito tempo carentes de intervenções arquitetônicas e urbanísticas. Mas, 2018, ano do bicentenário do Museu Nacional, ficará tristemente marcado pelo incêndio ocorrido do dia 2 de setembro, em que foram queimadas a quase totalidade das coleções artísticas, bibliográficas, científicas e documentais guardadas no paço imperial.

As intervenções incluíam a reforma e ampliação do prédio da Biblioteca e a construção, com autorização do Iphan, de prédios anexos no entorno da Quinta da Boa Vista. O incêndio antecipou drasticamente a retirada das seções administrativas e das atividades de pesquisa e ensino do Palácio – proposta antiga que visava a dedicar o paço inteiramente às exposições públicas em seus três andares e aos serviços conexos de museologia e educação museal (MUSEU NACIONAL, 2015).

Em andamento desde dezembro de 2020, e com previsão de entrega em 12 meses, o prédio da Biblioteca foi totalmente esvaziado e está em obras para inteira modernização de suas instalações. Com isso, espera-se que a coleção especial de obras raras da Biblioteca se beneficie com novas instalações, mobiliários e equipamentos de última geração, reafirmando o empenho institucional em manter o padrão de qualidade no atendimento e assegurando a proteção contra pessoas mal-intencionadas e quadrilhas especializadas em furto/roubo de obras de arte.

Como descrito, destacam-se na coleção exemplares que descrevem e retratam as viagens dos primeiros naturalistas dos séculos XVI, XVII e XVIII pelos cinco continentes do globo. Alguns deles encontram-se disponíveis na página da Biblioteca Digital do Museu Nacional, como a obra de Mark Catesby,

furtada e recuperada em 1992. O exame do material apreendido é uma tarefa minuciosa e delicada, pois conta apenas com a representação descritiva das obras nos registros da Biblioteca, marcas de propriedade, do tempo, manchas etc. Assim, a manutenção do compromisso para manter o serviço de digitalização das obras raras continuará a possibilitar a geração de cópias fidedignas dos documentos físicos. Outras vantagens da digitalização dizem respeito à ampliação do acesso com a disseminação via internet e à diminuição no manuseio das obras, o que contribui para a preservação do acervo.

Está em andamento, desde fevereiro deste 2016, o processo UFRJ nº 23079.004477.2016-21 do acordo de cooperação técnica entre a Biblioteca Nacional e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); já foi elaborado um documento com o plano de trabalho, no qual um dos itens corresponde à digitalização dos cinco volumes da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira pela Biblioteca Nacional e entrega das cópias derivadas à Biblioteca do Museu Nacional. O acordo também prevê a participação do Museu Nacional na Rede Memória Virtual Brasileira (RMVB), formada por bibliotecas do Brasil e Portugal. Em contrapartida, o Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) criou e mantém, com a ferramenta D-Space, um catálogo em linha para abrigar e integrar as bibliotecas digitais de obras raras da UFRJ. Isso viabilizará a interoperabilidade de dados entre a RMVB e o consórcio de bibliotecas em biodiversidade no Brasil, Rede BHL Scielo, do qual a Biblioteca faz parte.

Com efeito, todas as medidas tomadas pelo Museu Nacional, implantadas após a ocorrência e reincidência de furtos, servem de alerta para que os profissionais não baixem a guarda em relação à segurança dos acervos, mesmo em tempos difíceis, em que as instituições sofrem com a redução de orçamento e de pessoal. Dessa forma, motivados, retornemos às nossas instituições com a certeza de que é uma obrigação moral insistir junto aos órgãos competentes pela manutenção e modernização da segurança das coleções de obras raras, assim como fazem bancos e instituições financeiras, para diminuir a incidência de furtos e roubos de obras raras em nossas instituições.

Referências

- BAGER 2017: base de dados gerenciais do SiBI. Rio de Janeiro: SiBI/UFRJ, 2017.
- CARVALHO, Thalles. *O furto de obras raras no Rio de Janeiro*. 2017. Disponível em: <https://frontispicio.wordpress.com/2017/11/11/os-furtos-de-livros-raros-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10 maio 2018.
- COELHO, Arnaldo. [Ofício] 10 jul. 1990, Rio de Janeiro [para] Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro. 1 f. Apresenta informações e esclarecimentos resultantes da sindicância realizada para averiguar o desaparecimento de obras raras da Biblioteca do Museu Nacional.

- COSOMANO, Eduardo. Por dentro do mercado negro de arte. *Superinteressante*, São Paulo, edição 282, set. 2010. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/revistasuper/5017960909>. Acesso em: 10 maio 2018.
- CUNHA, Dulce F. Fernandes da. *A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro: 1863-1963*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966.
- EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS [Telex] 1 mar. 1990, Paris [para] COELHO, Arnaldo, Rio de Janeiro. 2 f. Solicita a confirmação se as obras pertencem ao Museu Nacional.
- GREENHALGH, Raphael Diego. *Segurança contra roubo e furto de livros raros: uma perspectiva sob a ótica da Economia do Crime e da Teoria da Dissuasão*. 2014. 2 v. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- LOPES, Maria Margaret Lopes. Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, mar.-jun. 1996.
- MUSEU NACIONAL. *200 anos do Museu Nacional*. 2015. Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/200_anos/index.html. Acesso em: 10 maio 2018.
- MUSEU NACIONAL. BIBLIOTECA. *Relatório anual de atividades da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ*: 2004. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2005.
- O MUSEU Nacional. São Paulo: Banco Safra, 2007.
- PEREIRA, Paulo Celso. Livros roubados são achados em SP. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 maio 2004.
- SANCTI, Fausto Martin. Mercado de arte é usado no mundo inteiro para lavagem de dinheiro. *GGN: o Jornal de Todos os Brasís*, 21 mar. 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/mercado-de-arte-e-usado-no-mundo-inteiro-para-lavagem-de-dinheiro>. Acesso em: 10 maio 2018.
- SANTOS, Maria José V. dos Santos. [Memorando] 3 dez. 1990a. Rio de Janeiro [para] COELHO, Arnaldo, Rio de Janeiro. 1 f. Solicita informações sobre a sindicância e providência sobre a repatriação das obras.
- SANTOS, Maria José V. dos Santos. [Memorando] 18 jan. 1993. Rio de Janeiro [para] COELHO, Arnaldo, Rio de Janeiro. 1 f.
- SANTOS, Maria José V. dos Santos. *Relatório*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1990b.
- SANTOS, Maria José V. dos Santos; TAKCHE, Laura Maria Gayer. *Relatório de atividades da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ*: 1993. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1994.
- SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO. O SiBI. 2018. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/historico>. Acesso em: 10 maio 2018.
- SOCIEDADE VELLOSIANA DO RIO DE JANEIRO. *Trabalhos da Sociedade Velloxiana*. 1851-1855. Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/sociedade_vellosiana.html. Acesso em: 10 maio 2018.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. *Educação em Museu: o público de hoje no museu de ontem*. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

E, agora, quem conta a história?

Paula Mello

Coordenadora do SiBI/UFRJ, doutora em História da Ciência,
Conselheira Regional da CBBU, presidente do Care/CBBU

José Tavares

Chefe da Biblioteca Pedro Calmon da UFRJ, especialista em acervos raros e especiais





Resumo

Este é um relato sobre a fragilidade das coleções raras e especiais em instituições públicas e o caso do furto de obras raras da Biblioteca Pedro Calmon da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Reflete sobre as condições de guarda, as restrições orçamentárias e as relações institucionais entre a biblioteca e as forças policiais. Apresenta o Comitê para Acervos Raros e Especiais (Care), criado para trabalhar com as questões relacionadas aos acervos que possuem coleções raras e especiais, inserido na Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU).

Palavras-chave: Obras raras. Biblioteca Pedro Calmon. Furto. Comitê para acervos raros e especiais.

Abstract

Report on the fragility of rare and special collections in public institutions and the case of the theft of rare works from the Pedro Calmon Library of the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Reflects on guarding conditions, budget restrictions and institutional relations between the library and police forces. It presents the Committee for Rare and Special Collections (Care), created to work with issues related to the collections that have rare and special collections, inserted in the Brazilian Commission of University Libraries (CBBU).

Keywords: Rare books. Pedro Calmon Library. Theft. Committee for rare and special collections.



Introdução

Muito se tem visto em jornais e televisão sobre os roubos e furtos ocorridos em instituições culturais, de ensino, bibliotecas, arquivos e museus. Segundo Gauz (1994, p. 13), os livros são roubados por diversas pessoas e diferentes motivos. John H. Jenkins, Presidente de Segurança da *Antiquarian Booksellers Association of America* (ABAA) estabeleceu categorias para os ladrões de livros:

1. O cleptomaníaco que sofre de impulso para roubar os livros;
2. O ladrão que rouba livros para o seu próprio uso e posse;
3. O ladrão que rouba por ódio, provavelmente para destruir o material;
4. O ladrão casual, que rouba quando uma oportunidade se apresenta;
5. O ladrão que rouba para obter lucro.

Ladrões podem estar fora e dentro do local de trabalho. Legítimos pesquisadores e pessoas de renome podem também ser ladrões. Existem fortes evidências e exemplos concretos de que muitos dos grandes roubos tenham envolvido pessoas da própria instituição. Quando uma obra rara e única é furtada, vendida ou dilapidada, junto com ela vai um pedaço da história da humanidade. A história se perde ali e quando a obra não é mais recuperável vazio que fica deixa uma lacuna histórica e uma sensação de frustração por parte daqueles que trabalham na guarda, manutenção e disseminação de seus conteúdos.

A recente onda de furtos de obras raras e especiais nas bibliotecas brasileiras lançou luz sobre um sério problema enfrentado nessas instituições e, em especial, nas que estão localizadas em *campi* de universidades: além da falta de estrutura física, que podemos traduzir como ausência de segurança no armazenamento, na vigilância, de recursos destinados especificamente a este tipo de acervo, também existe a falta de preparo dos profissionais que lidam com essas obras. As atuais tecnologias, as recomendações dos órgãos nacionais e internacionais sobre o patrimônio bibliográfico e os movimentos internacionais de gestão desse acervo são alguns aspectos que precisam de um olhar diferenciado do profissional bibliotecário que atua nas bibliotecas universitárias.

A discussão da preservação do patrimônio cultural nos remete de imediato à área da memória

A invenção da escrita ocasionou uma mudança na memória coletiva, pois, desde a sua origem, ela foi usada para transmitir as mensagens da humanidade a partir de textos e documentos de todos os gêneros. Anteriormente, a troca de informações se dava pela tradição oral e por objetos (tábuas, vasos, estátuas etc.). Dessa forma, o acúmulo dos documentos escritos mudou radicalmente a atitude da sociedade em relação ao passado (POMIAN, 2000).

A partir do século XIX, chamado de “século da história”, o significado simbólico dos monumentos públicos é ampliado, constituindo-se em representação nacional. A sociedade passou por um processo de reinterpretação, criando uma memória para a nação e construindo um passado que pudesse pertencer a todos (SANTOS, 2007).

No Brasil, somente na década de 1980 ganharam destaque as questões referentes à memória, à preservação e às coleções depositadas nas bibliotecas, arquivos e museus como lugares de memória e instrumentos de reconstrução e testemunhos da lembrança – como garantia da interação história-memória (SILVA FILHO; OLIVEIRA; TORRES, 2008). No tocante ao patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) estabelece que:

O Artigo 216 da Constituição de 1988 conceitua Patrimônio Cultural como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (c2014).

Com relação à proteção e conservação do patrimônio, cabe citar o dr. Rodrigo de Melo Franco, diretor, de 1937 a 1967, do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (Sphan), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1961, em uma palestra proferida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), preocupado com o estudo sério e a proteção eficaz do acervo documental do Brasil, ele argumentou que “cada cidadão brasileiro é de algum modo condômino dos bens de valor histórico e artístico existentes no país” (SANTOS, 2007, p. 119).

A Biblioteca Pedro Calmon, um lugar de memória

A Biblioteca Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura (FCC), tem sua origem na Biblioteca Central da Universidade do Brasil, criada em 17 de dezembro de 1945 na rua do Ouvidor, 169, centro da cidade do Rio de Janeiro. Em 14 de outubro de 1950, as novas instalações da biblioteca foram inauguradas no Palácio Universitário da Praia Vermelha pelo então reitor, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. O objetivo era conservar e enriquecer o acervo bibliográfico da Reitoria além de reunir as 24 bibliotecas das unidades de ensino e pesquisa da universidade em um catálogo coletivo com aproximadamente 300 mil volumes.

Seu acervo foi montado com obras da antiga Biblioteca da Escola Polytechnica, a partir de doações de homens ilustres e de instituições culturais e pela aquisição de coleções pessoais.

Ao reassumir o cargo de reitor, em 1951, o professor Pedro Calmon passou a dar destaque para a Biblioteca Central e a levar para lá personalidades

brasileiras e estrangeiras ilustres das ciências, artes e política que estivessem visitando o Rio de Janeiro. Atualmente, a Biblioteca Pedro Calmon abriga um valioso patrimônio formado por bens culturais, informacionais e documentais com cerca de 20 mil volumes distribuídos, de modo geral, nas seguintes coleções:

- *Obras Raras*: a Coleção de Obras Raras da Biblioteca Pedro Calmon é quase totalmente oriunda da Escola Polythecnica (atual Escola de Engenharia), derivada dos cursos da Academia Real Militar, estabelecidos à época do Brasil Colônia e Brasil Império. Este valioso acervo, de acordo com inventário feito em 2017, conta com 1.053 títulos e 1.881 volumes que abrangem todas as áreas da ciência entre os séculos XVII e XXI, com destaque para as obras que retratam a diversidade do Brasil no conhecimento do passado;
- *Afonso Carlos Marques dos Santos*: coleção pessoal doada ainda em vida, no ano de 2004, pelo prof. dr. Afonso Carlos. Possui 8.267 títulos e 9.361 volumes de livros, periódicos, trabalhos científicos, teses e dissertações, quadros, diplomas, materiais tridimensionais, documentos pessoais e sonoros;
- *Reitores UFRJ*: acervo composto por objetos tridimensionais e imagéticos que pertenceram aos ex-reitores durante o período em que exerceram suas funções junto à UFRJ. Conta com 65 peças registradas na Base Minerva;
- *Estudo de Problemas Brasileiros*: acervo constituído por 304 monografias de Estudos de Problemas Brasileiros, produto do curso de mesmo nome criado pela UFRJ no início da década de 1970, de acordo com os termos do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969;
- *Acervo Geral*: neste acervo estão incluídas as obras antigas e a Série 5 da Bibliotheca Pedagógica Brasileira (Brasiliana), totalizando 1.840 títulos e 3.009 volumes;
- *Memória UFRJ*: reúne em seu acervo 819 títulos e 1.515 volumes de documentos sobre a história da UFRJ. Constituída de material textual, iconográfico e multimídia;
- *Editora UFRJ*: a biblioteca funciona como um depósito legal. De acordo com o último inventário, feito em dezembro de 2017, a coleção Edufrj possui 338 títulos e 368 volumes;
- *Quarteto Brasileiro da UFRJ*: criada em 1952, é constituída exclusivamente por placas de premiação, certificados, documentos e material fonográfico;
- Bustos de personalidades e peças decorativas.

O furto de livros raros e especiais da Biblioteca Pedro Calmon ocorreu durante o período das obras de restauração do Palácio Universitário, iniciadas em 2015 e ainda em curso. Por determinação do responsável pela Divisão

de Preservação de Imóveis Tombados (Diprit), todo o acervo da instituição foi acondicionado em material plastificado, visando a preservar as obras de possíveis infiltrações do telhado e de contaminação por pó de cal oriundos da obra a ser executada.

A empresa contratada para a obra fechou o corredor de acesso à biblioteca com tapumes. Na ocasião, fomos orientados a não permanecer no espaço em virtude de acidentes que poderiam ocorrer e da total insalubridade do local. A equipe frequentava diariamente a biblioteca, ainda que permanecesse por poucas horas no edifício devido à total falta de segurança, condições ambientais, janelas lacradas, poeira e atividades de restauro. O acervo foi totalmente coberto com plástico.

Durante a obra, o corredor de acesso à biblioteca, antes fechado às 18 horas, passou a ser lacrado às 22 horas para que desse acesso a outra unidade instalada no piso superior, o que facilitou sobremaneira a circulação de alunos e de demais pessoas. Em fins de outubro de 2016, através do contato por telefone da Polícia Civil do Estado de São Paulo, tomamos conhecimento do furto. Os investigadores do caso encontraram cinco volumes de livros raros e alguns ex-libris da Universidade do Brasil na residência do infrator identificado.

Teve início, então, o trabalho de inventário de todas as coleções. O impacto dos furtos dos livros sobre a equipe da biblioteca foi muito forte. Houve perplexidade diante da impotência da instituição diante da ação meticulosamente planejada da quadrilha especializada, apesar de haver prévias instalações de segurança. A constatação do perdido e do vazio, passou a ser a nova realidade.

A partir dos relatórios da Base Minerva (base bibliográfica da UFRJ) foram identificados o tipo e a quantidade de material furtado:

TABELA 1 – PERCENTUAL DOS LIVROS FURTADOS POR COLEÇÃO:
VOLUMES

Coleções	Janeiro 2016	Furtadas	Percentual
Obras raras	2.241	364	16,24%
Acervo geral	3.102	93	2,99%
Infólios raros	244	48	19,67%
Col. Prof. Afonso Carlos	9.541	83	0,86%

Fonte: elaborada pelos autores.

Na tentativa de analisar qual teria sido o interesse temático do furto, se é que isso poderia ajudar nas investigações, foi feita a identificação temporal dos títulos, como descrito no quadro a seguir.

TABELA 2 – LIVROS RAROS FURTADOS PELO SÉCULO DE PUBLICAÇÃO

Séculos	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	S/Data
Obra rara	0	30	33	266	72	09
Percentual	0%	0,85%	1,52%	12,24%	3,23%	0,4%

Fonte: elaborada pelos autores.

Ações preventivas e administrativas

Em termos reais, as bibliotecas se veem quase sozinhas nesta fase, uma vez que as instituições têm outras preocupações quase na mesma ordem de grandeza e deixam muito do que precisa ser feito para o bibliotecário. Dessa forma, algumas providências foram tomadas em consonância com a biblioteca, o SiBI e a Reitoria:

- A partir de maio de 2017, foram iniciados os contatos com a *The Art Loss Register* (www.artloss.com), que está auxiliando na localização e resgate dos livros furtados junto aos antiquários e leiloeiros da Europa. Desde então, estamos em contato permanente, quase diário, enviando relatórios e todas as informações bibliográficas dos livros furtados da Biblioteca Pedro Calmon;
- O objetivo do *Art Loss Register* é dissuadir os criminosos da ideia de roubo de arte e reduzir o comércio de arte roubada. Mais de 400 mil itens são pesquisados todos os anos no banco de dados da instituição por comerciantes de arte, museus, casas de leilão, penhores e agências de aplicação da lei em todo o mundo para verificar o seu *status* e determinar se há risco de venda não autorizada;
- Após a autorização para que fossem captados recursos no valor de R\$ 771.000,00 (setecentos e setenta e um mil reais) pela Ancine para a exibição do filme *Confissões de um ladrão de livros*, contatamos um repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* para que veiculasse uma reportagem sobre o furto e o filme. A reportagem, intitulada “UFRJ sofre o maior furto de livros raros do Brasil”, foi publicada na edição do dia 30 de abril de 2017 (BRANDALISE; RIBEIRO, 2017), e ressaltou o valor dos livros raros furtados, a indignação por parte dos bibliotecários e a aprovação do filme pela Ancine/MinC sobre a vida de Laessio, o ladrão;

- Após a reportagem, partiram algumas ações da Reitoria da UFRJ visando a dar maior segurança para a biblioteca;
- Foi criado também um grupo de trabalho. Tendo em vista a falta de dotação orçamentária até a presente data, no entanto, nenhuma ação foi executada;
- Foi enviado um ofício para a Superintendência da Receita Federal das 7ª e 8ª Regiões (Rio de Janeiro e São Paulo) solicitando alerta para possíveis envios internacionais;
- Estabeleceu-se um canal de comunicação frequente com o delegado da Delemaph (RJ).

O comitê para obras raras e especiais (Care)

O Care foi criado a partir da constatação da importância das coleções raras e especiais existentes nas bibliotecas universitárias brasileiras e da carência de orçamentos, de políticas voltadas à segurança e tratamento desses acervos, e de formação acadêmica especializada. Algumas bibliotecas universitárias que têm em seus acervos coleções raras e especiais lidam com duas realidades distintas: atender ao ensino, pesquisa e extensão com coleções de livros atuais e serem mantenedoras de um acervo raro, na sua maioria herdado da época de sua criação. Precisam ainda administrar as diferentes demandas com um mesmo orçamento e recorrer, quando possível, a editais e verbas extraorçamentárias.

A missão geral do Care é acompanhar a gestão dos acervos raros e especiais das bibliotecas universitárias, e seus objetivos específicos são:

1. Criar o Catálogo Coletivo Nacional de Obras Raras e Especiais das Bibliotecas Universitárias;
2. Organizar um fórum sobre Coleções Raras e Especiais;
3. Ministrando curso de especialização em Gestão de Coleções Raras e Especiais.

Com relação ao Catálogo Coletivo de Obras Raras e Especiais em acervos de bibliotecas universitárias brasileiras, ele objetiva buscar uma aproximação com o Planor para ampliar a participação das bibliotecas neste coletivo e buscar o fortalecimento do programa através da inclusão deste item nos relatórios do MEC. A Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) o incluiu como comitê técnico, a exemplo de outros, como o de aquisição, oficializado na Portaria nº 2, de 19 de outubro de 2017.

O Care teve seu primeiro fórum, um de seus objetivos específicos, realizado em abril de 2018, durante o XX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), na cidade de Salvador, na sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Foram convidados os professores Ana Virginia Pinheiro, Simone Wetzel e André Vieira Freitas de Araújo, que abordaram conceitos, características, necessidade de definição de políticas e diretrizes, e contribuíram

com sugestões de tratamento e preservação das coleções raras e especiais. Foi também debatida a necessidade de maiores incentivos à formação de profissionais especializados, desde a graduação. No que diz respeito às ações propostas, teve destaque um levantamento das coleções raras e especiais existentes nas bibliotecas universitárias brasileiras que englobasse acervos, condições físicas, tratamento técnico, segurança, orçamentos e políticas a serem adotadas. Nos últimos anos, a renovação dos quadros profissionais ocorrida nas universidades deixa claro que houve preferência pela formação voltada às tecnologias e à produção científica em detrimento das técnicas voltadas para as coleções especiais. Nesse sentido, a educação continuada que visa à melhoria salarial e ao interesse genuíno de alguns profissionais da área demonstra uma excelente oportunidade para que se desenvolva um curso de especialização em Gestão de Coleções Especiais e Raras das Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior brasileiras. O Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), da UFRJ, membro deste comitê, vem desenvolvendo atividades a partir da criação do Care. Foram elaborados dois questionários. O primeiro, submetido às 45 bibliotecas, buscou identificar quais delas possuem este tipo de coleção, como são tratadas, se há recursos orçamentários, condições de guarda, uso e segurança. O segundo teve o objetivo de mostrar se houve furtos ou roubos nessas coleções e obter a relação dos títulos existentes. Com isso, a UFRJ criou o catálogo de obras furtadas que, acredita-se, possa ser parte de um Catálogo Nacional de Obras Raras e Coleções Especiais Furtadas do Brasil. A proposta é aplicar essa metodologia nas universidades brasileiras através das ações do Care.

Também foi discutida a política de tratamento técnico e de segurança para os acervos bibliográficos raros. Será oferecido um curso de catalogação de obras raras que está sendo preparado com a colaboração de especialistas. No que diz respeito à segurança, está sendo elaborada uma normativa para a guarda de acervos raros na UFRJ.

Todas as medidas tomadas não serão suficientes sem que haja uma conscientização do valor que as obras raras têm para a construção da história da humanidade. Acreditamos que o Care e a CBBU possam contribuir como um canal de comunicação entre o governo e os órgãos de fomento. Cada livro furtado é um pedaço da história que se perdeu. A memória perde a contribuição dos documentos escritos, das narrativas escritas e ilustradas; no lugar deles, fica apenas o vazio...

Referências

BRANDALISE, Vitor Hugo; RIBEIRO, Bruno. UFRJ sofre o maior furto de livros raros do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 de abr. de 2017. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,ufrj-sofre-o-maior-furto-de-livros-raros-do-brasil,70001757824>. Acesso em: 23 ago. 2021.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. Portaria n. 2, de 19 de outubro de 2017.

GAUZ, Valeria. *Segurança em acervos raros*. 1994. Grupo de Estudos em Obras Raras do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.valeriagauz.net/images/GEORJ.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2018.

PATRIMÔNIO CULTURAL. Iphan, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 25 set. 2017.

POMIAN, Krzysztof. Memória. In: ROMANO, Ruggiero; GIL, Fernando (coord.). *Enciclopédia Einaudi*: sistemática. Porto, Portugal: Imprensa Nacional, 2000. p. 507-516. 42 v.

SANTOS, Afonso Carlos Marques de. História e patrimônio cultural: notas para um debate. In: *A invenção do Brasil*: ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 109-116.

SILVA FILHO, José Tavares; OLIVEIRA, Rosane Cristina de; TORRES, Andrea Côrtes. A preservação da memória através das coleções pessoais depositadas na UFRJ: o caso da Coleção Afonso Carlos Marques dos Santos. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 269-278.

Propostas e considerações sobre política de segurança para coleções especiais: o caso da coleção da Academia Brasileira de Ciências

Magna Loures de Farias

Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela UFRJ. Atualmente, trabalha no Museu de Astronomia e Ciências Afins

Eloisa Helena Pinto de Almeida

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense

Lucia Alves da Silva Lino

Mestre pelo Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde da UFRJ, aposentada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins





Resumo

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) é detentor de uma biblioteca denominada Henrique Morize (BHM), que contém a Coleção da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Esta coleção se tornou objeto-base para diversos estudos que possibilitaram a criação de metodologias e diretrizes para tais acervos. As discussões sobre segurança de coleções especiais na BHM começaram durante as pesquisas sobre a Coleção ABC, uma vez que essa foi adquirida por comodato e está sob guarda do Mast por período predeterminado. Deste modo, a Política de Segurança de Coleções Especiais da biblioteca deveria considerar as características particulares do comodato. Vale ressaltar que esse também é o caso de outra coleção da BHM: a da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (Abracor). Este é um trabalho em andamento e não configura a Política de Segurança de Coleções Especiais da biblioteca; apresenta, por outro lado, propostas e considerações para a criação da mesma.

Palavras-chave: Coleções especiais. Segurança de acervos. Comodato.

Abstract

The Museum of Astronomy and Related Sciences (Mast) holds a library called Henrique Morize (BHM), which contains the ABC Collection. The latter became the object of several studies that allowed the creation of methodologies and guidelines for these collections. Thus, the discussions about security of special collections in the BHM started during the researches about the ABC Collection, since it was acquired by lending, being under Mast's guard for a predetermined time. Thereby, the Special Collection Security Policy of the library should consider the particular characteristics of a lending contract. It is important to point out that this is also the case of another collection in the BHM: the Brazilian Association of The Conservators-Restorers of Cultural Goods (Abracor) Collection. This is a work in progress and does not configure the Security Policy of Special Collections of the library, but rather presents proposals and considerations for the creation of it.

Keywords: Special collections. Security of collections. Lending.



Introdução

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) – instituto de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) – é detentor de uma biblioteca denominada Henrique Morize (BHM), especializada em História da Ciência e da Técnica, Educação e Divulgação da Ciência, Museologia e Preservação do Patrimônio Histórico de C&T. No intuito de melhorar as condições de preservação e uso de obras de relevância e importância histórico-científicas, a Biblioteca realiza, desde 2005, estudos sobre critérios para enquadramento e tratamento especializado de parte do seu acervo, definido como Coleções Especiais. Almeida e Lino apontam sobre as Coleções Especiais na Biblioteca Henrique Morize:

as características dessas coleções diferem do restante das obras gerais por serem obras que, em princípio, não podem ser facilmente adquiridas. Os critérios destacados para denominar tais coleções, segundo Zuñiga (2002), foram: valor institucional: importância para cumprimento da missão institucional; valor histórico: importância para a pesquisa histórica e o contexto de criação; valor intrínseco: monetário ou simbólico e valor associativo: complementaridade de temas, reunião de conjuntos. (ALMEIDA; LINO, 2014, p. 70).

Atualmente, são Coleções Especiais na Biblioteca: Documentos Brasileiros, Brasiliana (Coleções da Biblioteca Pedagógica Brasileira), Lélío Gama, Solange Zuñiga, Erika Zimmermann e as das instituições Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (Abracor) e Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Como resultado das experiências da Biblioteca Henrique Morize, no que tange aos seus processos de trabalho e gestão de Coleções Especiais, foi identificada a necessidade da elaboração de uma política de segurança de Coleções Especiais que estabelecesse princípios teóricos e diretrizes a serem seguidas. Isso é especialmente importante quando consideramos que parte das coleções especiais da biblioteca são de responsabilidade compartilhada, uma vez que seu processo de aquisição ocorre por meio de comodato, como é o caso da Coleção da Academia Brasileira de Ciências e da Abracor.

Diante do exposto, este trabalho apresenta propostas e considerações sobre a política de segurança de coleções especiais na Biblioteca Henrique Morize e tem como objeto de estudo a Coleção ABC.

Breve histórico

A relação do Mast com a ABC iniciou-se em 2005, quando esta propôs ao primeiro um projeto para a implementação da seleção e descarte de obras e publicações do acervo da biblioteca e arquivo dos acadêmicos da instituição. Tal projeto estava em consonância com a política já existente na Biblioteca da Academia, chamada Aristides Pacheco Leão, e era intitulado “Projeto de organização do acervo de caráter histórico da Academia Brasileira de Ciências (ABC)”. Houve, contudo, modificações na proposta inicial e, em dezembro de 2007, foi celebrado um convênio entre o Mast e a ABC que tinha como objetivo

o desenvolvimento de serviços visando a avaliação, seleção, identificação, embalagem e transferência do acervo de livros e periódicos da Biblioteca Aristides Pacheco Leão para o Museu de Astronomia e Ciências Afins e para outras instituições científicas. (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2007, p. 14).

A transferência do acervo para o Mast foi iniciada em 2009, e naquele mesmo ano o Convênio Mast/ABC foi prorrogado por meio de um Termo Aditivo, visando à conclusão das etapas estabelecidas em documento anterior (CAMPOS, 2017). Também em 2009, foi finalizada a mudança de todo o acervo. Foram transportadas 386 caixas, contendo cerca de 14 mil exemplares (livros e periódicos). Por questões de necessidade de utilização do espaço de acondicionamento do acervo para a realização de uma exposição temporária sobre Fotografia Astronômica, todo o material foi transferido para uma empresa de guarda. Em 2012, o acervo retornou ao Mast para ser instalado no novo edifício da biblioteca do Museu.

Com a inauguração das novas instalações da Biblioteca Henrique Morize, em 2015, o acervo da ABC foi transferido para este novo local. Tal armazenamento foi possível após a aquisição de estantes deslizantes para o novo prédio, que contava com previsão de grande crescimento do acervo. Ainda em 2015, foi assinado um Termo de Comodato entre o Mast e a ABC, com validade de 25 anos e que poderá ser prorrogado por igual período.

No ano de 2016, foi iniciado o processamento técnico deste acervo, época na qual foram observadas algumas particularidades da coleção, como a presença de marcas especiais, objetos guardados nos livros e cartas trocadas entre cientistas. Além disso, percebeu-se a inexistência de registros históricos e de memória sobre a biblioteca da ABC, fato que dificultaria o tratamento desta coleção especial e compreensão sobre a formação deste acervo.

Essas particularidades suscitaram novas hipóteses de trabalho e uma nova abordagem para o tratamento e gestão do acervo. Nesse contexto, a Biblioteca Henrique Morize foi contemplada com uma bolsa de pesquisa que possibilitou o desenvolvimento de tais estudos.

Todo o processo de transferência foi acompanhado pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel (Lapel) existente no Mast. Os técnicos do Lapel oferecem todo suporte necessário à preservação dos acervos sob a guarda do Mast.

Método e processo

O processo de elaboração da política de segurança de Coleções Especiais teve início com as discussões sobre a revisão dos parâmetros e políticas que envolvem a gestão das Coleções Especiais na Biblioteca Henrique Morize, uma vez que a coleção da ABC possui particularidades que a diferem das demais coleções especiais da Biblioteca.

Uma das dificuldades decorreu da carência de literatura sobre segurança e salvaguarda de coleções especiais. Encontra-se na literatura maiores referências quando se trata de livros raros, contudo ressalta-se que uma coleção especial não necessariamente é formada por livros raros.

Entende-se por livro raro o item bibliográfico que é assim identificado por ser o único exemplar de que se tem conhecimento, por sua preciosidade para quem o possui ou por ser inquestionavelmente raro (PINHEIRO, 1990 apud PINHEIRO, 2015). Trata-se de um conceito subjetivo, ligado a diferentes aspectos como cultura, erudição, conhecimento de áreas temáticas, história do livro e da missão institucional.

Já o conceito de coleção especial não está relacionado propriamente à raridade dos itens, mas sim às características intrínsecas e extrínsecas que tornem o item (ou a coleção) diferente ou especial por algum motivo. Algumas coleções são consideradas especiais por sua materialidade, raridade, valor monetário ou por estarem associadas, seja por doação ou outro aspecto, a figuras importantes ou instituições históricas, científicas, políticas, entre outras, além do compromisso institucional de preservação e acesso em longo prazo (DOOLEY; LUCE, 2010, tradução nossa).

Nesse contexto, inicialmente foram levantadas referências sobre tratamento, gestão, preservação e segurança de coleções especiais, incluindo exemplos de políticas de segurança elaboradas por outras instituições nacionais e outros materiais já produzidos sobre o assunto pelo Mast. Também se buscou referências sobre a segurança de acervos de responsabilidade compartilhada – que é o caso da Coleção ABC e da Abracor –; não foi, no entanto, encontrado até o presente momento nenhum documento sobre esta temática.

Uma referência fundamental para o desenvolvimento deste estudo foi a “Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus”, publicada, em 2006, pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins em parceria com o Museu Villa-Lobos, e que contou com a contribuição de diversas instituições do Brasil. Esta publicação apresenta diretrizes básicas para elaboração

de políticas de segurança em locais com guarda de acervo. Deve-se ressaltar, contudo, a necessidade de se considerar as especificidades de cada unidade de informação e de cada instituição. Deste modo, esta é uma obra norteadora e não esgota todos os aspectos referentes aos diversos tipos de acervos. É também importante esclarecer que o Mast não possui uma política de segurança para seus acervos: tal documento encontra-se em elaboração pelas equipes competentes.

Conforme relatado, a coleção ABC foi adquirida por comodato. Nesse ínterim, uma de suas particularidades é a responsabilidade compartilhada, de modo que também houve a necessidade de analisar os documentos que firmaram a parceria ABC/Mast.

Considerações sobre segurança compartilhada

Tendo em vista que o documento que oficializa a aquisição das atuais coleções institucionais para a Biblioteca do Mast é o Termo de Comodato, tornam-se necessárias algumas considerações sobre esta modalidade de aquisição.

De acordo com o artigo 579, do Código Civil – Lei nº 10.406/02: “O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto”. Ou seja, é o empréstimo de bens e materiais permanentes e não substituíveis, efetivado por meio da entrega do bem emprestado ao comodatário, que passará a ter a posse direta, ficando a indireta com o comodante.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 94) esclarecem o comodato como a cessão do direito de uso desses bens e materiais, sem a transferência de propriedade, por prazo determinado e nas condições previamente conveniadas.

Dado que o comodato é um contrato, portanto um acordo firmado de livre vontade entre as partes, em que o comodante permanece dono dos bens e os recebe de volta findo o prazo estabelecido,¹ podemos inferir que a segurança do bem é de interesse de ambas as partes, e a responsabilidade, portanto, compartilhada. Diante do exposto, algumas questões sobre segurança de coleções especiais adquiridas por comodato para a biblioteca do Mast devem ser consideradas.

A primeira observação é a sugestão de algumas alterações na redação dos termos de comodato, visto que os mesmos só preveem quanto à segurança, a perda e o extravio. Dessa forma, devem ser incluídas outras questões, tais como segurança preventiva, tratamento técnico, acesso, divulgação e ações em caso de emergências.

Outra observação é a previsão da possibilidade de investimento financeiro por parte do comodante para a garantia da segurança do acervo. Ainda que,

1. O prazo estabelecido no contrato de comodato é composto pelo período inicial, prorrogável de acordo com a vontade entre as partes.

segundo a legislação, isto não seja obrigatório e que o acervo esteja sob a guarda de outrem, o comodante permanece dono do bem e, assim, ainda possui responsabilidade sobre ele.

Também é recomendado que esteja explícita a designação de profissionais de ambas as instituições, para que sejam estabelecidos diálogos sobre o acervo e sua gestão. Deve-se ter em mente que, nesta modalidade de aquisição, o bem retorna ao dono findo o prazo estabelecido, sendo, deste modo, imprescindível que toda tomada de decisão considere não apenas o contexto atual do acervo, mas também mudanças futuras.

Na seção seguinte são propostas algumas medidas que devem constar no documento final da Política de Segurança de Coleções Especiais da Biblioteca Henrique Morize.

Propostas para a elaboração da política de segurança de coleções especiais

“Trabalhar com memória é tornar vivo o que já aconteceu” (POLÍTICA, 2006, p. 13). Esta afirmação exemplifica o trabalho desenvolvido na Biblioteca Henrique Morize com as coleções especiais – em destaque a Coleção ABC, que é composta pelos volumes que formavam a Biblioteca Aristides Pacheco Leão, pertencente à Academia Brasileira de Ciências. Tal instituição tem 102 anos de existência e sua biblioteca, que remonta à sua fundação, hoje está sob responsabilidade do Mast Com isso, o Mast está devolvendo à sociedade o acesso a um acervo que é parte da História da Ciência no Brasil.

Desde abril de 2017 – período no qual a BHM foi contemplada com uma bolsa do Programa de Capacitação Institucional (PCI) – são desenvolvidos estudos sobre este acervo. Tais estudos representam tanto análises voltadas ao próprio acervo da ABC e suas origens como também proporcionam que a Coleção ABC funcione como objeto-base para desenvolvimento de metodologias e outros documentos pertinentes à gestão de coleções especiais na biblioteca.

Sendo assim, o início das discussões sobre segurança de coleções especiais na BHM ocorreu durante as pesquisas sobre a Coleção ABC, uma vez que, por ter sido adquirida por comodato, o acervo não pertence ao Mast; em vez disso, está sob sua guarda a partir de um documento que garante o uso durante período predeterminado. Desse modo, a política de segurança de coleções especiais da biblioteca deveria considerar as características particulares de uma aquisição por comodato, prevendo não apenas sua permanência na Biblioteca Henrique Morize, mas também mudanças posteriores. Este é o caso não apenas da Coleção ABC, mas também de outra coleção da BHM: a Abracor.

Esclarecemos que este estudo não trata do desenvolvimento de uma política de segurança para a Biblioteca Henrique Morize como um todo, mas

de uma proposta e reflexões sobre políticas de segurança para suas Coleções Especiais, considerando a Coleção ABC como objeto de estudo.

Diante do exposto, entendemos como segurança o “conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais à nossa instituição, abrangendo a proteção do edifício, dos bens, dos acervos e dos usuários” (SPINELLI JÚNIOR, 2009, p. 61).

Segundo Spinelli Júnior (2009, p. 62):

Há um consenso entre todos os profissionais que trabalham em uma biblioteca, que na maioria dos casos os chamados riscos de acidentes e desastres podem ser minimizados, reduzidos ou totalmente eliminados, na medida em que seja estabelecido, para a instituição em questão, um programa de emergências amplo, devendo, ao mesmo tempo, ser específico e sistemático, conhecido e entendido por todas as pessoas que trabalham, que pesquisam ou que visitam a biblioteca. O objetivo principal deve ser o fornecimento e o esclarecimento dos meios para reconhecermos, prevenirmos e respondermos com precisão efetiva a todas as emergências, ou seja, as situações críticas, os acontecimentos perigosos ou fortuitos e os acidentes que porventura ocorram.

Desse modo, o processo para se pensar as medidas de segurança de um acervo deve ser iniciado pela avaliação dos riscos, uma vez que gera a possibilidade de se reconhecer as vulnerabilidades do acervo, as conseqüências dos problemas e as melhores medidas de prevenção de danos e de ação em caso de emergências.

A partir desse entendimento, podemos delimitar alguns aspectos fundamentais quanto à segurança de acervos: documentação e processamento técnico, exposição, acesso, guarda e conservação (GAUZ, 1994; POLÍTICA, 2006; SPINELLI JÚNIOR, 2009). Dessa forma, uma medida fundamental para garantir a segurança de uma coleção especial é conhecer o acervo. E isto somente será possível por meio da documentação. A documentação inclui todos os termos, contratos e documentos referentes à aquisição da coleção, além dos registros em listagem dos itens que a compõem e o processamento técnico do mesmo.

No caso das coleções de responsabilidade compartilhada, como a Coleção ABC, tanto a instituição comodataria como a comodante devem manter registros de todos os documentos formadores da parceria, bem como das listas dos itens adquiridos. Também devem estar determinados no Termo de Comodato as responsabilidades de cada instituição, contemplando os aspectos de guarda e organização, divulgação e acesso, processamento técnico e ações em caso de sinistros, por exemplo, perdas ou extravio.

Considerando o processamento técnico como fator de segurança, ao realizarmos os estudos sobre este aspecto com a Coleção ABC, ficaram determinadas

algumas medidas que foram adotadas não apenas para esta coleção, mas para todas as Coleções Especiais da BHM. São elas:

- a. uso de carimbo redondo (com 1,5 cm de diâmetro), com tinta permanente, localizado no verso da página de rosto e na página segredo de todos os itens, contendo o nome da Biblioteca Henrique Morize e a sigla Mast (registros de propriedade);
- b. uso de etiquetas com código de barras, contendo código de acervo e exemplar, fixadas em cintas de papel alcalino;²
- c. conservação das marcas originais das bibliotecas doadoras, como etiquetas, carimbos e anotações;
- d. catalogação automatizada, incluindo além das descrições bibliográficas indicadas pelo Código de Catalogação Anglo-Americano, as descrições dos livros enquanto objeto físico (marcas de propriedade e marcas de circulação);
- e. inventário das obras com marcas especiais, incluindo descrição detalhada das mesmas e dados de localização, acessíveis apenas internamente. Vale registrar que foi elaborada uma planilha para registro de tais dados.

Pontuamos neste item que o Mast possui um curso sobre Segurança de Acervos Culturais em que uma das disciplinas trata do Tráfico Ilícito de Bens Culturais. Este tema é abordado por um delegado ou agente da Polícia Federal (PF). O representante da PF ressalta que todos os anos muitas obras que são recuperadas não são entregues aos prováveis donos devido à ausência de descrição minuciosa que comprove o seu real proprietário.

Tendo em vista que antes da concretização da parceria ABC/Mast parte do acervo da biblioteca da Academia já havia sido doado para outras instituições, seguindo as recomendações da PF, foi detectada a necessidade da criação de uma marca que identificasse e individualizasse os itens sob a guarda da Biblioteca Henrique Morize.

Nesse contexto, embasado pela cláusula segunda do Termo de Comodato, que exprime a obrigação da comodatária no processamento técnico,³ optou-se pela utilização do carimbo de propriedade da Biblioteca Henrique Morize no verso da folha de rosto e na página segredo. Optou-se também por não dar

2. O uso de cintas de papel alcalino, além de medida de conservação preventiva, permite que sejam mantidas as etiquetas originais colocadas pela biblioteca da ABC, garantindo, deste modo, os registros da trajetória deste acervo.

3. Termo de Comodato, cláusula segunda – “da guarda e organização: A COMODATÁRIA obriga-se a preservar e conservar os BENS, assim como processá-los tecnicamente, inseri-los na base de dados da Biblioteca e dar aos mesmos condições de uso e acesso por terceiros, viabilizando consulta, especialmente para fins de estudos e pesquisas de caráter acadêmico”.

baixa no registro da ABC, pois não houve a doação, e sim o comodato. Tal decisão, além de ser parte das medidas de segurança, é também um registro da trajetória deste acervo, que passou por inúmeras mudanças de local físico ao longo de sua existência.

Outro aspecto a ser considerado na segurança desse tipo de acervo são as exposições, prática que aumentou consideravelmente devido à valorização que as obras raras e especiais obtiveram no mercado livreiro. O trabalho desenvolvido na BHM com as coleções especiais é relativamente recente, portanto não são realizados empréstimos para outras instituições devido à ausência de demanda. Contudo, sobre a segurança dos itens de coleções especiais expostos na biblioteca, estabelece-se que:

- a. os itens em exposição devem permanecer em áreas protegidas de agentes de deterioração, acondicionados em invólucros e/ou suportes adequados ao tipo de material;
- b. todos os itens em exposição devem ser checados diariamente, ao início e ao fim do expediente;
- c. os documentos expostos em áreas de livre circulação devem estar protegidos de serem tocados ou sofrerem atos de vandalismo.

Podemos perceber por estas medidas que, além de curadores e mediadores de acesso à informação, os bibliotecários de coleções especiais assumem também o papel de vigilantes no cuidado e zelo com esse tipo de acervo. Nesse contexto, o acesso é fator primordial quando se trata de segurança de acervos raros e especiais, uma vez que, entre todos os riscos a que um acervo está exposto, um dos mais preocupantes é aquele resultante de interferência humana. Diante do exposto, algumas medidas adotadas pela BHM são:

- a. o acesso às coleções especiais deverá ser realizado única e exclusivamente por funcionário designado para a função;
- b. o usuário poderá acessar as coleções especiais mediante autorização do responsável pela biblioteca, sempre acompanhado por funcionário designado;
- c. o catálogo de referências das coleções especiais poderá ser consultado remotamente via catálogo institucional;
- d. o acesso ao item de coleção especial é exclusivamente local;
- e. é vedado empréstimo domiciliar e/ou consulta fora do espaço designado para este fim;
- f. as mesas devem ser amplas para comportar adequadamente os documentos e permitir que o usuário escreva suas anotações sem precisar fazê-las sobre o item;
- g. as bolsas, pastas e mochilas devem ser guardadas nos guarda-volumes disponíveis na entrada da biblioteca;

- h. ao consultar coleções especiais, devem ser utilizados para realizar anotações apenas lápis ou equipamentos digitais, desde que autorizados por algum técnico do Lapel;
- i. os usuários devem ser esclarecidos sobre as normas para consulta às coleções especiais;
- j. não é permitido consumo de comida, bebida ou fumo na sala de consulta por nenhum usuário ou funcionário;
- k. deve ser solicitado ao usuário o respeito às regras básicas, como: manusear o item com cuidado, não apoiar os cotovelos sobre os mesmos, não realizar quaisquer tipos de marcação nos itens, obedecer as demais regras de utilização da biblioteca;
- l. os itens consultados devem ser registrados para fins estatísticos, especificando a coleção especial ao qual pertencem;
- m. os itens devem ser conferidos no momento da entrega ao usuário e na devolução.

Tais medidas contribuem não apenas para a segurança dos acervos especiais, como também para sua preservação; afinal, conforme questiona Tolmasquim (2006, p. 5): “E o que é segurança senão a possibilidade de garantir que esse legado do passado e do presente alcance o futuro?”. À vista disso, ao refletirmos sobre a proposta de Política de Segurança para as Coleções da Biblioteca Henrique Morize, em consonância com estudos sobre preservação de Coleções Especiais realizado com a Coleção ABC, algumas medidas que contemplam ambas as áreas foram sugeridas:

- a. a limpeza do local de guarda e higienização do acervo só poderá ser feita por profissionais treinados e capacitados, com prévia autorização da chefia da biblioteca;
- b. os itens em mau estado de conservação deverão ser avaliados por profissionais do Laboratório de Conservação e Restauração de Papel (Lapel). Após a avaliação, o Lapel indicará a melhor forma de tratamento para aquele documento;
- c. todos os itens retirados do local de guarda para conservação/restauração deverão ser registrados;
- d. deverão ser mantidas as etiquetas de acervos provenientes de doação, de modo a preservar sua memória, manter o vínculo institucional e evitar danos de remoção aos itens;
- e. as etiquetas de identificação da Biblioteca Henrique Morize deverão ser coladas em cintas confeccionadas em papel alcalino, que serão envolvidas em cada item individualmente;
- f. as etiquetas também poderão ser coladas em invólucro confeccionado com fins de conservação, caso seja necessário;
- g. as inscrições nos livros deverão ser feitas a lápis 6b;

- h. todos os itens pertencentes a uma coleção especial na Biblioteca Henrique Morize receberão carimbo de modo a identificar o vínculo institucional. Deverão ser carimbadas a folha de rosto e a página segredo;
- i. o manuseio dos itens deverá ser feito, tanto por usuários, como por funcionário, utilizando luvas disponibilizadas pela instituição;
- j. as estantes deslizantes devem receber manutenção periódica, de modo a manter o bom funcionamento e rápido acesso;
- k. as estantes deslizantes devem permanecer trancadas quando não estiverem em uso;
- l. o controle de umidade e temperatura deve ser realizado diariamente e analisado pelos técnicos do Lapel.

Quando pensamos em segurança e conservação, devemos levar em conta também o serviço de reprografia. Desse modo, determinou-se que:

- a. é vedada a reprodução de documentos pertencentes às coleções especiais. Exceto em caso de prévia autorização pelo responsável pela Biblioteca e Coleções Especiais em consonância com os técnicos do Lapel;
- b. caso a autorização seja concedida, deverão ser obedecidas as normas de reprografia estabelecidas pela biblioteca, respeitando-se a legislação sobre Direitos Autorais.

Todas as medidas apontadas convergem para que seja implantado o documento básico para a elaboração de uma Política de Segurança para Coleções Especiais na Biblioteca Henrique Morize. Ressalta-se que tais medidas foram elaboradas a partir de pesquisas que tiveram como objeto de estudo a Coleção ABC – contudo, são cabíveis, em sua quase totalidade, para as demais coleções.

Considerações finais

Procuramos abordar neste trabalho algumas propostas e considerações sobre a elaboração de uma Política de Segurança para Coleções Especiais, na Biblioteca Henrique Morize, do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Ressaltamos que este trabalho não constitui um documento definitivo, mas sim um conjunto de medidas norteadoras para que seja iniciado o processo de elaboração de uma política institucional de segurança, voltada exclusivamente para as Coleções Especiais da Biblioteca.

Essa proposta surgiu no contexto do recebimento da Coleção ABC, uma vez que este acervo suscitou novas hipóteses de trabalho – entre elas, a segurança dos acervos especiais, considerando aqueles que possuem responsabilidade compartilhada, como é o caso da ABC e da Abracor.

Diante das informações obtidas em literatura especializada, notamos a carência de discussões e trabalhos voltados exclusivamente para as coleções especiais, sobretudo aquelas cuja cessão ocorre por meio de um comodato.

Essa modalidade de aquisição requer cuidados especiais que garantam a segurança do acervo, tanto no período da concessão como no caso de mudanças posteriores.

Todas as medidas aqui apresentadas foram elaboradas em consonância com políticas de segurança de acervos de instituições que trabalham com coleções especiais e acervos raros, e do livro *Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus*, editado pelo Mast e Museu Villa-Lobos. Também contamos com consultoria dos profissionais do Laboratório de Conservação e Restauração de Papel do Mast.

A partir dessas inferências, observa-se, em especial, a necessidade de se manter documentação atualizada sobre as coleções em ambas instituições (comodante e comodatária), além de realizar descrições detalhadas de cada item de modo a unificá-lo. As marcas institucionais de propriedade também representam um desafio, tanto do ponto de vista da conservação quanto da segurança, uma vez que são necessários que estejam contidos os registros de propriedade de ambas responsáveis.

Salientamos que esta é uma pesquisa ainda em desenvolvimento e apresenta os panoramas iniciais sobre a elaboração da Política de Segurança para as Coleções Especiais da biblioteca. Esperamos que tais estudos contribuam para a institucionalização deste documento e possam ser úteis às demais instituições mantenedoras de acervos especiais do país, como instrumento de reflexão e aprimoramento da segurança e preservação do patrimônio bibliográfico.

Referências

ALMEIDA, Eloisa Helena Pinto; LINO, Lucia Alves da Silva. A biblioteca do Museu de Astronomia e Ciências Afins no contexto da história da ciência, divulgação científica, museologia e preservação de acervos. *Inc. Soc.*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 65-76, jul.-dez. 2014.

CAMPOS, Diógenes Almeida. *A biblioteca da Academia Brasileira de Ciências*. Rio de Janeiro, 2017. Palestra proferida durante evento de inauguração da Coleção ABC na Biblioteca Henrique Morize.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DOOLEY, Jackie M.; LUCE, Katherine. *Taking our pulse: the OCLC research survey of special collections and archives*. Dublin, Ohio: OCLC, 2010.

GAUZ, Valéria (coord.). *Segurança em acervos raros*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994. 46 p.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Extrato de convênio. *Diário Oficial da União*: seção 3, Brasília, DF, n. 244, p. 14, 20 dez. 2007.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. *In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). Acervos especiais: memórias e diálogos.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44. (Coleção Memória da FCL, n. 3).

POLÍTICA de segurança para arquivos, bibliotecas e museus. Rio de Janeiro: Mast, 2006. 121 p. Publicação em parceria entre o Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Museu Villa-Lobos.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. *Guia de preservação & segurança da Biblioteca Nacional.* 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2009.

TOLMASQUIM, Alfredo Tiomno. Apresentação. *In: Política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus.* Rio de Janeiro: Mast, 2006. 121 p. Publicação em parceria entre o Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Museu Villa-Lobos.

Economia do crime e o patrimônio
cultural e bibliográfico brasileiro:
possíveis mudanças na Lei
5.471/68 e no código penal

Raphael Diego Greenhalgh

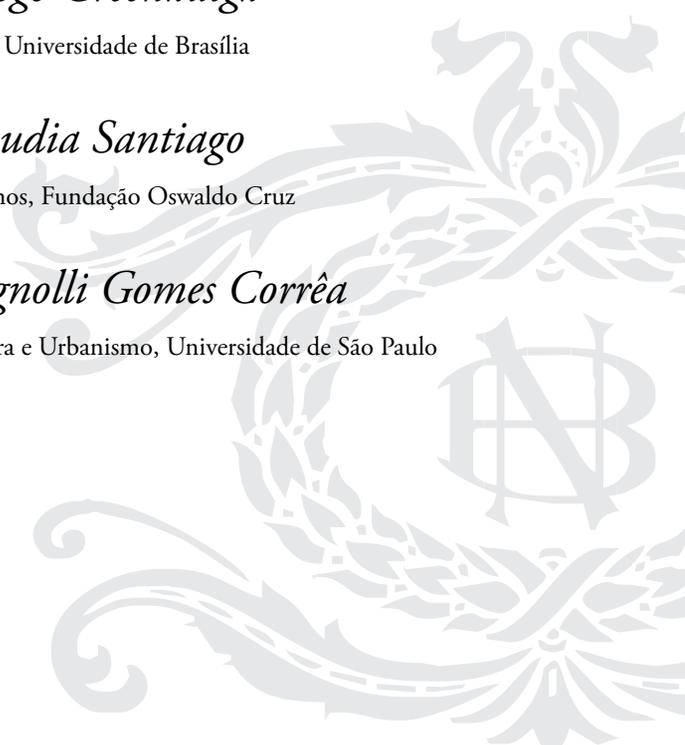
Biblioteca Central, Universidade de Brasília

Maria Claudia Santiago

Biblioteca de Manguinhos, Fundação Oswaldo Cruz

Amarilis Montagnolli Gomes Corrêa

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo





Resumo

A legislação brasileira sobre exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos traz uma visão antiga em relação ao patrimônio bibliográfico. Desse modo, torna-se essencial adequá-la com as definições atuais desse tipo de patrimônio, assim como os dispositivos legais que tratam mais diretamente da subtração ilegal de itens do patrimônio cultural, que não possuem penalização específica apesar da perda irreparável que estes delitos acarretam. Além de ser necessário rever a delimitação do escopo de atuação legal, é preciso também aumentar a percepção do criminoso sobre os custos envolvidos nos delitos de subtração do patrimônio cultural, conforme apontam a Economia do Crime e a Teoria da Dissuasão. Por meio de investigação exploratória-descritiva e análise qualitativa dos dispositivos legais verificou-se a correlação destes com o entendimento atual de patrimônio cultural e bibliográfico, e também como as penas para os crimes de subtração influem na percepção dos custos relacionados ao delito. Como resultado dos estudos foram propostas alterações na legislação brasileira analisada.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Patrimônio bibliográfico. Legislação brasileira. Código Penal. Economia do Crime.

Abstract

The Brazilian legislation on the export of old books and bibliographic sets brings an old view concerning the bibliographic heritage. Therefore, it is essential to adapt it to the current definitions of this kind of heritage as well as the legal provisions that deal more directly with the illegal subtraction of cultural heritage items not having specific penalties, despite the irreparable loss that these crimes cause. In addition to being necessary to review the delimitation of the scope of legal action, it is also necessary to increase the criminal's perception of the costs involved in the crimes of subtraction of cultural heritage as pointed out by the Economics of Crime and the Theory of Deterrence. Through an exploratory-descriptive investigation and qualitative analysis of the Brazilian legal, it was verified their correlation with the current understanding of cultural and bibliographic heritage, and also how the penalties for subtraction crimes influence the perception of the costs related to this type of crime. As result of these analyses, were proposed changes to the Brazilian legislation mentioned.

Keywords: Cultural heritage. Bibliographic heritage. Brazilian legislation. Penal Code. Economy of Crime.



Introdução

A Lei 5.471/68 e o Decreto 65.347/69 tratam da exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos e traz limitações quanto à exportação de livros, periódicos e partituras. Nota-se que as tipologias documentais presentes na Lei e no Decreto hoje se coadunam com as definições de patrimônio bibliográfico, apesar de também englobarem documentos para além dos apresentados nestes dispositivos legais. Levando em consideração que esta legislação foi criada respectivamente em 1968 e 1969, e portanto são anteriores à proposição de patrimônio cultural imposta pela Constituição Federal em 1988, torna-se importante verificar a abrangência e a relação da Lei e do Decreto com o entendimento atual do que são esses patrimônios cultural, documental e bibliográfico.

Em relação à proteção do patrimônio cultural, também se deve levar em consideração os dispositivos legais que criminalizam o furto, o roubo, a recepção e o peculato (artigos 155, 157, 180, 312 e 334-A do Código Penal), pois estes crimes estão diretamente relacionados à subtração indevida de itens deste patrimônio. A Economia do Crime e a Teoria da Dissuasão mostram que o criminoso pondera uma relação de custo-benefício ao cometer o delito; analisando a legislação brasileira, observa-se como ela parece favorecer a percepção do criminoso sobre os baixos custos envolvidos na sua atuação ilegal.

Para análise da legislação diante dos conceitos de patrimônio cultural, documental e bibliográfico e da variável “rigor penal” diante do escopo da Economia do Crime e da Teoria da Dissuasão, o presente trabalho apresenta características metodológicas de natureza exploratória-descritiva. A análise qualitativa dos dados foi realizada em meio à pesquisa documental e à análise de conteúdo, seguindo os preceitos da hermenêutica jurídica. A Lei 5.471/68, o Decreto 65.347/69 e os artigos 155, 157, 180, 312 e 334-A do Código Penal foram selecionados por meio de uma amostragem intencional: dentre todos os dispositivos legais presentes na legislação nacional, estes foram escolhidos, por se relacionarem diretamente com o patrimônio bibliográfico e sua permanência no país e também com a subtração de itens do patrimônio cultural.

Patrimônio cultural e bibliográfico brasileiro

O patrimônio bibliográfico é colocado por alguns autores como uma unidade conceitual pertencente à classe do patrimônio documental, que, por sua vez, é outra faceta integrante do que é chamado patrimônio material, conceito intrínseco, junto ao patrimônio imaterial, do que é entendido como patrimônio cultural. A relação entre os conceitos de patrimônio cultural, material e documental é apresentada por Rodrigues (2016, p. 111):

O patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto de manifestações de uma comunidade (incluindo suas práticas, costumes e valores, expressões artísticas e culturais, lugares e objetos) que é passado de uma geração a outra. É constituído dos mais diversos elementos e se apresenta, convencionalmente, dividido em patrimônio imaterial e patrimônio material, onde se entende por patrimônio imaterial tudo o que está relacionado aos modos de fazer das pessoas, às técnicas e habilidades, aos valores e às crenças; e por patrimônio material os produtos da criação humana, como os artefatos, os objetos e as construções, por exemplo. O patrimônio material, por sua vez, pode ser constituído de diferentes categorias de elementos, dentre os quais se encontra o patrimônio documental.

A definição de Patrimônio Cultural no Brasil está presente de forma ampla na Carta Magna deste país. A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define que:

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nesse contexto, o patrimônio bibliográfico se relaciona com vários dos pontos apresentados e está mais intimamente relacionado aos incisos III e IV. No que tange à legislação brasileira, o patrimônio bibliográfico ainda vai ser incluído de forma expressa no dispositivo legal que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no artigo 1º do Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Devido ao tamanho continental do Brasil e à grande diversidade cultural de seu povo, a legislação em vigor no país ainda não foi capaz de conceituar todas as categorias de bens culturais (SANTOS, 2015). Nas normas legais

nacionais, “a noção de patrimônio bibliográfico está em processo de construção e [...] atualmente está associada à prática do depósito legal para obras correntes e ao controle na circulação de obras raras e antigas” (SANTOS, 2015, p. 44).

A interdependência, já citada, entre a definição de patrimônio bibliográfico e documental é trazida por Jaramillo e Marín-Agudelo (2014, p. 428, tradução nossa):

O patrimônio bibliográfico, como parte integrante do patrimônio documental, está conformado por um tipo de documento com características próprias, fundamentalmente determinado por sua informação de caráter bibliográfico, que significa que é produto de um processo de edição, reproduzido em escala e com fins de distribuição ou comercialização; além de criado intencionalmente por seu autor, a qualquer época; este tipo de patrimônio, historicamente, tem sido conservado e organizado pelas bibliotecas.

Ao analisar de forma dialética o conceito de patrimônio documental, Rodrigues (2016) mostra que a maioria das definições trazem uma diferenciação entre patrimônio documental e patrimônio bibliográfico – ora este último conceito contido no outro, ora como conceitos separados. Para a autora, o ponto de apaziguamento entre os termos é o entendimento do patrimônio documental como aquele que contém todas as tipologias documentais. Portanto,

o patrimônio documental como um todo poderia ser categorizado em patrimônio documental arquivístico, patrimônio documental bibliográfico, patrimônio documental audiovisual, patrimônio documental cartográfico, patrimônio documental digital, e assim por diante. (RODRIGUES, 2016, p. 117).

Uma definição de patrimônio bibliográfico que trabalha com a ideia de temporalidade e local de produção e publicação dos documentos, assim como a sua relevância histórica e cultural para o país, diz que é componente deste

o conjunto de bens culturais de natureza bibliográfica (manuscritos, incunábulo, livros, periódicos, mapas, folhetos e obras de referência) cuja raridade a eles atribuída reconhece o seu valor para a história e a memória do País ao longo dos séculos, os quais foram elaborados, publicados e utilizados por seus cidadãos dentro do próprio território. Também integram o patrimônio bibliográfico as criações impressas que tratam do Brasil elaboradas neste País por autores estrangeiros e publicadas no exterior, bem como as criações impressas de origem estrangeira incorporadas aos acervos das primeiras bibliotecas brasileiras, as quais

colaboraram diretamente para o desenvolvimento intelectual desta nação. (SANTOS, 2015, p. 44).

Gauz (2015) amplia a tipologia documental a ser considerada como patrimônio bibliográfico, levando em consideração a discussão sobre o que é uma obra rara:

Ao nos referirmos ao livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico, consideramos que se incluem, no mesmo âmbito, as coleções especiais, impressas, manuscritas ou digitais, além de gravuras, partituras e material sonoro, pois todos ocupam o mesmo universo em uma biblioteca. Por esse motivo, talvez devamos nos referir ao assunto aqui tratado como patrimônio escrito e iconográfico (podendo ser, eventualmente, sonoro ou cinematográfico). (GAUZ, 2015, p. 84).

Para o presente trabalho, portanto, considerar-se-á o patrimônio bibliográfico como parte do patrimônio documental, que conseqüentemente é integrante do patrimônio cultural. Diante das tipologias documentais apresentadas por Santos (2015), serão feitas algumas adaptações. Incunábulos e obras de referência, por exemplo, serão considerados contidos no termo “livro”, no caso do primeiro material, e “livro e periódicos”, no caso do segundo. Estes autores também acreditam ser relevante ampliar a tipologia documental abarcando itens iconográficos (principalmente gravuras e mapas) e as partituras. Também entende-se que somente não fazem parte do patrimônio bibliográfico os documentos considerados raros, como Santos (2015) aponta, sobretudo porque o conceito de raridade pode ser relativo, como questiona Araújo (2015, p. 20) ao perguntar: “O que se coloca aqui é: em que medida dizer que um livro é raro ou não é uma sentença ligada à realidade concreta e mensurável?”.

Outro aspecto a se considerar é que bibliotecas são equipamentos culturais que possuem histórias distintas e colecionam livros e documentos sob motivações diversas. É esta pluralidade que aponta para a necessidade de uma revisão crítica dos instrumentos de trabalho no campo da raridade bibliográfica que são colocados como únicos, tanto do ponto de vista profissional quanto social. (ARAÚJO, 2015, p. 22).

Os itens iconográficos relevantes no tocante à conceituação do patrimônio bibliográfico são aqueles que foram criados para ser parte integrante dos itens que compõem esse patrimônio, como mapas e gravuras, por exemplo, que estejam ou estiveram em um livro, periódico ou folheto. Aqui, a inclusão dessa tipologia na definição se justifica pela frequência com que estes itens são retirados do objeto de origem, apresentando nessa prática uma

ameaça à constituição do patrimônio bibliográfico. É preciso atentar que as técnicas de composição iconográfica possuem existência autônoma em relação à produção bibliográfica, e produzem itens que compõem o patrimônio cultural, mas que só serão tidos como patrimônio bibliográfico nos termos aqui apresentados. Diante da amplitude imposta nas definições apresentadas para patrimônio bibliográfico, neste trabalho, apesar de considerar majoritariamente o conceito apresentado por Santos (2015), propõe-se a simbiose entre essa definição e as propostas por Jaramillo e Marín-Agudelo (2014), Gauz (2015) e Rodrigues (2016). Propõe-se, portanto, a inclusão dos documentos iconográficos ligados à produção bibliográfica e das partituras na concepção de patrimônio bibliográfico, que leva em consideração a proposição já apresentada de um item bibliográfico ser um produto editado, reproduzido em escala, para distribuição e comercialização (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014), além da multiplicidade de tipologia documental apresentada por Gauz (2015), que culmina na identificação de vários patrimônios, como o audiovisual, cartográfico, digital, entre outros (RODRIGUES, 2016).

Economia do Crime e Teoria da Dissuasão

Diante da importância para a sociedade do patrimônio cultural e bibliográfico e das ameaças de desaparecimento por meio do roubo ou furto que vêm sofrendo, torna-se importante tentar entender as motivações dos criminosos para a subtração desses itens, de modo que sejam adotadas medidas que os “convençam” a não realizar o crime. Entre as várias teorias que tentam explicar e entender as razões dos crimes, encontra-se a Economia do Crime, que foca nos crimes em que a motivação seja principalmente o ganho econômico. Já a Teoria da Dissuasão traz elementos que podem dissuadir os criminosos de cometerem o delito.

Para a Economia do Crime, as ações criminosas que visam o ganho econômico são executadas de forma racional pelo indivíduo, que pondera a relação de custo-benefício entre os ganhos com esta ação e os custos relacionados a ela. Esta teoria representa o crime por meio da equação crime: $b-p.c$, onde b representa o benefício, p representa a probabilidade de prisão e c representa os custos relacionados à perda de renda, custos diretos da ação criminosa e custos morais. Portanto, a relação entre probabilidade de prisão e custos deve ser grande o suficiente para zerar ou negativar a equação, de modo a não existir benefícios ao criminoso. Para a Teoria da Dissuasão, existem dois grupos de sanções relacionadas aos elementos p e c : as legais e extralegis. Como mostra Viapiana (2006), as sanções legais estão relacionadas às ações policiais e ao rigor penal, de modo que essas ações produzam efeitos: de incapacitar o criminoso – pois, preso, ele não pode cometer novos crimes –; de dissuadi-lo,

de modo que as expectativas altas de punição evitem novas ocorrências; de retribuir, já que a punição será na mesma proporção da seriedade dos crimes e de reabilitação, de modo que a pena prisional pode mudar o comportamento criminoso e evitar reincidência. Já

as sanções extralegais são constituídas, basicamente, pela formação moral e religiosa dos indivíduos, nível educacional e seus vínculos familiares e comunitários, além das perdas materiais, no presente e no futuro, em termos de emprego, salários e *status* sociais. (VIAPIANA, 2016, p. 120).

Para o autor ainda há complementação entre as sanções legais e extralegais quando o rigor penal aumenta a percepção sobre os custos, sobretudo os morais.

Existem ainda outras situações nas quais as sanções legal e extralegal se confundem e se reforçam mutuamente. É o que ocorre, por exemplo, quando uma mudança na lei, ou sua aplicação mais severa, contribui para gerar efeitos de condenação moral a determinado tipo de comportamento. (VIAPIANA, 2016, p. 121).

Viapiana (2006) dá como exemplo os casos americanos em que houve aumento penal para o alcoolismo no volante e a violência doméstica. Estes crimes no Brasil também tiveram uma baixa significativa com o aumento do rigor penal e combate policial por meio das Lei Seca e Lei Maria da Penha. No primeiro caso, houve uma queda de 10% dos homicídios contra as mulheres dentro de suas residências, conforme pesquisa do Ipea (PESQUISA..., 2015). Segundo matéria da Agência Brasil, no Rio de Janeiro houve redução de 43% no número de motoristas embriagados em oito anos de Lei (FLEHR, 2017). Em ambos os casos, além de dissuadir os infratores por meio do aumento penal e rigor na fiscalização e combate, também houve aumento dos custos morais, pois a população passou a condenar moralmente tais crimes.

Lei 5.471/68

A Lei 5.471/68 foi publicada em 9 de julho de 1968 e dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros, visando a restringir que parte do patrimônio bibliográfico brasileiro saia do país.

Na ementa da referida Lei, consta que a mesma “Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros”. Portanto, logo na apresentação da Lei, pode-se observar que existe uma limitação que gira em torno da tipologia “livro” e que não são previstos outros tipos de materiais a serem resguardados, que devem estar representados, por também fazerem parte do patrimônio bibliográfico brasileiro.

Diante da longa datação de sua redação, contudo, ela se relaciona de forma restrita com os conceitos atuais de patrimônio bibliográfico, como descrito acima, além de ser muito genérica quanto às suas proibições:

Art. 1º – Fica proibida, sob qualquer forma, a exportação de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas nos séculos XVI a XIX.

Parágrafo único. Inclui-se igualmente, nessa proibição a exportação de:

- a) obras e documentos compreendidos no presente artigo que, por desmembramento dos conjuntos bibliográficos, ou isoladamente, hajam sido vendidos;
- b) coleções de periódicos que já tenham mais de dez anos de publicados, bem como quaisquer originais e cópias antigas de partituras musicais.

No artigo 1º, fica clara a datação das obras que não podem ser exportadas (produção entre os séculos XVI e XIX) e a defesa da documentação brasileira, seja ela produzida aqui ou com temática versando sobre o Brasil. Contudo, na alínea “b”, além de não limitar a temática para periódicos (por este dispositivo, não seria proibida a exportação dos que tratam sobre o Brasil ou que tenham sido publicados no país), é a eles atribuída uma datação que pode gerar confusão: mais de dez anos de publicados. Dessa forma, um periódico que tenha sido publicado em 2008 poderia ser exportado no ano de 2018, mas não mais a partir de 2019; do mesmo modo, não seria vedada a exportação de um único volume, mas apenas a de “coleções de periódicos”. Além disso, a datação é desproporcional à datação para livros. Complicação similar se aplica às partituras mencionadas: não há qualquer datação para a proibição de sua exportação e é aplicada a conceituação subjetiva de “antiguidade”.

O artigo 3º da referida Lei estabelece que “A infringência destas disposições será punida na forma da lei”. No entanto, falta aqui a indicação de que esta punição é prevista pelo Código Penal no caso de Contrabando (artigo 334-A) – “Importar ou exportar mercadoria proibida” –, como mostra o inciso II ao dizer que comete o crime de contrabando quem “importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente”. Ainda no parágrafo único da Lei 5.471/68, o Conselho Federal de Cultura é identificado como a entidade que fará audiência para a destinação dos bens apreendidos em proveito do patrimônio público. Este órgão público, no entanto, não existe nos dias atuais, o que possivelmente deixa margem para interpretação sobre qual entidade pública hoje teria a competência prevista neste dispositivo legal.

Decreto 65.347/69

O Decreto 65.347/69 foi publicado em 31 de agosto de 1969 para regulamentar a Lei 5.471/68 apresentada anteriormente. Neste instrumento legal, percebe-se o mesmo problema: ele estipula o Conselho Federal de Cultura como o órgão competente para autorizar a saída temporária das obras do país no caso de bibliotecas particulares e de bibliotecas, arquivos e instituições estaduais e municipais, com possibilidade de que o Conselho Estadual de Cultura também atue nesse sentido. No caso das bibliotecas, arquivos e instituições federais, a competência é passível de interpretação devido à redação: “se as obras raras pertencerem a bibliotecas, arquivos e instituições federais, autorização será dada pela autoridade competente”, sem especificar qual seria essa autoridade competente.

A alteração mais importante deste Decreto em relação à Lei 5.471/68 é a confusão que sua redação causa em relação à possibilidade ou não de exportação das obras das quais trata a Lei. Pois, para a Lei, como dito anteriormente, não podem ser exportadas bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre “o Brasil, editadas nos séculos XVI a XIX [...] coleções de periódicos que já tenham mais de dez anos de publicados, bem como quaisquer originais e cópias antigas de partituras musicais” (BRASIL, 2018c). Contudo, o Decreto traz a seguinte redação:

Art. 4º – A exportação de livros antigos, brasileiros, ou sobre o Brasil, editados nos séculos XVI a XIX (até 1899), dependerá de comprovação:

- a) de não provirem de conjuntos bibliográficos cuja exportação é proibida;
- b) de se haver pronunciado favoravelmente o Conselho Federal de Cultura, ou, por delegação deste, o Conselho Estadual de Cultura competente.

Art. 5º – No caso de venda para o exterior, nos termos do artigo precedente, poderá a autoridade interessada adquirir, em igualdade de condições, os livros em via de exportação, para as respectivas bibliotecas, ou de instituições nacionais que o solicitem. (BRASIL, 2018c).

No artigo 1º da Lei 5.471/68, fica proibida “sob qualquer forma” a exportação das obras citadas no artigo 4º do Decreto 65.347/69, redação essa que inclusive é repetida no artigo 1º deste Decreto 65.347/69. O Decreto, portanto, se contradiz em seu artigo 4º, pois não é possível exportação de qualquer obra brasileira ou sobre o Brasil editada no período entre os séculos XVI e XIX, nos termos da Lei 5.471/68. A contradição permanece, mesmo que neste artigo 4º do Decreto a redação mostre que “livros raros”, diferentemente do disposto na Lei 5.471/68, não podem ser exportados mesmo que individualmente, pois a Lei também determina que estão proibidos de exportação “obras e documentos compreendidos no

presente artigo [1^o] que, por desmembramento dos conjuntos bibliográficos, ou isoladamente, hajam sido vendidos”.

O Código Penal e o Patrimônio Cultural

No contexto da subtração de itens do patrimônio bibliográfico de suas instituições guardiãs, não há no Código Penal a previsão de majoração de pena em razão do tipo de item subtraído. Além disso, não há previsão de aumento de pena para qualquer outro tipo de item integrante do patrimônio cultural brasileiro. É diferente, por exemplo, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro estado ou para o exterior, visto que neste caso a pena base, que é de dois anos, passa para três, em caso de furto qualificado, e a pena também é aumentada em algo entre um terço e a metade, em caso de roubo. De forma específica, o único crime no Código Penal ligado diretamente ao patrimônio cultural é o dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico: enquadram-se nesta proteção legal apenas as obras tombadas, conforme mostra o artigo 165 do Código Penal ao descrever que comete este crime quem “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico”. Dessa forma, o patrimônio bibliográfico que raramente é tombado, como atestam Murguía e Yassuda (2007), comumente não está protegido por esse dispositivo.

Nota-se que, entre os crimes previstos no Código Penal, aqueles que mais intimamente estão ligados à subtração de itens do patrimônio cultural são o furto, o roubo, o peculato e a receptação. Furto é o crime de “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”, e roubo é o crime de “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistência”, conforme são apresentados nos artigos 155 e 157 do Código Penal. O crime de receptação se caracteriza por

Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime. (BRASIL, 2018a).

O crime de peculato, por outro lado, consiste em “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”, conforme os artigos 180 e 312 do Código Penal. Por fim, o crime de contrabando consiste em “Importar ou exportar mercadoria proibida”, conforme o artigo 334-A do Código Penal.

A previsão penal presente no Código Penal brasileiro para o delito de furto (artigo 155) é: reclusão, de um a quatro anos, e multa, aumentando em um terço se o crime é praticado durante o repouso noturno. Ou reclusão de dois a oito anos, e multa, em caso de furto qualificado – ou seja, se houver destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, ou abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza; ou emprego de chave falsa; ou mediante concurso de duas ou mais pessoas (CÓDIGO PENAL, 1940).

No caso de roubo (artigo 157), a pena é: reclusão, de quatro a dez anos, e multa – com aumento de pena de um terço até metade se é exercida violência ou ameaça com emprego de arma; se há o concurso de duas ou mais pessoas; se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância; ou se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

No caso de receptação (artigo 180), a pena é de reclusão, de um a quatro anos, e multa; ou reclusão de três a oito anos, e multa, em caso de receptação qualificada – ou seja, em caso de adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime. Ou mesmo pena de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas, quando se equipara à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercício em residência; se adquire ou recebe coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso; ou tratando-se de bens do patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, aplica-se em dobro a pena prevista no *caput* do artigo 180 do Código Penal.

No caso do crime de peculato (artigo 312), a pena é: reclusão, de dois a doze anos, e multa. Ou pena de detenção, de três meses a um ano, no caso de peculato culposo – ou seja, se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem. No caso de peculato culposo, se houver reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, extingue-se a punibilidade; se lhe é posterior, reduz-se de metade a pena imposta.

Para o crime de contrabando (artigo 334-A), a pena é: reclusão de dois a cinco anos, também nos casos de quem pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando; importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente; vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira; adquire, recebe ou oculta, em proveito

próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadorria proibida pela lei brasileira (CÓDIGO PENAL, 1940).

Como se pode observar, nos crimes de furto, receptação e peculato, há desdobramentos para furto qualificado, receptação qualificada e peculato culposo. Nos dois primeiros casos, há aumento da pena diante de determinadas circunstâncias do ato criminoso; no último caso (peculato culposo), a pena é menor por não ter sido o criminoso quem cometeu o ato em si, no caso de a execução do crime ter sido facilitada por outrem.

Possíveis mudanças na legislação brasileira

Propomos alterações nos dispositivos legais analisados nas seções anteriores. A Lei 5.471/68 deve ser colocada em consonância com as atuais definições de patrimônio bibliográfico. Para isso, deve-se modificar sua ementa, no intuito de que fique clara a disposição sobre a exportação do “patrimônio bibliográfico e iconográfico” no lugar de “livros antigos e conjuntos bibliográficos”. Para as proposições, é levada em consideração a literatura especializada sobre a história do livro e da imprensa no Brasil, assim como se tem como referência a Instrução Normativa 01/2007 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que “Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, e dá outras providências”.

Mantém-se a datação para livros publicados no Brasil e sobre o Brasil, mas é proposta a alteração da datação para periódicos e partituras. Para periódicos é incluída a noção de jornalismo epistolar, periodismo manuscrito e a datação para o impresso publicado no Brasil, que vai até 1900 e mantém o paralelo com a IN 01/2007. Da mesma forma, fica em consonância com a IN 01/2017 a datação para partituras manuscritas ou impressas no Brasil até 1930.

Como já abordado ao tratar-se da definição de patrimônio bibliográfico, propõe-se a inclusão dos documentos iconográficos, principalmente aqueles que provêm de documentos bibliográficos. A redação atualizada sugerida para o artigo 1º da Lei 5.471/68, futura alínea “g” é: “Obras iconográficas impressas artesanalmente no Brasil, em qualquer técnica de gravura, ou que se relacionem com a história do Brasil até o século XIX (inclusive 1900)”. Este dispositivo ficou amplo, levando em consideração a proposição de Araújo (2008, p. 455) ao falar das técnicas de gravura (xilogravura, calcogravura, litografia e fotografia): “é claro que cada uma dessas técnicas possui existência autônoma em relação ao livro, porém sua divulgação mais ampla sempre se deu através da página impressa”.

Para a Lei 5.471/68, também é proposta a inclusão da obrigatoriedade, pelas autoridades competentes, de divulgação do material bibliográfico que foi apreendido e de busca da sua origem. Após esgotada essa etapa, se deverá

destinar os itens apreendidos, em até três meses, ao patrimônio público. Também é substituído o Conselho Federal de Cultura (inexistente nos dias atuais) pelo Iphan, que historicamente já fiscaliza a saída de obras do país em situações regulares e acompanha seu retorno.

Diante da confusão gerada pelo Decreto 65.347/69 quanto à proibição ou permissão de saídas de conjuntos bibliográficos brasileiros e da nova redação proposta para a Lei 5.471, verifica-se que é necessária a extinção deste Decreto.

Sobre as penalidades para subtração do patrimônio prevista no Código Penal, Greenhalgh (2014, p. 227-228) diz que

não há qualquer previsão legal para acréscimo de pena caso uma obra do patrimônio histórico seja roubada ou furtada por sua importância nacional. Mesmo que haja previsão de acréscimo na pena em caso de dano às obras pertencentes ao patrimônio público, não acontece o mesmo na legislação atual para furto, furto qualificado e roubo.

Ponte (2006, p. 9) mostra que o Direito Penal, na observação da proteção ao patrimônio cultural, está em consonância com a intervenção mínima, que, segundo o autor, faz com que “a resposta penal destinada aos autores de tais crimes que atingem a história e cultura de um povo [seja] extremamente tênue, isto quando há punição, pois, em boa parte das vezes, são adotadas medidas despenalizadoras”.

Os crimes de subtração ao patrimônio bibliográfico brasileiro expõem uma realidade apresentada por Greenhalgh (2014) ao mostrar que existiram ao menos quinze furtos e roubos de livros raros amplamente divulgados entre 2003 e 2014, e ao menos outros dez furtos não reportados às autoridades policiais. O autor ainda mostra que, apesar da gravidade dos crimes, considerando-se a perda irreparável de elementos do patrimônio bibliográfico, os criminosos geralmente recebem a pena média prevista para seus delitos e que, nos três julgamentos analisados, os criminosos receberam penas alternativas à reclusão. Baseando-nos na Economia do Crime e na Teoria da Dissuasão, que mostram que o rigor penal representa a percepção, pelo criminoso, de um aumento dos custos envolvidos nos crimes, e portanto de um aumento dos custos morais a ele associados devido à recriminação social, propõe-se neste trabalho que se aumentem as penas-base para os crimes de furto, roubo, receptação e peculato. Tal medida aumentará os custos envolvidos no cometimento destes crimes, na medida em que o criminoso saiba que dificilmente receberá uma pena substitutiva caso condenado, mesmo que seja réu primário. Essa medida se torna uma medida afirmativa do estado na condenação desse tipo de crime contra o patrimônio cultural.

Pede-se sobretudo que as penas sejam aumentadas em caso da subtração ser de patrimônio cultural em guarda de instituição de direito público. Isso se justifica, principalmente se considerarmos o conceito de patrimônio cultural apresentado pela Carta Magna brasileira, levarmos em conta as especificidades dos acervos de cada instituição pública guardiã desse tipo de acervo e buscarmos aumentar a proteção e prevenção do patrimônio cultural brasileiro contra a apropriação indevida e sua usurpação por criminosos, algumas vezes a mando de colecionadores particulares.

Para o delito de furto (artigo 155), é sugerido o acréscimo de um § 7º qualificando o crime e aumentando a pena – de dois a oito anos para de quatro a oito anos. Para roubo (artigo 157), sugere-se o acréscimo de um inciso VI no § 2º que preveja aumento entre um terço e metade da pena estabelecida. Para receptação (artigo 180), é sugerido colocar um § 7º que aumente a pena para de quatro a oito anos. Para peculato (artigo 312), também propomos que se inclua um § 2º que amplie a pena para de quatro a doze anos. Por fim, para contrabando (artigo 334-A), propomos o aumento tanto da menor quanto da maior pena: da pena atual de dois a cinco anos para uma de quatro a sete anos. O objetivo das propostas é aumentar a percepção dos criminosos sobre os custos e riscos envolvidos em seus delitos e dificultar a decisão por penas substitutivas. As proposições tentam cercar todo o ciclo ligado à subtração de bens culturais e aumentar a percepção sobre os custos tanto para quem comete o crime, seja ele externo ou interno à instituição pública, como para quem recebe, compra e/ou revende a obra ou tenta sair do país com a obra.

Considerações finais

A legislação brasileira específica para exportação de bens do patrimônio bibliográfico é genérica e não está em conformidade com as definições para este tipo de patrimônio. Também há confusão entre a Lei 5.471/68 e o Decreto 65.347/69, que a regulamenta, mas que permite que se exportem itens que, a princípio, estão proibidos. Os artigos 155, 157, 180 e 312 do Código Penal, que tratam dos crimes de furto, roubo, receptação e peculato e estão mais intimamente ligados à subtração de objetos do patrimônio cultural, não trazem uma diferenciação entre esses itens e qualquer outro que seja retirado indevidamente de seu local de origem. Ou seja, não há previsão legal de majoração de pena devido ao crime ter sido cometido em detrimento do patrimônio cultural nacional.

Este trabalho traz propostas para alteração de algumas leis de proteção ao patrimônio bibliográfico e cultural, com o intuito de promover a discussão a respeito dessa temática, além de tentar incentivar a ação e a pressão em torno de uma definição legal mais precisa para o que está sendo protegido em termos de patrimônio cultural e bibliográfico.

Devido à grande diversidade cultural brasileira e também ao tamanho e complexidade das tipologias documentais que resultam dessa pluralidade cultural, sugere-se que sejam feitos outros trabalhos como este, no sentido de entender e estabelecer dispositivos legais para proteção de cada segmento do patrimônio cultural e documental.

Referências

ARAÚJO, A. V. F. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos problemas e ações. In: VIEIRA, B. V. G; ALVES, A. P. M. (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31.

ARAÚJO, E. *A construção do livro: princípios e técnica de editoração*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2008.

BRASIL. *Código penal* (1940). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 25 maio 2018a.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2018b.

BRASIL. Decreto n. 65.347, de 13 de outubro de 1969. Regulamenta a Lei n. 5.471, de 9 de junho de 1968, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65347-13-outubro-1969-406856-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 maio 2018c.

BRASIL. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 25 maio 2018d.

BRASIL. Lei n. 5.471, de 9 de julho de 1968. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5471.htm. Acesso em: 12 abr. 2018e.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa n. 01, de 11 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf. Acesso em: 25 maio 2018f.

FLEHR, Felipe. No Rio, Lei Seca reduz em 43% o número de motoristas alcoolizados em oito anos. EBC, 20 mar. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/no-rio-lei-seca-reduz-em-43-o-numero-de-motoristas-alcoolizados-em-oito-anos>. Acesso em: 26 maio 2018.

GREENHALGH, R. D. *Segurança contra roubo e furto de livros raros: uma perspectiva sob a ótica da Economia do Crime e da Teoria da Dissuasão*. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/>

bitstream/10482/17800/1/2014_RaphaelDiegoGreenhalghV1.pdf. Acesso em: 25 maio 2018.

JARAMILLO, O.; MARÍN-AGUDELO, S.-A. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *El profesional de la información*, Barcelona, v. 23, n. 4, p. 425-432, jul.-ago. 2014. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11>. Acesso em: 24 maio 2018.

MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo Iphan. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, set.-dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

PESQUISA avalia a efetividade da Lei Maria da Penha. Ipea, 4 mar. 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24610&Itemid=.](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24610&Itemid=) Acesso em: 26 maio 2018.

PONTE, A. C. Aspectos penais da preservação do patrimônio histórico e cultural. *Lex. Revista do Direito Brasileiro*, v. 1, p. 01-25, 2006. Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/PENAI5.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

RODRIGUES, M. C. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 110-125, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846/0>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SANTOS, R. F. *A proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil: um estudo de caso em cidade histórica*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-AAANEJV/disserta__o__renata_ferreira.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 maio 2018.

VIAPIANA, L. T. *Economia do crime*. AGE: Porto Alegre, 2006.

Salvaguarda do acervo de História da Saúde: elementos norteadores

Aline Gonçalves da Silva

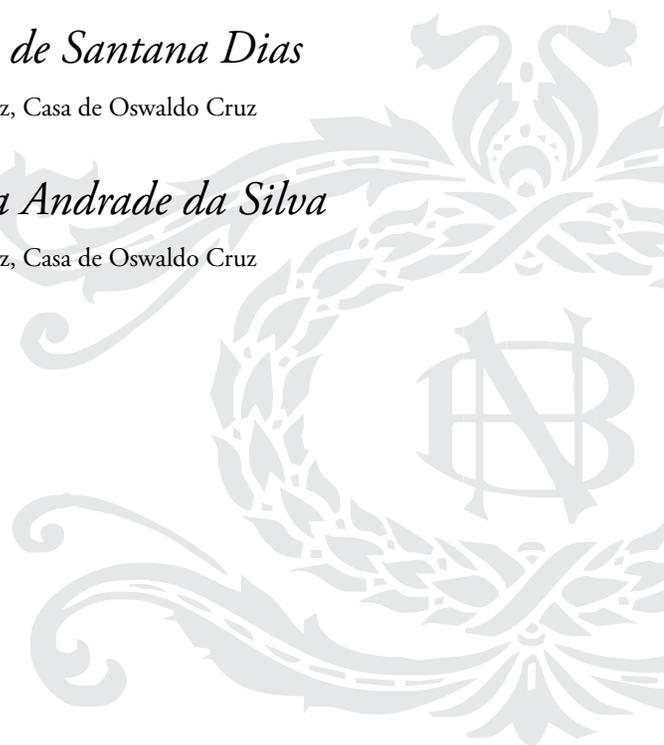
Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz

Eliane Monteiro de Santana Dias

Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz

Adrienne Oliveira Andrade da Silva

Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz





Resumo

O presente trabalho é um relato de experiência cujo objetivo é compartilhar as ações nas quais a Biblioteca de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, na Fundação Oswaldo Cruz, está engajada no tocante à salvaguarda do seu acervo, nos aspectos de conservação, preservação e manutenção do mesmo. Para tanto, apresenta-se esta biblioteca no contexto da missão institucional e o referencial teórico que subsidia as medidas aplicadas à proteção desse acervo. A metodologia de trabalho se expressa por meio de iniciativas, que são uma política de preservação e gestão de acervos e um grupo de trabalho sobre gestão de riscos. O resultado deste trabalho é um planejamento estratégico para incorporação e preservação de acervos, assim como a construção de um prédio para abrigar os acervos arquivístico e bibliográfico da Casa de Oswaldo Cruz.

Palavras-chave: Preservação de acervos. Gerenciamento de riscos. Biblioteca especializada.

Abstract

Report of experience whose objective is to share the actions in which the Biblioteca de História das Ciências e da Saúde of the Casa de Oswaldo Cruz in Fundação Oswaldo Cruz is engaged in the safeguarding of its collection, aspects of conservation, preservation and loss. Therefore, this library is presented in the context of the institutional mission and the theoretical reference that subsidizes the measures applied to the protection of this collection. The work methodology is expressed through initiatives, which are a collection preservation and management policy and a working group on risk management. Result of this work is a strategic planning for incorporation and preservation and collections as well as the construction of a building to house archival and bibliographical collections of the Casa de Oswaldo Cruz.

Keywords: Preservation of collections. Risk management. Specialized library.



Apresentação

A Biblioteca de História das Ciências e da Saúde faz parte da Rede de Bibliotecas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Está localizada no prédio da Expansão, que teve suas salas adaptadas para abrigar o acervo. A biblioteca é subordinada à Casa de Oswaldo Cruz (COC), a unidade técnico-científica da Fiocruz comprometida com a preservação da sua memória e com atividades de pesquisa, ensino, documentação, divulgação científica e história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil. A COC também é responsável pela preservação e pela conservação preventiva do patrimônio arquitetônico, ambiental e urbanístico da Fiocruz.

Nesse sentido, é notória a dedicação da COC em desenvolver mecanismos para salvaguardar a memória da instituição, esteja ela presente no patrimônio arquitetônico, urbanístico, arquivístico, bibliográfico ou museológico. A unidade possui, então, como características latentes em sua missão a preservação e a valorização do patrimônio cultural da saúde, e sua visão perpassa um caráter estratégico e inovador na preservação do patrimônio cultural. Essa postura da unidade tem reflexos no campo educacional a partir da existência de cursos de pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, além da Formação Profissional em Técnicas de Conservação e Restauração de Edifícios Históricos, assim como os cursos livres que a COC realiza periodicamente nas temáticas sobre conservação de documentos fotográficos, conservação e restauração de documentos, práticas de conservação e preservação do patrimônio arquitetônico.

De parte do perfil acima apresentado, encontramos pertinência em compartilhar nossa experiência com a comunidade bibliotecária no que se refere à segurança e salvaguarda de acervos, principalmente por estarem sob nossa custódia itens raros e preciosos e coleções especiais de importantes nomes da história da Saúde Pública no Brasil.

Além do cuidado diário com a salvaguarda do acervo, o fato de que a biblioteca em breve será submetida a um processo de transferência de acervo requereu pesado investimento intelectual e financeiro. Foi construído um edifício para abrigar os acervos arquivístico e bibliográfico da COC, além de agregar outros setores e suas respectivas estações de trabalho. O edifício – Centro de Documentação e História da Saúde (CDHS) –, localizado no Campus Manguinhos da Fiocruz, tem como desafio não só manter as condições já existentes na atual área de guarda dos acervos na Expansão, como incluir novas práticas que somem a todas as iniciativas que serão descritas nos próximos tópicos.

Medidas de preservação dos acervos

A preservação, conforme estabelece a Política de Preservação e Gestão de Acervos da COC (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013a, p. 7), caracteriza-se por ser um conjunto de:

[...] medidas e ações definidas com o objetivo de salvaguardar os bens culturais e garantir sua integridade e acessibilidade para as gerações presentes e futuras. Inclui ações de identificação, catalogação, descrição, divulgação, conservação e restauração.

O conceito de preservação e as técnicas a ela relacionadas foram mais desenvolvidas a partir da década de 1990, quando passou a refletir não apenas sobre os agentes de deterioração dos acervos, mas também sobre o modo de evitá-los (LEIPNITZ, 2009, p. 11). Nesse âmbito, a salvaguarda desse acervo é alvo de grande preocupação para a COC; mapear os riscos aos quais estão expostos, portanto, é uma medida necessária para bloquear e evitar vários problemas.

A Fiocruz mantém em seu conjunto arquitetônico e urbanístico instrumentos, equipamentos, arquivos, bibliotecas, coleções biológicas e iconográficas desde o início do século XX. O colecionamento desses itens teve origem nas expedições científicas e missões sanitárias, e nas atividades realizadas nos laboratórios, departamentos e hospitais, e hoje representam o patrimônio científico da Fiocruz. Como um patrimônio socialmente reconhecido, a Fiocruz congregou às suas funções a missão de organizar e viabilizar a utilização desses acervos no desenvolvimento de pesquisas para promoção da saúde pública (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013a).

Já nos primeiros anos de sua fundação, a Fiocruz sinalizou um perfil de forte diversidade, mostrando-se eclética nas pesquisas científicas, o que ampliou seu campo de ação no cenário nacional. Tal atitude se dava de maneira muito incentivada pelo seu diretor, Oswaldo Cruz, e conferia aos seus discípulos liberdade para pesquisa em assuntos variados (ARAGÃO, 1950). Assumindo o perfil institucional, nós, bibliotecários, somos desafiados a contribuir para a discussão a respeito da preservação desse monumental conjunto de bens que se formou ao longo de mais de 100 anos.

O patrimônio científico e cultural da Fiocruz assim como alguns acervos bibliográficos são alvo de cobiça daqueles que alimentam o mercado livreiro de forma ilícita. Como forma de penalizar tal prática, o Artigo 155 do Código Penal, que prescreve o crime contra o patrimônio, prevê, para casos de subtração de coisa alheia, para si ou para outrem, pena de reclusão de um a quatro anos e mais uma multa. Ocorre com frequência que o roubo de livros seja um crime de lenta identificação, porque os roubos são minuciosamente planejados e, infelizmente, contam com pessoas do mundo do livro, da biblioteca e da

história (que conhecem o valor das obras). O trabalho de verificação da existência dos itens, favorecido pelo inventário, é tarefa realizada a espaçados ciclos temporais, portanto a perda de itens pode não ser identificada de imediato.

O acervo bibliográfico da Fiocruz é reconhecido através da sua Biblioteca de Obras Raras,¹ o que desperta o interesse do mercado de roubo de livros raros. Em 2007, essa biblioteca identificou o roubo de 250 obras. Uma parte delas foi recuperada pela Polícia Federal e devolvida à Fiocruz em três lotes que totalizavam 140 itens (um álbum fotográfico, 51 litografias, 38 livros e 49 lâminas). Para prevenir outros eventos, a chefia da biblioteca e a segurança da Fiocruz implementaram um protocolo de segurança específico para o setor.

A mídia noticiou diversos casos de furtos de livros nos últimos anos. Instituições como a Universidade de São Paulo (USP), o Instituto de Geografia e História da Bahia (IGHB), o Instituto de Botânica de São Paulo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, como citado anteriormente, a Biblioteca de Manguinhos da Fiocruz sofreram perdas consideráveis em seu acervo devido à ação de meliantes dessa ordem (BRITO; MARTINS, 2012; HOMEM, 2012; POLÍCIA, 2012; POLÍCIA, 2016; CORREA, 2018).

A Biblioteca de História das Ciências e da Saúde e o compromisso da COC com a preservação

A Biblioteca de História das Ciências e da Saúde abrange em seu acervo literatura primária e secundária, incluindo obras clássicas do campo da história das ciências biomédicas e da saúde pública, além de material bibliográfico pertencente a coleções pessoais e institucionais. Conta com cerca de 80 mil itens e desenvolve atividades de tratamento e recuperação de seu acervo.

A biblioteca tem uma forte vocação para o colecionismo de acervos particulares, apesar de desenvolver também um acervo corrente para atender às demandas dos cursos de pós-graduação. Seu acervo é caracterizado por alguns itens que remontam ao século XVIII e obras raras oriundas de coleções que pertenceram aos primeiros cientistas do Instituto de Manguinhos e notáveis médicos brasileiros. São itens que refletem interesses e atividades desses profissionais. O principal exemplo é a coleção Oswaldo Cruz, importante médico sanitário que transformou o antigo Instituto Soroterápico Federal no grande expoente da saúde pública que conhecemos hoje como Fundação Oswaldo Cruz, e que, para tão grandes feitos, estudou muito sobre bacteriologia, parasitologia, doenças transmissíveis, veterinária, fisiologia e entomologia, como constatamos em sua coleção (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, c.2021). A coleção de Carlos Chagas também é muito valiosa para nosso acervo e

1. Sessão da Biblioteca de Manguinhos, unidade do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnologia em Saúde (ICICT).

tem maior abrangência em termos de concentração nos temas sobre fisiologia, química e doenças transmissíveis. Temos ainda coleções quantitativamente expressivas, como o acervo que pertenceu ao médico e historiador da medicina Lourival Ribeiro, que conta com algo em torno de 9 mil itens, e a coleção do ícone da divulgação científica no Brasil, Dr. José Reis, que contabiliza cerca de 10 mil itens.

A Biblioteca de História das Ciências e da Saúde não apenas reúne acervo bibliográfico, mas tem sua preservação como atribuição. Dessa forma, o zelo por ele compreende o monitoramento da área física de guarda por meio do controle de temperatura, umidade, iluminação e pragas. A manutenção de rotinas de higienização e de pequenos reparos, a contratação de empresas especializadas em restauração e encadernação para os casos mais severos, e projetos para a digitalização das obras preciosas ou em condições muito frágeis para o manuseio são algumas das ações realizadas ao longo do tempo para garantir a longevidade dos itens.

As iniciativas da COC

A Fiocruz é constantemente procurada por pesquisadores e familiares de pesquisadores falecidos que manifestam o desejo de que sua coleção particular venha a compor o acervo da instituição. A Fiocruz sente-se privilegiada por ter a oportunidade de adquirir esses itens e expressa essa posição recorrentemente, porém o acervo só é aceito se estiver dentro das condições estabelecidas pela COC para sua manutenção (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013), pois precisa planejar seus processos de incorporação e conservação.

Buscando cumprir a missão da COC, a Biblioteca de História das Ciências e da Saúde se envolve em duas iniciativas que vêm sendo aplicadas no contexto da salvaguarda dos acervos: a Política de Preservação e Gestão de Acervos e o Gerenciamento de Riscos. São ações que se materializam na forma de relatórios e documentos institucionais para tomadas de decisão. Tais registros são produzidos a partir da reflexão interdisciplinar entre representantes dos acervos do patrimônio arquitetônico, arquivístico, bibliográfico e museológico, com vistas a decidir sobre as condições favoráveis para a manutenção dos documentos. Suas preocupações se referem ao espaço para armazenamento, condições climáticas favoráveis, integridade física dos itens e recursos humanos para seu tratamento técnico, entre outras.

A seguir, detalharemos as respectivas iniciativas.

Política de preservação e gestão de acervos: ações que visam à proteção contra furtos e roubos

Em 2012, começou a ser formulada e, em 2013, foi publicada a Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde, que estabelece diretrizes, princípios, responsabilidades e orientações para os acervos da COC. É um documento que adota a conservação preventiva e integrada, a gestão de riscos, a educação patrimonial e a preservação sustentável como princípios centrais, acompanhando conceitos e práticas nacionais e internacionais. Na perspectiva dessa política, pesquisa e educação são elementos fundamentais e estratégicos.

A política é composta por seis programas e três deles estão prontos e disponíveis *online*. São os programas de incorporação, de tratamento técnico e de conservação e restauração. Os demais – segurança; acesso, empréstimo e reprodução; e difusão cultural – serão disponibilizados à medida de sua conclusão. A política e os programas, contudo, estão sujeitos a atualizações que serão realizadas em intervalo máximo de quatro anos. Segue abaixo uma breve explicação acerca de cada programa:

- Programa de incorporação: Orienta as atividades de identificação de novos itens para os acervos, estabelece diretrizes gerais com critérios para incorporação, desbaste e descarte, alinhados aos códigos de ética dos organismos nacionais e internacionais, à missão da unidade e às linhas temáticas dos acervos. Define prioridades em função de tipologias, conservação, armazenamento e recursos.
- Programa de processamento técnico: Define procedimentos e metodologias para a documentação do acervo. Especifica os padrões utilizados para a organização dos acervos.
- Programa de conservação e restauração: Define os critérios, métodos e técnicas a serem adotados para a conservação e restauração dos acervos. Define medidas preventivas para minimizar a deterioração dos materiais, incluindo o gerenciamento ambiental e o estabelecimento de rotinas de monitoramento e vistoria dos acervos.
- Programa de segurança: Define um programa de segurança contemplando responsabilidades, normas técnicas e legislações em vigor, níveis de acesso aos diferentes acervos, limites da capacidade de carga dos edifícios, além de procedimentos a serem seguidos para minimizar os riscos de roubo, vandalismo e danos aos acervos. Define uma metodologia a ser adotada no gerenciamento de riscos para edifícios, acervos e público.
- Programa de acesso, empréstimo e reprodução: Define critérios, padrões e instrumentos de acessibilidade aos acervos. Determina critérios,

condições e procedimentos de manuseio, empréstimo e reprodução dos acervos. Estabelece um plano de preservação digital com objetivos, critérios de seleção do material, procedimentos para os diferentes tipos de suporte, recursos tecnológicos, recursos financeiros, infraestrutura e capacitação da equipe.

- Programa de difusão cultural: Define ações prioritárias na difusão dos acervos e de conhecimentos a eles relacionados, tendo em vista as diretrizes dos demais programas. Adota um planejamento para a difusão de conhecimentos relacionados aos acervos e a produção de publicações e outros produtos e ações, tanto entre pares como para públicos não-especializados, que visem a valorização do patrimônio. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013a).

O Grupo de Trabalho para o Programa de Segurança ainda não foi iniciado, porém a COC age efetivamente em prol desta ação. Atualmente, a segurança dos acervos é responsabilidade de cada chefia, e são compartilhadas com a Direção todas as medidas e ocorrências a esse respeito. Pela representatividade do acervo que possui, a Biblioteca de História das Ciências e da Saúde tem preocupação constante em manter seu acervo em condições seguras para prevenir tais riscos. Apesar de não haver nenhuma ocorrência desse tipo em seu histórico, estamos atentos às ocorrências nas instituições de memória e às medidas que vêm sendo tomadas nesse sentido, e estamos buscando a cada dia proteger mais e melhor nosso acervo. Dentro desse contexto, a Fiocruz conta com um suporte administrativo que atende a todas as unidades e mantém comunicação com os responsáveis pela administração de cada edifício dos *campi*. No cenário atual, de forma prática, e especificamente no que tange à biblioteca, os responsáveis pela administração do prédio da Expansão – local em que está situada a biblioteca – atuam monitorando os disparos dos alarmes da sala de guarda de acervos, o circuito interno de câmeras que permanecem ativas durante 24 horas e cujas imagens podem ser resgatadas através do Setor de Segurança da Fiocruz, os acessos ao prédio e às salas de guarda. Essa mesma instância institucional é responsável pelas equipes de limpeza e pelas dedetizações, que mantêm as áreas de guarda seguras e livres de pragas. Ainda em relação às responsabilidades, na biblioteca há um funcionário dedicado a monitorar as condições climáticas das áreas de guarda do acervo, inspecionando temperatura e umidade, verificando o funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado e acompanhando a limpeza do espaço e mobiliário. O profissional designado para executar essas tarefas possui conhecimentos sobre pequenos reparos em itens de papel e sobre a sustentação das salas em termos de distribuição de peso.

Em relação aos níveis de acesso ao acervo, não é permitida a entrada do público nas áreas de guarda, e o acesso só é livre para os funcionários da

biblioteca. Por isso, as portas das salas do acervo são mantidas trancadas e possuem sistema de alarme com senha. Todos os funcionários fixos têm senha individual, portanto a senha não é fornecida para funcionários de contrato por tempo determinado, nem para a equipe de limpeza. Uma das vulnerabilidades do prédio da Expansão é o fácil acesso de qualquer pessoa a todos os andares, dado que há cinco elevadores e escadas nas três extremidades do prédio. Por isso, o acesso à sala de guarda do acervo é feita somente por uma porta de entrada, e por meio de chave que fica sob a guarda da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde.

O cotidiano da biblioteca é marcado pela presença do público interno, mas isso não garante que eventos adversos não aconteçam. Ao final da conclusão dos cursos aos quais os alunos estão vinculados, a biblioteca faz a verificação de sua situação de empréstimos de itens. Não havendo pendências de devolução, a secretaria é comunicada e a documentação de conclusão de curso é liberada para o aluno. Caso contrário, tal documentação não será liberada até a devolução do item em débito ou o seu ressarcimento. Mas nem sempre foi assim. Essa medida começou a ser aplicada recentemente – há dois anos –, após identificarmos o desligamento de alunos com pendências.

Em se tratando de acesso aos itens bibliográficos, como o usuário não tem acesso à sala de guarda, o procedimento é dirigir-se ao bibliotecário de referência para a localização do item. Em relação às obras do acervo corrente e àquelas que não possuem nenhum tipo de restrição para circulação, pode ser realizado o empréstimo domiciliar aos usuários internos² cadastrados. A consulta de itens com restrição devido à condição física ou sua condição de especial ou de raridade, é realizada na presença do bibliotecário. Esses itens não saem da biblioteca para circulação nem fotocópia. Em caso de necessidade, e respeitando-se os direitos autorais, permite-se a fotografia sem uso de flash mediante o preenchimento de um termo de compromisso onde se registram os dados do usuário e a(s) imagem(ns) fotografada(s), no qual ele se responsabiliza em revelar para qual finalidade está utilizando as imagens e se compromete a mencionar o crédito à Biblioteca de História das Ciências e da Saúde. Vale ressaltar que esse procedimento de fotografia aplica-se a qualquer item, mesmo que não seja uma obra rara.

Em relação a vandalismo, não podemos afirmar se as ocorrências foram acidentais ou propositais, mas tivemos a infelicidade de receber devoluções de empréstimo de livros molhados, com a capa despencada e com anotações à caneta.

O último inventário foi realizado em 2008. Naquela ocasião, o levantamento contabilizou a ausência de 94 itens. O volume de atividades para disponibilização do acervo sempre foi superior à quantidade de mão de obra,

2. Alunos, pesquisadores e profissionais da instituição.

portanto fechar a biblioteca para inventariar o acervo foi ficando em segundo plano, mas com a previsão de mudança para o CDHS iniciamos o inventário das coleções especiais. Com a intenção de individualizar o exemplar para facilitar a sua identificação caso ocorra algum sinistro, além de retirar cada item da estante, suas fichas de autor e topográfico dos catálogos, verificamos a base de dados conferindo todos os campos da catalogação, fazemos as correções necessárias e incluímos seu resumo e suas características extrínsecas. Esse inventário das coleções especiais foi pensado em virtude da transferência do acervo prevista para ser iniciada em agosto de 2018.

Medidas que adotamos para minimizar os riscos de roubo, vandalismo e danos aos acervos são a educação patrimonial, protocolos de segurança nas áreas de guarda e ter profissionais qualificados e conscientes da importância do acervo. A educação patrimonial é um dos recursos que temos utilizado para conscientizar o nosso usuário quanto ao uso do acervo, pois não só ele pode utilizar tão fantástica fonte de informação, como as gerações posteriores também poderão. A promoção da educação patrimonial nesse espaço acontece mediante um trabalho informacional fundamentado em comunicação apropriada com os usuários, fornecendo orientações como regras do local, importância do cuidado com o acervo e legislação referente ao trato com o patrimônio público. Tudo isso é realizado por meio do aperfeiçoamento das informações nas visitas orientadas e do uso de sinalização apropriada no local. As bibliotecas são patrimônios nacionais que fornecem à sociedade informações geradoras de conhecimentos com qualidade no processo de ensino e pesquisa.

A tabela a seguir mostra a relação das medidas que puderam ser mantidas em ambos os contextos e daquelas que puderam ser melhoradas no novo prédio:

TABELA 1

Medida	Expansão	CDHS
Acesso restrito ao acervo	Sim	Sim
Sistema de alarme	Sim	Sim
Abertura da porta com senha	Não	Sim
Câmeras (ambientes internos e externos ao acervo)	Sim	Sim
Armário para o usuário guardar os pertences	Sim	Sim
Identificação na portaria do prédio	Sim	Sim

Circulação do público em geral nas proximidades da sala de guarda	Sim	Não
Sistema informatizado de climatização	Não	Sim
Sistema de combate a incêndio com gás FM 200	Sim	Sim

Fonte: as autoras, 2018.

Grupo de trabalho para gerenciamento de risco

O Grupo de Trabalho (GT) para Gerenciamento de Riscos e Conservação Preventiva foi criado em 17 de julho de 2013 e é formado por profissionais responsáveis pela conservação dos diferentes tipos de acervos móveis, representantes do patrimônio edificado e representantes das áreas de gestão da COC. Um especialista³ foi contratado como consultor para orientar o trabalho do grupo, que adotou a Metodologia de Gestão de Riscos. Essa metodologia foi desenvolvida em conjunto pelo Instituto Canadense de Conservação (*Canadian Conservation Institute – CCI*), Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property – ICCROM*) e a Agência Holandesa de Patrimônio Cultural (*Rijksdienst voor het Cultureel Erfgoed – RCE*).

A Gestão de Riscos possui cinco etapas sequenciais: estabelecimento do contexto, identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos. A primeira etapa contemplou a realização de uma série de pesquisas buscando caracterizar o cenário institucional, o conjunto de atores que têm influência e interesse na conservação desse patrimônio, as políticas e os procedimentos existentes, as características naturais e antropogênicas do sítio. Incluiu ainda a realização da valoração dos acervos e edifícios históricos contemplados no trabalho, alcançada por meio da prática de diversas oficinas e reuniões do GT que visaram atingir um resultado equilibrado entre as diferentes tipologias de acervos observados nessa fase do trabalho.

Com a finalização dessas atividades, podemos passar para a segunda etapa – identificação dos riscos. A partir da realidade que fora levantada na etapa anterior, é possível, nesse momento, definir quais são os riscos que o acervo pode sofrer, os agentes que são responsáveis por desencadeá-los e uma breve

3. José Luiz Pedersoli, especialista em gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural cuja experiência profissional inclui atuação como cientista da conservação no Instituto Holandês do Patrimônio; no ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural); e como consultor de diversas instituições nacionais, como Biblioteca Nacional e Fundação Casa de Rui Barbosa.

descrição acerca de qual é o risco específico para o acervo em contexto. Identificados os riscos e passamos para a terceira etapa – a análise –, que consiste em explicitar, descrever, levantar de forma mais específica cada risco – e calcular a probabilidade de ocorrência do risco, a perda de valor em cada item afetado e a fração do valor do acervo afetado, sempre considerando os limites superior e inferior e o valor esperado em cada opção.

Com o somatório dos índices de cada análise, teremos então um resultado que torna possível identificar quais riscos possuem maior magnitude, e passa-se então à quarta etapa: avaliação. Com o resultado dessa avaliação e com o conhecimento de quais são os riscos mais prejudiciais ao acervo e que possuem a maior chance de ocorrência, passamos para a quinta etapa – o tratamento. Cada risco precisará ser tratado para que não haja perda ou qualquer outro tipo de dano ao acervo. Nessa etapa de tratamento são levantadas ações para minimizar ou até mesmo tornar nulos os riscos. Além disso, a análise permite, a partir de alguns cálculos específicos, a descrição das ações que devem ser executadas mediante algum sinistro, além do levantamento do custo-benefício da implantação de cada opção de tratamento indicado.

A partir dessa breve apresentação das atividades que englobam a metodologia de gestão de riscos, é inegável que essa ferramenta é imprescindível para a gestão eficaz e o aperfeiçoamento da tomada de decisões dirigidas à conservação e uso do patrimônio cultural. Além do mais, a metodologia possibilita o estabelecimento de prioridades de ação e alocação de recursos para mitigar os danos, tendo em vista que o acervo está constantemente exposto a vários tipos de riscos (FUNDAÇÃO CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013a, p. 2).

Resultados até o momento

Desde a constituição da Política de Preservação e início da atuação da Comissão Permanente de Acervos,⁴ a COC percebe que a gestão de acervos está funcionando de forma mais planejada, já que muitas situações são ponderadas antes do recebimento de novas coleções. O acervo existente já tem características que requerem cuidados específicos, e por isso dependem altos investimentos para sua salvaguarda. É essa preocupação que impulsiona a constante reflexão para o estabelecimento e acompanhamento de mecanismos para gestão de acervos históricos.

Outro fator que demonstra latente preocupação da unidade em proteger seus acervos sobreveio a partir da construção do novo prédio que abrigará os

4. Comissão que estabelece e revisa periodicamente a(s) linha(s) temática(s) que orienta(m) o desenvolvimento dos acervos da COC. Avalia e se manifesta sobre a incorporação de novos itens ao acervo, sempre em consonância com as diretrizes gerais e específicas da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde.

acervos arquivístico e bibliográfico – o CDHS. Desde o projeto do edifício, a ideia norteadora é de agregar os departamentos e serviços da COC, com grande destaque para a aproximação física no acesso aos acervos móveis, que possuem áreas de guarda construídas especificamente para atender às necessidades de cada acervo. O prédio está dividido em cinco pavimentos, com 3.515m² de área construída, da qual 2.000m² são destinados à guarda dos acervos e atividades de ensino e pesquisa. Toda essa preocupação em abrigar corretamente os acervos e disponibilizá-los se dá por este ser o maior e mais expressivo acervo no país sobre os processos políticos, sociais e culturais da saúde desde o final do século XIX até os dias atuais.

Na nova edificação, as atividades de tratamento do acervo estarão integradas e encontrarão condições técnicas adequadas quanto à guarda, conservação, organização e atendimento ao público. Suas instalações compreenderão espaços climatizados para os acervos (arquivo e biblioteca), com controle de umidade relativa e de temperatura ambiente; o sistema de combate a incêndio é dotado do gás inerte/agente limpo FM 200; sistema de segurança eletrônica com câmeras de vídeo digitais, tipo IP HD, para monitoramento; dois transformadores a seco trifásicos para que nenhum equipamento dos acervos pare de funcionar caso haja problemas com a eletricidade; medidas de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida. As salas de guarda do acervo serão mantidas com acesso restrito aos usuários. Cada sala conta com câmeras e sistema de alarme e senha. A sala de leitura será aberta ao público em geral e, para consulta ao acervo, será exigido documento com foto para preenchimento de cadastro. O usuário deverá guardar seus pertences nos armários localizados junto à porta de entrada para evitar a mistura de itens da biblioteca aos seus pertences e o conseqüente extravio de itens do acervo. Esse ambiente de leitura também será monitorado por câmeras e contará sempre com a presença de, pelo menos, um funcionário (tendo em vista que esse ambiente será compartilhado pela biblioteca e pelo arquivo – cada acervo terá um funcionário como representante). Em relação aos cuidados com a segurança contra roubo, algumas barreiras serão adotadas, tais como a identificação na portaria, o monitoramento por câmeras, o impedimento de acesso dos usuários ao acervo, a identificação via cadastro para uso de itens do acervo (tanto para usuário interno como externo), a limitação de itens para consulta por pedido, a descrição minuciosa do item na base de dados, a proteção do acervo com etiquetas de segurança, a supervisão ininterrupta de um funcionário na sala de atendimento, o portal de segurança com alarme.

Sob esta perspectiva, Sousa e Targino (2016, p. 15) afirmam que, na primeira lei de Ranganathan – “os livros são para usar” –, a localização da biblioteca e seu prédio, o armazenamento das coleções e a proximidade da biblioteca de seu público são fatores decisivos para que esse uso aconteça de forma satisfatória. Foi justamente pensando nesse conjunto de necessidades

que o prédio do CDHS foi projetado, visando a dar melhores condições de guarda para os acervos, garantindo um armazenamento adequado e também estando mais próximo para atender às necessidades dos usuários da Fiocruz Manguinhos. Essa lei não possui medidas restritivas, mas amplia o acesso. No entanto, tais medidas são indispensáveis para a prevenção de episódios de roubos, de furtos e de vandalismo. O registro de circulação do acervo e o inventário são instrumentos que surtem efeitos positivos quando aplicados e em constante monitoramento.

Em consonância com outra lei de Ranganathan, a qual versa sobre o crescimento constante e exponencial da biblioteca (quinta lei – “a biblioteca é um organismo em crescimento”), o espaço em que o acervo será organizado no novo prédio possibilita abrigar novas coleções que porventura possam ser doadas à instituição e, com isso, abre a possibilidade de enriquecimento do escopo da biblioteca, tendo em vista que haverá mais espaço.

Convém ressaltar o quão importante para o efetivo cumprimento dos planos de segurança é o conhecimento dos funcionários e o seu comprometimento com as tarefas de sua competência. A busca por capacitação constante e a troca de experiências com outras instituições fazem com que se conheça outras práticas, permitindo a avaliação da sua aplicabilidade ao nosso cenário e mesmo o apoio às instituições parceiras.

Nossa expectativa, como bibliotecários comprometidos com a gestão e preservação de um acervo histórico, é contribuir para que as coleções permaneçam em condições ideais para manuseio pelas gerações futuras. A cada dia, firmamos o compromisso em criar meios para manter longe os oportunistas e vândalos. E para conseguirmos garantir a preservação de nosso acervo, estamos trabalhando com dedicação e afinco buscando sempre novos e diferentes instrumentos, teorias e metodologias para subsidiar nossas atividades com o uso mínimo de recursos financeiros.

Referências

ARAGÃO, Henrique de Beaurepaire. Notícia histórica sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz: (Instituto de Manguinhos). *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, t. 48, 1950.

BRITO, Diana; MARTINS, Marco Antônio. Ladrão de obras raras age de dentro de presídio. *Folha de S. Paulo*, 15 jul. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/54564-ladrao-de-obras-raras-age-de-dentro-de-presidio.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CASA de Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/patrimonio-cultural/acervo-bibliografico>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CASA de Oswaldo Cruz. CDHS – Centro de Documentação e História da Saúde. Rio de Janeiro: COC, 2017. (documento interno).

CORREA, Amarilis M. Gomes. Furto de obras raras em bibliotecas universitárias *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: o futuro da biblioteca universitária na perspectiva do ensino, inovação, criação, pesquisa e extensão*, 2018, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27708>. Acesso em: 16 jul. 2021.

CRIMES contra o patrimônio. *Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico*. 24 jul. 2011. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/11475-11475-1-PB.htm>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Regimento interno da Comissão Permanente de Acervos da Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: s. n., 2013.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz. Linha do tempo, c2021. Disponível em: <http://oswaldocruz.fiocruz.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 19 abr. 2018.

HOMEM é preso no ABC com livros antigos roubados. *O Globo*, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/06/homem-e-preso-no-abc-com-livros-antigos-roubados.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

LEIPNITZ, Fernando. *Gerenciamento de riscos na preservação de acervos bibliográficos*. 2009. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

POLÍCIA prende ladrões especializados em furtar livros raros de bibliotecas. *O Globo*, 31 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/policia-prende-ladros-especializados-em-furtar-livros-raros-de-bibliotecas.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

POLÍCIA prende suspeito com livros roubados do Instituto de Botânica. *O Globo*, 3 abr. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/04/policia-prende-suspeito-com-livros-roubados-do-instituto-de-botanica.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SANTIAGO, Maria Claudia. Caso Fiocruz: histórico, repatriação e segurança preventiva. *In: XX SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: o futuro da biblioteca universitária na perspectiva do ensino, inovação, criação, pesquisa e extensão*. Salvador: UFBA, 2018.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; TARGINO, Maria das Graças. Cinco leis da Biblioteconomia / cinco leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. *Ci. Inf. Rev.*, Maceió, v. 3, n. 1, p. 11-29, jan.-abr. 2016.

Acervos raros pertencentes às universidades gaúchas e suas políticas de segurança e salvaguarda

Heytor Diniz Teixeira

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande – Furg
e discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
da Universidade Estadual Paulista – Unesp

Alissa Esperon Vian

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande – Furg
e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Informação e Memória
da mesma universidade

Marcia Carvalho Rodrigues

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade
Federal de Pelotas – UFPel e docente do curso de Bacharelado em
Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande – Furg





Resumo

Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa intitulada “Contexto, situação e perspectivas dos acervos bibliográficos raros pertencentes às universidades gaúchas”, cujo objetivo geral consiste em mapear os acervos bibliográficos raros pertencentes às bibliotecas universitárias do estado do Rio Grande do Sul. O referencial teórico foi construído com base em revisão bibliográfica e documental. Os procedimentos metodológicos incluíram: levantamento das universidades e respectivas bibliotecas centrais; contato com os gestores das bibliotecas; elaboração e envio de questionário contendo 16 questões semifechadas. Os dados obtidos foram tabulados em *software* Excel e interpretados à luz do referencial teórico. Para a elaboração deste trabalho, foram selecionadas as questões cujo objetivo visava à identificação de condições de segurança e salvaguarda dos acervos raros. Os resultados apontam a ineficiência com que se executa as políticas de segurança e salvaguarda destes acervos no âmbito das bibliotecas universitárias gaúchas.

Palavras-chave: Acervos raros. Bibliotecas universitárias. Segurança. Salvaguarda. Rio Grande do Sul.

Abstract

This work presents the partial results of the research entitled “Context, situation and perspectives of the rare bibliographic collections belonging to the universities of Rio Grande do Sul, Brazil”, whose general objective is to map the rare bibliographic collections that belongs to the university libraries of the State of Rio Grande do Sul. Theoretical foundation was built based on a bibliographical and documentary review. The methodological procedures included surveying the universities and their respective central libraries; contact with library managers; elaboration and sending of a questionnaire containing 16 semi closed questions. The obtained data were tabulated in Excel software and interpreted in the light of the theoretical review. For the elaboration of this work, were selected the questions whose objective was to identify security conditions and safeguard of the rare collections. The results point to the inefficiency with which security policies are implemented and the safeguard of these collections in the scope of the university libraries in Rio Grande do Sul.

Keywords: Rare books. University libraries. Safety. Safeguard. Rio Grande do Sul.



Introdução

Faz parte da missão das bibliotecas universitárias prover infraestrutura bibliográfica, documental e informacional para apoiar as atividades acadêmicas e buscar centrar seus objetivos nas necessidades de informação dos membros da comunidade universitária. Observa-se que as bibliotecas universitárias ainda assumem, na atualidade, o papel de centros de referência para estudantes e pesquisadores que buscam conhecer a cultura e a história de uma localidade, o que tem implicação direta na diversidade da oferta de produtos e serviços por essas instituições. Além de assessorar a produção do conhecimento e preservá-lo, elas devem captar e monitorar informações que possam responder às novas demandas do mercado, estruturar e agregar valor à informação, de maneira que esta passe a ter importância contextual e transforme o conhecimento científico em inteligência prática. As bibliotecas universitárias, como suportes à produção de conhecimento, devem, portanto, assumir uma política de preservação dos acervos raros, visto que, por meio desta documentação, desenvolvem-se pesquisas que trazem benefícios para o futuro e se resgatam elementos da história cultural de um povo. A principal preocupação da biblioteca universitária, no que diz respeito aos acervos raros, deve ser, portanto, a responsabilidade de conservar esta parcela do patrimônio documental bibliográfico, tornando-o acessível ao público de maneira eficiente.

Pressupõe-se que as obras raras administradas pelas bibliotecas universitárias sejam beneficiadas pelo fato de estarem em instituições preocupadas com a pesquisa de novas técnicas de preservação e difusão do conhecimento contido em seus acervos e que buscam tornar acessível esse material para pesquisa e garantir a memória das instituições às quais pertencem. Este estudo se refere a uma vertente da pesquisa intitulada “Contexto, situação e perspectivas dos acervos bibliográficos raros pertencentes às bibliotecas gaúchas”. Tal pesquisa buscará examinar a situação atual, o contexto de criação e as perspectivas dos acervos raros pertencentes às seguintes instituições: a) bibliotecas universitárias gaúchas (o que constitui o Subprojeto 1, tema deste trabalho); e b) bibliotecas públicas gaúchas (o que constitui o Subprojeto 2). Assim, além de tratar especificamente do subprojeto que estuda os acervos pertencentes às bibliotecas universitárias gaúchas, o presente artigo traz as interpretações das questões relacionadas às políticas de segurança e salvaguarda dos acervos raros, focalizando, especificamente, esta temática. Compreende-se estas obras como parte da memória cultural do Estado do Rio Grande do Sul. É, portanto, papel das bibliotecas mantenedoras desses acervos assumir a responsabilidade de sua preservação e acesso e prover condições à produção do conhecimento nas universidades gaúchas, excluindo-se outros tipos de instituições de ensino superior – como os centros universitários, faculdades e institutos, entre outros. Entende-se que as universidades desempenham papel mais abrangente

na formação acadêmica do estudante de ensino superior e devem obrigatoriamente oferecer atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em várias áreas do conhecimento.

A evidência do grau de consolidação das universidades em relação a outras instituições de ensino superior está, entre outros fatores, na constante qualificação de seus quadros docentes e na produção de pesquisa. Estes fatores interferem diretamente na qualidade da estrutura e serviços oferecidos por suas bibliotecas, haja vista que estas têm, por missão, acompanhar o desenvolvimento institucional e oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de prover recursos de informação de acordo com as políticas, os projetos pedagógicos e os programas das universidades às quais estão ligadas.

Levando em consideração tais fatores, infere-se que as bibliotecas universitárias devam buscar o aprimoramento e a modernização de seus serviços. Isto sugere a valorização da busca por educação continuada e atualização constante de seus profissionais, além da adequação de suas instalações físicas a fim de atender às exigências dos acervos pelos quais são responsáveis.

Percebe-se que existem no Brasil universidades preocupadas em salvaguardar a memória cultural, patrimonial e social presente nas coleções de obras raras e reconhecer e valorizar a sua importância histórica. A vida útil dessas coleções, no entanto, pode estar comprometida por alguns agentes de risco, sem contar a possível falta de preparo dos profissionais responsáveis para lidar com materiais especiais.

Para garantir a segurança das coleções de obras raras e prolongar sua vida útil, é necessário criar políticas de segurança e salvaguarda ou garantia de permanência. A necessidade de se preocupar com este material de maneira especial vem de suas particularidades, de todo o seu contexto de criação e por todos os eventos e circunstâncias pelos quais já passaram.

Bibliotecas universitárias e a segurança dos acervos raros

Antes de adentrar a esfera das coleções de livros raros, é importante ressaltar a importância das bibliotecas para o desenvolvimento cultural do seu público.

As bibliotecas são ambientes plurais, lugares onde deve haver material para o apoio teórico de atividades diversificadas, para o desenvolvimento intelectual, social e filosófico de seus usuários. O acesso a esse material e a sua leitura criam novos hábitos e a teoria dá apoio às práticas acadêmicas.

Segundo Gomes (1983, p. 2), “o conceito de biblioteca está sempre estreitamente relacionado ao conceito de cultura, em sua acepção tradicional, como toda manifestação intelectual de uma sociedade”. A autora prossegue, afirmando que “a biblioteca é uma agência social de natureza

complexa. Criada por uma instituição para servir-lhe de instrumento de ação” (GOMES, 1983, p. 6).

Entende-se como manifestação intelectual os registros, os livros, os documentos. O acesso a eles apenas será possível se estiverem preservados, protegidos. Portanto, partindo da afirmativa de que as bibliotecas são espaços cuja concepção está relacionada à cultura, as coleções de livros raros são um dos itens de manifestação intelectual e cultural de importância para o acervo. Ter esse tipo de coleção em segurança, salvaguardado da ação maléfica de agentes danosos, é garantir o acesso ao passado através de suas páginas escritas.

Para Bellotto (2008), estes documentos podem ser considerados pontes para o passado. A autora afirma:

[...] é preciso preservar como patrimônio esses conjuntos orgânicos de informações e respectivos suportes, por motivos de transmissão cultural e visando a constituição/reconstituição incessante das formas de identidade de um grupo social como tal; por outro, é imprescindível assegurar [...] os testemunhos de cada geração, o modo de pensar e de atuar de seus elementos quando em sua contemporaneidade. (BELLOTTO, 2008, p. 263).

As bibliotecas universitárias existem para atender às demandas de informação do corpo discente e docente dos servidores das instituições a que pertencem, e da comunidade externa mais próxima. Suas principais funções são dar suporte às atividades acadêmicas e pedagógicas; não restringir o acesso às obras, independentemente do seu conteúdo ou formato; democratizar o acesso à informação. É preciso, contudo, tomar alguns cuidados e precauções no que se refere ao acesso e utilização das coleções de obras raras.

No âmbito da biblioteconomia dos livros raros, uma das formas de dar suporte e apoio às universidades está nas atividades de preservação e conservação das coleções. Todavia, existem divergências quanto ao acesso a elas. Segundo Paes (2010), entre as atividades de conservação estão os cuidados prestados aos documentos e ao local de sua guarda.

Existe uma preocupação maior com a segurança do material bibliográfico raro, pois há riscos que podem comprometer sua integridade. Esses riscos vão de eventos naturais tais como enchentes, incêndios, terremotos, entre outros, que podem afetar a integridade do material, até a dissociação do mesmo, ou seja, a perda de objetos da coleção.

Segundo Spinelli e Pedersoli Jr. (2010), o risco implica a possibilidade de algo acontecer. Além disso, existem os processos contínuos de deterioração das obras, que ocasionam a perda de valor desse material.

Diante dos riscos existentes que podem afetar o estado de conservação das coleções de livros raros, as bibliotecas têm a necessidade de preservar e

conservar essas coleções, sendo a política de segurança ferramenta indispensável nesse processo.

Contudo, no Brasil, boa parte das instituições responsáveis por gerir os acervos de obras raras sofre com a falta de recursos: financeiros, humanos, materiais, ambientais. Faltam, também, políticas de segurança e preservação.

A política de preservação é uma ação superior que engloba o desenvolvimento e implantação de planos, programas e projetos diversos. Cabe a ela, definir objetivos, limites e diretrizes, que vão configurar uma linha de trabalho institucional. Está associada, por sua vez, a outras políticas institucionais, como política de aquisição e descarte, política de segurança, política de captação de recursos etc. (LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2003, p. 64).

Desse modo, quando as políticas de preservação do acervo são criadas e postas em prática, facilitam a rotina diária do gestor, possibilitando-lhe projetar metas e medidas necessárias que contribuam para a tomada de decisões no que se refere à segurança da coleção.

O bibliotecário tem como missão disseminar o conhecimento registrado, enquanto tem, também, a preocupação de preservar o material bibliográfico e objetivar a integridade física do acervo. Conforme afirmam Ordovás e Stein-del (2017), a política de preservação do acervo resulta em:

[...] elaborar capacitação para os funcionários e usuários que os instruem das formas corretas de lidar com estes tipos de acervos, tornando-os assim agentes de preservação; ter dados para verificar os recursos necessários para manter estes acervos; elaboração de normas técnicas para conservação deste acervo, desenvolvimento de projetos de reprodução do acervo para garantir a preservação dos acervos originais; e salvaguardar estes acervos para a posteridade, sem limitar o seu acesso.

As bibliotecas universitárias cumprem, portanto, um trabalho essencial na preservação e segurança do acervo de obras raras. Os bibliotecários dessas instituições têm um papel fundamental na sua salvaguarda e preservação e dispõem da qualificação necessária para planejar intervenções e formulação de projetos que resguardem de forma objetiva o acervo. Saliente-se, ainda, que as obras raras pertencentes às bibliotecas universitárias exercem as funções de fonte e objeto, uma vez que acabam atreladas a atividades culturais e/ou científicas, e servem para a pesquisa e/ou o trabalho técnico.

Os livros são uma parte do patrimônio cultural e assumem um papel de memória da sociedade e da instituição. Esses livros raros são “bens que se destacam dos demais por um processo de significação” (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 24). Carter (2003) corrobora, ressaltando que os livros se

transformam em patrimônio histórico por sua importância e de acordo com vários fatores que atingem uma obra.

Nesse aspecto, a presença de uma política de segurança para os acervos raros se faz necessária. Os gestores devem salvaguardar estas obras contra os riscos de roubos e agentes de deterioração para que continuem vivas na memória e, principalmente, disponíveis ao acesso e à pesquisa. Quando identificamos, reconhecemos e cuidamos desses acervos, estamos zelando por bens patrimoniais da sociedade como um todo.

Antes da preparação das medidas de segurança, é importante conhecer de maneira mais completa o prédio físico (edifício) e todas as suas particularidades, incluindo o espaço da biblioteca e seu acervo; analisar e reconhecer os riscos do local. Através dessa análise aprofundada, o plano de contenção de riscos, além de servir para a segurança do patrimônio, serve para a segurança das pessoas, tanto funcionários quanto usuários.

Escrever um plano de preparação, resposta e recuperação de desastres é um processo difícil para a maioria dos bibliotecários. O processo requer um tempo significativo, recursos humanos e financeiros, no entanto, nenhuma biblioteca deveria existir sem um. (WILKINSON; LEWIS; DENNIS, 2010, p. 28, tradução nossa)¹.

A etapa de análise dos riscos permite que os profissionais bibliotecários construam planos mais efetivos para as suas unidades de informação, especificamente para a proteção de suas coleções; trabalhem de maneira mais objetiva e ataquem diretamente as fontes dos agentes que põem em risco a preservação do seu acervo. Segundo Castro (2007, p. 169):

A análise de risco consiste em efetuar uma rigorosa vistoria nas instalações [...] com o objetivo de serem identificados todos os riscos e vulnerabilidades existentes no local. Este procedimento proporcionará subsídios consistentes para a elaboração e proposição de soluções específicas e adequadas para cada situação. Devem ser observados e analisados nesta etapa, fatores que venham a inserir riscos ao ambiente físico como, energia elétrica, sistema de climatização, controle de acesso, sistema de detecção de incêndio [...].

Conforme comentam os autores, planejamento e um plano de emergência são vitais para a salvaguarda do acervo. Sob o ponto de vista econômico, é

1. *Writing a disaster preparedness, response and recovery plan is a daunting process for most librarians. The process requires significant time, and human and financial resources, however, no library should, be without one* (WILKINSON; LEWIS; DENNIS, 2010, p. 28).

coerente identificar as ameaças pois, em decorrência de um desastre, os prejuízos, sejam eles financeiros ou humanos, podem ser maiores.

Segundo Alexander (2015), existe uma retomada no pensamento, no que se refere a planos de emergência, pois as perdas culturais de um país na ocorrência de desastres são enormes. Para o autor, “a perda do patrimônio cultural em desastres como enchentes e terremotos pode causar um golpe catastrófico na vida intelectual e artística de um país, destruindo ou danificando um legado insubstituível” (ALEXANDER, 2015, p. 12, tradução nossa)².

Zaveri (2013) comenta que nem todos os desastres podem ser incluídos no mesmo plano, mas podem ser antecipados e, dessa forma, se tem condições de preparar medidas de emergência e prevenção. Compreende-se assim a importância de se fazer uma avaliação de risco.

Cabral (2004) entende que uma avaliação equivale a reconhecer os perigos intrínsecos aos edifícios e suas coleções. Não é possível efetuar um plano de emergência competente sem fazer uma avaliação de riscos. Inicialmente, reconhece-se as ameaças internas e externas que afligem a coleção e, depois, avalia-se as dificuldades que poderão surgir quando do emprego das medidas de prevenção.

Spinelli e Pedersoli (2010) comenta que prevenção é um conjunto de medidas que se deve tomar a fim de evitar ou minimizar os riscos de um desastre, dentro e fora do edifício, e resguardar o acervo.

Após a avaliação dos riscos, devem ser tomadas as devidas medidas de prevenção que ajudarão a minimizar ou evitar as ameaças, impedindo-se a perda de vidas e qualquer infortúnio tanto na coleção quanto no prédio e reduzindo os efeitos de qualquer desastre que venha a ocorrer.

O plano de gerenciamento de riscos deve abranger tanto o acervo físico quanto o digital; deve abranger a instituição como um todo e unir os funcionários, a fim de que se alcance os objetivos expostos de modo eficiente. O objetivo é tornar o plano algo permanente na biblioteca.

Brandalise e Ribeiro (2017), em sua reportagem, recordam que a maioria dos roubos de obras de arte e obras raras ocorre de forma semelhante, e que essas ações são praticadas por funcionários da própria instituição onde o furto ocorreu. Portanto, é necessário que haja, dentre das políticas de segurança, procedimentos que evitem esse tipo de ação.

Os furtos são motivados por diversas razões: as mais comuns, de acordo com a Biblioteca Nacional, são as razões políticas, religiosas e financeiras (o elevado valor no mercado da arte). Por esta razão, muitas bibliotecas restringem o acesso a esse material, protegendo-o de pessoas mal-intencionadas.

2. *Loss of cultural heritage in disasters such as floods and earthquakes can deal a catastrophic blow to the intellectual and artistic life of a country by obliterating or damaging an irreplaceable legacy* (ALEXANDER, 2015, p. 12).

De acordo com Spinelli e Pedersoli Jr. (2010), para combater os riscos existem cinco estágios de controle que são capazes de reprimir os agentes de riscos das bibliotecas: evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar. Eles devem ser analisados juntamente com os dez agentes de deterioração (forças físicas, criminosos, fogo, água, pragas, poluentes, luz e radiação UV e IR, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação) para que se descubra qual é a capacidade de prevenção e qual é a resposta da instituição em uma situação de desastre, e para que sejam evidenciadas as fragilidades da biblioteca.

Metodologia e procedimentos

O subprojeto de pesquisa “Contexto, situação e perspectivas dos acervos bibliográficos raros pertencentes às universidades gaúchas” teve seu início no segundo semestre de 2017. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, de abordagem quanti-qualitativa. Iniciou seus procedimentos metodológicos com o levantamento da literatura da área da biblioteconomia de livros raros, material primordial para a interpretação das informações provenientes da coleta de dados.

Através de uma pesquisa *online*, foi realizado o levantamento das universidades do Estado do Rio Grande do Sul, bem como suas respectivas bibliotecas centrais e *e-mails* dos bibliotecários responsáveis. Num primeiro contato, foi verificada a existência de acervo raro na instituição, bem como a disponibilidade de participação na pesquisa.

Concomitantemente, elaborou-se o instrumento de coleta de dados: um questionário contendo 16 questões semifechadas, algumas de múltipla escolha. Este questionário foi submetido a teste-piloto e, após ajustes, foi enviado a todas as instituições que confirmaram dispor de coleções de livros raros em seus acervos.

Obtidas as respostas, foi realizada a tabulação das mesmas em *software* Excel. Para esse trabalho, foram selecionadas as questões referentes às políticas de segurança e salvaguarda dos acervos (especificamente, as questões 12, 13 e 14 do questionário).

Resultados e discussão

A pesquisa *online* revelou 19 universidades no Estado do Rio Grande do Sul, sete das quais (37%) não possuem acervo raro, enquanto as outras 12 (63%) sim, possuem esse tipo de acervo, conforme pode ser observado no quadro 1. As perguntas 12, 13 e 14 do questionário foram selecionadas para este trabalho, uma vez que se referem, direta ou indiretamente, às políticas de segurança e salvaguarda dos acervos raros nas instituições pesquisadas.

QUADRO 1 – UNIVERSIDADES GAÚCHAS E A DISPONIBILIDADE DE COLEÇÕES DE OBRAS RARAS

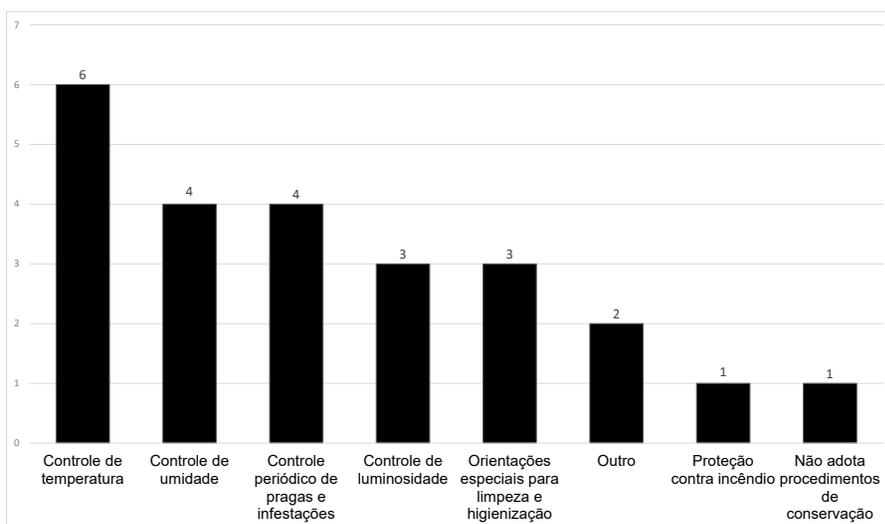
Instituição		Caráter	Localização*	Possui Acervo Raro?	
				Sim	Não
01	Universidade Federal do Rio Grande – Furg	Pública	Rio Grande	x	
02	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Pública	Porto Alegre	x	
03	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS	Pública	Porto Alegre		x
04	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA	Pública	Porto Alegre		x
05	Universidade Federal do Pampa – Unipampa	Pública	Bagé		x
06	Universidade Federal de Pelotas – UFPel	Pública	Pelotas	x	
07	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Pública	Santa Maria	x	
08	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos	Privada	São Leopoldo	x	
09	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS	Privada	Porto Alegre	x	
10	Universidade de Caxias do Sul – UCS	Privada	Caxias do Sul	x	
11	Universidade de Passo Fundo – UPF	Privada	Passo Fundo	x	
12	Universidade da Região da Campanha – Urcamp	Privada	Bagé	x	
13	Universidade Luterana do Brasil – Ulbra	Privada	Canoas		x
14	Universidade de Cruz Alta – Unicruz	Privada	Cruz Alta	x	

15	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI	Privada	Erechim		x
16	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí	Privada	Ijuí	x	
17	Universidade FEEVALE – FEEVALE	Privada	Novo Hamburgo	x	
18	Universidade Católica de Pelotas – UCPel	Privada	Pelotas		x
19	Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc	Privada	Santa Cruz do Sul		x

* Esta pesquisa levou em consideração, para fins de localização geográfica, somente o campus sede da universidade. Fonte: dados da pesquisa.

A questão número 12, de múltipla escolha, solicitava informações sobre os procedimentos de conservação adotados pela instituição. O gráfico 1 sintetiza as respostas obtidas, elencando os procedimentos por ordem de frequência com que apareceram nas respostas.

GRÁFICO 1 – MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO ADOTADAS PELAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS GAÚCHAS



Fonte: os autores.

O gráfico 1 permite observar quais procedimentos de conservação vêm sendo utilizados pelas bibliotecas. Percebe-se que o controle de temperatura é a medida mais utilizada, seguida do controle de umidade e do controle de pragas e infestações. Chama a atenção o fato de somente uma instituição ter respondido adotar medidas de proteção contra incêndio. Em relação às duas instituições que responderam adotar outros procedimentos além dos elencados, uma respondeu que realiza esterilização do ar e a outra que mantém a coleção em sala fechada.

O quadro 2 traz a tabulação das respostas obtidas. Os nomes das universidades foram omitidos por questões éticas da pesquisa. Explicitamos apenas que as instituições A, B, C, D e F são universidades privadas, enquanto as instituições G, H e I são públicas. Três instituições deixaram esta questão em branco.

QUADRO 2 – MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO ADOTADAS PELAS UNIVERSIDADES GAÚCHAS

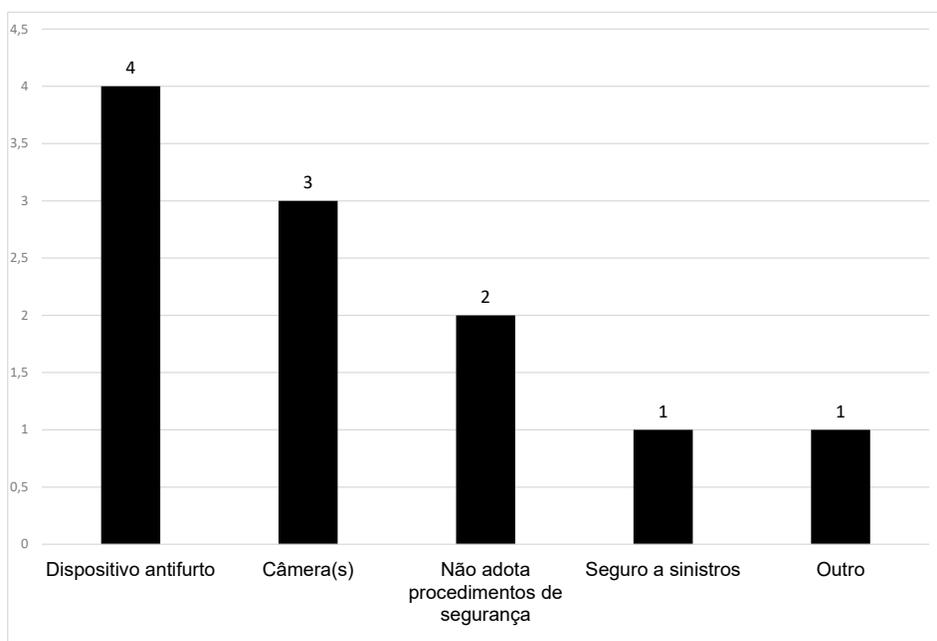
Procedimento	Universidade								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Controle de temperatura		x	x	x	x				x
Controle de luminosidade			x	x					x
Controle de umidade		x	x			x			x
Controle periódico de pragas e infestações		x	x			x			x
Proteção contra incêndio					x				
Orientações especiais para limpeza e higienização			x					x	x
Não realiza procedimentos de conservação	x								
Outro						x	x		

Fonte: dados da pesquisa.

Acredita-se que alguns motivos para que as bibliotecas não utilizem todos os procedimentos disponíveis no que tange à conservação sejam: a) a falta de fomento às bibliotecas, tendo em vista o alto custo para criar condições ideais de manutenção dos acervos utilizando todos os procedimentos mencionados; b) a possível falta de conhecimento por parte dos responsáveis por esses acervos sobre as possibilidades de controle existentes.

A questão de número 13 do questionário, também de múltipla escolha, perguntava sobre os procedimentos de segurança adotados pela instituição. O gráfico 2 ilustra os procedimentos utilizados, em ordem decrescente de ocorrência.

GRÁFICO 2 – MEDIDAS DE SEGURANÇA ADOTADAS PELAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS GAÚCHAS



Fonte: os autores.

Percebe-se o predomínio na utilização de dispositivo antifurto pelas bibliotecas, seguido de câmera(s) de segurança. Duas instituições relataram não adotar medidas de segurança. Uma instituição possui seguro contra sinistros e outra relatou utilizar outro tipo de procedimento: o acervo fica em sala fechada. É necessário salientar, ainda, que três instituições deixaram a questão em branco.

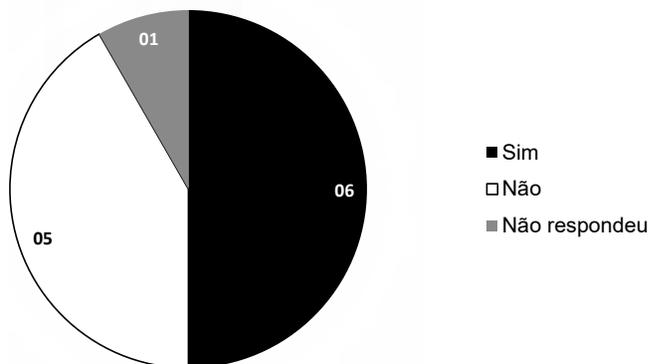
O quadro 3 sintetiza as respostas obtidas de cada instituição e permite observar que nenhuma delas faz uso de digitalização e/ou microfilmagem como procedimento de segurança ao acervo.

QUADRO 3 – PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA ADOTADOS PELAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS GAÚCHAS

Procedimento	Universidade								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Seguro contra sinistros			x						
Câmera(s) na sala/seção/pré-dio que abriga o acervo	x				x				x
Dispositivo(s) antifurto	x		x					x	x
Digitalização e/ou microfilmagem									
Não adota procedimentos de segurança		x				x	x		
Outro				x					

Fonte: dados da pesquisa.

GRÁFICO 3 – EXISTÊNCIA DE REGULAMENTO ESPECÍFICO QUE ORIENTE O USO DA COLEÇÃO DE OBRAS RARAS NA INSTITUIÇÃO



Fonte: os autores.

A questão 14 foi dividida em duas partes. A primeira parte da pergunta, do tipo fechada (resposta única: sim ou não), indagava se a biblioteca possui regulamento específico que oriente o uso da coleção. Como resultado, observa-se que das doze bibliotecas universitárias, seis (50%) não possuem regulamento específico; cinco (42%) possuem regulamento para orientação do uso da coleção de obras raras; e uma (9%) das bibliotecas não respondeu. O gráfico 3 ilustra o exposto.

Condicionada à resposta positiva a essa questão, solicitou-se aos respondentes que especificassem, em linhas gerais, as regras da instituição, sintetizadas no quadro 4.

QUADRO 4 – REGRAS DAS BIBLIOTECAS PARA USO DO ACERVO DE OBRAS RARAS

Univ.	Regras para uso do Acervo Raro
A	<ol style="list-style-type: none"> 1. Use luvas e máscara; 2. Não manuseie com as mãos sujas ou molhadas; 3. Não molhe o dedo para passar a página; 4. Faça a consulta somente dentro da sala; 5. Não é permitido realizar fotocópia; 6. Faça fotografia sem <i>flash</i>; 7. A lombada de materiais especiais é diferente da lombada de materiais novos. Por isso, evite deixá-la em 180°; 8. Ao término da consulta avise os funcionários no balcão de atendimento.
B	<ol style="list-style-type: none"> 1. O documento não sai da sala climatizada; 2. Uso somente <i>in loco</i>, com a presença de um funcionário.
C	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastro de pesquisador; 2. Estudo de viabilidade de reprodução de parte do item em pesquisa; 3. Termo de uso do conteúdo e imagens; 4. Horário específico de atendimento; 5. Acompanhamento do bibliotecário na circulação e uso dos materiais tanto na pesquisa, quanto em exposições; 6. Vedado acesso à reserva técnica.
D	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consulta restrita, na sala própria do departamento de acervo raro, mediante identificação do usuário.

E	<ol style="list-style-type: none">1. A Seção de Obras Raras deverá permanecer sempre fechada a chave;2. A consulta a obras anteriores ao ano de 1600, raras e antigas, depende de seu estado de conservação e é restrita a pesquisadores da Instituição ou com apresentação de uma justificativa por escrito para a realização da consulta;3. Materiais sem condições de acesso, por motivos de conservação, serão avaliados individualmente;4. Será disponibilizada ao usuário somente uma obra rara de cada vez, para consulta na Seção;5. Todos os materiais deverão ser usados horizontalmente sobre a mesa, não devendo o usuário apoiar-se sobre eles, escrever no documento consultado, retirar qualquer parte ou desmembrar o documento consultado nem retirar o documento da estante sem a autorização de colaborador;6. As consultas aos materiais devem ser registradas em formulário específico de forma correta e objetiva. Esta atitude permite que, no caso de algum dano ao acervo ou alguma perda, possa ser identificado o usuário e quando utilizou o acervo;7. Devido à raridade e à fragilidade do material a ser pesquisado nessa Seção, o usuário/pesquisador deverá ser orientado a usar lápis para anotações e colocar máscara e luvas ao manusear as obras;8. Ao usuário será fornecido um par de luvas, um lápis 6B e uma borracha macia para uso, durante a pesquisa em livros e/ou periódicos raros;9. Não poderão ser objeto de empréstimo, sob quaisquer circunstâncias, os materiais pertencentes às Obras Raras;10. Não é permitido entrar na Seção de Obras Raras portando estojos, tesouras, estiletes, canetas esferográficas, canetinhas, marcadores de texto e similares;11. Não é permitido, em nenhuma hipótese, fumar, comer e/ou beber em toda a área da Seção de Obras Raras da Biblioteca Central, por motivo de segurança e conservação do acervo;12. Durante a consulta, os usuários devem ter todo o cuidado possível para evitar danos aos materiais;13. Não é permitido tirar fotocópias (xerox) das obras raras;14. Não é permitido escanear as obras pertencentes à Seção de Obras Raras;15. Será permitido fotografar trechos das obras com câmera ou filmadora digitais, sem a utilização de <i>flashes</i>.
---	---

Percebe-se, através do exposto, que as instituições que possuem regulamento específico para o uso do acervo raro têm a preocupação de preservar a integridade física do exemplar consultado, utilizando medidas de higiene (limpeza das mãos, proibição do consumo de alimentos, bebidas e cigarro), uso de equipamentos de proteção individual (luvas, máscara) e controle do uso de equipamentos para a reprodução do documento (proibição de realização de fotocópias, permissão de fotografias sem o uso do *flash*). Nota-se, também, a preocupação comum das instituições em manter um funcionário presente no momento da consulta a fim de dar orientação ao usuário e evitar danos decorrentes do manuseio inadequado das obras, bem como minimizar as chances de furto ao acervo.

Considerações finais

A pesquisa realizada permite visualizar a realidade enfrentada pelas bibliotecas universitárias gaúchas no que se refere às suas políticas de segurança e salvaguarda e a sua aplicação para a proteção do acervo. A presumível falta de investimento e importância dada às coleções de livros raros compromete essa significativa parcela do patrimônio cultural. Entende-se, ao observar as respostas dadas, que os responsáveis, muitas vezes pela falta de incentivo por parte das universidades, adaptam-se e protegem seus acervos de maneira reativa, utilizando o tratamento de risco mais emergencial para o seu acervo.

Conclui-se que a aplicação dos procedimentos disponíveis para o tratamento de riscos por parte das bibliotecas, no momento, não é efetiva, uma vez que ficaram evidentes as lacunas em seus processos de proteção aos acervos de que são depositárias. Percebe-se que há margem para a manifestação dos riscos onde não há controle, comprometendo o estado de conservação e a vida útil das coleções.

É possível que parte dessas obras não exista dentro de algumas décadas, devido à ineficiência com que se executam as políticas de segurança e salvaguarda de acervos raros no âmbito das bibliotecas universitárias gaúchas.

Referências

ALEXANDER, D. *Disaster and emergency planning for preparedness, response and recovery*. Nova York: Oxford University Press, 2015. Disponível em: <https://oxfordre.com/naturalhazardscience/view/10.1093/acrefore/9780199389407.001.0001/acrefore-9780199389407-e-12?rskey=xJYjCJ&result=1>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BRANDALISE, V. H.; RIBEIRO, B. UFRJ sofre o maior furto de livros raros do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 abr. 2017. Disponível em: <https://brasil>.

estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,ufrj-sofre-o-maior-furto-de-livros-raros-do-brasil,70001757824. Acesso em: 28 ago. 2021.

CABRAL, M. L. (coord.) *Directrizes da IFLA para a conservação e o manuseamento de documentos de biblioteca*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=nZVxGB4hnWsC&printsec=copyright&hl=pt-BR&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 28 ago. 2021.

CARTER, K. K. O livro raro e os critérios de raridade. *Revista Museu: cultura levada a sério*, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://soparararos.files.wordpress.com/2019/01/carter-museu-2003.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CASTRO, A. M. *et al.* *Arquivos: físicos e digitais*. Brasília: Thesaurus, 2007.

GOMES, S. C. *Bibliotecas e sociedade na primeira república*. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1983.

LINO, L. A. S.; HANNESCH, O.; AZEVEDO, F. C. Política de preservação no gerenciamento de coleções especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 59-75, 2003. Disponível em: http://planorweb.bn.br/documentos/Lucia_Alves2.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

ORDOVÁS, G. B. J.; STEINDEL, G. E. Políticas de preservação do acervo de obras raras da BU/UFSC: um estudo. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27, 2017, Fortaleza. Anais do CBBB*. São Paulo: FEBAB, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/106161525-Políticas-de-preservação-do-acervo-de-obras-raras-da-bu-ufsc-um-estudo.html>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PINHEIRO, L. V. R.; GRANATO, M. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação. *In: SILVA, R. R. G. (org.). Preservação documental: uma mensagem para o futuro*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SPINELLI, J.; PEDERSOLI JR., J. L. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

WILKINSON, F. C.; LEWIS, L. K.; DENNIS, N. K. *Comprehensive guide to emergency preparedness and disaster recovery*. Chicago: Association of College and Research Libraries, 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=tg78Nmvk7ioC&printsec=frontcover&q=Comprehensive+Guide+to+Emergency+Preparedness+and+Disaster+Recovery&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj4uPjy0-vvaAhWBDpAKHTGXCNoQ6AEIKDAA#v=onepage&q=Comprehensive%20Guide%20to%20Emergency%20Preparedness%20and%20Disaster%20Recovery&f=false>. Acesso em: 28 de ago. 2021.

ZAVERI, P. *Disaster management in libraries in India*. Mumbai, 2013. 396 p. Tese (Doutorado) – Faculty of Library and Information Science, Mumbai, 2013. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LHT-09-2014-0090/full/html>. Acesso em: 28 ago. 2021.

Gestão de acervos raros e especiais
nas bibliotecas da Justiça Federal:
subsídios para o estabelecimento de
políticas de segurança e salvaguarda
das coleções de livros raros jurídicos

Maria Cristina de Paiva Ribeiro

Bibliotecária, mestre em Biblioteconomia, especialista em Organização do Conhecimento





Resumo

Este estudo pretende aferir a existência de políticas institucionais para a curadoria e gestão dos acervos jurídicos raros e/ou especiais no âmbito das bibliotecas da Justiça Federal e do Poder Judiciário do Rio de Janeiro. O trabalho abordou o Projeto de Dinamização da Organização e do Tratamento Técnico da Coleção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no tocante ao tratamento técnico, preservação, conservação e gestão dos acervos raros e especiais. Fez-se uma revisão da literatura especializada no tema “políticas de segurança de acervos raros e especiais”. Averiguou-se que a maioria das bibliotecas pesquisadas não possui obras raras, mas sim especiais; identificou-se a inexistência de políticas formais para a identificação, tratamento, preservação e salvaguarda do livro jurídico raro. Demonstra-se que os procedimentos de catalogação, conservação, preservação e acesso estimulam a manutenção da segurança e salvaguarda do acervo.

Palavras-chave: Obras raras jurídicas. Coleções especiais jurídicas. Políticas de segurança de acervos raros e especiais. Bibliotecas jurídicas. Projeto de Dinamização das Coleções de Obras Raras e Especiais da Biblioteca do TRF 2ª Região.

Abstract

This work aims to verify the existence of institutional policies for the curating and management of juridical rare and/or special collections in the libraries of the Federal Justice and the Judiciary of Rio de Janeiro. One approached the Project for Dinamization of the Organization and Technical Treatment of the Rare and Special Collections Library of the 2nd Region Federal Regional Tribunal regarding the technical treatment, preservation, conservation, and management of the institution's rare and special collections. One did a revision of the specialized literature regarding “special and rare collections safety policies”. One concluded that the majority of the researched libraries don't have rare, but special works; one identified the inexistence of formal policies regarding identification, treatment, preservation, and safety of the law rare collection. One demonstrated that the policies of treatment, conservation, and access stimulate the safeguard of the collection.

Keywords: Rare legal works. Special legal collections. Security policies for rare and special collections. Legal libraries. Project to Promote the Collections of Rare and Special Works of the Library of TRF 2nd Region.



Introdução

Os acervos de obras raras são parte importante do patrimônio histórico-cultural brasileiro. Uma obra rara traz em seu bojo uma singularidade inerente a sua confecção, a sua inserção num contexto histórico-cultural e social e à existência de marcas patrimoniais. Uma coleção de obras é considerada especial devido ao interesse do seu detentor e a partir de critérios por ele determinados. Coleções de obras especiais foram, geralmente, propriedade de alguma pessoa de renome, seja nacional ou ligada a alguma área específica do conhecimento.

Existem, no entanto, duas questões que prejudicam a curadoria das obras raras e especiais. Uma delas é a falta de conhecimento acadêmico do bibliotecário no tratamento desse tipo de obra, em razão da inexistência de disciplinas específicas e eletivas nas escolas de Biblioteconomia que abarquem todos os aspectos do tratamento técnico e dos procedimentos para preservação e conservação das obras raras. Outra questão é a falta de estrutura institucional ou interesse da alta administração nesses temas. Essas questões influem diretamente na implantação e manutenção de procedimentos necessários para a promoção da segurança e salvaguarda dos acervos raros e especiais.

No caso dos acervos raros e especiais das áreas especializadas, como os da área jurídica, enfrenta-se os mesmos problemas, com o agravante da escassez de literatura especializada específica por área do conhecimento. Esse trabalho requer que os bibliotecários que vão gerir esses acervos tenham conhecimento amplo sobre acervos raros e especiais e profundo conhecimento das fontes e sujeitos dessas áreas.

Este estudo pretende abordar as dificuldades existentes para a gestão e curadoria do acervo raro e especial no âmbito das bibliotecas da Justiça Federal e do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, ao aferir a inexistência de políticas institucionais para a implementação e manutenção da segurança de acervos raros e especiais.

Como embasamento teórico, foi feita uma revisão da literatura especializada no tema “políticas de segurança de acervos raros e especiais”. Como embasamento técnico, foi demonstrada a forma de tratamento e gestão do acervo raro e especial da Coordenadoria de Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Coblib, e enfocados os procedimentos delineados no Projeto de Dinamização da Organização e do Tratamento Técnico da Coleção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para o tratamento técnico, preservação, conservação e gestão dos acervos raros e especiais. Esse projeto é uma tentativa de formalizar, dentro da Justiça Federal, políticas indispensáveis para a promoção da gestão e curadoria de acervos raros e especiais, já que está inserido no Planejamento Estratégico da Justiça Federal, pela criação da Sala de Obras Raras e Especiais.

A pesquisa foi aplicada por meio de questionários e consultas por telefone, e verificou que as principais bibliotecas jurídicas da Justiça Federal e do Poder Judiciário no Rio de Janeiro possuem acervos raros e especiais e procuram desenvolver procedimentos para tratar e gerir os acervos, mas não contam com o apoio institucional para a implantação e implementação de políticas específicas. A pesquisa também concluiu que, como a questão da segurança e salvaguarda dos acervos raros e especiais perpassa procedimentos específicos para a descrição, armazenamento e preservação das obras raras e especiais, os acervos raros e especiais das bibliotecas pesquisadas estão descobertos no que tange à implementação e manutenção de diretivas que visem à sua segurança e preservação.

Metodologia

A revisão de literatura é *sine qua non* para a qualificação técnico-científica de qualquer trabalho realizado. Sendo assim, foram pesquisados artigos, teses e dissertações em bases de dados na internet, como o Portal Capes de Periódicos, e na própria *web* sobre o tema “segurança e preservação de acervo raro”. As obras consultadas foram, em sua maioria, publicadas nos últimos cinco anos, mas obras publicadas anteriormente também foram consultadas por seu valor como fontes de referência.

Para a realização desse trabalho, foi necessária a aferição da situação da gestão e tratamento dos acervos raros e/ou especiais pertencentes às bibliotecas da Justiça Federal e do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Regional do Trabalho.

Foi elaborado um questionário para aferir se a biblioteca possuía acervo raro e/ou especial e se apresentava políticas formalizadas por sua instituição em documento legal. Esse questionário foi encaminhado para o *e-mail* da Rede de Bibliotecas da Justiça Federal – JUSDATA, onde todas as bibliotecas da Justiça Federal estão inseridas. Além desse levantamento, foram realizadas consultas através de conversas telefônicas com os responsáveis pela curadoria e gestão desses acervos.

As respostas enviadas foram analisadas, interpretadas e inseridas como apêndices. Para as bibliotecas que não responderam ao questionário, foram aproveitadas as respostas aferidas no levantamento publicado por Ribeiro (2015, p. 158-161), em razão de ser representativo em relação ao objeto da pesquisa. Presumiu-se que, se houvesse alguma alteração nas mesmas, os responsáveis teriam informado.

Houve também uma abordagem individual, por telefone ou *in loco*, com os responsáveis pelas bibliotecas que afirmaram possuir acervos raros e/ou especiais.

Obras raras e especiais: algumas abordagens

A literatura especializada concorda que não é fácil conceituar um livro raro, já que essa conceituação depende de algumas particularidades referentes à confecção da obra, à contextualização histórico-cultural e social da sua produção e, em âmbito especializado, ao interesse teórico e institucional do detentor da obra rara.

Souza (2014, p. 11) ensina que

Raridade remete a algo valioso, precioso e incomum, em que o livro raro pertence ao grupo de objetos considerados obras raras, que não compreende só os livros, mas também os periódicos, mapas, cartões-postais e outros materiais impressos. Definindo de uma forma simples e direta, todo bom livro pode ser considerado raro, em que não se pode achar que antiguidade de um livro significa raridade, mas que o valor que ele representa para o usuário pode torná-lo raro. Portanto a raridade de um livro não é algo simples de definir, existem várias características que devem ser observadas.

É muito comum confundir raridade com antiguidade, mas uma obra rara vai muito além disso. Moraes apud Souza (2014, p. 11), explicita essa questão ao afirmar que

Um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente, raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem postos à venda, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem a ver com a sua idade. A procura é que torna um livro valioso. O que o torna procurado é ser desejado por muita gente, e o que o faz desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes a cada obra. (MORAES, 1998, p. 64).

Critérios para a determinação de raridade

Conforme Greenhalgh e Manini (2015, p. 18-19), “um livro é considerado raro quando são encontradas características históricas e culturais, associadas ou não a uma escassez de exemplares, que o faz tornar-se um bem valioso para a sociedade”. Sant’ana apud Greenhalgh e Manini (2015, p. 19), relata que a antiguidade do livro é o principal critério de uma obra em razão do aumento de seu valor informacional, ou seja, seus aspectos cultural e histórico, em relação ao valor monetário.

Pinheiro apud Grenhalgh e Manini (2015, p. 19) estabeleceu uma metodologia para a aferição da raridade de um livro que passa pelo limite histórico;

pelo aspecto bibliológico; pelo valor cultural; pela pesquisa bibliográfica; e pelas características do exemplar, a saber:

Limite histórico: usa como referencial a história do livro, pois este assume um papel novo a cada século;

Aspecto bibliológico: traz uma leitura do livro como objeto, com características além da informação textual, considerando-o, em vários casos, como obra de arte;

Valor cultural: traz os pensamentos de uma época e por isso é importante para o entendimento histórico de uma nação ou povo;

Pesquisa bibliográfica: pode revelar a escassez de um título e o situar dentro do contexto em que foi produzido, trazendo dados que muitas vezes não são possíveis de identificar no próprio exemplar, como tiragem, impressor, importância do ilustrador, do autor, entre outros;

Características do exemplar: são aquelas extrínsecas à publicação, verificáveis nas inserções, subtrações e complementações que ocorreram posteriormente à sua produção.

No trabalho publicado pelo Grupo de Estudos em Obras Raras do Rio de Janeiro – GEORJ, foram abordados os critérios para a qualificação de uma obra rara a nível internacional. O GEORJ é um grupo de estudos da Fundação Biblioteca Nacional, e, sendo assim, possui a chancela da FBN.

Primeiras impressões (séculos XV e XVI), onde estão incluídos os incunábulos. A palavra incunábulo vem do latim "incunabula", que significa berço, origem. São, portanto, os primeiros livros impressos com tipos móveis metálicos – processo amplamente difundido a partir de Gutemberg; uma de suas características é não possuir página de rosto com autoria, título, local, editor e data. Esses dados, normalmente, eram encontrados no colofão, na última página do livro.

Impressões dos séculos XVII e XVIII, até 1720 (na Biblioteca Nacional. Pode variar de acordo com a biblioteca).

Edições de tiragens reduzidas, isto é, poucos exemplares disponíveis no mercado, não importando a data.

Edições especiais (por exemplo: as edições de luxo para bibliófilos).

Edições clandestinas (não oficiais).

Obras esgotadas.

Exemplares de coleções especiais, com encadernações luxuosas ou belas, carimbos e ex-libris, (estes últimos as chamadas marcas de propriedade; através delas podemos, muitas vezes, traçar a história de determinado exemplar, sabendo a quem pertenceu).

Exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo dedicatórias. (GAUZ, 1994, p. 11-12).

O GEORJ ainda informa que “no Brasil, a produção gráfica se desenvolveu, principalmente, a partir do Segundo Reinado; por isso, o Arquivo Nacional considera raros os livros publicados até 1889”; a FBN, no entanto, “considera raros os livros publicados no Brasil até 1850” (GAUZ, 1994, p. 12).

Demais critérios podem ser estipulados a partir de interesses próprios do detentor do acervo, seja pessoa física ou jurídica.

Carvalho (2006, p. 2), destaca “a importância histórica dos impressos produzidos no Brasil de 1808 a 1822, primeiros anos de funcionamento da Imprensa Régia do Rio de Janeiro” e ressalta que “quem quer que possua exemplares com esta chancela está ciente do valor de raridade desses documentos”.

Coleções especiais

Uma obra considerada especial não é necessariamente rara. Assim como no caso das obras raras, para a determinação do que é obra especial é necessário ter em destaque a sua procedência. Lino, Hannesch e Azevedo (2007, f. 4, 8) concordam que as obras especiais assim são consideradas devido a critérios metodológicos preestabelecidos pelos detentores dessas coleções e ao conhecimento das mesmas. Isso fica claro quando afirmam que “quando se tratar de acervos especiais, o processo de conhecer é prática primordial, pois ela contribui, dentre outras maneiras, para individualizar a coleção e salvaguardá-la”.

Um exemplo de coleção especial, a nível geral, é a Coleção Brasileira. Ela surgiu numa época, década de 1930, em que o livro era o destaque no debate sobre o Brasil nos aspectos históricos, geográficos e socioculturais, já que ainda não haviam surgido as universidades. A Brasileira é dedicada a estudos brasileiros e reúne obras que estão fora de catálogo e esgotadas, como também as que ainda não haviam sido traduzidas para a língua portuguesa.

As coleções especiais das áreas especializadas são advindas de doações de figuras eminentes das referidas áreas, como ocorreu, no caso do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com a Coleção Salette Maccalóz, composta por obras que compunham a biblioteca da prestigiada e respeitadíssima Desembargadora Federal.

No interior das coleções especiais também podem ser encontradas obras raras, como, por exemplo, o livro *Histoire de la découverte de la Terre*, que a própria Biblioteca Nacional não possui em seu acervo raro.

Tópicos de segurança de acervos raros e especiais

Além dos problemas inerentes a qualquer material bibliográfico, como a deterioração física decorrente de questões ambientais e daquelas relativas à segurança patrimonial, os livros raros, pelo valor que possuem, são mais suscetíveis a roubos e vandalismos. A curadoria desse tipo de acervo tem se tornado

bem difícil devido aos constantes riscos de furto por causa do seu alto valor de mercado. Urge que as instituições mantenedoras desses acervos adotem procedimentos para a sua salvaguarda e preservação.

A falta de políticas e normativas para nortear a constituição de acervos de obras raras e especiais no Brasil agrava uma situação que já é bastante crítica. As instituições responsáveis por manter esses acervos não possuem, muitas vezes, o ambiente adequado, móveis e materiais necessários para conservação e preservação dos mesmos. Esse quadro se agrava com a falta de políticas de preservação de acervos, recursos humanos, financeiros e institucionais. Somado a isso, existe o fato de que, segundo Pinheiro (1990, p. 46-47), “a deficitária formação do bibliotecário brasileiro na área de História do Livro, de disciplinas afins aos aspectos técnicos e estilísticos do livro”, devido à “ênfase dada nas escolas de Biblioteconomia às disciplinas de conotação metodológica em detrimento às da área cultural, tem impedido o estabelecimento de políticas e procedimentos efetivos no setor”. Junte-se a isso “o impacto do livro impresso no Ocidente, como uma força econômica, social e cultural ao longo de sua história”. A autora convoca os bibliotecários a se tornarem “um elemento de intersecção entre a cultura e a técnica” a partir do aumento da demanda do interesse pelo livro raro no Brasil.

A preservação, a conservação, o processamento técnico e a forma de acesso do usuário estão na base da promoção da segurança dos acervos raros e especiais.

Preservação e conservação

De acordo com Lino, Hannesch e Azevedo (2009),

As ações de gestão biblioteconômica não mais comportam apenas atividades puramente técnicas. Numa época em que o tema preservação do patrimônio e segurança de acervo tornam-se lugar-comum, é imprescindível ter em mente que uma Política de Preservação produz resultados que subsidiam a implementação de ambos. Sendo missão dos profissionais da documentação preservar a documentação para o futuro e prover o acesso também no presente [...].

Os autores ainda argumentam que “uma Política de Preservação deve ser uma ação constituída por uma equipe pluridisciplinar”. Aqui é colocada a participação do bibliotecário no processo decisório e no planejamento com a colaboração do conservador/restaurador como mister para o sucesso da empreitada.

Segundo Conway apud Nardino e Caregnato (2005, p. 388),

em se tratando de coleções de obras raras, a preocupação com a preservação deve ser redobrada em função do inestimável valor econômico e cultural, além da preciosidade e unicidade dos exemplares pertencentes a essas coleções. Entende-se por preservação a “aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais”.

A definição de preservação das autoras evidencia a necessidade de políticas preestabelecidas antes mesmo da aquisição das obras raras.

Ordovás e Steindel [2017?] argumentam que

os acervos de obras raras têm por principal característica a fragilidade dos materiais, quando se trata de obras antigas, as ações do tempo podem ser verificadas em sua intensidade no desgaste das impressões, danos nas lombadas, possíveis infestações de insetos ou fungos, entre outras possibilidades. Estes acervos, geralmente, são de acesso restrito, e precisam receber tratamentos especiais na forma de seu manuseio, guarda e manutenção. Além de monitoramento constante de seu estado. Para que isto ocorra de forma adequada, a criação de políticas de preservação de acervos raros é premente nestas instituições. As políticas de preservação devem ser específicas para estes acervos, por conta das características especiais encontradas nas obras raras, como a possibilidade de digitalização do acervo para conservar o suporte físico.

As autoras destacaram os aspectos inerentes à curadoria de um acervo raro. Além disso, esclareceram quais seriam as consequências da criação e implementação de políticas de preservação para esse acervo:

planejamentos de ações de preservação; possibilita, para a instituição responsável por acervos raros, projetar medidas de preservação; contribuir na tomada de decisão referente a segurança das coleções; elaborar capacitação para os funcionários e usuários que os instrua das formas corretas de lidar com estes tipos de acervos, tornando-os assim agentes de preservação; ter dados para verificar os recursos necessários para manter estes acervos; elaboração de normas técnicas para conservação deste acervo; desenvolvimento de projetos de reprodução do acervo para garantir a preservação dos acervos originais; e salvaguardar estes acervos para a posteridade, sem limitar o seu acesso. (idem, f. 5).

Ordovás e Steindel ([2017?], f. 6) ainda destacam a vinculação da política de preservação com a política de desenvolvimento de coleções e a documentação de todos os procedimentos determinados na política de preservação a partir de um projeto de implantação. Este projeto deverá prever a continuidade dos procedimentos determinando as etapas necessárias.

O fator de segurança fica claro quanto à materialidade da obra, mas principalmente em manter viva a memória registrada no documento.

Processamento técnico

O GEORJ (GAUZ, 1994) ensina que

a catalogação de um livro moderno consiste em fornecer a informação nele contida, e indicar onde pode ser localizado. A catalogação de um livro raro, além disso, consiste na descrição do livro enquanto objeto físico. O cuidado é com o livro depois com seu conteúdo. Obras raras são frágeis e caras. Assim mesmo, sua catalogação tem acompanhado os avanços presentes na Biblioteconomia.

O Grupo de Estudos lembra que marcas de propriedade como carimbos, ex-libris etc., podem ser apagadas habilmente do livro sem deixar vestígios. As informações colocadas na ficha catalográfica, porém, tais como a existência de dedicatórias, assinaturas, numeração, entre outras, promovem a identificação de uma obra roubada mesmo que tenha sofrido as citadas interferências.

Essas abordagens denotam a importância da catalogação, ou descrição catalográfica, para a manutenção da individualidade do exemplar e na segurança dessas obras.

A catalogação automatizada dos livros raros exigiu uma maior padronização nas etapas da descrição, onde é principalmente exercida através das notas, mas, por outro lado, otimizou a saída dos dados a partir de um maior detalhamento que melhorou o nível da recuperação da informação (GAUZ, 1994, p. 22).

A catalogação de livros raros pressupõe um nível de detalhamento maior que o dos livros comuns, em razão das características extrínsecas e intrínsecas que possui. Essa catalogação auxilia na identificação do exemplar, já que as marcas de propriedade de um item podem ser habilmente apagadas. Por outro lado, esse detalhamento implica morosidade no processo de descrição do item, o que enseja a questão do tempo e do custo envolvidos no processo. Fica a seguinte questão: é mais importante o detalhamento que promoverá a salvaguarda do livro ou a aceleração do processamento técnico? Nesse momento, impõe-se a importância do estabelecimento de políticas para o processamento técnico dessas obras a partir do interesse institucional.

Rodrigues apud Ribeiro (2015, p. 156) descreve a catalogação de livros raros basicamente em três etapas:

1ª etapa: Análise bibliológica – consiste no levantamento de dados que servirá como ponto de partida para as próximas etapas: a pesquisa bibliográfica e a descrição bibliográfica. Na etapa da análise bibliológica, todas as características do

exemplar a ser catalogado deverão ser observadas, incluindo: características bibliográficas: informações sobre autor(es), título, data de publicação, impressor, local de publicação, paginação, presença de licenças e/ou privilégios etc.; características físicas: ilustrações, gravuras, caracteres especiais, disposição do texto, marcas tipográficas etc.; características intrínsecas: falhas na paginação, presença de anotações manuscritas, marcas de propriedade (assinaturas, carimbos, ex-libris) etc.

2ª etapa: Pesquisa bibliográfica – consiste na seleção de fontes bibliográficas para determinação de raridade e levantamento de informações sobre a história da obra e seu autor [...].

3ª etapa: Descrição bibliográfica – consiste em descrever as informações que representam cada obra e, complementarmente, o seu conteúdo.

Greenhalgh e Manini (2013, p. 5, 260), consideram a análise bibliológica um objeto de segurança das obras raras. Explicam que

a representação da informação presente em uma Obra Rara pode ser usada como ferramenta de segurança. A análise bibliológica que visa a descrever todas as características intrínsecas e extrínsecas à produção de um livro raro permite individualizá-lo, servindo como uma representação do objeto que permite identificá-lo em caso de roubo e, também, como método de recuperação da informação presente neste objeto (RODRIGUES *et al.*, 2007). O mesmo ocorre com a fotobibliografia, ou didascálica – como também é chamada –, que visa a copiar a folha de rosto do livro, com a adição de duas barras indicando a quebra de linha, de modo que esta representação da informação contida na folha de rosto de uma Obra Rara permite um primeiro controle de obras ainda não catalogadas (PINHEIRO, 2007). Portanto, além de tornar a obra passível de recuperação, a didascálica serve como agente de segurança, ao ser um documento da existência daquela obra na instituição.

A análise bibliológica é considerada o melhor instrumento para a individualização do exemplar. Esta técnica consiste no

exame da organização material do item e o reconhecimento de seus elementos para descrevê-lo como monumento, a partir de terminologia específica, amplamente dicionarizada e referenciada, [...]. Através do exame do item, folha a folha, página por página, conferindo sua numeração, reclusos e assinaturas, perscrutando a página impressa ou gravada para ressaltar as características materiais que atribuem importância à edição e às marcas do tempo, personaliza-se o exemplar. (PINHEIRO apud GREENHALGH; MANINI, 2013, p. 22).

Os autores ressaltam a necessidade de uma metodologia para verificar as características do livro raro e sua descrição nas notas que podem ser

subdivididas em gerais e locais. As notas gerais são de livre acesso aos consulentes do acervo, mas as notas locais geralmente são de cunho técnico do catalogador. Essas notas tornam-se de grande importância em razão de serem a base da catalogação de obras raras.

A metodologia de averiguação das características dos livros raros e da descrição das notas geradas pela mesma é proposta por Pinheiro (2012), que defende o colacionamento exaustivo em seis aspectos: suporte; capa; texto impresso; ornamentação; marcas intrínsecas e extrínsecas; e apresentação material e aspectos intelectuais; dividindo ainda as notas em gerais e locais. (PINHEIRO apud GREENHALGH; MANINI, 2013, p. 22).

Acesso

A questão do acesso aos acervos raros perpassa o aspecto do acesso presencial do usuário, em que cuidados com o manuseio devem ser estabelecidos, e o aspecto do acesso virtual, em que os cuidados com a preservação física e intelectual da obra rara devem ser observados. Para este fim, são necessárias ações que passam pelos funcionários e a administração da instituição.

ACESSO LOCAL OU PRESENCIAL

No caso do acesso *in loco* do usuário, deve-se ter em mente o que o estudo do GEORJ alerta que

naturalmente, não há tradição no uso de livros raros no Brasil, sendo pois, compreensível, que nossos usuários necessitem de explicação e por que não dizer, alguma educação, quanto ao manuseio correto. Não há, ainda, nem mesmo, uma consciência formada no sentido de se pensar em livro raro como objeto de valor, e que seu empréstimo envolve riscos. (GAUZ, 1994, p. 24).

O Setor de Referência tem uma importância enorme nesta questão do acesso, porque é o bibliotecário de Referência que irá servir de elo entre o usuário e o acervo de obras raras e especiais no momento da consulta. Esse profissional precisa conhecer bem o acervo, mas precisará ir além desse conhecimento, pois será necessário conhecer também as obras de referência e os trabalhos recém-publicados na área.

Apesar de haver uma certa resistência por parte dos usuários de obras raras e especiais em acatar as regras estipuladas para prover a segurança deste acervo, o gestor deve colocar a coleção à disposição do leitor sem descuidar dos cuidados para a segurança do acervo.

Iniciativas básicas devem ser tomadas para a manutenção da segurança do acervo raro e especial mediante o acesso do público. As principais dizem respeito à identificação formal do usuário; à explanação dos motivos que o levam a querer pesquisar uma obra rara e/ou especial; e à orientação sobre o uso correto das obras, o que seria mais recomendável se fosse feita através de um manual de uso ou regulamento.

ACESSO POR MEIO ELETRÔNICO OU DIGITAL

Nardino e Caregnato (2005, p. 391-392), lembram que “além dos cuidados com a integridade física da obra, é preciso a busca por alternativas a fim de manter-se o acesso à informação nela registrada”. Apesar de abordarem a microfilmagem das obras raras e especiais como uma alternativa segura e barata para a preservação do seu conteúdo informativo, as autoras ressaltam que “o processo de digitalização também é uma alternativa viável, pois possibilita que dados impressos sejam armazenados em meio eletrônico, gerando grandes vantagens no acesso aos documentos [...]”.

A literatura especializada defende a utilização da microfilmagem juntamente com a digitalização dos documentos como sistemas híbridos que otimizam não só o acesso, mas também a preservação. Sobre esse tema Nardino e Caregnato (2005, p. 392), asseveram:

a melhor abordagem que desponta, em termos de preservação, é a de um sistema híbrido, que combine filme e reprografia digital de imagem através do processo de reformatação.

A reformatação de documentos envolve recursos da microfilmagem e da reprodução eletrônica através da digitalização. O microfilme, como tecnologia já estabelecida, serve aos objetivos de preservação do documento original, enquanto que a reprodução digital favorece sua disseminação e acesso.

A biblioteca digital surge, deste modo, como o ambiente apropriado para armazenar os documentos eletrônicos resultantes do processo de digitalização. Além de promover a divulgação do acervo, a biblioteca digital de obras raras contribui na preservação dos originais, poupando-os dos desgastes causados pelo uso.

A coordenadoria de biblioteca do TRF 2ª região – Coblib/TRF2

A Biblioteca Afrânio Antonio da Costa é uma Coordenadoria de Biblioteca – Coblib, da Assessoria de Documentação, Informação e Memória da Secretaria Geral do TRF2. Mantém um espaço acessível com equipamentos direcionados ao atendimento às pessoas com deficiência. Possui um acervo

com cerca de 55.000 volumes de obras jurídicas. Os seus serviços são disponibilizados aos usuários internos e externos. Está formando uma sala de obras raras e especiais e uma sala de leitura com temáticas diversas do Direito.

Acervo raro da Coblib/TRF2

A Coleção de Obras Raras da Coblib é formada por cerca de mil volumes adquiridos por meio de compra, em sua maioria, e por doação de desembargadores, juristas, e ainda através da fusão com a Biblioteca da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro – SJRJ, de onde foram incorporados cerca de 250 volumes. A coleção da SJRJ ainda está em análise, já que muitas dessas obras são duplicatas das existentes no acervo da Coblib. Todas essas doações engrandeceram sobremaneira o acervo de Obras Raras desta instituição.

Em 2005, a Biblioteca iniciou um procedimento planejado de aquisição de obras raras/especiais jurídicas através de compra, cuja primeira aquisição teve os seus títulos sugeridos e indicados pelo Desembargador Federal Dr. André Fontes, atual Presidente do TRF2 e profundo conhecedor de obras raras jurídicas. Na compra seguinte, a Biblioteca foi assistida e aconselhada pelo Juiz Federal Dr. Eugênio Rosa, titular da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro e também conhecedor de livros jurídicos raros.

Coleções especiais da Coblib/TRF2

O acervo de obras especiais (algumas delas raras) também deve sua formação à doação de desembargadores aposentados ou falecidos que doaram à Biblioteca seus acervos particulares. Recordar-se, em ordem cronológica, as doações do Desembargador Federal Dr. Celso Gabriel de Rezende Passos, já falecido, seguida da doação do Desembargador Federal Dr. Frederico José Leite Gueiros e, mais recentemente, da Desembargadora Federal Dra. Saleté Polita Maccalóz, falecida no ano de 2017.

Há de se destacar que existem algumas obras raras dentro das coleções especiais. As obras que possuem vestígios de raridade mas ainda não foram identificadas como tal são separadas como “Livros Especiais”.

COLEÇÃO FREDERICO GUEIROS

O acervo da Coleção Frederico Gueiros é composto inteiramente por 157 volumes de obras jurídicas que faziam parte do seu acervo particular.

COLEÇÃO SALETE MACCALÓZ

O acervo da Dra. Salette Maccalóz é composto por cerca de 3.500 volumes distribuídos entre livros, periódicos e avulsos (folhas soltas, manuscritos etc.). É uma singularidade dentro das coleções da Coblíb e merece destaque em razão da diversidade de assuntos abordados em seu bojo, como Sociologia; Política; Filosofia; Psicologia; História; Antropologia; Marxismo; Mulheres; Biografias; Direitos Humanos; Literatura etc. O Direito está na base da formação desse acervo, mas as temáticas relacionadas a sua militância política no Movimento de Mulheres e de Direitos Humanos têm predominância na coleção. O acervo é de tal riqueza histórico-cultural que até obras raras, algumas raríssimas, fazem parte dele. Estas obras raras terão um tratamento diferenciado das demais da Coleção Salette Maccalóz e serão localizadas junto às demais obras raras.

Sala de leitura Salette Maccalóz

A atual Gestão do Tribunal resolveu prestar uma homenagem à ilustre desembargadora ao organizar uma sala onde suas obras serão disponibilizadas ao público em geral. O acervo já está sendo organizado e higienizado para a inauguração da sala, que irá funcionar no 22º andar do TRF2, ao lado da Escola da Magistratura Federal – Emarf e da cafeteria do Tribunal. A ideia é viabilizar o acesso às obras a todos que ali trabalham, participam dos cursos da Emarf e frequentam o Tribunal. As obras raras desta coleção estarão disponíveis ao acesso na Sala de Obras Raras e Especiais.

Critérios para a seleção das obras raras jurídicas da Coblíb

Ainda não existe uma política nacional que oriente a identificação e qualificação de obras raras jurídicas. Com a intenção de contribuir para a padronização de critérios para este tipo de acervo, a Coblíb integra o Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro – GIDJ/RJ, que criou o Grupo de Discussão em Coleções Especiais Jurídicas – GDCEJ com o objetivo de criar subsídios para a implementação da curadoria de acervos raros jurídicos no Estado do Rio de Janeiro.

Para a determinação de critérios para a seleção de obras raras, foram observados alguns critérios estipulados pelo Planor (FBN) e que contemplam qualquer tipo de acervo raro. Concomitantemente, a partir de pesquisas e consultas a profissionais e às instituições que possuem esse tipo de acervo há mais tempo, foram incorporados alguns dos critérios informados por Ribeiro (2015, p. 154-155):

a determinação das obras raras pela Coblib foi baseada em alguns critérios utilizados por bibliotecas jurídicas como a Biblioteca do Ministério da Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

A intenção foi buscar os critérios das bibliotecas que possuem acervos raros jurídicos consistentes, “livros impressos fora do Brasil até 1800; os impressos no Brasil até 1860; edições *princeps*; segundas edições até 1889; edições com tiragem aproximada de 300 exemplares; obras autografadas, com dedicatórias ou numeradas [...]” (RIBEIRO (2015, p. 154-155).

Entretanto, os critérios preestabelecidos não anulam a observação de outros, como os da FBN ou a partir do conhecimento adquirido no GDCEJ, inclusive porque esse trabalho ainda está em desenvolvimento.

Processamento técnico do acervo raro e especial da Coblib

Segundo Kakumori apud Ribeiro (2015, p. 155), “a catalogação de livros raros não pode ser igual à catalogação de livros comuns”. A autora ressalta a necessidade da adoção de uma catalogação mais apurada para os livros raros e especiais ao destacar a seguinte afirmação:

Algumas bibliotecas procedem à catalogação das obras raras apenas as identificando no nº de localização das mesmas na estante. Porém, a descrição catalográfica é de suma importância para registrar os detalhes de raridade e físicos da obra, isso poderá ser fundamental para a sua segurança, já que esse tipo de descrição faz uma fotobibliografia do livro.

Para a descrição do livro raro na Coblib, apesar da existência da Catalogação Descritiva de Livros Raros – DCRM (b), que é uma variação do AACR2 e que deveria ser utilizado na descrição de todos os materiais publicados antes de 1801, utilizamos o ACCR2, tendo como base a utilização de notas gerais determinadas pelo *software* Sophia e notas locais criadas pelo Processamento Técnico. Estas notas são obrigatórias, pois nelas serão registradas todas as impressões advindas da análise bibliológica procedida. As notas sobre a descrição de um trabalho (incluindo a descrição de ligação, impressão e tipologia) também são valiosas. As notas locais são utilizadas para informações específicas do exemplar.

Preservação e conservação do acervo raro e especial da Coblib

Para a preservação de suas obras raras e especiais, a Coblib iniciou um projeto de digitalização das obras raras que entraram em domínio público,

observando sempre os prazos específicos determinados na Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direito Autoral). Nos países signatários da Convenção de Berna, como é o caso do Brasil e da França, uma obra entra em domínio público setenta anos após o falecimento de seu autor. Mas existem outros países em que o prazo é de 50 anos, como a Itália. As principais obras raras da área jurídica foram publicadas principalmente na França, Espanha e Itália.

A conservação do acervo é relativamente boa, já que o TRF2 autoriza a higienização dos acervos da Coblib anualmente. A Coblib não tem dificuldades na liberação de verba para a aquisição de serviços, equipamentos e materiais que promovem a preservação e conservação dos acervos raro e especial, assim como acontece com o acervo geral também. As obras mais danificadas são acondicionadas em invólucros confeccionados em papel de pH neutro.

A Sala de Obras Raras e especiais é composta por estantes deslizantes e vai contar com um aparelho termo-higrômetro, mas não terá desumidificadores e sim purificadores, pois o prédio do Tribunal não é situado em lugar úmido.

Acesso ao acervo raro e especial da Coblib

Como as coleções de obras raras e especiais estão na fase de organização, ainda não foram liberadas para o acesso ao público. Inicialmente, pretende-se adotar os mesmos procedimentos da FBN, sem livre acesso e com alguns cuidados como a utilização de luvas de algodão, por exemplo.

O acesso ao acervo raro e especial será restrito, nos mesmos moldes do sistema de atendimento da Biblioteca Nacional. Consulta nas bases de dados e solicitação da obra ao funcionário da Coblib. O empréstimo do documento físico será vedado.

A Coblib possui uma Biblioteca Digital – BD, onde o livro raro e especial já digitalizado está disponível como objeto digital. A ideia é dar acesso ao público a esse material através da base de dados da BD.

Projeto de dinamização das coleções de obras raras e especiais da biblioteca do TRF 2ª região

O Projeto de Dinamização da Organização e do Tratamento Técnico da Coleção de Obras Raras da Biblioteca do Tribunal Regional da 2ª Região foi concebido em 2015 como Projeto de Sala de Obras Raras e Especiais Jurídicas, e tinha como objeto a gestão e curadoria da coleção de obras raras do TRF2. Foi ratificado pelo TRF2 por meio do Projeto Administrativo TRF-2-ADM-2017/00334. Hoje, o alcance do projeto foi ampliado em razão das coleções especiais recebidas e as que certamente estão por vir.

O intuito do projeto é estabelecer metodologias e procedimentos para a seleção, aquisição, organização e manutenção dos acervos raros e especiais,

e, sobretudo, a implantação de uma sala de obras raras e coleções especiais dentro das conformidades necessárias. O projeto possibilitou a elaboração de critérios norteadores de raridade bibliográfica, o estabelecimento de um modelo de catalogação apropriada à descrição dos livros raros, e colocou, acima de tudo, a necessidade da manutenção de um espaço para a perpetuação da memória do Direito através da produção jurídica representada na Coleção de Obras Raras e Especiais e na produção intelectual dos magistrados e desembargadores da Justiça Federal da 2ª Região.

O instrumento de gerenciamento dos acervos raros e especiais preconizado pelo projeto consiste na otimização das atividades de pesquisa, catalogação, classificação e indexação, além da ampliação do espaço físico destinado ao armazenamento das obras raras através da aquisição de estantes deslizantes próprias para manutenção da salvaguarda do acervo, mobiliário apropriado para a consulta ao acervo e climatização adequada para a preservação e conservação das obras.

O projeto está inserido no Planejamento Estratégico da Justiça Federal, cujo objetivo estratégico é aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da Justiça Federal. Possui as seguintes premissas: tratamento técnico da coleção de obras raras e especiais do TRF2 e digitalização das obras que estão em domínio público; e tornar a coleção de obras raras e especiais do TRF2 acessível de forma segura a todos os cidadãos, magistrados e servidores. Os benefícios esperados: preservação, conservação e segurança para obras raras e especiais. O objetivo final é a celeridade na prestação jurisdicional. A disponibilidade do acervo da Coleção de Obras Raras da Coblib ao público está nesse contexto em razão da importância de obras que representam a doutrina sedimentada do Direito (RIBEIRO, 2015, p. 154).

Bibliotecas jurídicas e os acervos raros e especiais

O levantamento a seguir teve por objetivo aferir se as bibliotecas arroladas possuem políticas determinadas em instrumento oficial da instituição em que estão inseridas, e se essas políticas abarcam os aspectos técnicos e administrativos necessários para a otimização da gestão e curadoria dos acervos raros e especiais. As rotinas que deverão ser observadas são: aquisição, catalogação, classificação, indexação, armazenamento, conservação, preservação e acesso das obras raras e especiais. Essas políticas são de suma importância para a viabilização da segurança dos acervos. Apesar de a pergunta se referir a acervo raro, nas respostas ficou implícita a existência de acervos especiais ou não.

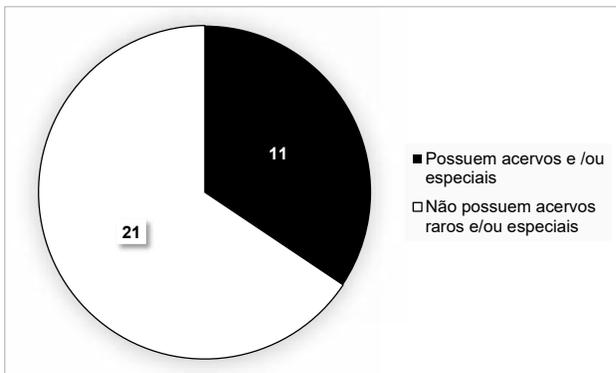
QUADRO 1 – BIBLIOTECAS JURÍDICAS PESQUISADAS

Justiça Federal / Poder Judiciário RJ	Possui acervos raros?	Possui políticas formais/institucionais para a gestão destes acervos?
Conselho da Justiça Federal	não	não
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (sede – Brasília)	sim	não
Tribunal Regional Federal da 2ª Região (sede – Rio de Janeiro)	sim	não (em elaboração)
Tribunal Regional Federal da 3ª Região (sede – São Paulo)	sim	não
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (sede – Porto Alegre)	sim	não
Tribunal Regional Federal da 5ª Região (sede – Recife)	sim	não
Seção Judiciária do Estado da Bahia	não	não
Seção Judiciária do Estado da Paraíba	não	não
Seção Judiciária do Estado de Alagoas	não	não
Seção Judiciária do Estado de Goiás	não	não
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	não	não
Seção Judiciária do Estado de Pernambuco	não	não
Seção Judiciária do Estado de Rondônia	não	não
Seção Judiciária do Estado de Roraima	não	não
Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina	não	não

Seção Judiciária do Estado de Sergipe	não	não
Seção Judiciária do Estado do Acre	não	não
Seção Judiciária do Estado do Amapá	não	não
Seção Judiciária do Estado do Amazonas	não	não
Seção Judiciária do Estado do Distrito Federal	não	não
Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo	sim	não
Seção Judiciária do Estado do Maranhão	sim	não
Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso	não	não
Seção Judiciária do Estado do Pará	não	não
Seção Judiciária do Estado do Paraná	não	não
Seção Judiciária do Estado do Piauí	sim	não
Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte	não	não
Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul	não	não
Seção Judiciária do Estado do Tocantins	não	não
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	sim	sim
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro	sim	não
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Estado do Rio de Janeiro)	sim	não

GRÁFICO 1 – DEMONSTRATIVO DA EXISTÊNCIA DE ACERVOS RAROS E/OU ESPECIAIS AVERIGUADA NO QUADRO 1

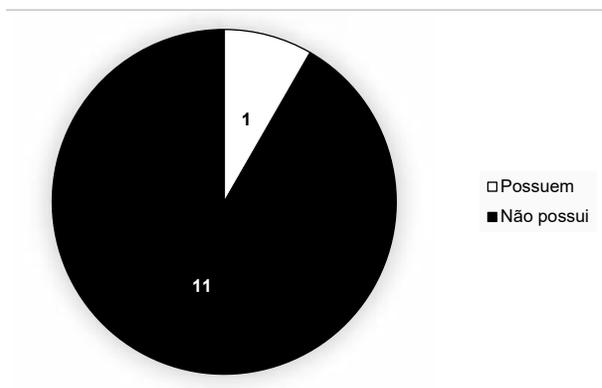
Bibliotecas Pesquisadas: 32



Fonte: a autora, 2018.

GRÁFICO 2 – DEMONSTRATIVO DA EXISTÊNCIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS AVERIGUADA NO QUADRO 1

Políticas institucionais: 12 Bibliotecas



Fonte: a autora, 2018.

Análise dos resultados

No universo de 32 instituições pesquisadas, verificou-se que todas as bibliotecas dos tribunais regionais federais e do Judiciário fluminense possuem acervos raros e/ou especiais. Isso demonstra que uma boa estrutura institucional é relevante para a aquisição e manutenção dos acervos raros e especiais.

Ficou clara uma certa dificuldade das bibliotecas menores – no caso, as das seções judiciárias que integram a Justiça Federal de primeiro grau – em adquirir, tratar e manter esses acervos.

A exceção à regra foi a Biblioteca do Conselho da Justiça Federal – CJF, que, apesar de ter uma ótima estrutura institucional e coordenar a Rede de Bibliotecas da Justiça Federal – Jusdata, optou por doar seu acervo raro e especial para a Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça – STJ, sob o argumento da necessidade de priorizar o acervo que atende diretamente aos usuários da biblioteca. Tal argumento pode constituir uma ameaça à manutenção dos acervos raros e especiais das outras bibliotecas da Justiça Federal, pois o CJF está no topo da hierarquia – assim, suas decisões influenciam todas as áreas das instituições integrantes da Justiça Federal.

A pesquisa de campo realizada com as bibliotecas integrantes do Jusdata e do Judiciário do Rio de Janeiro verificou que:

- muitas bibliotecas possuem acervos especiais como a Biblioteca do TRF1, que possui uma coleção preciosa chamada Coleção Depositária, e a Biblioteca da TRF3, que possui um acervo de obras anteriores a 1965 consideradas especiais. Nessas instituições não existem profissionais com conhecimento técnico para distinguir as obras raras nestes acervos;
- a catalogação é a mesma praticada no tratamento do acervo geral;
- as coleções especiais são separadas do acervo geral;
- costuma-se emprestar, dependendo de quem solicita a obra;
- alguns critérios são estabelecidos para atentar para as ações de preservação e conservação das obras;
- a Biblioteca do TRF2 está desenvolvendo as suas políticas para gestão e curadoria dos acervos raros e especial.

A única biblioteca que tem políticas institucionalizadas é a Biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJ/RJ. A razão para isso poderia ser o fato de se tratar de uma biblioteca com cerca de 120 anos de existência e que possui um acervo de cerca de 155 mil volumes, com obras que são referência para o direito estadual. Mas, na verdade, a razão principal é que esta biblioteca ganhou a certificação ISO 9001 (Gestão da Qualidade) quando houve a fusão do seu acervo com o da Biblioteca da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – Emerj. A Biblioteca da Emerj já era certificada, muito em razão da qualidade e atualidade de seu acervo e pelos serviços e cursos que oferece. Assim, a certificação ficou com a Biblioteca do TJ/RJ porque hoje só existe esta biblioteca.

A Biblioteca do TJ/RJ conta com uma sala de obras raras e coleções especiais com todo o aparato necessário para a preservação e conservação dos acervos: termo-higrômetros digitais; desumidificadores; monitoramento ambiental de seis em seis meses; e pessoal treinado em diagnóstico de

preservação e conservação de acervo raro, na confecção de invólucros de proteção e nas noções de pequenos reparos. A falha fica por conta da falta de higienização do acervo.

As políticas para o processamento técnico foram retiradas do antigo manual técnico produzido durante os anos de prática. As políticas para a curadoria e gestão do acervo raro possuem o cunho institucional em razão da constituição de regras chamadas Rotinas Administrativas, implantadas a partir da consultoria da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ nas áreas administrativas do TJ/RJ.

O Projeto de Dinamização da Organização e do Tratamento Técnico da Coleção de Obras Raras elaborado pela Coblil é uma tentativa de institucionalização das políticas estabelecidas para o tratamento e a gestão do acervo raro e especial.

As demais bibliotecas procuram criar ou adaptar as rotinas existentes para a curadoria e gestão do acervo comum ao acervo raro e/ou especial. Nenhuma possui políticas institucionais. Possuem regras e procedimentos somente a nível da biblioteca.

Considerações finais

A Biblioteconomia de livros raros é ainda muito incipiente no Brasil. Isso proporciona uma grande dificuldade para o tratamento das obras raras e, conseqüentemente, o embasamento teórico para o desenvolvimento de políticas institucionais para a segurança e salvaguarda deste tipo de acervo.

No tocante à curadoria e gestão de acervos raros jurídicos, a situação se complica ainda mais, pois quase inexistente literatura especializada sobre o tema. A prática biblioteconômica ainda é a melhor fonte de conhecimento em relação a esses acervos. A constituição de grupos de trabalho, como o Grupo de Estudos em Obras Raras do Rio de Janeiro – GEORJ, e do Grupo de Discussão em Coleções Especiais Jurídicas – GDCEJ/GIDJ/RJ, faz a diferença na padronização de técnicas e procedimentos para a seleção, identificação, tratamento e preservação desse tipo de acervo.

A pesquisa de campo realizada com as bibliotecas integrantes do Jusdata e do Judiciário do Rio de Janeiro foi de suma importância para ilustrar a carência de incentivos institucionais para a aquisição e gerenciamento de obras raras e especiais jurídicas no âmbito da Justiça Federal.

A experiência da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJ/RJ é a prova de que a formalização institucional de políticas ou de procedimentos se faz necessária para viabilizar a aquisição e manutenção de acervos raros e especiais no âmbito das bibliotecas institucionais públicas ou privadas.

O foco no projeto da Coblil foi necessário para demonstrar tecnicamente que é possível a proposta de criação de políticas institucionais. A proposta

de criação da Sala de Obras Raras e Especiais, oficializada pela Direção da Coblíb junto à Assessoria de Documentação, deu ímpeto para o início da formalização de políticas de seleção, aquisição, definição de critérios de raridade, tratamento técnico, armazenamento, segurança e salvaguarda do acervo, além da preservação e conservação de todas as coleções de obras raras e especiais da Coordenadoria de Biblioteca do TRF2, o que pode servir de modelo para as demais instituições da Justiça Federal e do Poder Judiciário como um todo.

Além da constatação do desinteresse institucional por acervos de obras raras jurídicas no âmbito da Justiça Federal, o estudo demonstrou que a segurança dos acervos de obras raras jurídicas e especiais depende de ações técnicas e gerenciais nos campos da catalogação, preservação, conservação e acesso ao acervo, e também que necessita do estabelecimento de regras e procedimentos que deverão estar preconizados em políticas encampadas pelas instituições mantenedoras das bibliotecas jurídicas.

Referências

ARAÚJO, D. M. P. *Introdução às técnicas de acondicionamento e higienização de livros raros e especiais*: atividades da Oficina de Conservação da Divisão de Coleções Especiais. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, Sistema de Bibliotecas/UFMG, Divisão de Coleções Especiais, 2010. 33 f. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12952414/introducao-as-tecnicas-de-acondicionamento-e-higienizacao-de>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CARVALHO, M. C.; FERNANDES, C. Conservação de livros raros: relato de uma experiência pedagógica. *Perspectivas em Ciências da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, jan.-abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2018.

DOMÍNIO público. In: WIKIPÉDIA. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom%C3%ADnio_p%C3%ABlico. Acesso em: 30 jun. 2018.

GAUZ, Valéria (org.). *Segurança em acervos raros*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos em Obras Raras do Rio de Janeiro – GEORJ, Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

GREENHALGH, R. D.; MANINI, M. P. Análise bibliológica: ferramenta de segurança em coleções de livros raros. *Encontros Bibli*, v. 20, n. 42, p. 17-29, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n42p17/29133>. Acesso em: 30 ago. 2021.

GREENHALGH, R. D.; MANINI, M. P. Segurança de obras raras como possível objeto de estudo da Ciência da Informação. *Transinformação*, Campinas, v. 25, n. 3, set.-dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n3/08.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

- LINO, L. A. S.; HANNESCH, O.; AZEVEDO, F. C. Política de preservação no âmbito do gerenciamento de coleções especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, v. 123, p.59-76, 2007. Disponível em: http://planorweb.bn.br/documentos/Lucia_Alves.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.
- NARDINO, A. T. D.; CAREGNATO, S. E. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, jul.-dez. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126>. Acesso em: 21 maio 2018.
- ORDOVÁS, G. B. J.; STEINDEL, G. E. *Políticas de preservação do acervo de obras raras da BU/UFSC*: um estudo. [Santa Catarina: UFSC, 2017?]. 6 f. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2883>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- PINHEIRO, A. V. A biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. *R. Bibliotecon. & Comum.*, Porto Alegre, n. 5, p. 45-50, jan.-dez., 1990. Disponível em: www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_5dafd56161_0016508.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.
- REIFSCHNEIDER, O. D. B. A importância do acesso às obras raras. *R. I. C. I.*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 67-76, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/910>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- RIBEIRO, A. O. O. *Diagnóstico de preservação da biblioteca de obras raras da Escola de belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBAOR)*: um estudo baseado nos 10 agentes de deterioração da Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2014. 70 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: pantheon.ufrj.br/handle/11422/344. Acesso em: 30 jun. 2018.
- RIBEIRO, M. C. P. Projeto de dinamização da coleção de obras raras da Biblioteca do TRF 2ª Região. *Inf. Prof.*, Londrina, v. 4, n. 1, p. 151-164, jan.-jun. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/23403>. Acesso em: 17 maio 2018.
- SOUZA, S. R. G. *Conceitos e critérios para avaliação de obras raras da biblioteca Ministro Oscar Saraiva*. Brasília, 2014. 34 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, UnB, Brasília, 2014. Disponível em: bdm.unb.br/handle/10483/8624. Acesso em: 30 jun. 2018.

“Cheiro dos livros desesperados”:
preservação e salvaguarda do
acervo Barbosa Lima Sobrinho

Luciana de Avellar Mattos

Especialista em Organização do Conhecimento para Recuperação
da Informação – Unirio, Coordenadora Técnica Bibliotecária do
Núcleo de Memória, Informação e Documentação – Uerj

* Trecho da música “Reconvexo”, de Caetano Veloso.





Resumo

O trabalho objetiva relatar as medidas de prevenção e salvaguarda do Acervo Barbosa Lima Sobrinho. Contextualiza o leitor sobre a figura pública do dr. Barbosa, a Universidade do Estado do Rio Janeiro, a Rede de Bibliotecas e os motivos que levaram à compra de tal acervo. Apresenta a metodologia utilizada para o diagnóstico do acervo e os resultados obtidos, e indica as medidas de prevenção e salvaguarda adotadas pela Rede de Bibliotecas.

Palavras-chave: Bibliotecas – Coleções especiais. Livros – Conservação.

Abstract

The paper aims to report on the prevention and safeguard measures of the Barbosa Lima Sobrinho Collection. Contextualizes the reader about the public figure of Dr. Barbosa, the University of the State of Rio Janeiro, the Rede Sirius – Rede de Bibliotecas Uerj and the reasons that led to the purchase of such a collection. It presents the methodology used for the diagnosis of the collection, the results obtained and indicates the measures of prevention and safeguard adopted by the Network of Libraries.

Keywords: Libraries – Special collections. Books – Conservation.



Apresentação

É esperado que as bibliotecas universitárias atuem como mediadoras do processo de ensino e aprendizagem, e atendam às necessidades da comunidade acadêmica na qual estão inseridas. Cabe a elas disponibilizar aos alunos o material bibliográfico indicado pelos docentes, facilitar o acesso às informações através de bases de dados, periódicos e demais suportes de informação. Contudo, elas também acabam sendo depositárias de documentos históricos que permitem a seus usuários conhecer a realidade social na qual estão inseridos, além de representar um elo entre o passado e o presente.

Preservar um acervo bibliográfico é, acima de tudo, preservar um bem cultural coletivo. As bibliotecas universitárias acumulam esta função na medida em que seus docentes doam seus acervos particulares. Ou, ainda, as bibliotecas universitárias tornam-se depositárias de acervos pertencentes a pessoas ilustres que manifestam o desejo de ver seus acervos disponíveis para a comunidade acadêmica e para a sociedade como um todo.

Uma constante preocupação das bibliotecas universitárias com a preservação de seus acervos, tanto correntes quanto históricos, é a escassez de recursos financeiros a que são submetidas, que contribui para a deterioração e para furtos e sinistros variados.

Este trabalho procura mostrar os esforços envidados pela Rede Sirius em especial, e pela Uerj em geral, no sentido de preservar o Acervo do dr. Barbosa Lima Sobrinho, comprado pela universidade em 2000 atendendo a um desejo do célebre jurista.

Brevíssima biografia do dr. Barbosa Lima Sobrinho

Eu sou partidário da absoluta independência de opiniões.
Barbosa Lima Sobrinho

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, advogado, jornalista, escritor, acadêmico, historiador, professor e político, nasceu em Recife em 22 de janeiro de 1897. Foi um incansável defensor das liberdades políticas e de expressão.

Participou de todas as grandes discussões nacionais – dentre elas, a participação nas eleições indiretas de 1974 na chapa de Ulisses Guimarães –, e da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, que teve sucesso em 1979. Influenciou, de modo ponderado e sempre fiel aos ideais democráticos, a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República em 1985. Sua atuação, ao mesmo tempo aguerrida, equilibrada e sensata, tornou-o um dos mais respeitáveis exemplos de dignidade do povo brasileiro.

Em 1911, começa precocemente sua vida literária colaborando com *A Verdade*, jornal da escola onde estudava. Na imprensa pernambucana, colaborou

com o *Diário de Pernambuco*, com o *Jornal Pequeno* e, principalmente, com o *Jornal do Recife*. Mudando-se para o Rio de Janeiro em 1921, dedicou-se com mais afinco ao jornalismo. A partir de abril daquele mesmo ano, iniciou o que seria uma longa colaboração semanal com o *Jornal do Brasil*. Exerceu a presidência da Associação Brasileira de Imprensa por três períodos. Foi eleito deputado federal por Pernambuco para o triênio 1935-1937. Assumiu o governo do estado de Pernambuco em 1948.

Faleceu em 16 de julho de 2000 aos 103 anos de idade (Uerj, 2001).

Rede Sirius – Rede de Bibliotecas Uerj

Instituída em 1998, a Rede Sirius tem sua origem ligada à da própria universidade, que nasceu da fusão das Faculdades de Ciências Médicas, de Direito, de Ciências Econômicas e de Filosofia, Ciências e Letras.

Sua história tem início na década de 1950, com a fundação das bibliotecas isoladas. Em 1961, é criada a Biblioteca Central e, nos dois anos seguintes, são inauguradas, respectivamente, as Bibliotecas de Engenharia e de Direito. Em 1989, é criado o Sistema de Bibliotecas e, posteriormente, em 1998, é criada a Rede Sirius.

Atualmente, a Rede Sirius é composta por 25 bibliotecas, distribuídas por cinco áreas de conhecimento que desenvolvem produtos e serviços, além de promoverem o intercâmbio com instituições públicas e privadas de âmbito nacional e internacional (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018). A Rede possui também quatro núcleos: Informática; Processos Técnicos; Planejamento e Administração; e Memória, Informação e Documentação (MID).

O Núcleo MID é o órgão coordenador de políticas voltadas à promoção e divulgação da Rede Sirius e de seus programas para preservação da memória institucional e disseminação de informações.

É importante ressaltar que os alunos da universidade fazem um cadastro único e têm acesso a todas as Bibliotecas da Uerj, onde podem consultar o acervo e retirá-lo por empréstimo domiciliar. Contudo, os livros arrolados no próprio núcleo – tanto o acervo MID quanto o acervo Barbosa Lima Sobrinho – são apenas para consulta local.

Desejo do dr. Barbosa

O dr. Barbosa Lima Sobrinho havia manifestado à família o desejo de que, após seu falecimento, seu acervo de livros e documentos, colecionados durante os seus 103 anos de vida, fosse mantido no Rio de Janeiro, cidade que adotou em 1921, ou em Recife, sua cidade natal (FAERSTEIN, 2008).

Em 2000, a Uerj adquiriu seu acervo bibliográfico, arquivístico e museológico, composto por aproximadamente 32 mil itens, dando assim o primeiro passo em direção à implantação do Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho.

A Uerj pretendia usar o casarão situado à rua do Catete, 243, que havia abrigado a Faculdade de Direito, como sede do Centro de Cidadania, que se tornaria um fórum permanente de debates e pesquisa, unindo os ideais da Universidade à história do incansável dr. Barbosa Lima Sobrinho.

Foram iniciados, à época, projetos de organização e tratamento técnico dos diversos acervos com equipe especial contratada, composta por dez pessoas. Além de convênios visando cooperação técnica e patrocínio (FAERSTEIN, 2008).

O Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho pretendia desenvolver suas atividades através de quatro núcleos: Núcleo de Documentação; Núcleo de Estudos, pesquisa, reflexão e atuação para pleno exercício da cidadania; Núcleo de informação jurídica ao cidadão; e Casa de Cultura e Memória da Faculdade de Direito. O Núcleo de Documentação abrigaria o acervo bibliográfico e documental. Os livros e artigos publicados pelo jornalista, bem como o que foi publicado sobre ele, também estariam presentes no Núcleo, que contaria ainda, com um banco de imagem e som, composto de filmes, vídeos, programas de televisão, gravação de fitas sonoras de entrevistas e depoimentos, além de registros fotográficos. Uma homenagem especial à atuação do Dr. Barbosa Lima Sobrinho na vida do país pretendia ser prestada através da reprodução do ambiente original da sala de sua casa, onde costumava receber personalidades e políticos, promovendo discussões sobre questões centrais da política nacional (FAERSTEIN, 2008).

Os demais núcleos seriam dedicados ao aprofundamento das questões sobre o exercício da cidadania e a publicação de manuais sobre os direitos do cidadão, apresentando-os em linguagem acessível e direta, além de atendimento jurídico gratuito e desburocratizado. Pretendia-se conscientizar e aproximar os alunos da Faculdade de Direito da população mais carente e desprovida de auxílio jurídico. Por fim, o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho abrigaria uma Casa de Cultura e Memória da Faculdade de Direito da Uerj, cujo foco seria a organização de cursos, encontros, palestras e seminários da área jurídica com o objetivo de incentivar a pesquisa científica, a produção acadêmica e o intercâmbio no campo do direito. A Casa resgataria, reuniria e organizaria informações e documentos visando à sua preservação, contribuindo para a construção da memória da Universidade e destacando personalidades de relevante atuação no cenário jurídico e político nacional.

Composição do Acervo Barbosa Lima Sobrinho (BLS)

A comissão que coordenou a compra e implantação do Centro de Cidadania decidiu manter a unidade do acervo, pois considerou que se tratava de acervo de pessoa célebre. Sabemos que coleção como esta é mais valorizada pelo seu conjunto e pela possibilidade de ensinar novas pesquisas.

O acervo pode ser dividido em três partes principais: bibliográfico, arquivístico e museológico. O acervo bibliográfico é composto por cerca de 22 mil itens (livros e seus exemplares e periódicos). Entre eles, encontram-se cerca de 180 obras valiosas e/ou raras das áreas de direito, filosofia, história, política e literatura.

A equipe técnica da Rede Sirius decidiu catalogar primeiramente os exemplares valiosos e, para tanto, utilizou *Obras Raras e Valiosas: Manual de Procedimentos* (da Rede Sirius) como norteador do processo de inclusão dos exemplares valiosos no catálogo *online* da Rede Sirius.

A análise bibliológica desses itens foi realizada observando-se não só as informações contidas na página de rosto, mas também nas páginas preliminares, dedicatórias, prólogos, entre outros, a fim de determinar as particularidades de cada um dos exemplares – autógrafos, marginais, marcas de propriedade etc. O interessante é que o dr. Barbosa fazia poucas anotações às margens do texto. Ele preferia escrever em pequenas folhas de papel e deixá-las entre as páginas dos livros. Muitas vezes ele colava essas anotações nas folhas de guarda dos livros.

Os demais itens do acervo também foram catalogados com base no AACR2 (*Anglo American Cataloguing Rules*). Utilizou-se também a CDU (Classificação Decimal Universal) e a Tabela de Cutter-Sanborn para compor o número de chamada do livro. Optou-se pela utilização de filipetas de papel alcalino para identificar toda a coleção e a utilização de lápis 6B para escrever o número de tombamento do exemplar.

O acervo arquivístico é composto por vasta documentação com uma ampla diversidade de gêneros documentais assim classificados: Textuais: pareceres, processos, cartas, boletins, recortes de jornais, estatutos, contratos, documentos pessoais, certidões; Iconográficos: fotografias, cartões postais, cartazes, ilustrações, desenhos e gravuras; Audiovisuais: discos de vinil, fitas VHS, CDs, filmes 8 mm e fitas K7; Cartográficos: mapas e plantas.

O acervo museológico é composto de objetos diversos, entre os quais comendas, medalhas e mobiliário (FAERSTEIN, 2008).

Diagnóstico do acervo bibliográfico

Quando da compra do acervo, ainda na residência que pertencia ao dr. Barbosa, constatou-se que o acervo apresentava-se desorganizado, mal-acondicionado, e malconservado. Além disso, parte dos documentos estava infectada por fungos.

No ano de 2001, a Uerj contratou, com recursos próprios, uma equipe para inventariar e transferir todo o acervo da residência do dr. Barbosa para o Edifício Pedro Ernesto (Rua Fonseca Teles, 121), onde o trabalho de higienização ocorreria. A sala principal da residência abrigava a coleção de livros raros e os livros de maior interesse do dr. Barbosa. Foram estes os primeiros itens a serem retirados, higienizados e armazenados em lugar seguro.

Ainda na residência, todo o acervo passou por higienização preliminar – ou seja, apenas escovação mecânica (cabeça, capas e corte). Os livros foram armazenados em caixas de papelão e as caixas foram identificadas de acordo com o cômodo da casa a que pertenciam. Não houve tempo para proceder a uma higienização mais minuciosa, pois a casa precisava ser desocupada rapidamente.

Segundo o manual de diagnóstico de conservação para acervos arquivísticos e bibliográficos (2014, p. 27, 28):

[...] O edifício que abriga a coleção é considerado o primeiro invólucro de proteção física dos acervos e por isso o diagnóstico deve ser iniciado pela descrição de suas características e de seu entorno. Sabe-se que o clima local, as intempéries e o comportamento do edifício em relação ao ambiente são determinantes do seu grau de preservação. Por isso, a avaliação deverá incluir informações sobre localização e orientação do sol; predisposição climática local; e a proximidade com elementos que possam oferecer riscos à edificação e aos acervos, como por exemplo, uma estação rodoviária ou o metrô, que provoquem vibração. Em resumo, o edifício precisa ser avaliado quanto à sua capacidade de resistir a eventos climáticos e de atuar como agente de proteção do acervo.

Sendo assim, o ambiente físico contribui positivamente ou negativamente para o armazenamento e segurança das coleções bibliográficas. O clima, as intempéries e o comportamento do edifício em relação ao ambiente são determinantes para o grau de preservação do acervo. O edifício deve ser vistoriado previamente quanto à sua conservação e rotinas de manutenção. Existem danos facilmente visíveis nas estruturas físicas, contudo existem outros que não são percebidos até que ocorra um sinistro. Em prédios públicos, onde a manutenção é muitas vezes negligenciada por falta de verbas, a situação é ainda mais delicada. Nem sempre é possível observar ou prever todos os possíveis problemas e os profissionais acabam contando com a sorte para preservar seus acervos.

No final de 2002, um incêndio nos andares superiores do Edifício Pedro Ernesto, que abrigava o acervo já higienizado, ocasionou a paralisação temporária das atividades e a transferência dos trabalhos de organização e tratamento do acervo para o *campus* Maracanã. Os exemplares higienizados e encaixotados foram transferidos para a ala A do mesmo edifício. Algum tempo depois, ainda em decorrência do incêndio, houve um rompimento de cano d'água sobre as caixas de livros higienizados, molhando cerca de 500 exemplares, imediatamente transferidos para o Arquivo Nacional para recuperação. Os livros molhados eram livros modernos, já do século XX, em sua maioria brochuras.

Uma segunda higienização foi realizada em 2006 e foram incluídas atividades de vistoria biológica e um diagnóstico do estado de conservação das obras.

O diagnóstico de coleções pode fornecer dados quantitativos sobre características do acervo, além, de indicar problemas e necessidades de preservação. Por meio dessas informações é possível, por exemplo, conhecer e avaliar a extensão e a gravidade de determinados danos e ainda detectar os fatores que os causaram, conduzindo ao mapeamento de importantes riscos. (INSTITUTO, 2014, p. 22).

Todos os livros foram vistoriados e os danos encontrados foram descritos em uma base de dados visando ao diagnóstico preciso das intervenções a serem realizadas. A vistoria possibilitou a determinação dos custos para a recuperação do acervo, fornecendo o número exato de intervenções e o grau de complexidade dessas intervenções. Todos os custos precisavam ser previstos antecipadamente visando à adequação ao orçamento de cada uma das fases do projeto.

Identificação dos danos

A avaliação dos danos encontrados no acervo e as consequentes necessidades de conservação foram apreciadas nesta etapa do trabalho. “Há danos facilmente visíveis, como por exemplo, os derivados da água, e outros que não são percebidos, até que ocorra um sinistro. São aqueles associados ao fogo, roubo e vandalismo ou ainda à ação de pragas” (INSTITUTO, 2014, p. 33).

Cabe ressaltar que todos os exemplares foram higienizados mecanicamente, folha a folha, com remoção de sujidades superficiais e pontos de oxidação, limpeza das capas e dos cortes, além de um diagnóstico acerca de seu estado de conservação. Foi criada ainda uma ficha técnica para alimentar a base de dados com informações detalhadas sobre cada exemplar higienizado e diagnosticado.

Quanto aos problemas detectados na encadernação, podemos destacar: rasgos, dobras, vincos, cantos com “orelhas”, desprendimento total ou parcial

da lombada, rompimento das costuras, esmaecimento do papel e do couro devido à incidência de luz direta, acidificação do papel, ferrugem causada por cliques presos às páginas, fitas adesivas, poeira, fungos e insetos.

Em 2007, na ocasião de abertura de algumas caixas com exemplares do acervo, foi detectada a presença de dejetos de insetos. Constatada a presença de insetos e fungos, decidiu-se deslocar a equipe de higienização do *campus* Maracanã para o Edifício Pedro Ernesto, a fim de realizar vistoria detalhada de todos os exemplares lá armazenados, com a separação dos materiais com infestação e infecção.

Medidas de conservação e salvaguarda do acervo

As atividades de higienização foram concluídas em novembro de 2007 e o acervo foi transferido para o Núcleo de Memória, Informação e Documentação, no segundo andar do Bloco C do Pavilhão João Lyra Filho, onde se encontra armazenado até hoje. É importante ressaltar que o núcleo onde o acervo está fisicamente alocado tem leiaute diferente das bibliotecas da Uerj. No Núcleo MID não há um salão de leitura com diversas mesas e cadeiras onde os alunos podem permanecer estudando. Lá existe apenas uma mesa destinada aos pesquisadores, que fica próxima à área de trabalho dos servidores do núcleo.

O tratamento técnico do acervo bibliográfico Barbosa Lima Sobrinho e a disponibilização do acervo no catálogo *online* da Rede Sirius também estão concluídos. Cerca de 40% do acervo encontra-se em estantes deslizantes e o restante em estanteria fixa, ambos no segundo andar do Pavilhão João Lyra Filho, no Núcleo de Memória, Informação e Documentação da Rede Sirius.

A preservação de cada um dos itens bibliográficos está intimamente ligada à forma como estão armazenados e os cuidados que são tomados para a sua conservação. Sendo assim, os livros encontram-se armazenados em estanterias de aço não compactadas – para facilitar a retirada dos exemplares. Utilizamos bibliocantos mantendo os livros na posição vertical a fim de não danificar as costuras, e naqueles livros que estejam com capas soltas, colocamos cordões de algodão. Os exemplares mais danificados estão acondicionados em caixas de papel alcalino. Toda estanteria está coberta com tecido de algodão para evitar que sujidades se depositem nas cabeças dos livros. Os exemplares estão livres de cliques, fitas adesivas ou qualquer outro material encontrado entre as páginas. Todo o acervo sofreu higienização em 2015 e é vistoriado periodicamente a fim de detectar insetos e outras pragas.

A Rede Sirius, através da Ordem de Serviço 003/2010, estabelece diretrizes para identificação, processamento técnico e conservação do acervo de obras raras e/ou valiosas existentes na Universidade. Este é o único documento normativo que trata da catalogação e conservação deste acervo específico. Não existe um documento que estabeleça uma política de preservação de acervo.

A segurança patrimonial de toda a universidade é realizada através de um quadro de vigilantes que atuam no *campus* universitário zelando pelos bens patrimoniais, prestando apoio logístico em eventos na Universidade e atendendo e registrando ocorrências no *campus*. Embora os vigilantes façam rondas e estejam baseados em postos nos andares dos prédios, eles não ficam dentro das bibliotecas e demais setores. O Núcleo possui uma única câmera na porta de entrada onde as imagens ficam gravadas, e não existe monitoramento por vídeo na área de trabalho.

Somente os servidores do Núcleo MID, onde está armazenado o acervo BLS, estão autorizados a retirar as chaves do setor. Os funcionários de limpeza e manutenção (lógica e elétrica, entre outras) só têm acesso ao setor durante o período de expediente, sendo proibida a entrada e permanência no Núcleo quando não existe um servidor autorizado.

Não há uma separação física entre a área de armazenamento do acervo e a área de trabalho e consulta. A coleção está dividida em dois ambientes: uma sala permanentemente fechada e com estanteria fixa a que somente os servidores do Núcleo de Memória têm acesso; outra parte encontra-se em estantes deslizantes, fechadas a chave, na sala principal do Núcleo MID. Nesta sala, os servidores fazem trabalhos administrativos e recebem os usuários interessados no acervo, não existindo, portanto, salão de leitura.

O usuário não tem acesso livre à coleção. Somente os servidores têm acesso às estantes deslizantes, que ficam permanentemente trancadas, ou à sala fechada que guarda a estanteria fixa. O usuário solicita ao bibliotecário o livro desejado e pode consultá-lo em uma mesa no próprio Núcleo, tendo acesso a todos os itens da coleção sem que haja necessidade de agendamento ou apresentação de projeto de pesquisa. Os usuários não podem deixar a sala com o material ou fazer cópia (xerox), podendo somente fotografar sem *flash*.

É importante ressaltar que os livros mais consultados deste acervo não são as obras raras, e sim os livros “modernos”. O acervo BLS possui muitos livros que se encontram esgotados no mercado editorial e/ou que tiveram uma tiragem reduzida, e são eles os que despertam maior interesse na comunidade acadêmica. Livros que não tiveram uma tiragem comercial e que tratam de assuntos como política e administração pública também são muito consultados.

Até o momento não existe nenhum projeto visando à digitalização do acervo Barbosa Lima Sobrinho. Como forma de divulgar o acervo, criamos um *hotsite* na página da Rede Sirius onde estão digitalizadas as folhas de rosto dos livros raros.

Sendo assim, podemos dividir as medidas de preservação e salvaguarda do acervo BLS em dois aspectos: medidas que visam à conservação/preservação do livro em si e aquelas tomadas quanto ao acesso à coleção. Com relação à conservação podemos destacar a utilização de estanteria de aço, a utilização de bibliocantos e o cuidado de nunca manter as estantes compactadas,

como medidas que promovem uma melhor circulação de ar entre os livros e facilitam a retirada dos exemplares para consulta. A conservação dos itens danificados utilizando-se cordões de algodão, caixa de papel alcalino e tecido de algodão cobrindo as cabeças dos livros têm se mostrado uma forma eficaz de evitar o depósito de sujidades nas obras e de manter a unidade física do material, evitando a perda de folhas e/ou das capas. A higienização periódica permite aos servidores observar o acervo e detectar precocemente qualquer modificação no estado físico das obras.

Com relação ao acesso à coleção é importante destacar que toda a equipe entende a importância do acervo BLS e a necessidade de preservá-lo. Os servidores sempre verificam o fechamento das estantes e não permitem o acesso dos usuários à sala que armazena o acervo ou sua permanência entre as estantes deslizantes. Quando o livro é retirado para consulta a equipe fica atenta ao comportamento do pesquisador e devolve o item à estante imediatamente após sua utilização. Até o momento não houve qualquer tentativa de furto ou mesmo de causar algum dano à coleção BLS. Os pesquisadores interessados em consultar o acervo se identificam na entrada do Núcleo e em sua maioria são alunos da Universidade.

Considerações finais

O compromisso de valorizar a memória nacional e o respeito aos cidadãos, expressos pelo dr. Barbosa Lima Sobrinho, foram os norteadores do Centro de Cidadania que levaria seu nome. Contudo, em se tratando de um projeto dessa magnitude muitos entraves se apresentaram ao longo dos anos. A restauração do imóvel escolhido e a adaptação ao novo uso se mostraram mais complexas que o previsto. A burocracia, inerente ao serviço público, a falta de recursos financeiros e, sobretudo, a magnitude do projeto – em que várias áreas seriam contempladas – contribuíram enormemente para sua descontinuidade. Atualmente, em um dos prédios que compõem o conjunto arquitetônico da rua do Catete, 243, funciona o Programa *Startup* Rio (iniciativa pública privada para fomentar a cultura de empreendedorismo).

O acervo bibliográfico, cuja assessoria técnica é de competência da Rede Sirius – Rede de Bibliotecas Uerj está sob a responsabilidade de uma bibliotecária e se encontra alocado no Núcleo de Memória, Informação e Documentação, disponível para consulta através do Catálogo *online* da Rede Sirius.

Quanto aos acervos museológico e arquivístico, eles encontram-se armazenados em duas salas na Faculdade de Direito da Uerj, ainda sem previsão de disponibilização aos interessados.

Referências

FAERSTEIN, Sônia. *Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho*: relatório sobre o processo de implantação. 2008. Pag. irreg.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Manual de diagnóstico de conservação para acervos arquivísticos e bibliográficos*. Brasília: Cenedom, 2014. 83 p., il. col., 27 cm. (Arqmuseus/Bibliomuseus, 1).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho [informativo]. [Rio de Janeiro], [2001]. 27 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rede Sirius. *Obras raras e valiosas*: manual de procedimentos. Rio de Janeiro, 2002. 35 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rede Sirius. Ordem de serviço 003/2010. Rio de Janeiro, 2010. 4 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rede Sirius. *Site da Rede Sirius – Rede de Bibliotecas Uerj*. Disponível em: www.rsirius.uerj.br/novo. Acesso em: 28 maio 2018.

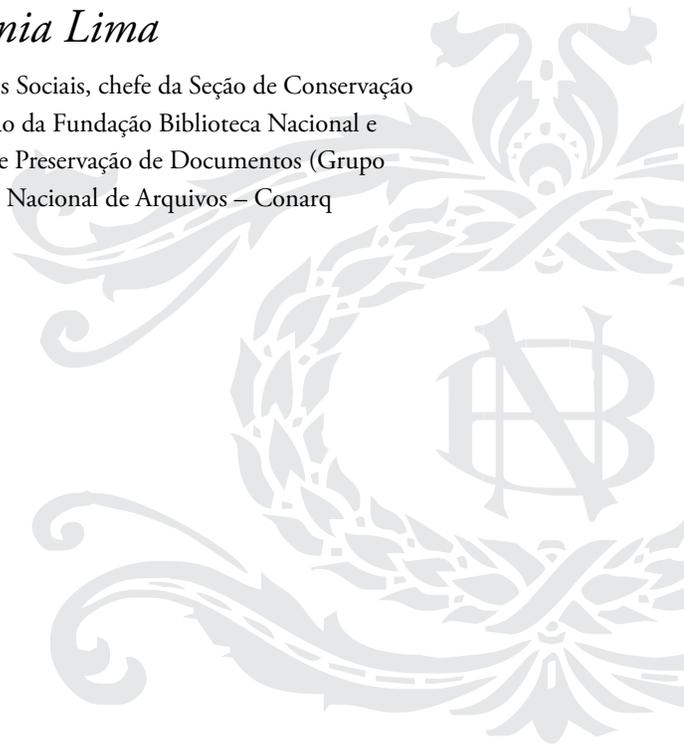
Preciosidades do Acervo



Conservação preventiva em processos de exposições: o caso do acervo Piranesi na Biblioteca Nacional

Gilvânia Lima

Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais, chefe da Seção de Conservação da Coordenadoria de Preservação da Fundação Biblioteca Nacional e integrante da Câmara Técnica de Preservação de Documentos (Grupo de Segurança) do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq





Resumo

Este trabalho apresenta um panorama contemporâneo dos processos de exposições da Biblioteca Nacional por meio do estudo de caso do acervo Piranesi. O estudo investiga de que maneira a Biblioteca Nacional garante a preservação e a segurança dos acervos que são emprestados para fins de exposição e também ressalta a importância da aplicação da conservação preventiva e da atuação do conservador-restaurador desde o início do processo até o retorno do acervo à instituição. A análise das exposições do acervo Piranesi revela a importância do aprofundamento do debate acerca da preservação e da segurança na construção das políticas institucionais de gestão de acervo.

Palavras-chave: Conservação preventiva. Segurança. Exposições. Gestão de acervo. Piranesi.

Abstract

This work presents a contemporary overview of the processes of exhibitions at the National Library, using the Piranesi collection as a case study. The study investigates how the National Library guarantees the preservation and security of collections that are lent for exhibition purposes. It emphasizes the importance of applying preventive conservation and the role of the conservator-restorer from the beginning of the process until the return of the collection to the institution. The analysis of the exhibitions of the Piranesi collection reveals the importance of deepening the debate on preservation and security in the construction of institutional policies for managing the collection.

Keywords: Preventive conservation. Security. Exhibitions. Collection management. Piranesi.



Introdução

Este artigo foi desenvolvido a partir da dissertação de mestrado “Os desafios da preservação e da exposição de obras de arte – O caso do acervo Piranesi na Biblioteca Nacional”,¹ que investigou de que maneira a instituição preserva e dá acesso ao seu monumental acervo por meio de exposições. O estudo se concentrou na análise crítica das intervenções de conservação-restauração realizadas no acervo Piranesi no decurso de suas exposições. O exame dessas intervenções suscitou questões relacionadas à atuação do conservador-restaurador, à ética da profissão e às políticas institucionais de preservação do acervo.

O presente trabalho apresenta um panorama mais detalhado² dos processos de exposições da Biblioteca Nacional a partir das exposições do acervo Piranesi e examina a relevância da aplicação de conceitos de conservação preventiva para a consolidação das políticas de segurança da instituição.

A conservação preventiva se caracteriza por ações indiretas, de cunho preventivo, no acervo: procedimentos de segurança, de controle ambiental (temperatura, umidade, luz e poluição atmosférica), controle de pragas e planos de emergência. Têm impacto sobre todo o acervo da instituição e evitam ou minimizam os danos aos quais ele está sujeito, aumentando a sua permanência.³

A missão institucional da Biblioteca de preservar o seu acervo e a crescente demanda de acesso por meio de exposições impõe a necessidade da intensificação dos procedimentos de segurança do acervo. Nesse contexto, o presente texto propõe um olhar mais ampliado sobre a conservação preventiva que permeia todas as etapas dos processos de exposições.

O artigo se desenvolve em duas partes. A primeira parte descreve todas as etapas dos processos de exposições, desde as primeiras análises para empréstimo do acervo até o retorno do acervo à instituição. A segunda parte apresenta a obra de Piranesi no acervo da Biblioteca Nacional, contextualizando a implementação de instrumentos de segurança do acervo no decurso das suas exposições.

1. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – para obtenção do grau mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais em 20 de maio de 2016. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Almeida Kornis e co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/16816>.

2. O texto da dissertação descreve mais resumidamente no capítulo 4 os processos de exposições dentro de um contexto mais ampliado de difusão de acervo da instituição.

3. *Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage*, aprovada na 15^a Conferência Trienal do ICOM-CC, em Nova Delhi, no período de 22 a 26 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cz-museums.cz/amg/UserFiles/File/komise/kkrp/icom-cc-terminology-rev23.pdf>. Acesso em: 30 de ago. 2021.

O processo de empréstimo de acervo da Biblioteca Nacional para fins de exposições

Normatização, ações administrativas e recomendações

Nas últimas décadas, a Biblioteca Nacional vem implementando um conjunto de procedimentos que viabilizam os processos de empréstimo de seu acervo para fins de exposição. Tais procedimentos são operados por equipes de setores diferentes com competências específicas que são acionadas conforme o andamento do processo administrativo instaurado a cada projeto de exposição. Esses processos de exposições envolvem diversas ações administrativas e minuciosos procedimentos técnicos de análise, processamento, tratamento e digitalização do acervo.⁴

As ações administrativas abrangem desde a abertura do processo administrativo mediante uma solicitação formal de empréstimo até a aprovação final pela procuradoria da Biblioteca e a autorização de saída do acervo pela presidência da Biblioteca. As primeiras providências do início do processo demandam o trâmite de vários documentos que legalizam o empréstimo, como o formulário de empréstimo que identifica cada item do acervo solicitado, a atribuição de valor de seguro por item que é realizada pelos especialistas das áreas de guarda do respectivo acervo solicitado e a apólice de seguro que detalha os termos do seguro.

A primeira recomendação é que a instituição possua um documento regulador que estabeleça prazos e normas institucionais para exposições e que estipule sanções caso as normas não sejam atendidas. A Biblioteca Nacional rege os seus processos de exposições a partir de uma Instrução de Serviço (BIBLIOTECA NACIONAL, 2017).⁵ Trata-se de um documento que estipula as normas para o empréstimo e a exposição de obras do acervo da Biblioteca Nacional. As normas versam sobre as condições específicas para aprovação do empréstimo do acervo; prazos para solicitações de acervo; cumprimento de padrões e critérios técnicos de acondicionamento, transporte,

4. As ações administrativas competem ao Centro de Coleções e Serviços aos Leitores, que coordena todos os setores de guarda de acervo. Os procedimentos técnicos de conservação e restauração competem, respectivamente, ao Centro de Conservação e Encadernação e ao Laboratório de Restauração, que integram a Coordenadoria de Preservação. O processamento técnico compete às divisões de guarda de acervo – no caso das estampas de Piranesi, à divisão de iconografia. A digitalização do acervo compete ao Laboratório de Digitalização, que integra a Coordenadoria da Biblioteca Nacional Digital.

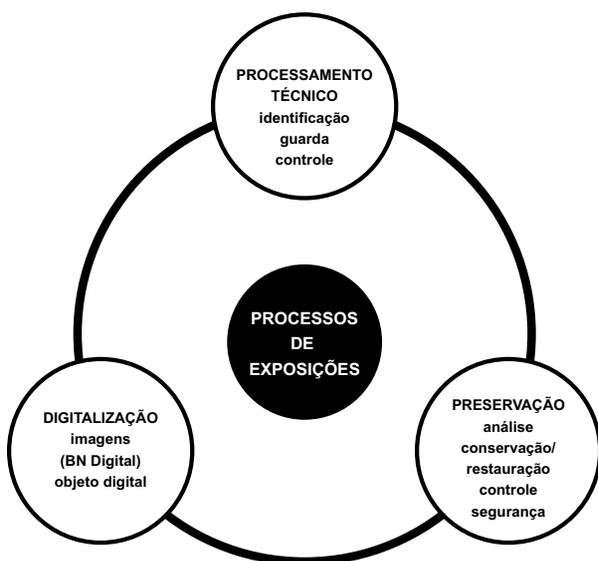
5. A nomeação é publicada em portaria institucional e no Diário Oficial da União, onde constam as respectivas autorizações de afastamento para a realização do trabalho designado.

segurança patrimonial, controle ambiental, limite de itens por coleção e limite de tempo para a exposição do acervo.

Outra recomendação muito importante é garantir a participação de um conservador-restaurador desde o início do processo de empréstimo até o retorno do acervo à instituição para garantir a execução dos procedimentos de segurança. Para cumprir essa premissa, um servidor da Coordenadoria de Preservação é designado e nomeado como *courier* da exposição, com a função de controlar e acompanhar todos os procedimentos de saída do acervo, montagem e desmontagem da exposição e retorno do acervo.

Analisando o gráfico 1, construído a partir dos procedimentos realizados no acervo, podemos perceber que o fluxo das ações estabelece uma comunicação contínua entre as áreas de guarda, de preservação e de digitalização do acervo. Essas ações são conduzidas e demandadas em diversas etapas pelo Centro de Coleções e Serviços aos Leitores. Tal estrutura configura uma relação cíclica entre todas as áreas envolvidas nos processos de exposições.

GRÁFICO 1 – PROCESSOS DE EXPOSIÇÕES



Fonte: Gilvânia Lima.

Análises para empréstimo

A equipe da Coordenadoria de Preservação é acionada para realizar a análise prévia do estado de conservação do acervo requisitado, que deve indicar a necessidade da execução de procedimentos interventivos de conservação

ou restauração. Nesse momento, são mensurados objetivamente o tempo e o recurso material necessários para a realização das respectivas intervenções. Dessa forma, é possível analisar a possibilidade do empréstimo do acervo tendo em vista o cronograma do projeto expositivo. Também cabe à Coordenadoria de Preservação emitir parecer sobre o *facility report* enviado pela instituição requisitante do acervo. Trata-se de um relatório que descreve a capacidade que a instituição solicitante tem de abrigar e gerir uma exposição com acervos históricos e raros. O documento relata todos os dados referentes à estrutura predial, segurança patrimonial, índices climatológicos e disponibilidade de uma equipe especializada responsável por cuidar do acervo durante toda a exposição.

Preparação do acervo

A partir da autorização do empréstimo, todo o processamento técnico do acervo é revisado pela equipe da divisão de guarda. São verificados os dados referentes ao registro patrimonial e à catalogação de todas as obras do acervo, para que cada peça seja detalhadamente identificada. Verifica-se também se o acervo está digitalizado.

O acervo é enviado para tratamento de conservação ou restauração nos respectivos setores da Coordenadoria de Preservação, onde são produzidos os laudos técnicos de conservação do acervo para cada item solicitado. Os laudos descrevem minuciosamente as características físicas de cada item do acervo, os seus danos preexistentes, os tratamentos realizados para a exposição e o registro fotográfico (com a sinalização dos danos e marcas no suporte), que comprova seu estado atual de conservação. Os laudos também registram toda a circulação do acervo, inclusive no caso de exposições itinerantes (saída da instituição, chegada ao local da exposição, saída do local da exposição e retorno do acervo à instituição), por meio das assinaturas dos representantes da Biblioteca e da instituição solicitante no fim do documento.

Após o tratamento técnico, o acervo é enviado para a digitalização, que gera imagens em alta resolução para a produção dos catálogos. Além disso, também realiza a guarda do respectivo objeto digital, que permite a recuperação da imagem do acervo a ser emprestado e representa uma medida de segurança para o mesmo. Quando o acervo digitalizado está em domínio público⁶, é disponibilizado na BN Digital. Nesse sentido, o tratamento do acervo para

6. “Diz-se que uma obra caiu no domínio público quando deixou de ficar dependente de autorização do titular do respectivo direito e de estar sujeita ao pagamento de remuneração, isto é, uma vez decorrido o prazo de caducidade que a lei prevê, em geral setenta anos após a morte do seu autor” (FARIA; PERICÃO, 2008).

exposições colabora tanto para o seu acesso dentro e fora da Biblioteca Nacional quanto para a sua difusão *online*.

Como estratégia de controle e segurança, a equipe da Coordenadoria de Preservação acompanha também as últimas etapas de preparação para a saída do acervo – que envolvem a colocação do acervo em molduras, quando se trata de obras planas (gravuras, mapas, documentos e fotografias) –, e das especificações e orientações técnicas para construção de suportes das obras encadernadas. Ambos os procedimentos são de exclusiva responsabilidade do solicitante do acervo e são realizados exclusivamente dentro dos setores da Coordenadoria de Preservação.

Saída e transporte do acervo

Os procedimentos de saída, de preparação para o transporte e de retorno do acervo à Biblioteca são realizados dentro dos setores da Coordenadoria de Preservação e acompanhados pelo *courier* da exposição. Os laudos técnicos de conservação do acervo são conferidos durante os procedimentos de saída do acervo, sempre na presença do profissional que representa a instituição solicitante. Só após essa conferência e as respectivas assinaturas nos laudos é autorizada a colocação do acervo nas caixas de transporte.

A embalagem para transporte é feita em caixas específicas para esse fim. Quando se trata de documentos planos (gravuras, mapas, documentos e fotografias), é sempre recomendado que sejam expostos em molduras e transportados em caixas tipo trilho, de madeira, que acomodam o acervo com mais segurança porque encaixam cada item emoldurado num espaço sob medida. Para transporte de livros, também é recomendado que sejam acondicionados em caixas rígidas, de madeira, embalados com papel de qualidade para transporte de obras de arte e acomodados na caixa separadamente, entre aparatos que permitam o amortecimento do peso dos itens e evitem a abrasão no suporte das suas encadernações.

Para fins de controle patrimonial, o *courier* também anota no respectivo item no laudo de conservação o número da caixa de transporte. Esse procedimento permite, até a data da montagem da exposição, a produção do relatório do conteúdo das caixas de transporte. Dessa forma, é assegurado um controle maior do acervo na próxima etapa de conferência e montagem no local de exposição.

Montagem, monitoramento e desmontagem da exposição

Na montagem da exposição, o objetivo principal do *courier* é assegurar que a execução do projeto expositivo não coloque em risco o acervo. A primeira etapa do trabalho é verificar a veracidade das informações contidas no *Facility*

*Report*⁷ enviado pela instituição solicitante do acervo no início do processo. Após a aprovação do espaço expositivo, o *courier* autoriza a abertura das caixas de transporte do acervo e inicia a segunda etapa, que é a conferência e assinatura dos laudos técnicos do acervo. O objetivo dessa etapa é verificar se não houve nenhuma alteração do estado de conservação do acervo durante o seu transporte. A terceira e última etapa do trabalho é acompanhar a montagem da exposição e verificar a segurança do acervo durante os procedimentos de fixação das molduras nas paredes e acondicionamento das obras encadernadas nas vitrines, com seus respectivos suportes expositivos.

Durante a exposição, a instituição solicitante envia o resumo dos dados climatológicos para a Biblioteca e informa sobre qualquer alteração observada no suporte do acervo, assim como qualquer evento que possa trazer risco ao mesmo.

Na desmontagem da exposição, o *courier* analisa o estado de conservação de cada item do acervo e anota no laudo técnico qualquer alteração observada. Após a conferência do acervo, sua embalagem para transporte de retorno é autorizada, seguindo os mesmos parâmetros de segurança da embalagem para transporte de saída da Biblioteca.

No retorno do acervo, são repetidos os mesmos procedimentos realizados na saída, ou seja: conferência dos laudos de conservação, confrontação com o estado de conservação do acervo e assinatura nos laudos. Nesse momento, porém, essa conferência tende a ser mais minuciosa, porque qualquer alteração deverá ser registrada para apuração das causas e estabelecimento das responsabilidades dos danos encontrados no acervo. Todos os procedimentos de conservação preventiva, controle e segurança descritos aqui são realizados desde o início do processo para reduzir qualquer risco de dano ao acervo. Depois do recebimento do material, o mesmo é devolvido para a respectiva área de guarda do acervo, o *courier* elabora o relatório da exposição e encerra-se o processo.

Registros dos procedimentos e arquivamento da documentação

Todas as etapas do processo de empréstimo são anexadas ao processo administrativo: todos os documentos relacionados à legalização do empréstimo do acervo, os documentos que registram a circulação do acervo dentro da instituição, as notas técnicas emitidas, os laudos de conservação do acervo e o relatório da exposição.

O registro fotográfico da preparação do acervo e da exposição montada permite a constituição de um arquivo fotográfico importante não só do ponto

7. Ver descrição do documento no item “Análises para empréstimo”.

de vista técnico, mas sobretudo da trajetória do acervo e da memória das exposições da instituição.

A montagem da exposição representa a conclusão de uma fase importante da trajetória do acervo que está sendo exibido, pois é o momento da sua apresentação para o público, e sua visualidade precisa ser registrada. Além disso, o registro fotográfico também se torna uma preciosa fonte de pesquisa iconográfica relacionada aos processos de preservação e acesso em instituições que custodiam acervos.

A obra de Piranesi no acervo da Biblioteca Nacional e as suas exposições

A obra de Piranesi no acervo da Biblioteca Nacional

Giovanni Battista Piranesi (1720-1778) foi gravador de água-forte⁸ e arquiteto veneziano. Iniciou sua atividade artística profissional em Roma, em 1740, onde aperfeiçoou sua técnica de desenho de cenário e os conhecimentos de arquitetura adquiridos em Veneza. Sua produção artística foi dedicada ao tema da arquitetura romana antiga que se desenvolveu no decurso das suas investigações das ruínas romanas (FICACCI, 2006).

A origem do conjunto de obras de Piranesi na Biblioteca Nacional se entrelaça com a história da formação do acervo da própria instituição. O conjunto de obras do artista foi integrado ao acervo em dois contextos distintos: através da incorporação da Coleção da Real Biblioteca⁹ e por doação da Coleção

8. Técnica de gravura em metal na qual o entalhe é feito quimicamente, por agentes que corroem o metal, formando partes rebaixadas que retêm a tinta a ser transportada para o papel (SILVA, 1976).

9. No contexto da reconstrução da Real Biblioteca, as gravuras de Piranesi foram incorporadas ao acervo em dois momentos diferentes. Num primeiro momento, ainda em Portugal, as gravuras foram doadas pelo artista e ourives inglês Guilherme Dugood, funcionário da corte portuguesa, onde trabalhou em ourivesaria para d. João V e d. José I. Num segundo momento, após a instalação da Real Bibliotheca no Brasil, as gravuras de Piranesi foram incorporadas através da compra da coleção do arquiteto e colecionador português José da Costa e Silva em 1818. (CUNHA, 2000). A designação Real Biblioteca permaneceu de 1808 até 1821. A partir da Independência do Brasil (1822), passou a ser denominada Biblioteca Imperial e Pública da Corte. A partir de 4 de março de 1876, assumiu o título de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, até 1948, quando passou a se chamar simplesmente Biblioteca Nacional (BIBLIOTECA NACIONAL, 1883-1884; CARVALHO, 1994). Em 1990, a Biblioteca Nacional tornou-se fundação de direito público e incorporou a Biblioteca Euclides da Cunha, no Rio de Janeiro, o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Demonstrativa de Brasília, passando então a ser denominada Fundação Biblioteca Nacional e regulamentada pelo decreto nº 5.038, de 7 de abril de 2004 (BIBLIOTECA NACIONAL, 2005).

Thereza Cristina Maria.¹⁰ A origem do acervo Piranesi lhe confere então um estatuto de preciosidade que o designa como um acervo especial da Biblioteca Nacional. O acervo é procurado por pesquisadores e amplamente solicitado por curadores e instituições culturais para integrar exposições.

O acervo Piranesi é constituído por 26 obras em 29 volumes (algumas obras têm mais de um volume), que somam cerca de 1.600 gravuras no total (PEREIRA, 1979). O acervo integra a escola italiana da grande coleção de gravuras da Biblioteca Nacional. É armazenado na Divisão de Iconografia, que compõe, junto com a Divisão de Obras Raras, de Manuscritos, de Cartografia e de Música, as Divisões de Acervos Especiais da instituição. Sendo assim, a Divisão de Iconografia guarda as coleções designadas como acervos especiais iconográficos. É especializada em estampas e desenhos originais, livros referentes às Belas Artes e à documentação iconográfica sobre o Brasil. Reúne uma grande coleção de gravuras produzidas desde o século XV até a atualidade, chegando a um total de 30 mil peças.

As exposições do acervo Piranesi

A exposição “Piranesi – Ruínas e Fantasias” integrou a Mostra Rio Gravura, de 11 de setembro a 14 novembro de 1999, e ocorreu no Centro de Arquitetura e Urbanismo em Botafogo.¹¹ Foram exibidas 79 gravuras do artista que correspondem a três obras: *Le Antichità Romane*, Tomo IV (22 gravuras), *Il Campo Marzo dell' antica Roma* (25 gravuras) e as séries “*Carceri*” (*Carceri d'invenzione*, 16 gravuras) e “*Caprici*” (16 gravuras) que constituem a obra *Opere varie di Architettura*.

10. Doação da monumental biblioteca particular do imperador d. Pedro II em 1891. A pedido do imperador, foi denominada Coleção d. Thereza Cristina Maria, como uma homenagem à imperatriz. Foram doados 48.236 volumes encadernados (entre eles, estavam as obras encadernadas de Piranesi), inúmeras brochuras, folhetos avulsos, fascículos de revistas literárias e científicas, estampas em coleções e avulsas, mais de mil mapas impressos e manuscritos e 13 quadros emoldurados de mapas de países da Europa, em relevo (BIBLIOTECA NACIONAL, 1897).

11. A exposição de Piranesi teve a curadoria de Jorge Czajkowski e Maria Pace Chiavari. A Mostra Rio Gravura foi um evento promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e envolveu 45 museus, centros culturais e escolas de arte do Rio de Janeiro, exibindo um total de 70 exposições com curadoria geral do artista plástico Rubem Grillo. A Biblioteca Nacional também emprestou obras do seu acervo para outras exposições da Mostra: gravuras de Dürer para a exposição *Albrecht Dürer – O apogeu do renascimento alemão* exibida no Museu Nacional de Belas Artes; e obras de vários xilógrafos, entre eles J. Borges, para a exposição *Cordel – O imaginário da gravura popular* exibida na Biblioteca Nacional (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1999).

Para essa exposição, foram restauradas três obras: o quarto volume de *Le Antichità Romane*, um exemplar de *Il Campo Marzo* e um exemplar de *Opere Varie*, totalizando 226 gravuras. Esse tratamento de restauração só foi possível graças à aquisição de uma máquina obturadora de papel (MOP)¹² de tamanho especial (1m x 1m) para a realização do trabalho de restauração. O Laboratório de Restauração já possuía algumas máquinas, mas não com a metragem suficiente para restaurar as obras de Piranesi (BIBLIOTECA NACIONAL, 1999). No ano de 2001, foi restaurado um outro conjunto de gravuras de Piranesi. Esse conjunto de gravuras corresponde aos três primeiros tomos que completam a obra *Le Antichità Romane*, totalizando 320 gravuras. Assim, no contexto dessa primeira exposição, foram restauradas seis obras, somando um total de 546 gravuras (BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

Essas seis obras restauradas foram destituídas das suas encadernações (não originais) e se tornaram gravuras avulsas que foram acondicionadas dobradas em caixas rígidas, tipo portfólio, segundo a mesma ordem do antigo formato em livro (BIBLIOTECA NACIONAL, 1999).

A realização da primeira exposição foi muito importante para a difusão da coleção Piranesi, pois foi a primeira vez que a coleção foi exposta. A ação de restauração dessas obras possibilitou que as gravuras que a constituíam fossem expostas separadamente, como obras de arte autônomas, o que não seria possível se estivessem encadernadas em formato de livros. Por consequência, isto também permitiu o empréstimo do acervo Piranesi para outros projetos expositivos. Além disso, a aquisição da máquina obturadora de papel permitiu a restauração de gravuras de outras coleções do mesmo porte. Todo o processo da exposição representou um marco importante na trajetória do acervo no que diz respeito à sua preservação e acesso.

A segunda exposição, “Marcas do Corpo, Dobras da Alma”, integrou a 12ª mostra de gravuras de Curitiba, que foi promovida pela Fundação Cultural de Curitiba. Foi realizada no Museu da Cidade de Curitiba, de 23 de junho a 6 de agosto de 2000. Foi exibida a série completa de 16 gravuras *Carceri d'invenzione*, de Piranesi, que ficou exposta no módulo “Vigiar e punir”, inspirado na obra de Michel Foucault.¹³

12. Equipamento com sistema aquoso usado para reconstituir áreas de perda de suporte (furos e partes faltantes) a partir de polpa de celulose. Esse procedimento é realizado em documentos planos, como as gravuras desmontadas de um livro, que é o caso das gravuras de Piranesi. A compra desse equipamento foi patrocinada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, entidade promotora do evento.

13. A curadoria geral foi de Paulo Herkenhoff e Adriano Pedrosa, com a colaboração dos curadores locais Simone Landal, Paulo Reis e Geraldo Leão. A Biblioteca Nacional também emprestou obras de Callot (*Les misères et les malheurs de la guerre*) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2000).

A terceira exposição, “Biblioteca Nacional – Obras Raras”, foi realizada no Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli – MARGS de 28 de outubro a 19 de novembro de 2000. Foi exibida em ocasião da celebração do aniversário de 190 anos da Biblioteca Nacional e de 46 anos do MARGS, além de integrar a 46ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre.¹⁴ Entre outros acervos raros e especiais, foi exibida a série completa de 16 gravuras *Carceri d'invenzione*, de Piranesi (MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL ADO MALAGOLI, 2000).

A quarta exposição, “Impressões originais: a gravura desde o século XV”, foi realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo, de 31 de outubro de 2006 a 7 de janeiro de 2007, e no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, de 26 de fevereiro a 29 de abril de 2007. Foram exibidas dez gravuras de Piranesi: cinco da série *Carceri d'invenzione* e cinco gravuras inéditas da obra *Le Antichità Romane*, tomo 3 – pois a primeira exposição, “Piranesi – Ruínas e Fantasias”, exibiu gravuras do tomo 4 da obra *Le Antichità Romane*.¹⁵

Em todos os processos de exposição posteriores à primeira, as gravuras selecionadas constavam do conjunto de volumes já restaurados. O acervo, portanto, não precisou passar por novo procedimento de restauração.

A quinta e grande exposição, “Mestres da Gravura na Coleção Fundação Biblioteca Nacional”,¹⁶ exibiu 171 obras representativas da história da gravura europeia, distribuídas entre as oito escolas artísticas da grande coleção de gravuras da Biblioteca Nacional (escolas italiana, alemã, francesa, portuguesa, inglesa, holandesa, flamenga e espanhola). Das 35 gravuras expostas da escola italiana, dez foram de Piranesi: cinco gravuras da série *Carceri d'invenzione* e outras cinco gravuras da série *Le Antichità Romane*. A exposição integrou um amplo projeto de circulação desse acervo, que foi exibido em cinco montagens em instituições culturais de várias cidades do Brasil entre os anos de 2011 e 2015.¹⁷

14. A curadoria foi de Georgina Staneck e Mônica Carneiro Alves, ambas funcionárias da Biblioteca Nacional, que exerciam, na ocasião, os respectivos cargos: Coordenadoria de Acervo Especializado e chefia substituta da Divisão de Iconografia.

15. A curadoria foi de Carlos Martins, Valéria Piccoli e Pieter Tjabbes (CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 2006).

16. Curadoria de Fernanda Terra.

17. Em 2011, a exposição foi exibida no Centro Cultural Correios do Rio de Janeiro (28/6 a 18/9); em 2012, no Museu Nacional dos Correios, em Brasília (26/1 a 26/4), por ocasião da inauguração daquele Museu; em 2014, foi exibida em outras capitais. No Palácio das Artes / Fundação Clóvis Salgado em Belo Horizonte (29/4 a 22/6); no Museu de Arte da Bahia, em Salvador (8/7 a 31/8); e no Instituto Ricardo Brennand, em Recife (20/11 a 1/3 de 2015). Essas informações constam nos laudos de diagnóstico de conservação da exposição (ver nota 23).

Apenas algumas gravuras de outros artistas necessitaram de procedimento de restauração nessa exposição. As gravuras de Piranesi foram submetidas a procedimentos de conservação reparadora (higienização, reparos de vincos, pequenos rasgos e planificação) (BIBLIOTECA NACIONAL, 2011-2015). A cada exposição, essas gravuras precisam ser abertas e planificadas. Tal fato requer a repetição desses procedimentos de conservação para reparo de danos recorrentes na área da dobra central da gravura.¹⁸

Essa exposição representou um grande desafio no que diz respeito à preservação do acervo, tanto pela quantidade de obras a serem preparadas para a exposição (171 gravuras), quanto pela quantidade de montagens sucessivas (cinco), que demandaram a repetição intensa de rotinas de confecção de laudos de conservação (por item e para cada montagem), conservação do acervo (revisão dos danos a cada retorno do acervo) e de todos os procedimentos de controle e segurança do acervo já descritos anteriormente.

A intensificação dos procedimentos técnicos relativos a essa exposição e a preocupação constante com uma grande quantidade de obras do acervo da Biblioteca Nacional em circulação demandaram o aumento do rigor nos procedimentos de controle e segurança do acervo. Entre as medidas mais importantes, destacamos que, desde 2012, todas as obras emprestadas para exposições passaram a ser emolduradas e embaladas para transporte nos setores da Coordenadoria de Preservação, com acompanhamento de um técnico em conservação-restauração. Tal medida tem sido importante para garantir a qualidade dos materiais, a segurança no manuseio das obras e a observação dos critérios técnicos específicos para confecção de *passe-partout*¹⁹ das obras emolduradas. Outra medida que se destaca é a solicitação prévia do envio periódico dos parâmetros ambientais do local da exposição pela instituição solicitante do acervo.²⁰

Tais medidas foram incluídas, em janeiro de 2016, na nova Instrução de Serviço (BIBLIOTECA NACIONAL, 2016). Criada para substituir a

18. O texto da dissertação apresenta no capítulo 5 uma análise crítica a respeito desse procedimento, na qual se discute a problemática relacionada à guarda, acondicionamento e sustentabilidade das ações de conservação e restauração realizadas no acervo.

19. *Passe-partout* é uma palavra francesa que significa “passe por tudo”. Esta expressão, em artes plásticas, se refere ao papel-cartão que fica entre uma gravura e a moldura, e exerce um papel de grande importância em relação à montagem da obra. Mais do que uma questão simplesmente estética, o *passe-partout* isola a obra de materiais que não possuem qualidade para conservação (ph neutro ou alcalino) e que possam trazer qualquer dano à mesma.

20. Os parâmetros ambientais estabelecidos são: temperatura de 20°C, com uma oscilação aceitável de 5°C; umidade relativa de 50%, com uma variável aceitável de 5% e intensidade luminosa máxima de 50 lux isenta de radiações ultravioletas. Instrução de Serviço nº 1, de 26 de janeiro de 2016. Item 6.1.4.

anterior, de 2001, que não continha critérios técnicos específicos de preservação de acervo. Em 2017, houve uma atualização do documento com o objetivo de complementar os parâmetros para a confecção das molduras utilizadas para expor o acervo. Houve, portanto, um aprimoramento progressivo dos instrumentos internos normatizadores que contribuiu para o amadurecimento dos processos de exposições na Biblioteca.

A sexta exposição, “Cárceres a duas vozes – Piranesi e Ana Maria Tavares”, foi exibida no Museu Lasar Segall, em São Paulo, de 12 de setembro a 11 de novembro de 2015. Apresentou um diálogo inédito entre a série de 16 gravuras, *Carceri d’invenzione*, de Piranesi, e as obras da artista brasileira contemporânea Ana Maria Tavares (1958), inspiradas nessa série, intituladas *Airshafis para Piranesi*.²¹

Os procedimentos de conservação reparadora realizados no acervo para essa exposição foram mínimos (consolidação de pequenos rasgos e planificação nas regiões de dobra da gravura). Uma atenção maior foi direcionada à revisão e confecção dos laudos técnicos de conservação nos quais foram detalhados com mais rigor e qualidade de detalhes os danos e os tratamentos anteriores presentes no suporte dessas gravuras (BIBLIOTECA NACIONAL, 2015).

O acervo das gravuras de Piranesi participou então de seis exposições externas, havendo itinerância em duas exposições, o que resultou num total de 11 montagens em diversas instituições culturais nacionais.²²

Considerações finais

A respeito da exposição de uma coleção, Cícero Almeida (ALMEIDA, 2012) considera que a fase madura da coleção culmina na sua “revelação”. Para o autor, é a partir dessa fase que surgem novos problemas, além da classificação e da posse.

A coleção deve extrapolar o território particular do seu colecionador para ser admirada por um conjunto maior de pessoas, como sua extensão material e espiritual. Se a coleção permaneceu escondida agora é a hora de pensar em sua revelação (idem, p. 184).

21. A curadoria foi da própria artista e de Marcelo Monzani, chefe da Divisão Técnica do Museu Lasar Segall.

22. O foco do presente trabalho é a análise dos processos de exposições externas que requerem o empréstimo do acervo. Por isso, nesse cálculo não estão computadas as participações do acervo Piranesi em duas exposições montadas no Espaço Eliseu Visconti da Biblioteca Nacional: *Biblioteca Nacional 200 anos, uma defesa do infinito*, em outubro de 2010, e *As mãos que restauram o tempo, um olhar fotográfico*, em julho de 2018.

A partir do exame dos processos de exposições descritos neste trabalho, é possível constatar a complexidade dessa “revelação”. A disponibilização do acervo a partir do seu tratamento técnico completo (processamento técnico, conservação-restauração e digitalização) ganha relevância na sua trajetória institucional, pois é o que viabiliza sua exposição.

Nesse sentido, o acervo Piranesi se mostrou exemplar não somente para o exame dos processos de exposições de acervo na Biblioteca Nacional, mas igualmente dos processos de preservação de seu acervo.

A área da preservação enfrentou muitos desafios para garantir a sustentabilidade das suas ações, sobretudo no que se refere às intervenções de conservação recorrentes no acervo. Ao mesmo tempo, expandiu suas ações, em que intensificou continuamente os conceitos de conservação preventiva, de forma a garantir a segurança do acervo.

A área de gestão de acervo,²³ por sua vez, ao estabelecer um fluxo de trabalho factível, assegurou o respeito às competências das respectivas áreas envolvidas. Dessa forma, o amadurecimento contínuo dos processos de exposições e de preservação só foi possível a partir do estabelecimento de uma relação dialógica e da construção integrada de saberes. Tal conjuntura contribuiu para o aprimoramento da competência da instituição em gerir o seu acervo, tendo em vista a sua permanência física e o seu acesso no futuro, inclusive por meio de exposições.

Referências

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Objetos que se oferecem ao olhar. Colecionadores e o “desejo de museu”. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p. 183-200.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 11, p. 568, 1883-1884.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 19, p. 230-231, 1897.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 125, p. 74-75, 2005.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Biblioteca Nacional 200 anos: uma defesa do infinito*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenadoria de Preservação. Centro de Conservação e Encadernação. *Laudos de diagnóstico de conservação da exposição: Cárceres a duas vozes – Piranesi e Ana Maria Tavares*. 2015.

23. Área administrada na instituição pelo Centro de Coleção e Serviços aos Leitores.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenadoria de Preservação. Centro de Conservação e Encadernação. *Laudos de diagnóstico de conservação da exposição: Mestres da Gravura na Coleção Fundação Biblioteca Nacional*. 2011 a 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenadoria de Preservação. Centro de Conservação e Encadernação. *Relatório de atividades*, 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenadoria de Preservação. Laboratório de Restauração. *Fichas técnicas de Restauração – PIRANESI*, Giovanni Battista. 1999.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Departamento de Processos Técnicos. *Projeto: Restauração e Digitalização de Gravuras da Coleção Giovanni Battista Piranesi*. Rio de Janeiro. abr. 2000.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Instrução de Serviço n. 1, de 26 de janeiro de 2016: *Normas para cessão e exposição de obras das coleções da Biblioteca Nacional, no Brasil e no exterior*, atualizada em 13/7/2017.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Processo n. 039/1999.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. p. 31.

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. *Impressões Originais: a gravura desde o século XV*. São Paulo: Art Unlimited, 2006, p. 5.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Real Biblioteca, apontamentos sobre o seu acervo. SEMINÁRIO INTERNACIONAL: D João VI – um rei aclamado na América, Rio de Janeiro (*Anais...*). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000. p. 208-220.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FICACCI, Luigi. *Giovanni Battista Piranesi*. Koln: Taschen, 2006. p. 13-16.

HERKENHOFF, Paulo; PEDROSA, Adriano. *Marcas do Corpo, Dobras da Alma*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. 2000.

MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL ADO MALAGOLI. *Biblioteca Nacional – Obras Raras*. Rio Grande do Sul: [s.n.], 2000. p. 11.

PEREIRA, Cecília Duprat de Britto. Giovanni Battista Piranesi, Catálogo de estampas existentes na coleção da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 99, p. 187-238, 1979.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Catálogo. *Piranesi, Ruínas e Fantasias*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1999. p. 83-96 e 106.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Instituto de Administração Pública. *Relatório Anual*, 2000. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2000. p. 121.

SILVA, Orlando da. *A arte maior da gravura*. São Paulo: ESPADE, 1976. p. 47.

OPERE VARIE
D I
ARCHITETTURA
PROSPETTIVE
GROTTESCHI
ANTICHITÀ
SUL GUSTO DEGLI ANTICHI ROMANI
Inventate, ed Incise
DA GIO. BATISTA PIRANESI
ARCHITETTO VENEZIANO



IN ROMA. MDCCL.

CON LICENZA DE' SUPERIORI.

Si vendono presso l'Autore nel palazzo del Signor Conte Tomati
fu la strada Felice alla Trinità de' Monti.

Frontispício do livro *Opere varie di architettura prospettive grotteschi antichità sul gusto degli antichi romani*. Traz o subtítulo: “concepção e gravuras por Gio. Batista Piranesi arquiteto veneziano”. O livro contém as séries: *Prima parte di Architetture e Prospettive*, duas pranchas intituladas *Fantasie Architetoniche* (folhas 24-27), *I Capricci* (ou Grotteschi), *Trofei di Ottaviano Augusto*, *Carceri d'invenzione* e *Alcune vedute di archi trionfali ed altri monumenti*.



Primeira prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias"), em que o artista esboça livremente fantasias sobre como seriam as prisões e outros espaços de confinamento na Roma antiga.



Segunda prancha da série *Carceri d'invenzione* (“Prisões imaginárias”). Mostra um homem sendo submetido a tortura. Espalhados pela prancha estão os bustos de figuras políticas do império romano que propuseram reformas e, por isso, foram mortas. No canto superior esquerdo, vê-se o nome de Tiberius Gracus, tribuno que foi espancado até a morte por membros do Senado. À direita, vê-se três figuras públicas do período de Nero, incluindo Sêneca o Jovem e Petrônio (autor do *Satyricon*). Na porção inferior da prancha, vê-se mais nomes gravados numa coluna: Barea Soranus, Trasea Paetus e Antistius. Todas estas figuras foram acusadas de traição e condenadas à morte por suicídio.



Terceira prancha da série *Carceri d'invenzione*
("Prisões imaginárias").



Quarta prancha da série *Carceri d'invenzione*
("Prisões imaginárias").



Quinta prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias"). Mostra baixos-relevos em forma de leões.



Sexta prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias"). Mostra um foco de incêndio.



Sétima prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias"). Mostra uma ponte levadiça.



Oitava prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias").
Mostra uma grande escadaria ornada por troféus de armas.

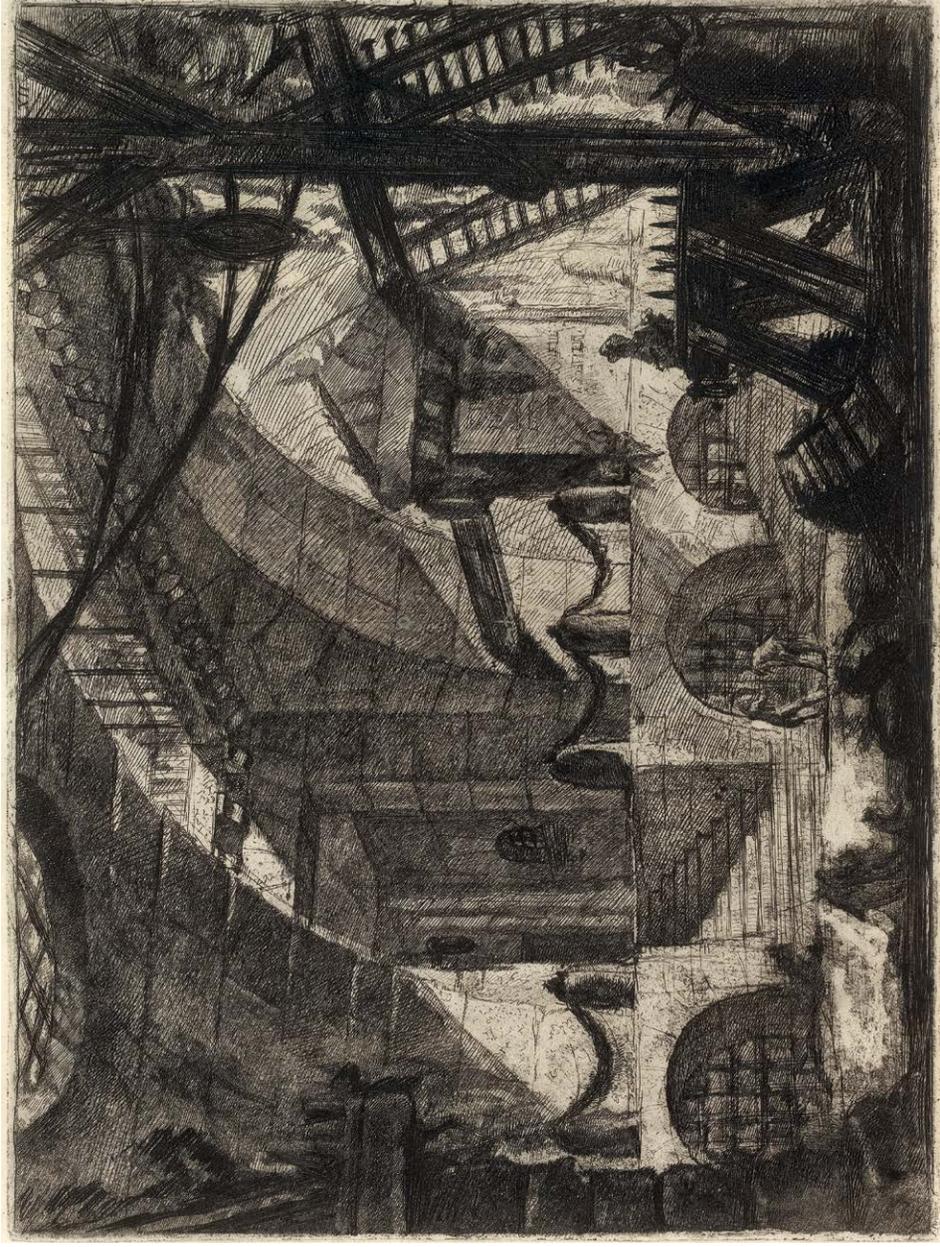


Nona prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias"). Mostra uma roda de proporções gigantescas.



Décima prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias"). Mostra prisioneiros acorrentados sobre uma plataforma.

Décima-primeira prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias").



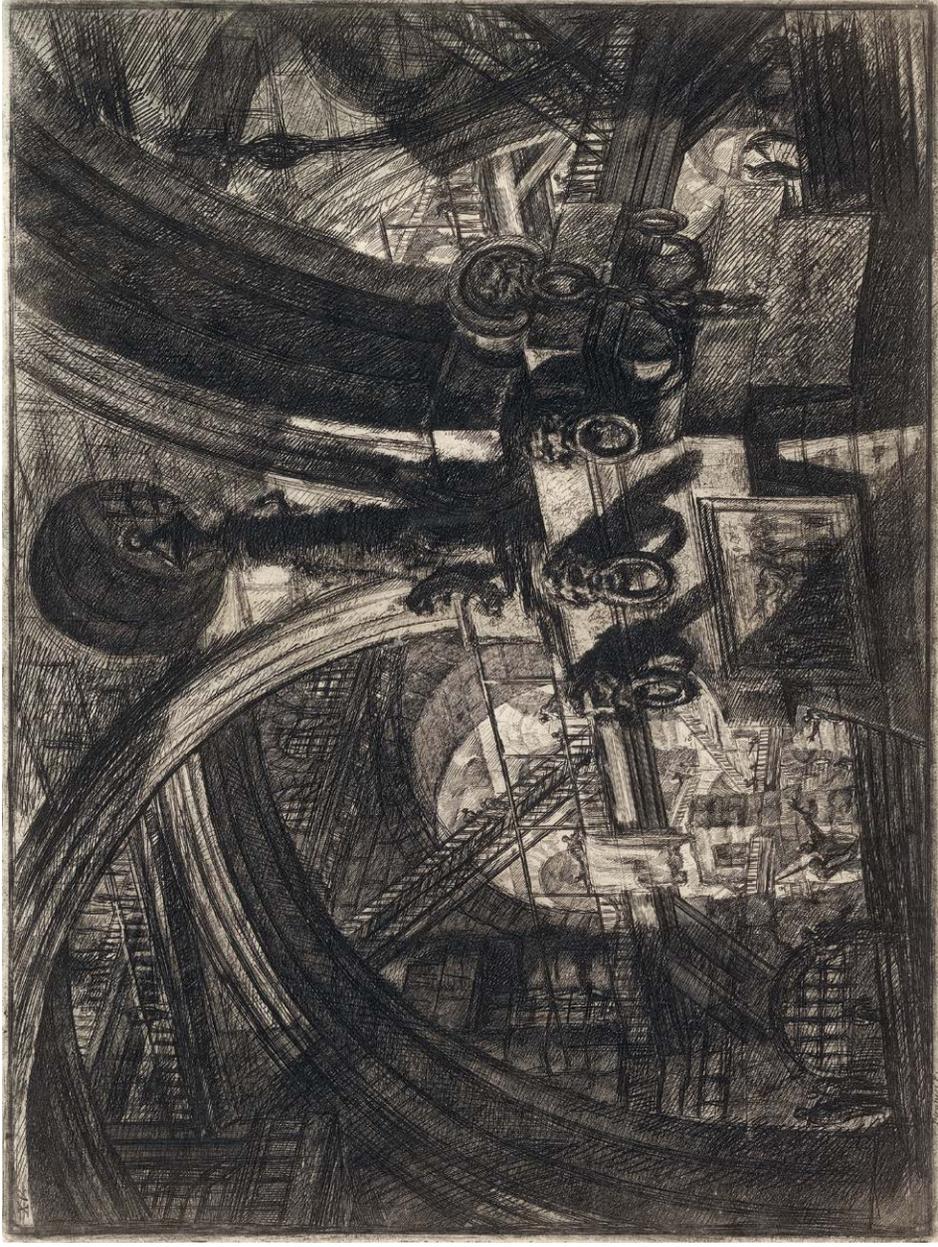
Décima-segunda prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias"). Em primeiro plano, vê-se o que parece ser um cavalete usado em torturas.



Décima-terceira prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias"). Em primeiro plano, no canto esquerdo, vê-se um poço.

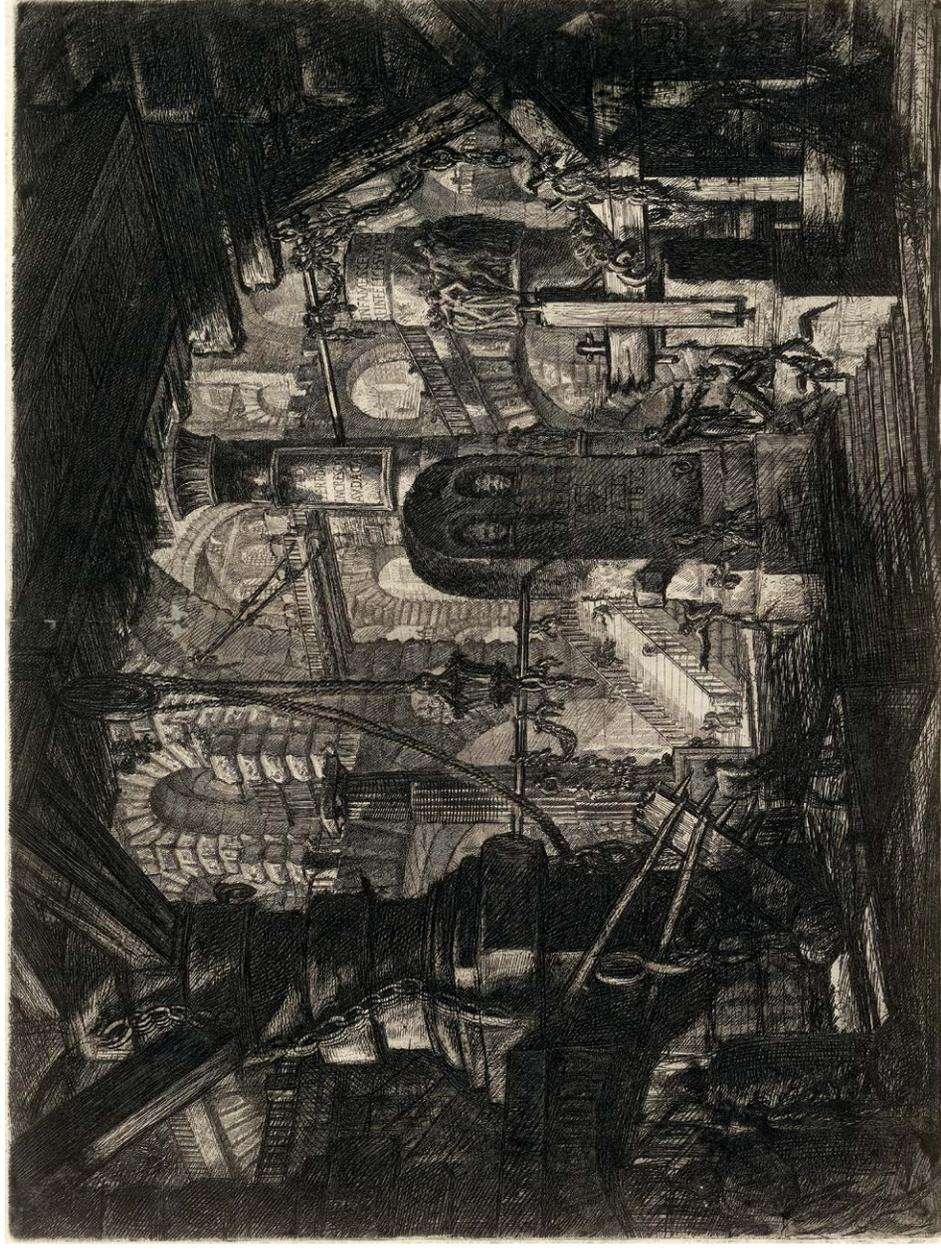


Décima-quarta prancha da série *Carcere d'invenzione* ("Prisões imaginárias").



Décima-quinta prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias").

Décima-sexta prancha da série *Carceri d'invenzione* ("Prisões imaginárias"). No centro, em primeiro plano, vê-se uma lápide com duas cabeças dispostas em nichos. "À impiedade e artes malignas", lê-se na gravação: isto guarda ironia em relação ao lema dos jesuítas ("Religioni and bonus artibus", ou seja, "À religião e as artes benéficas"). Sobre a lápide, numa coluna, lê-se "Para causar terror devido ao aumento da audácia [da população]": trata-se de uma citação da história de Roma por Titus Livius, especificamente sobre como a instituição da primeira prisão havia sido necessária para desencorajar o crime. Na coluna do canto esquerdo, sob palavras do próprio Piranesi ("Aros malignos"), lê-se "[ARBO]RI INFELICI SVSPE[NDI]" ("Pendurem-no em uma árvore estéril") – novamente, uma citação de Titus Livius, dessa vez a respeito da pena por enforcamento imposta aos traidores de Roma.



Composição em Adobe Garamond
Capa em papel cartão supremo Duo Design 300 g/m²
Miolo em papel Off-set 90 g/m²

ISSN 0100-1922